



UM BREVE HISTÓRICO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II A PARTIR DOS ANOS 1990



William do Nascimento Carvalho, 2023
Orientador: Adjovanes Thadeu da Silva Almeida

**UM BREVE HISTÓRICO
DA DEMOCRATIZAÇÃO
DO COLÉGIO PEDRO II
A PARTIR DOS
ANOS 1990**

**UM BREVE HISTÓRICO
DA DEMOCRATIZAÇÃO
DO COLÉGIO PEDRO II
A PARTIR DOS
ANOS 1990**

1ª Edição



Rio de Janeiro, 2023

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

C331 Carvalho, William do Nascimento

Um breve histórico da democratização do Colégio Pedro II a partir dos anos 1990 / William do Nascimento Carvalho ; Adjovanes Thadeu Silva de Almeida. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2023.

137 p.

Bibliografia: p. 76-82.

ISBN: 978-65-5930-161-4.

1. Colégio Pedro II. 2. Colégio Pedro II – História. 3. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). 4. Educação e democracia - Brasil. 5. Democratização da educação. 6. Gestão democrática. 7. Autonomia administrativa. I. Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. II. Título.

CDD 370.981

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

FICHA TÉCNICA

COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

Autor: **William do Nascimento Carvalho**

Orientador: **Adjovanes Thadeu Silva de Almeida**

Revisão: **Erika dos Santos Coutinho**

Diagramação: **Rejane Nogueira**

RESUMO

Esse *E-book* é um Produto Educacional, vinculado à Pesquisa de Mestrado do PROFEPT, sob o título “O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II E A SUA EQUIPARAÇÃO COM OS DEMAIS INSTITUTOS FEDERAIS, INSTITUCIONALIZADA PELA LEI 12.677/2012”, tendo como objetivo principal descrever e dar conhecimento sobre a trajetória do Colégio Pedro II quanto ao tema democratização e sua gestão democrática, a partir dos anos 1990, identificado na pesquisa como o início das mobilizações em favor dessa democratização. O tema da pesquisa está diretamente relacionado à construção histórica das comunidades acadêmicas e escolares pela democratização das suas Instituições, nos mais de 113 anos de história da Rede Federal de Ensino Profissional Científico e Tecnológica (RFEPCT), com foco no histórico da democratização do Colégio Pedro II (CPII), bem como na sua gestão democrática, seu ingresso nesta RFEPCT e, conseqüentemente, sua equiparação com os demais Institutos Federais. O Colégio Pedro II, fundado em 1837, criado por Decreto Imperial de 02 de dezembro de 1837, se manteve na maior parte da sua existência em isolamento institucional no Sistema Federal de Ensino, não fazendo parte de qualquer Rede Sistêmica da Educação Pública Brasileira até o ano de 2012, em que passou a integrar a RFEPCT, passando a utilizar uma nova legislação e, conseqüentemente, novas normas e regulamentos, em desdobramento a esta, que determinaram várias mudanças estruturais importantes na sua gestão democrática institucional, o que foi apresentado e pontuado ao longo de toda a apresentação histórica desse *E-book*. Ao final do trabalho, estão apresentadas três entrevistas, com personagens importantes em todo o processo e na luta pela democratização da Instituição, principalmente na década de 1990, que influenciaram e serviram como parâmetro para os futuros embates que ocorreram em favor da democratização da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Democratização; Gestão Democrática; Autonomia; e Equiparação.

SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	7
1. Anos 1990 – As mudanças que serviram de base para s futuras lutas pela democratização do CPEI	09
2. Uma curta transição democrática	13
3. A volta a um passado que não deu nem tempo de esquecer	24
4. A democratização da Rede Federal de Ensino, em especial do CPEI, a partir dos Governos do PT	33
5. A criação da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPECT)	45
6. Conclusão	72
Referências	76
Anexo do Ebook – Entrevistas (Maria Amélia, Maurício Guimarães e Ana de Oliveira	83

APRESENTAÇÃO

O Colégio Pedro II (CPII) é uma Instituição Federal de Ensino fundada em 1837 e criada por Decreto Imperial em 2 de dezembro de 1837, tendo se mantido, na maior parte da sua existência, isolado em relação ao conjunto do sistema federal de ensino, não integrado a qualquer rede sistêmica da educação pública brasileira até o ano de 2012.

O tema abordado nesta publicação está diretamente relacionado à construção histórica das comunidades acadêmicas e escolares, com foco no processo de democratização do Colégio Pedro II, bem como na sua gestão democrática, a partir dos anos 1990 e do seu ingresso na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT) e, conseqüentemente, da sua equiparação com os demais Institutos Federais.

Ao longo do período pesquisado, ocorreu uma série de ações que buscavam alterar aquela condição, com o Colégio Pedro II passando a integrar a RFEPCT desde 2012.

O Colégio Pedro II viveu ao longo da sua história recente uma sucessão de lutas, de várias mobilizações pela sua democratização, notadamente no período de 1992 até 2012, ano em que ingressou na RFEPCT.

A partir do seu ingresso naquela Rede de Ensino, com a aplicação de uma nova legislação, sobrevieram mudanças estruturais importantes na gestão democrática institucional.

O presente trabalho é, portanto, um desdobramento da pesquisa de Mestrado (CARVALHO, 2023), enquanto produto educacional, cujo objetivo primordial é servir como registro histórico do que ocorreu, fundamentado em fontes primárias e secundárias que possam contribuir, inclusive, para outras pesquisas e produção de textos literários que abordem o tema da democratização nas instituições públicas de ensino.

Traz à luz conhecimentos e informações que podem impulsionar ações de aprimoramento e fortalecimento do processo de democratização institucional, que deve ser contínuo e orgânico, impondo muitos desafios, sendo, enfim, o objetivo primordial do presente trabalho.

INTRODUÇÃO

No ano de 1989, após mais de 25 anos de governos eleitos indiretamente, foi eleito um novo presidente civil no Brasil, com sua posse acontecendo no início do ano de 1990. Após um início conturbado de gestão, o Presidente Collor sofreu com inúmeros questionamentos populares e uma ampla mobilização pelo *impeachment* do seu governo, após denúncias substanciais de corrupção, bem como por ataques a direitos sociais importantes do povo brasileiro.

O período abordado por esta pesquisa inicia-se exatamente no período em que ocorrem aquelas manifestações.

Foram utilizados como fonte para o registro de muitos fatos históricos sobre a democratização do Colégio Pedro II (CPII), ocorridos a partir daquele período, o livro *Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de História da Educação Brasileira* (SANTOS, 2018), que contou com a participação do Núcleo de Documentação Histórica do Colégio Pedro II (NUDOM) como base para a sua elaboração. Ainda, foram utilizados documentos históricos dos arquivos das entidades representativas do Colégio Pedro II (ADCPII – Associação de Docentes do Colégio Pedro II e SINDSCOPE – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II) e documentos dos arquivos físicos do já mencionado NUDOM, que possibilitaram a construção da narrativa, até então ignorada ou pouco explorada em trabalhos sobre esta instituição de ensino, que completará 186 anos de existência em 2 de dezembro de 2023.

Como não foram encontrados detalhes de como ocorreu o início desse processo, no ano de 1992, em que uma nova Direção-Geral para a instituição foi indicada por mobilizações de parte da Comunidade escolar – principalmente o movimento estudantil –, e não através das indicações institucionais, prática corrente até então nas indicações e nomeações de dirigentes do CPII, recorri a entrevistas com docentes que participaram diretamente daquele processo histórico. O conteúdo dessas três entrevistas, após mais de 30 anos dos acontecimentos, permitiu acrescentar novas interpretações e narrativas do ocorrido, servindo, inclusive, como fonte para futuros trabalhos de pesquisa que venham a ser desenvolvidas sobre a história do CPII.

O Colégio Pedro II, criado por Decreto Imperial de 2 de dezembro de 1837 (BRASIL, 1837), manteve-se, na maior parte da sua existência, em isolamento institucional em relação ao conjunto do Sistema Federal de Ensino (SNE), não fazendo parte de qualquer

rede sistêmica da educação pública brasileira até o ano de 2012. Teve vínculo junto à Secretaria da Educação Básica e depois na Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC), do Ministério da Educação (MEC), mas não manteve o vínculo com aquelas redes, por motivos distintos que não aprofundaremos neste trabalho, por não ter interferência direta com o objetivo da pesquisa.

No início dos anos 1990, o CPII estava vinculado na estrutura do MEC à Secretaria de Educação Básica sem uma relação direta, do ponto de vista organizacional, com uma rede do sistema público de ensino. Se por um lado possuía o Ensino Fundamental, que era aplicado pelas redes municipais, por outro também tinha o Ensino Médio que era aplicado pelas redes estaduais.

O CPII, desde a sua fundação, sempre foi uma instituição vinculada ao governo central, inclusive tendo a sua manutenção no Sistema Federal de Ensino reafirmada na Constituição Federal de 1988, no seu art. 242, §2º (BRASIL, 1988). Além da atuação paralela às redes municipais e estaduais, o CPII convivia no Sistema Federal de Ensino com as demais Instituições Federais, organizadas majoritariamente em Redes:

1) O Ensino Profissional, organizado na Secretaria de Ensino Médio, Técnico e Profissional (SEMTEC), onde se aglutinavam as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e os CEFETs; e

2) O Ensino Superior, organizado na Secretaria de Ensino Superior (SESu), aglutinando as Universidades Federais e seus Colégios de Aplicação.

Ao longo do período pesquisado, sucederam-se ações que buscavam alterar aquela condição. Abordarei ao longo do texto algumas que considero bastante importantes, tais como: as primeiras mudanças e avanços democráticos até o ano de 1994, o período de retrocessos sofridos ao longo dos oito anos seguintes, as lutas internas pela democratização do CPII, as modificações na democratização de toda a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), promovidas a partir de 2003, após a posse de Lula, até a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) e os avanços na democratização na gestão institucional que ocorreram com a equiparação do CPII com os demais Institutos Federais, após o seu ingresso em definitivo na nova RFEPCT, publicadas e oficializadas pela Lei nº 12.677/2012 (BRASIL, 2012).

1. ANOS 1990 – AS MUDANÇAS QUE SERVIRAM DE BASE PARA AS FUTURAS LUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO CPII

Desde a retomada da luta pela democratização do Brasil, que aconteceu a partir do final dos anos 1970 e que se intensificou durante a década de 1980, tem-se observado um intenso processo de lutas pela democratização do Estado brasileiro, com a ampla participação das organizações dos movimentos sociais, do campo ou da cidade.

Aquela foi uma década de muitas mobilizações no Brasil, tendo como referência simbólica dessas lutas a construção, fundação de instrumentos de luta importantes da Classe Trabalhadora Brasileira, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores/as), até hoje a maior Central da América Latina, o Partido dos Trabalhadores, também o maior partido operário da América Latina, quiçá do mundo, bem como outros sindicatos e associações que serviram para toda luta e embate contra o autoritário Estado brasileiro. O ápice daquela luta desencadeou a luta por “Diretas Já!”, bem como no estabelecimento e eleição da Assembleia Constituinte que aprovou a “Constituição Cidadã” de 1988.

Com toda essa ebulição democrática e participativa no Brasil, não tardou para que os ideais de democracia no país se voltassem também para o processo e a construção da luta pela democratização das Instituições da Rede Federal de Ensino. Segundo Saviani, “a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história do ponto de vista da organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação” (SAVIANI, 2021, p. 402).

Muitos fatores podem ser vistos como fundamentais para as mudanças nas instituições públicas de ensino e o surgimento de novas experiências nos anos 1980:

(...) a abertura democrática; a ascensão às prefeituras e aos governos estaduais de candidatos pertencentes a partidos de oposição ao governo militar; a campanha reivindicando eleições diretas para presidente da República; a transição para um governo civil em nível federal; a organização e mobilização dos educadores; as conferências brasileiras de educação; a produção científica crítica desenvolvida nos programas de pós-graduação em educação; o incremento da circulação de ideias pedagógicas propiciado pela criação de novos veículos. Eis aí um conjunto de fatores que marcaram a década de 1980 como um momento privilegiado para a emersão de propostas pedagógicas contra hegemônicas (...) (SAVIANI, 2021, p.413).

Com o advento da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a luta pela democratização do Estado e das suas Instituições se acirra ainda mais. Sindicatos e entidades estudantis

constroem cada vez mais e maiores mobilizações no interior das instituições públicas de ensino, levando o ideário e a luta pela democratização do país para dentro das escolas.

Ao apresentar este histórico, farei um recorte a partir dos anos 1990, chegando ao período pós-equiparação, com o ingresso na RFEPCT, e a equiparação do CPII com os demais Institutos Federais, quando ocorreram uma série de ações e fatos históricos que apontam avanços e retrocessos na Instituição, a partir da busca de parte da sua Comunidade escolar por esta democratização institucional.

Apurei informações acerca daquele período que antecedeu o final do mandato do Professor Antonio José Chediak¹ – ocorrido no período de 5 de abril de 1989 a 31 de março de 1993 – e a posse da nova Diretora-Geral, Professora Maria Amélia Amaral Palladino². O registro dessa substituição foi feito por SANTOS (2018, p.139).

O então Ministro da Educação, Murílio Hingel participou, no dia 2 de dezembro de 1992, das comemorações do Aniversário do CPII no Salão Nobre, localizado na Unidade Centro, tendo aquela solenidade contado com uma participação efetiva de servidoras/es do CPII, “como jamais visto”, em que estes empunhavam cartazes e se mobilizavam por eleições diretas para Diretor-Geral do CPII. O Ministro, durante o seu discurso, afirmou estar “sensível ao que estava vendo e ouvindo naquele momento” (SANTOS, 2018, p. 147).

Aponta, ainda, que era o temperamento polêmico do Professor Chediak que levava ao crescimento da oposição à sua gestão, “(...) provocando mobilização de grupos com vistas à sua sucessão” (SANTOS, 2018, p. 147). As entrevistas que apresentarei a seguir, com as Professoras Maria Amélia e Ana de Oliveira, bem como com o Professor Maurício Guimarães, revelarão um outro olhar em relação ao que de fato ocorria.

Talvez a busca por mais liberdade e pela democratização institucional, ainda normatizada e amparada por legislação e por uma cultura muito pouco democrática e participativa, tenham levado aquela Comunidade escolar a buscar alternativas ao que vivenciava, principalmente por conta da conjuntura por que passava o país.

O espaço deixado pela última gestão institucional, que tinha à frente o Professor Chediak, acabou apontando um vácuo político que promoveu ações de grupos distintos na

¹ Professor do Colégio Pedro II, foi Chefe do Departamento de Língua e Literaturas Brasileira e Portuguesa e aposentou-se compulsoriamente três anos antes de assumir a Direção-Geral.

² Professora do Colégio Pedro II, tendo ocupado as funções de Diretora da Unidade Zona Sul (transformada em Unidade Humaitá) e da Unidade Centro. Posteriormente foi nomeada ao cargo de Diretora-Geral do CPII, em 29 de março de 1993, com mandato até 14 de dezembro de 1994.

busca do processo sucessório institucional. Segundo SANTOS (2018), havia dois grupos que apresentavam suas candidaturas para a vaga: o primeiro grupo, que defendia o nome da Professora Maria Amélia, e o segundo, que defendia o nome do Professor Paulo Fabio Salgueiro. Foram feitos inclusive encontros das candidaturas com representantes do MEC, que acabou tendo a palavra final na nomeação que ocorreu logo adiante.

Naquele final de ano de 1992, um movimento da sociedade, em especial das/dos estudantes, se intensificava no país em favor do *impeachment* do Presidente Collor, o que levava aquele clima de mobilizações e reivindicações também para dentro dos muros do CPII.

Não encontrei na documentação e bibliografia histórica pesquisadas, inicialmente, um detalhamento de como se deu todo o processo. Pesquisei sobre aquele período nos arquivos físicos das Entidades Representativas do Colégio Pedro II (ADCPPII – Associação de Docentes do CPII e SINDSCOPE – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), não tendo encontrado qualquer informação relevante sobre aquele período e sobre aquele processo sucessório. Também busquei informações junto ao NUDOM³, mas nos arquivos a mim enviados por e-mail, durante a Pandemia, não havia um detalhamento e nem ficava claro todo o ocorrido.

Enfim, como não encontrei nos arquivos e em publicações um relato mais pormenorizado sobre o que teria motivado um retorno da Professora Maria Amélia da sua aposentadoria para ocupar o cargo de Diretora-Geral do CPII, a solução encontrada, para um melhor entendimento daquele momento de transição, foi buscar informações com pessoas que pudessem estar envolvidas diretamente com aquele processo e, a partir disto, esclarecer as dúvidas, principalmente sobre o processo de indicação e nomeação da Professora Maria Amélia Amaral Palladino, primeira mulher a ocupar o cargo de Diretora-Geral do CPII – posse registrada por SANTOS (2018, p.149).

Este conteúdo nos permite enfatizar que, para dar tratamento adequado ao processo de democratização do CPII, inclusive posteriormente à equiparação com os demais Institutos Federais – o que abordarei mais adiante –, é preciso antes, contudo, fazer um breve histórico da realidade do CPII, anterior a esta equiparação e à incorporação definitiva do CPII à Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, que ocorreu somente 20 anos depois.

Realizei, portanto, entrevistas com a própria Professora Maria Amélia Amaral Palladino e duas outras importantes personagens que participaram diretamente daquele processo de

³ NUDOM - Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – Av. Marechal Floriano 80, Centro – RJ.

construção e realização da campanha em favor da mesma: o Professor Maurício dos Santos Guimarães, que veio a ocupar o cargo de Chefe de Gabinete da Gestão Maria Amélia Palladino, e a Professora Ana de Oliveira, que participou da mobilização por mudanças na gestão institucional e foi eleita Diretora da Unidade São Cristóvão I em eleição realizada durante a Gestão Maria Amélia Palladino.

Cabendo ainda o registro de que estas entrevistas estão apresentadas no Anexo desse *e-book*, de forma sintética e com revisões, além do *link* da entrevista na íntegra, sem revisões, nas suas Referências. A leitura dessas entrevistas poderá ilustrar ainda mais o entendimento do que descrevo neste capítulo, trazendo à luz informações importantes para o histórico e a avaliação de todo o processo de democratização do Colégio Pedro II.

2. UMA CURTA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO CPII

As três entrevistas contidas no Anexo deste *e-book* forneceram dados importantes para entendermos aquele momento conjuntural, de como ocorreu aquela mobilização, até a posse da Professora Maria Amélia Amaral Palladino. A narrativa comum às três entrevistas era a de que a Comunidade escolar ansiava por participar das decisões institucionais, tanto nas decisões via Conselhos do CPII, como na escolha de quem iria dirigir o Colégio Pedro II e as suas Unidades Escolares. Afinal a escolha dos dirigentes mantinha ainda a forma indireta, através da composição de listas tríplexes ou sêxtuplas, dependendo do período normativo, endereçadas ao MEC, sem qualquer obrigatoriedade de consulta à Comunidade escolar e, no caso dos dirigentes das Unidades Escolares, por escolha do Diretor-Geral, sem qualquer obrigatoriedade, também, de consulta institucional a docentes, estudantes e técnicas/os-administrativas/os daquelas Unidades. Essa narrativa está também descrita em algumas passagens do livro *Memórias Históricas do Colégio Pedro II – 180 anos de história da Educação Brasileira* (SANTOS, 2018).

Inclusive, sobre essa questão, as entrevistas da Professora Maria Amélia e do Professor Maurício Guimarães ilustram bem como se davam as escolhas e os princípios que norteavam a administração naquela época para este tipo de escolha. As entrevistas mencionam a participação do Professor Maurício Guimarães de uma consulta, enquanto candidato a Diretor da Unidade Escolar Centro, tendo obtido maior número de votos que a candidata adversária, mas que ao final a escolha do Diretor-Geral, o Professor Antônio Chediak, recaiu sobre a candidata menos votada pela Comunidade escolar, a Professora Vera Maria Rodrigues – cabendo o registro de que não foi uma consulta formulada pela Direção-Geral do Colégio, mas realizada e defendida pela Associação de Docentes, bem como pelas/os integrantes daquela Unidade Escolar.

No livro *Memória Histórica do CPII* (SANTOS, 2018) este episódio é apresentado apenas com a menção da posse da Professora Vera Maria Rodrigues⁴ no cargo de Diretora da Unidade Centro, escolhida pelo Diretor-Geral Antônio Chediak, e do fato da não realização de uma consulta à

⁴ Professora do Departamento de Matemática do CPII, foi Diretora da Unidade Escolar Centro, tendo posteriormente o cargo de Secretária de Ensino do Colégio Pedro II e ainda mais adiante de Diretora-Geral da Instituição, cargo que foi transformado em Reitora após a equiparação do CPII com os demais Institutos Federais a partir da Lei 12.677/2012.

comunidade para a escolha das direções das Unidades naquele período (SANTOS, 2018, p.146).

Enfim, havia hábitos e costumes, que alguns poderiam chamar de “protocolo institucional”, onde a Direção-Geral do momento encaminhava a sua substituição através de lista tríplice ou sêxtupla de nomes ao MEC, o que era inclusive previsto na legislação à época: Decreto-Lei 245/1967⁵ (BRASIL, 1967) e Portaria MEC nº 503/87⁶ (MEC, 1987). Ambas mencionavam a existência de uma Congregação – uma espécie de Conselho Superior, se comparado ao que temos hoje nos Institutos Federais –, que mantinha uma composição apenas de docentes, excluindo da participação as/os estudantes, bem como técnicas/os-administrativas/os.

Nas três entrevistas, foi possível uma descrição do que teria acontecido naquele período e até mesmo um pouco antes do término do mandato da Gestão Chediak, e como foi a indicação e a construção da indicação da Professora Maria Amélia, na medida que ela já estava aposentada havia mais de um ano. Outro elemento comum nas três entrevistas foi a mobilização de uma parcela da Comunidade escolar do CPII, cabendo o registro de que era uma novidade na instituição quanto ao processo sucessório de suas e de seus dirigentes.

A partir das informações fornecidas pelas entrevistas, posso ainda registrar que aqueles setores resolveram *subverter a ordem*, tirando das mãos do poder institucional a gestão daquele processo e encaminhando ao MEC e ao Governo sua própria indicação para o cargo de Diretor-Geral do CPII, à margem da prática de décadas, conservada pelos velhos hábitos da longa história institucional do CPII. Estes setores da base da Comunidade escolar construíram e defenderam a candidatura e nomeação da Professora Maria Amélia Amaral Palladino, a partir de um programa que levasse à democratização da Instituição. A entrevistada Ana de Oliveira, que participou de algumas reuniões que construíram este programa para a possível nova administração, buscando promover as mudanças necessárias à implantação de uma Gestão Democrática para a Instituição, até o final da elaboração desse texto ~~ela~~ não conseguiu localizar uma cópia do documento que ela ajudou a construir, devido as três décadas de distância desde o ocorrido. Também nos arquivos das Entidades Representativas de Servidoras/es do CPII (ADCPII – Associação de Docentes do CPII e SINDSCOPE – Sindicato

⁵ Decreto Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, **Art. 20.** (...) **§ 1º** O Diretor-Geral, nomeado pelo Presidente da República, será escolhido, de preferência, dentre os nomes integrantes da lista sêxtupla organizada pela Congregação, por votação uni nominal. (Redação dada pela Lei nº 5.758, de 1971).

⁶ Portaria do Ministério da Educação (MEC), 28 de setembro de 1987, aprova o Regimento Interno do CPII.

dos Servidores do CPII) não foi possível encontrar qualquer documentação sobre o tema.

Nos relatos das entrevistas com o Professor Maurício Guimarães, pude perceber que aquela mobilização tinha uma articulação ainda mais ampla do que a comunidade interna do CPII. À época ele ocupava cargo de dirigente na diretoria da antiga Associação Nacional de Docentes das Escolas Federais (ANDEF), a qual a ADCPII era vinculada, e ao ser procurado por estudantes ligados à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES/RJ) e à União Nacional de Estudantes (UNE/RJ), e que também eram ex-alunos do CPII, dialogaram sobre a construção da candidatura da Professora Maria Amélia, enquanto alternativa ao que estava sendo encaminhado pelo *statu quo* institucional. Estes estudantes a conheciam desde a época em que dirigiu a Unidade Escolar Centro, por oito anos, durante a qual manteve uma relação de muito respeito e diálogo com o segmento estudantil.

As entrevistas pontuaram como aspectos do período que antecedeu à chegada ao cargo da Professora Maria Amélia, a ausência de democracia na gestão do CPII, a falta do respeito à representatividade nas instâncias de todos os segmentos que compunham a Comunidade escolar e, conseqüentemente, nas decisões do CPII, além do conservadorismo na gestão escolar. O olhar de cada entrevistada/o, mesmo que em entrevistas realizadas em datas distintas, foi na mesma direção: aquele movimento iniciado por estudantes, professoras/es e técnicas/os-administrativas/os, enfrentou os costumes e disputou com as “forças” institucionais o espaço escolar, reservado até ali para reverenciar uma elite institucional.

Para além dos interesses e demandas internas do CPII, não podemos afirmar peremptoriamente que aquela transição histórica sofreu influências externas do momento por que a sociedade brasileira passava. Entretanto, podemos depreender que houve influência nesta e em outras lutas por democratização do espaço público, a partir das eleições diretas para Presidente da República em 1989, após mais de duas décadas de eleições indiretas, além das lutas da década anterior, nos anos 1980, em favor da democratização do país e de suas instituições, por meio, principalmente, do movimento “Diretas Já!” e da realização da Assembleia Nacional Constituinte. Isso não pode ser deixado de lado enquanto elemento importante para avaliação daquela mobilização interna no CPII.

É preciso registrar, ainda, que o período em que ocorre a campanha pela indicação da Professora Maria Amélia Amaral Palladino é o mesmo em que ocorre uma ampla mobilização estudantil e popular no Brasil pelo “Fora Collor”. O Presidente Fernando Collor de Melo renuncia em 29 de dezembro de 1992 e a Professora Maria Amélia Amaral Palladino é nomeada três

meses depois⁷. Não podemos afirmar que o movimento pelo *impeachment* de Collor teria tido alguma relação ou influência para o resultado final obtido, mas segundo apontaram as entrevistas da Professora Maria Amélia e do Professor Maurício Guimarães, o nome da candidata recebeu apoio de inúmeros parlamentares (Jandira Feghali, Roberto Campos, entre outros), de esquerda e de direita – incluídos alguns muito conservadores –, podendo levar a uma avaliação de que tal apoio talvez não fosse possível em outro contexto histórico.

Ocorriam manifestações com uma ampla participação popular, onde uma grande parte era de jovens, apontadas/os historicamente como “caras pintadas”, o que pode ter influenciado as representações políticas a terem posições mais progressistas. Ao final, a indicação da Professora Maria Amélia contava com o apoio do movimento e das entidades estudantis, assim como de trabalhadoras/es do CPII.

Para além do Parlamento, assumia um novo governo, que precisava “estar bem com as massas”. Esse apoio parlamentar, segundo as duas entrevistas mencionadas nos dois últimos parágrafos, passou a fazer parte de um dossiê que foi entregue ao novo Ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, do qual também, em decorrência da distância de mais de 30 anos do fato ocorrido, nenhum das/os entrevistadas/os conseguiu apresentar cópia do referido dossiê.

Segundo o que se apurei nas entrevistas, para além da necessidade da oxigenação na forma de administrar o CPII, aquela movimentação estabeleceu para a Gestão Maria Amélia Palladino tarefas urgentes, que gerariam a ruptura com a tradição gestora do Colégio Pedro II e que mexeriam com alguns setores, os “vencidos”, na disputa pela indicação e nomeação ao cargo. Segundo a Professora Maria Amélia, a ideia de que a nova administração traria avanços esteve muito presente durante toda a sua gestão, principalmente por parte dos setores que antes estavam excluídos da representação e da participação nas decisões institucionais – estudantes e técnicas/os-administrativas/os.

Ao pesquisar em alguns arquivos digitalizados enviados por e-mail pelo NUDOM, bem como em SANTOS (2018), foram observadas ações da Gestão Maria Amélia Palladino em direção à construção da democracia interna, promovendo avanços não experimentados nos 156 anos anteriores de existência da instituição, como: a inclusão de segmentos que antes não participavam das decisões institucionais (estudantes e técnicos-administrativos); a equiparação dos segmentos, quanto a sua participação nestas instâncias, a partir da paridade

⁷ Em 29/03/1993, através da Portaria 513/1993 (MEC/1993).

de votos nestes processos institucionais entre estudantes, docentes e técnicas/os-administrativas/os; eleições diretas para Diretoras/es das Unidades Escolares, com a nomeação da candidatura mais votada; e a elaboração e aprovação do Regimento Interno para o CPII com a participação e definição pela representação da Comunidade escolar.

Podemos apontar como os principais exemplos dessas novas ações: a Comissão Pró-Regimento Interno (COMPRI); e a Assembleia Estatuinte – ambos para a construção de um novo Regimento Geral do CPII –, além da realização de eleições para Direções de Unidades Escolares, cujos mandatos estavam se encerrando. “A nova Diretora-Geral foi encarregada de conduzir o processo de transição democrática do Colégio Pedro II. O Ministério teria expressado o propósito de estipular um prazo para que isso acontecesse, porém ela não aceitou essa limitação” (SANTOS, 2018, p.150).

Segundo o Boletim *CPII URGENTE* Especial, sem data, do arquivo NUDOM (1993), a pretensão da Direção-Geral era iniciar os debates com as Entidades Representativas dos segmentos que compunham a Comunidade escolar, para a elaboração de um processo que promovesse o debate entre docentes, estudantes e técnicos-administrativos.

Entretanto, ocorreu um atraso de três a quatro meses naqueles debates, na medida que a ADCPII havia realizado um plebiscito que aprovou que a representação das/dos docentes do CPII, na composição de qualquer fórum ou comissão que viesse a discutir o Regimento Interno ou em qualquer outro processo democrático, deveria ser de 60%. A Associação dos Servidores do Colégio Pedro II (ASCOPE) e os Grêmios recorreram daquela posição e apresentaram suas discordâncias à Diretora-Geral. Discutiram e aprovaram em suas Assembleias a defesa da Paridade. Ao final do impasse, a Direção-Geral, após sete meses de mandato, definiu como se daria o processo a partir dali (SANTOS, 2018, p.155).

Pela primeira vez na história da instituição se estabelece como premissa a igualdade de representação entre os segmentos, mesmo depois da pressão exercida pelo plebiscito do segmento docente, que procurava manter proporcionalmente maior representação nas discussões sobre o Regimento Interno.

A Comissão Pró-Regimento Interno - COMPRI, constituída com a função de buscar documentos, normas e leis vinculadas a outras instituições do Sistema Federal de Ensino, a fim de elaborar uma minuta de anteprojeto, encaminha seus estudos preliminares e a Direção-Geral apresenta o texto alinhavado para debate nas Unidades Escolares. Sendo logo a seguir constituída, paritariamente, a Assembleia Estatuinte, por 15 docentes, 15 estudantes e 15

técnicas/os-administrativas/os, todas e todos eleitas/os por seus pares (SANTOS, 2018, pp.155-156). Aquele fórum estava constituído para aprovar e encaminhar uma proposta final de Regimento Interno do Colégio Pedro II ao Ministério da Educação. Inclusive o MEC menciona a discussão sobre o tema na Comunidade escolar do CPII em uma exposição de motivos interministerial MEC/SAF ao Presidente da República, nº 46040.008692/94-59 (SINDCOPE, 1994), no final do ano de 1994, em que é apresentada uma Estrutura Regimental para o Colégio Pedro II, a ser desdobrada em um novo Regimento Geral para a Instituição.

Outra importante novidade na Gestão Maria Amélia Palladino foram as consultas para Diretoras/es de Unidades Escolares, que estavam com seus mandatos expirados, onde foi respeitada a vontade da Comunidade escolar com a nomeação da candidatura mais votada, além de contar com a participação de docentes e técnicas/os administrativas/os; as/os estudantes não participaram, pois tratavam-se de Unidades Escolares do primeiro segmento do Ensino Fundamental: Engenho Novo I e São Cristóvão. As demais Unidades Escolares do Ensino Fundamental 1 – Tijuca I e Humaitá I – enviaram manifestação de suas/seus servidoras/es reivindicando a não realização de consulta para suas Unidades, mantendo as direções até que se fizessem eleições para as demais Unidades Escolares do CPII (SANTOS, 2018, p.150). Sobre essa consulta, a Professora Ana de Oliveira menciona na sua entrevista que toda aquela mobilização da Comunidade escolar de São Cristóvão I ocorre como um processo que antecedeu e influenciou um novo modelo de gestão democrática e participativa para aquela Unidade Escolar.

Na metade do segundo ano de mandato da Gestão Maria Amélia, o Ministério da Educação, sem qualquer diálogo anterior com aquela Diretora-Geral, interrompe o caminho iniciado em março de 1993, suspendendo as ações pela democratização que vinham sendo desenvolvidas por aquela gestão, encaminhando um processo de consulta para nomeação de uma nova gestão no CPII.

Em meio àquela situação, para perplexidade geral, foi publicada Portaria Ministerial nº 1570 de 07 de novembro de 1994, encarregando os Diretores-Gerais *pro tempore*, do Colégio Pedro II, do Instituto Benjamin Constant e do Instituto Nacional de Educação de Surdos de convocar os órgãos máximos de deliberação coletiva de suas instituições, com a finalidade de organizar por votação uni nominal, as listas sêxtuplas destinadas à escolha dos novos Diretores-Gerais dos referidos estabelecimentos (...)Assim, de forma abrupta, foi interrompida a Assembleia Estatuinte e frustrado o projeto de se ter um novo Regimento adequado à realidade do Colégio Pedro II, elaborado por representantes da própria Comunidade escolar (SANTOS 2018, p.155).

A Congregação do CPII não havia sido composta até ali pela Gestão Maria Amélia Palladino, por opção desta, já que estava ocorrendo um debate para a elaboração de uma nova legislação para a instituição. A Diretora-Geral resolveu não convocar novas eleições para aquela instância, aguardando a finalização dos trabalhos da COMPRI e, em desdobramento a esta, da Assembleia Estatuinte (SANTOS, 2018, p.155).

Na sua entrevista, a Professora Maria Amélia confirmou a não convocatória daquele Conselho, deixando clara a sua opinião quanto ao formato inadequado da Congregação, composta apenas por docentes, o que contrariava os seus princípios e o seu programa de Gestão.

Avaliando o cenário em que ocorreu a publicação da referida Portaria Ministerial (MEC, 1994), em que estava próximo o término do mandato do governo de Itamar Franco, seria palpável avaliar que o Ministro da Educação quisesse dar fim ao processo iniciado em 1993 e devido a isso aquela consulta extemporânea.

GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA 1.621, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 1.570, de 07 de novembro de 1994, deste Ministério, resolve:

Artigo 1º Fica a Direção-Geral do Colégio Pedro II, encarregada de constituir Comissão com a finalidade de exercer as atribuições da Congregação do Colégio previstas na Portaria Ministerial 1.570/94, até que se efetive a instalação desse órgão máximo de deliberação coletiva.

Parágrafo único - A Comissão teria a seguinte composição:

I – a Diretora-Geral do Colégio Pedro II, que a presidirá,
II - o Secretário de Ensino; os Diretores de Unidades de ensino; os coordenadores setoriais e 08 (oito) dentre os Chefes de Departamentos, escolhidos por seus pares, como representantes do Conselho Departamental;

III - o presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente-CPPD,

IV - o presidente da Comissão Permanente do Pessoal Técnico Administrativo-CPPTA,

V - o presidente da Associação de Docentes do Colégio Pedro II,

VI - o presidente da Associação de Servidores do Colégio Pedro II,

VII - o presidente da Associação de Ex-Alunos do Colégio Pedro II,

VIII - 09 (nove) membros escolhidos entre os que integram a Comissão Estatuinte do Colégio, sendo 03 (três) docentes, 03 (três) discentes e 03 (três) técnico-administrativos, indicados por seus pares.

(....)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL (MEC, 1994)

Uma composição tão antidemocrática como a prevista na Congregação original, prevista na Portaria MEC 503/87 – 24 docentes, 4 técnicos-administrativos e 4 estudantes (sendo um ex-aluno) – pode ser considerado um retrocesso, se compararmos a composição da Assembleia Estatuinte, que garantia a paridade entre os segmentos. Poderíamos considerar como um pequeno avanço a inclusão de dois segmentos – estudantes e técnicas/os-administrativas/os –, que anteriormente não faziam parte da composição original, entretanto, representavam apenas 25% do total da referida comissão provisória.

Um fato que precisa ser destacado foi o impedimento da participação da Professora Maria Amélia enquanto candidata, excluída daquela consulta por já estar aposentada. Ressalto que em administrações anteriores do Colégio Pedro II o cargo fora ocupado por docentes nesta mesma condição, incluindo o seu antecessor, o Professor Antônio Chediak, além da própria Professora Maria Amélia, nomeada pelo mesmo Ministro Murílio Hingel para dirigir até ali o CPII, já sendo aposentada na época da sua nomeação.

Enquanto nomeada para presidir a referida Congregação Provisória, que inclusive definiu o colégio eleitoral da consulta, bem como todas as regras do processo, a Professora Maria Amélia Amaral Palladino disse na sua entrevista que, por razões óbvias, sentiu-se impedida de fazer campanha em favor de alguma das candidaturas, mesmo quando uma delas representava a continuidade do projeto inaugurado desde a sua posse.

O processo eleitoral de 1994, normatizado por esta comissão organizadora, teve como norma central o colégio eleitoral proporcional, instituído internamente pela Portaria do CPII nº 654, de 29 de novembro de 1994 (NUDON, 1994), estabelecendo o peso diferenciado de votos por segmento: 50% para docentes, 40% para técnicas/os administrativas/os e 10% para estudantes. Um claro retrocesso se compararmos o avanço anterior na composição paritária da Assembleia Estatuinte, o que também foi uma característica das consultas para a escolha de Direções de Unidades Escolares, ambos ocorridos até ali, em 156 anos de história do CPII, somente na Gestão Maria Amélia Palladino.

Ocorreram a campanha e a votação para aquela consulta – algo também inédito na instituição – com o resultado eleitoral expressando, em grande parte, a composição e o que aquela Congregação Provisória aprovou enquanto regra para o processo. Enfim, para além do avanço da consulta para Diretor-Geral – a primeira na história da instituição – houve um recuo dos avanços democráticos conseguidos ao longo do curto mandato da Professora Maria Amélia. Afinal, a comunidade acabara de eleger um fórum que deliberaria por um

novo Regimento Interno para a instituição, composto de forma paritária, como já mencionado, mas agora o CPII teria a eleição de uma nova gestão onde o segmento docente voltava a figurar como mais representativo na Instituição.

A criação de uma comissão organizadora para esta consulta, com a maioria dos seus integrantes composto do segmento docente, em grande parte da cúpula institucional, inclusive com vínculos anteriores ao mandato da Professora Maria Amélia – sete dos nove Diretoras/es de Unidades e as/os 8 Chefes de Departamento que compuseram aquela comissão eleitoral –, poderia causar uma interferência direta no processo, um retrocesso em relação aos avanços na representação institucional dos segmentos alcançados até ali.

A partir da impossibilidade da candidatura da Professora Maria Amélia, candidatou-se à época o seu Chefe de Gabinete, o Professor Maurício Guimarães. Segundo o próprio, sua candidatura seria para dar continuidade à gestão da qual ele fazia parte, concluir a normatização interna e dar prosseguimento à construção de uma gestão democrática para o CPII.

Observando o resultado daquela consulta, disposto e comparado nas três tabelas a seguir, podemos observar a interferência direta das regras na definição do resultado final daquela consulta.

TABELA 1 – NÚMERO OFICIAL DE VOTOS POR SEGMENTO – CONSULTA DE 1994				
CANDIDATOS	ESTUDANTES	DOCENTES	TÉCNICOS	TOTAL DE VOTOS
Wilson Choeri	176	282	328	786
Maurício Guimarães	496	206	321	1023
Gilson Puppín	249	250	34	533
José Lavos	23	25	62	110
Roberto Wagner	15	12	46	73
Branços	0	2	0	2
Nulos	31	20	13	64
TOTAL	990	797	804	2591
Abstenções	3267	69	127	3463

Tabela 1 – (NUDOM, 1994-B)

TABELA 2 – % OFICIAL DE VOTOS POR SEGMENTO – CONSULTA DE 1994					
PROPORCIONALIDADE DE VOTOS	CHOERI	MAURÍCIO	PUPPIN	LAVOS	ROBERTO
Docentes (60%)	15,91	11,69	14,11	1,41	0,68
Estudantes (10%)	0,41	1,17	0,58	0,05	0,04
Técnicos (40%)	14,09	13,75	1,46	2,66	1,98
TOTAL PERCENTUAL	30,42	26,58	16,15	4,13	2,69

Tabelas 2 – (NUDON, 1994-B)

Simulação produzida por esta pesquisa, aplicando o princípio da paridade no peso dos votos dos 3 segmentos que compuseram aquele Colégio Eleitoral:

TABELA 3 – SIMULAÇÃO COM PESO DE VOTOS PARITÁRIOS RELACIONADOS À TABELA 1					
PESO PARITÁRIO DE VOTOS	CHOERI	MAURÍCIO	PUPPIN	LAVOS	ROBERTO
Docentes (33,33%)	35,38	25,85	50,19	3,14	1,51
Estudantes (33,33%)	17,78	50,10	25,15	2,32	1,52
Técnicos (33,33%)	40,80	39,93	4,23	7,71	5,72
TOTAL PERCENTUAL	28,19	34,76	23,87	3,95	2,62

Com base no resultado oficial, e comparando o peso de votos proporcional (tabela 2) com a simulação com peso de votos paritários (tabela 3), observamos que no primeiro modelo o vencedor foi o Professor Choeri e no segundo modelo a vitória seria do Professor Maurício Guimarães. Sendo importante lembrar que até a formação daquela “Congregação Provisória” a paridade era a escolha institucional de percentual de representação entre os segmentos que compunham a Comunidade escolar. O retrocesso fica explícito no resultado daquela consulta.

Enfim, em uma instituição acostumada à democracia talvez aquele resultado tivesse sido menos comprometedor, pudesse ser considerado apenas um incidente ou um equívoco. Mas, a partir da composição da comissão gestora da consulta definida pelo MEC, percebe-se que o modelo adotado retomou a trajetória anterior à Gestão da Professora Maria Amélia Palladino, e acentuando ainda mais o caráter inovador que ela havia pautado para a Instituição naqueles 20 meses de mandato, ou como ela mesmo pontuou na sua entrevista: “dois anos letivos”.

“Encerrava-se, assim, um curto período administrativo, porém extremamente dinâmico e inovador” (SANTOS, 2018, p.157). Segundo o entrevistado Maurício Guimarães, candidato naquela consulta, “venceu a visão mais tradicional do CPEI, não sendo possível a continuidade das mudanças iniciadas em 1993”.

O Professor Wilson Choeri, vitorioso naquela consulta, é nomeado pela Portaria Ministerial nº 1.728, de 15 de dezembro de 1994⁸ (MEC, 1994-B), tendo tomado posse no Ministério da Educação, em 21 de dezembro de 1994.

A vastíssima experiência administrativa que o professor Wilson Choeri adquirira ao longo de anos de exercício de diversas funções de relevo, tanto no Colégio Pedro II, quanto em outras instituições, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sua

⁸ Diário Oficial da União, de 19 de dezembro de 1994, Seção 2, nº 239, p.8.423.

inteligência privilegiada e sua enorme criatividade fizeram que assumisse a Direção-Geral do Colégio Pedro II repleto de energia e disposição para desenvolver ainda mais a escola da qual fora aluno na década de 1940 (SANTOS, 2018, p.158).

Mesmo que o processo tenha sido pautado pelo retrocesso na composição do colégio eleitoral, pela primeira vez, nos seus mais de 156 anos de existência, a Comunidade escolar, com a participação dos seus três segmentos, pôde decidir quem ocuparia o cargo máximo da instituição. Não obstante os fatos de que projetos distintos foram apresentados durante a campanha, conforme destacou o Professor Maurício Guimarães em sua entrevista, e ter enfrentado o Colégio Pedro II modificações após aquela consulta, assim como já havia sofrido com a criação e debates na COMPRI e, em consequência destes, na Assembleia Estatuinte, podemos considerar aquela consulta, contudo, um marco institucional na construção da sua democratização.

3. A VOLTA A UM PASSADO QUE NÃO DEU NEM TEMPO DE ESQUECER

Inicia-se uma nova gestão, um novo período. O Professor Wilson Choeri é reconhecidamente uma das lideranças do grupo que esteve à frente da Instituição ao longo de décadas anteriores à Gestão Maria Amélia Palladino. Este entendimento vem do fato de ter ocupado cargos de direção no CPII, tendo sido Secretário de Ensino em pelo menos duas gestões anteriores, a de Tito Urbano da Silveira⁹ e Antônio Chediak.

Nos arquivos da ADCPII e do SINDSCOPE, verifiquei a existência de inúmeras passagens históricas que descrevem bem o olhar diferenciado e bastante peculiar presentes nos quatro mandatos consecutivos em que o Professor Wilson Choeri esteve à frente da Direção-Geral do CPII.

Estes documentos identificam algumas das dificuldades encontradas pela Comunidade escolar durante estes mandatos, principalmente em relação à descontinuidade do processo de democratização da instituição, como por exemplo o fim das discussões da Assembleia Estatuínte, com a imediata retomada da Congregação, logo após a sua posse (SANTOS, 2018, p.158-159). Retoma-se, portanto, um Conselho composto somente por docentes, excluindo novamente das discussões e decisões institucionais estudantes e técnicas/os-administrativas/os.

Destarte, iniciou uma nova etapa institucional, tendo como principal objetivo promover a reestruturação organizacional e funcional do Colégio Pedro II.

O Art.33 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 503, de 28 de setembro de 1987, estabelecia que:

O Diretor-Geral poderá dispor sobre a reestruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos integrantes da estrutura organizacional básica, 'ad referendum' da Congregação desde que não haja alteração nas suas finalidades. (SANTOS, 2018, p.158).

A partir deste dispositivo regimental, a Gestão Choeri iniciou seu mandato estabelecendo uma série de medidas normativas, pelas quais, segundo os relatos de SANTOS (2018), buscava uma reestruturação que viabilizasse seu mandato.

Nos primeiros meses de sua administração, ele publicou portarias criando novos Conselhos e funções, *ad referendum* da Congregação. Esta, por sua vez, também teve sua composição revista e renovada por meio de processos de consulta à comunidade docente. No ano seguinte, plenamente restabelecida, foi convocada para analisar as

⁹ Ingressou como aluno no Colégio Pedro II na década de 1930. Foi monitor, auxiliar de ensino, assistente de ensino e depois foi Professor de Ensino secundário e Professor Catedrático de Química do CPII. Foi Diretor do Externato de 1968 a 1971 e Diretor-Geral do CPII de 1979 a 1989, ano que faleceu.

portarias citadas, as quais, após sua aprovação, passaram a integrar o Regimento Interno do Colégio Pedro II, sob forma de Deliberações Regimentais. (...) Foi criado, por exemplo, o Conselho Pedagógico, a partir da Portaria nº 381, de 27 de março de 1995, incluindo na sua composição os Diretores de Unidades Escolares II, Coordenadores Setoriais de Unidades Escolares I, Secretário de Ensino, Chefes de Departamento, Subsecretários de Ensino e de Planejamento, bem como a participação de uma chamada consultoria técnica do Supervisor do Serviço de Saúde e o Chefe da Procuradoria Autárquica do CPII. A criação deste Conselho visava assessorar o “Diretor-Geral” em assuntos didático-pedagógicos e na elaboração do planejamento visando à interdisciplinaridade, metodologia e à padronização dos procedimentos entre as Unidades Escolares e entre os Departamentos Pedagógicos (SANTOS, 2018, p.159).

Observa-se que, mesmo com a criação de Conselhos, com a possibilidade de participação de representação da **“comunidade docente”** (SANTOS, 2018) – *grifo nosso* -, em nenhum dos atos relatados se inclui o conjunto dessa mesma Comunidade escolar nas instâncias superiores. Quando o texto acima menciona a expressão *“ad referendum da Congregação”*, existe um retorno político ao período em que parte dessa mesma Comunidade escolar clamava por inclusão e por participação nas decisões institucionais. Enfim, não existe qualquer aceno da nova gestão, mesmo depois dos avanços estabelecidos durante a gestão anterior, em direção à democratização do CPII, com a inclusão dos três segmentos que compõem aquela Comunidade escolar.

Além disso, fortalecer um Conselho já ultrapassado como era a Congregação, do ponto de vista da representatividade dos segmentos que compõem a escola, bem como do propósito daquela instância, significava, na prática, promover o retrocesso e também revisar os avanços sob a áurea de ações democráticas. A partir de um olhar um pouco mais atento, percebe-se que foi um retrocesso, rompendo com todo caminho anterior, pondo fim à paridade entre os segmentos e o princípio da sua inclusão nas instâncias do CPII, além de subordinar a essa mesma lógica as consultas futuras para a escolha de Diretoras/es de Unidades Escolares pela Comunidade escolar.

Importante ressaltar que aquela retomada era exatamente o revisitar da Portaria 503/1987 (MEC, 1987), e de dois outros documentos legais das décadas de 1960 a 1990, respectivamente, o Decreto-lei nº 200/1967¹⁰ (BRASIL, 1967) e a Lei nº 7.596/87¹¹ (BRASIL, 1987), que mantinham os princípios de uma estrutura arcaica, pautada na concentração

¹⁰ Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

¹¹ Lei nº7.596, de 10 de abril de 1987, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

de poder e na exclusão da Comunidade escolar das instâncias e, conseqüentemente, das decisões institucionais.

Para além de tudo isso, a Congregação, segundo aquela Portaria 503 (MEC, 1987), só poderia ser convocada pelo seu Presidente, integrante nato, o Diretor-Geral. Seus componentes, em quantidade significativa, eram indicados por ele, e aqueles e aquelas que deveriam ser eleitos, e que não eram anteriormente em decorrência da não existência de algumas classes e funções, eram em quantitativo menor do que os indicados pelo Diretor-Geral, o que reforça a ideia de que a Congregação era uma instância subordinada ao Diretor-Geral, e contrariava todo o conceito de democratização das instituições públicas de ensino, previstas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e, a partir de 1996, em caráter complementar, na Lei de Diretrizes e Bases¹² (BRASIL, 1996).

O Regimento Interno do CPEI e a Portaria 503/1987 (MEC, 1987) não deixam dúvidas quanto a todas as afirmações dos parágrafos anteriores:

Seção II

Art. 7º. A Congregação do Colégio Pedro II, como órgão deliberativo, com as funções de Conselho Superior, exercerá suas competências na forma que lhe for atribuída pelo Regimento Interno.

1.º A Congregação será constituída por:

I – Diretor-Geral que será o seu Presidente; ***(“grifo nosso” membro nato)***

II – Diretores das Unidades Escolares; ***(grifo nosso: indicados pelo Diretor-Geral – eram 9 à época, que não eram eleitos inicialmente)***

III – Professores Titulares, na proporção de 2 (dois) para cada matéria do currículo; ***(grifo nosso: indicados pelo Diretor-Geral)***

IV – Representantes das Classes A, B, C, D e E da Carreira do Magistério, sendo 3 (três) de cada classe; ***(grifo nosso: eleitos pelos pares – a partir de 94 os concursos para as Classes A e B não eram mais realizadas)***

V – um representante dos professores eméritos; ***(grifo nosso: a concessão desse título era das Direções Gerais que concediam anteriormente tais títulos)***

VI – Secretario de ensino. ***(grifo nosso: indicado pelo Diretor-Geral)***

2º. Integrarão, também, à Congregação, os Chefes de Departamentos em que não haja professor titular em exercício, na Chefia.

3º. Os representantes de que se trata os itens IV e V serão escolhidos por seus pares,

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, sancionada em 20 de dezembro de 1996.

por voto secreto, em eleição convocada pelo Diretor-Geral, e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez.

Depreendemos, também, que mesmo após a reformulação efetuada pela Gestão Wilson Choeri, segundo os registros de Santos (2018), a Portaria do MEC e as Leis pelas quais o CPII estava constituído e normatizado não haviam sido revogadas e/ou modificadas, nem mesmo as mudanças efetuadas por Portaria interna resolveram a subordinação daquele fórum/instância ao Diretor-Geral e o seu elitismo devido à participação exclusiva do segmento docente.

A legislação e a sua aplicação no CPII eram como um privilégio para poucos! Um cenário, parece, bastante confortável para um dirigente de instituição pública de ensino, tendo sempre a palavra final em todos os temas e assuntos, podendo, inclusive, apresentar posicionamento em grau de recurso à decisão daquela instância e modificar a decisão tomada pelo conjunto de suas/seus participantes.

À Congregação competia, entre outras coisas, apreciar e aprovar a proposta orçamentária e manifestar-se sobre acordos, contratos, convênios firmados e sobre as propostas de alteração do Regimento Interno do CPII; aprovar, ainda, o plano de trabalho do CPII; e decidir, em grau de recurso, sobre os atos das várias autoridades do Colégio (MEC, 1987).

A partir deste controle institucional, a Gestão Wilson Choeri podia se dar ao luxo de promover processos de consultas variadas e estabelecer retrocessos quanto ao conteúdo das consultas do período anterior.

Conforme explicado anteriormente, os mandatos dos Diretores das Unidades Escolares venceriam em janeiro de 1996, de acordo com as portarias ministeriais que os nomearam em janeiro de 1992. Contudo, ***o professor Choeri, ao contrário de seus dois antecessores, entendia ser plenamente válido administrar segundo o Regimento de 1987, o qual, além de não prever consultas para escolha de Diretores, não estabelecia vencimento de seus mandatos (grifo nosso)***, considerando que eram de escolha do Diretor-Geral. Assim, ele prorrogou as nomeações por meio de portarias e somente promoveu consultas à Comunidade escolar para escolha de Diretores e Coordenadores Setoriais de Unidades Escolares, ao final do ano de 1996. Participaram do processo os segmentos docente, técnico-administrativo e discente, atribuindo-se pesos diferentes a cada um, respectivamente 70%, 20% e 10% (SANTOS, 2018, p.166).

Observando o texto supracitado, principalmente o trecho **grifado**, comparando a outros entendimentos em períodos anteriores, percebe-se que as ações institucionais desenvolvidas no CPII naquele período, como por exemplo a consulta à Comunidade escolar

para a escolha das/os Diretoras/es de Unidades, sofreram interferência direta do Diretor-Geral pelo uso de legislações e Portarias variadas, de acordo com os interesses da Gestão, modificando o entendimento de qual Regimento Interno deveria ser aplicado ou modificado, sem a apresentação de justificativas para isso, como comprova o destaque – inclusive modificando percentuais de voto, a cada processo, “*ad referendum da Congregação*”, reduzindo a participação das/os técnicas/os administrativas/os, assim como já teria ocorrido com estudantes, se compararmos os percentuais da consulta para Diretor-Geral que elegera o Professor Wilson Choeri cerca de dois anos antes – docentes, 50%; estudantes, 10%; e técnicos administrativos, 40%.

Além da “cereja do bolo”, a partir daquela legislação anacrônica e ultrapassa, era a cada processo de consulta havia o crivo e a escolha final pelo Diretor-Geral Wilson Choeri de quem assumiria o cargo para o qual se realizara o pleito eleitoral.

Como se nada mais surpreendesse na Gestão Wilson Choeri, ao final de quatro anos do seu 1º mandato, no ano de 1998, manteve-se no cargo para mais quatro anos da sua gestão, sem passar por qualquer processo de consulta à Comunidade escolar, o que acabou deflagrando, segundo os arquivos físicos consultados, todo um enfrentamento das Entidades Representativas do CPII, a ADCPII e o SINDSCOPE, contra mais aquele ato que atentava contra a possibilidade de continuidade no processo de democratização do CPII – pelo menos no que dizia respeito à renovação por consulta do cargo de Diretor-Geral.

Ocorreram vários questionamentos internos pela continuidade do processo de democratização, via consulta para Diretor-Geral. Isso fica bem evidenciado nos arquivos mencionados, mas pelo apurado não encontraram eco junto ao Ministério da Educação, do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha à frente o Ministro Paulo Renato de Souza:

- Ofício Conjunto nº 052/98, de ADCPII e SINDSCOPE, protocolado na Direção-Geral no dia 24/07/1998, reivindicando ao Diretor-Geral que intercedesse junto ao Ministro da Educação, inclusive a partir da declaração do próprio Professor Wilson Choeri, que afirmara pelo ofício 036/98: “cabendo ao Ministro da Educação a escolha e nomeação do Diretor-Geral, é de sua alçada escolher, também, o modo de fazê-lo” (ADCPII, 1998);
- Ofício Conjunto nº 057/98, de ADCPII e SINDSCOPE, protocolado em 08/08/1998 na Delegacia Regional do MEC/RJ, com teor idêntico ao ofício 052/98 enviado à

Direção-Geral do CPIO (ADCPIO, 1998-B);

- Ofício Conjunto nº 099/98, de ADCPIO e SINDSCOPE, protocolado em 22/09/1998, reivindicando junto ao Gabinete do Ministro da Educação a realização de um novo processo de consulta (ADCPIO, 1998-C);
- Documento Conjunto de ADCPIO e SINDSCOPE, direcionados aos integrantes da Congregação, reivindicando que intercedessem junto ao Diretor-Geral para a realização de um novo processo de consulta para o cargo (ADCPIO, 1998-D).

Mesmo com todas as manifestações internas e externas, o Ministro Paulo Renato manteve o Diretor-Geral Wilson Choeri no cargo, sem qualquer consulta, com mais um retrocesso vinculado às ações daquela Gestão no CPIO:

Aproximando-se o término do período de quatro anos de sua gestão, como não houvesse previsão regimental para realização de consulta à Comunidade escolar, a qual fora realizada em dezembro de 1994, por determinação expressa do Ministério da Educação, o professor Wilson Choeri consultou o Ministro da Educação quanto aos procedimentos que deveria adotar com vistas à sucessão. O Ministro Paulo Renato, com base no Art.12 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 503/MEC, de 28 de setembro de 1987, que estabelecia que o Diretor-Geral seria nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação, reconduziu o professor Wilson Choeri ao cargo, ao final de 1998 (SANTOS, 2018, p.173).

Em alternativa à consulta ao Ministro Paulo Renato, a Gestão Wilson Choeri poderia ter realizado, por exemplo, uma consulta, assim como tinha ocorrido no caso das/os Diretoras/es de Unidades, mas não o fez, preferindo manter-se no cargo e procurando se isentar do ato autoritário de uma nomeação sem qualquer consulta à Comunidade escolar, sob o argumento de que a decisão final caberia ao Ministro da Educação, o que é questionável do ponto de vista ético e moral, na medida que ele havia chegado ao cargo através de uma consulta à Comunidade escolar, quatro anos antes, sem que tivesse ocorrido qualquer modificação na legislação em vigor naquela ocasião, o que podemos entender e definir como desprezo/menosprezo à democracia institucional construída até ali.

Pode-se explicar aquela medida como a simples manutenção no cargo pelo Ministro da Educação, assumindo aquele ato autoritário e antipático, de nomeação direta do Diretor-Geral do CPIO. Mas na verdade podemos avaliar ter aquele ato uma relação direta com a aplicação de medidas que o Governo Fernando Henrique Cardoso promoveu em relação às/aos

Servidoras/es e aos Serviços Públicos – hoje amplamente conhecidos, com uma série de ataques a direitos e à própria organização das/dos Servidoras/es Federais.

A lógica usada no CPII, em relação à manutenção do Diretor-Geral, foi a mesma utilizada na Rede de EPT, com o processo de “Cefetização”¹³ das antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas, onde majoritariamente as/os Diretoras/es-Gerais estavam sendo mantidas/os nos cargos, sem qualquer consulta às suas respectivas comunidades, sob a desculpa do processo de transformação em CEFETs que aquelas IFEs vinham efetivando.

O interessante é que o Governo Fernando Henrique Cardoso, dois anos antes, em 1996, havia apoiado no Congresso Nacional um projeto substitutivo do Senador Darci Ribeiro, para uma nova LDB, onde constavam como pontos principais a necessidade de democratização das Instituições Públicas de Ensino, com a necessária participação da sua Comunidade escolar, inclusive no que diz respeito à composição dos Conselhos Superiores que participariam diretamente da gestão escolar. Ou seja, o ato do Ministro Paulo Renato, aceito passivamente pelo Diretor-Geral do CPII, assim como pelas/os Diretoras/es-Gerais das demais IFEs que tiveram também a preservação dos seus mandatos, ignorava princípios presentes na Constituição (BRASIL, 1988) e na LDB (BRASIL, 1996), esta última que aquele governo, inclusive, ajudou a aprovar.

A trajetória das gestões Wilson Choeri foi tão marcante, do ponto de vista da ausência de avanços na democratização e na gestão democrática do CPII, que mais tarde, em um outro momento conjuntural, em que havia toda uma expectativa de mudanças para o país e, conseqüentemente, para as Instituições Federais de Ensino, o SINASEFE, ao qual o SINDSCOPE se filiara em 1997, registra esta trajetória em seu ofício 045/2003 e seu anexo (SINASEFE, 2003), destinado à equipe de transição e depois ao novo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, corroborando, quase 10 anos depois, o que registramos nas páginas anteriores.

Infelizmente, a partir da posse do novo Diretor-Geral, um legítimo representante do conservadorismo já apontado por nós – já havia participado de várias Direções-Gerais como Secretário de Ensino, inclusive em todo o período da Ditadura Militar – foi iniciado um ataque voraz a todos os avanços constituídos a partir de 1992. E o primeiro ato foi anular a Portaria da Diretora-Geral que tratava da implementação da Estatuinte, iniciando um retorno imediato ao passado histórico da Instituição, com todo o seu conservadorismo e a falta de diálogo, anteriores. Além é claro da aplicação incondicional do projeto FHC para a Educação Pública Brasileira dentro dos muros do CPII, servindo, inclusive, como uma espécie de laboratório pedagógico. E esta tem

¹³ Lei nº 8.948/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

sido a tônica dos últimos 8 anos.

(...)

Para se ter uma ideia de como a estrutura organizacional do CPII é confusa e autoritária, apresentaremos agora um breve relato dos órgãos e fóruns que existem naquela IFE.

Não há de fato nesta Instituição de Ensino uma estrutura ou Fórum com autonomia deliberativa e normativa. O Regimento Interno do CPII, que data de 1987, assinado pelo então Ministro de Estado e Educação Sr. Jorge Bornhausen, prevê uma estrutura de poder que não atende à legislação que normatiza o CPII, e tem na sua composição político/administrativo/pedagógica a seguinte ordem hierárquica: a Congregação, o Conselho de Curadores e a Diretoria-Geral. (SINASEFE, 2003)

Para além dos documentos sindicais, SANTOS (2018) reconhece e aponta passagens históricas demonstrando essa condição singular do entendimento de “gestão democrática” do Professor Wilson Choeri. Senão vejamos, ocorreu uma nova consulta para Diretoras/es de Unidades Escolares, convocada pela Portaria nº 876, de 17 de outubro de 2000, cujas condições eram as mesmas de uma consulta anterior, com a participação dos três segmentos – docente, técnico-administrativo e discente maior de 16 anos –, estabelecendo o peso diferente para os votos, respectivamente, em 70%, 20% e 10%. **Grifamos** novamente o fato de que o resultado final poderia ser revisto pelo Diretor-Geral, uma norma já bem utilizada em outros momentos pela Gestão Wilson Choeri, em consultas anteriores, e o que acabou ocorrendo. Vejamos o destaque a seguir que comprova isso.

Em relação à Unidade Escolar Tijuca II, ocorreu situação inusitada de empate entre dois candidatos – Jorge Lúcio Serra Vasconcellos e Tereza Cristina Paiva. O professor foi o mais votado entre os docentes, enquanto a professora venceu entre os técnicos-administrativos. Diante do impasse, o Diretor-Geral adotou decisão igualmente inusitada – não homologou o resultado da consulta, assumindo ele próprio a Direção da Unidade Escolar Tijuca II, cumulativamente com a Direção-Geral, provisoriamente. Ele designou os dois professores e mais a terceira candidata, que participara da consulta naquela Unidade, como Adjuntos do Diretor. Essa situação persistiu até junho de 2001, quando o professor Oscar Halac foi nomeado Diretor *pro tempore* da Unidade Escolar Tijuca II. (SANTOS, 2018, p.180)

Sendo importante esclarecer que não ocorreu um empate de votos ou percentuais de cada candidato; o que ocorreu foi uma votação maior de uma candidatura pelo segmento docente e a outra pelo segmento técnico-administrativo, havendo uma interpretação do Diretor-Geral de que teria ocorrido um empate e a partir dessa justificativa, para além do previsto na Portaria que regulamentava aquela consulta, decidiu quem assumiria o cargo: o próprio, colocando os candidatos “empatados” como seus adjuntos. Enfim, não ocorreu a nomeação da candidata mais votada naquela consulta da Unidade Tijuca II devido à decisão unilateral do Diretor-Geral, sem qualquer base legal e sem respeitar, inclusive, as normas que

ele mesmo propôs e aprovou junto à Congregação. Na prática, o retrocesso que eu aponte.

É preciso o registro de que a interpretação de SANTOS (2018) sobre o ocorrido, dizendo que tal prática era algo inusitado, assim como era também inusitada a decisão final do Diretor-Geral Wilson Choeri, é muito mais do que um equívoco, é uma clara negação de que estavam diante de um processo autoritário e antidemocrático, que não respeitou sequer a própria regra desenhada e publicada pelo Diretor-Geral para aquela consulta. Registros históricos precisam ser feitos com objetividade e isenção, o que parece não ter ocorrido quando a publicação se refere àquele episódio como “inusitado”.

4. A DEMOCRATIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO, EM ESPECIAL, DO CPII, A PARTIR DOS GOVERNOS DO PT

Foram ultrapassados mais quatro anos do segundo mandato da Gestão Wilson, em 2003. Após doze anos de lutas e mobilizações contra o projeto neoliberal no país, é eleito um governo de frente popular, comprometido programaticamente com outros rumos para a Rede Federal de Ensino, questionando a política educacional dos governos FHC, que buscava manter a sua gestão do Sistema Federal de Ensino através de dirigentes com mandatos “biônicos”, sem qualquer compromisso com suas comunidades acadêmicas, em muitos casos tendo sido indicados pelo MEC ou por Conselhos Diretores, sem a realização de qualquer consulta às suas respectivas comunidades escolares, nos CEFETs, nas Escolas Técnicas, nas Escolas Agrotécnicas, nas Universidades e no Colégio Pedro II.

O então candidato Luiz Inácio Lula da Silva ganha as eleições e com ele surge toda uma expectativa de mudanças e avanços para a sociedade e, conseqüentemente, para a Rede Federal de Ensino. Afinal, os discursos do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos que o apoiaram e fizeram sua campanha tinham como ponto de destaque a defesa da democratização do Estado e de suas Instituições, com eleições diretas para os cargos dos seus dirigentes e o surgimento de Conselhos com a participação efetiva da sociedade.

Como já dissemos antes, as entidades sindicais e estudantis apresentaram na primeira hora ao Governo Lula documentos com reivindicações claras de modificação das regras de escolha de dirigentes e da organização das Instituições Federais de Ensino. Foi com esta perspectiva o encaminhamento pelo SINASEFE do já mencionado ofício 043/2003 (SINASEFE 2003).

A partir da inexistência de uma clara legislação que determinasse aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino a obrigatoriedade de consultas, garantindo a participação paritária de toda Comunidade escolar, o Governo Lula publicou, em 13 de novembro de 2003, o Decreto nº 4.877 (BRASIL, 2003), que definia, entre outras questões:

Decreto 4.877/2003

Disciplina o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais serão dirigidos por um Diretor-Geral, nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação feita pela Comunidade escolar, nos termos deste Decreto.

Art. 2º Compete ao Conselho Diretor de cada instituição deflagrar o processo de escolha, pela Comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação para o cargo de Diretor-Geral.

Art. 3º A condução do processo de escolha pela Comunidade escolar de que trata o art. 2º será confiada à Comissão Eleitoral, instituída especificamente para este fim, que possuirá a seguinte composição:

- I - três representantes do corpo docente;
- II - três representantes dos servidores técnico-administrativos; e
- III - três representantes do corpo discente.

(...)

Art. 5º Em todos os casos prevalecerão o voto secreto e uninominal, observando-se o peso de dois terços para a manifestação dos servidores e de um terço para a manifestação do corpo discente, em relação ao total do universo consultado.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, contam-se de forma paritária e conjunta os votos de docentes e de técnicos-administrativos.

Art. 6º O nome do candidato escolhido, mediante observância estrita e cumulativa do disposto nos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, será encaminhado pelo Presidente do Conselho Diretor ao Ministro de Estado da Educação, no mínimo trinta e no máximo sessenta dias antes do término do mandato em curso.

(...)

Art. 7º O mandato de Diretor-Geral de Centro Federal de Educação Tecnológica, Escola Técnica Federal e Escola Agrotécnica Federal será de quatro anos, sendo vedada a investidura em mais do que dois mandatos consecutivos.

Parágrafo único. No caso dos Centros Federais de Educação Tecnológica recém-implantados mediante transformação de antigas Escolas Técnicas Federais ou Escolas Agrotécnicas Federais, a restrição relativa à investidura em mandatos consecutivos aplica-se aos atuais Diretores-Gerais, computando-se, entre seus mandatos, aqueles exercidos sob a denominação de Escola Técnica Federal ou Escola Agrotécnica Federal, conforme a origem de cada Instituição.

(...)

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Rubem Fonseca Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.11.2003 (BRASIL, 2003)

Neste Decreto, podemos observar que os principais conceitos presentes são o respeito ao resultado da consulta, com a nomeação da candidatura mais votada, bem como o estabelecimento da participação dos três segmentos que compunham as comunidades escolares na Rede de EPT. Firmando, inclusive, o entendimento de que docentes e

técnicas/os administrativas/os estavam em um mesmo patamar, bem como a garantia do terço paritário para estudantes. Portanto, podemos considerar este Decreto como um avanço imediato e bastante significativo no processo de democratização de todas as instituições da Rede de EPT, na medida em que o mesmo foi publicado já no final do primeiro ano de mandato de Lula, permitindo, com estas consultas, uma reformulação geral no corpo de dirigentes daquelas IFEs, através da alternância no poder, estabelecendo o direito à recondução sucessiva por apenas uma vez consecutiva.

No caso do Colégio Pedro II, que não foi contemplado diretamente pelo Decreto 4877/03 (BRASIL, 2003), o novo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, a partir de uma pressão direta do SINASEFE, bem como, mais uma vez, da mobilização das entidades representativas do Colégio Pedro II (ADCP II e SINDSCOPE), assume compromissos com a representação da Comunidade escolar, estabelecendo um processo de renovação do cargo de Diretor-Geral na mesma direção da Rede de EPT.

Sem ter promovido as mudanças necessárias no Regimento Interno do CPII, para inclusive adequá-lo à Constituição Federal (BRASIL, 1988) e à LDB (BRASIL, 1996), a Gestão Wilson Choeri acaba ficando exposta a uma situação questionável do ponto de vista administrativo e político junto ao novo governo federal.

As entidades representativas das/os trabalhadoras/es do CPII se manifestaram e insistiram junto ao novo governo da necessidade de se instituir um processo democrático que viabilizasse a substituição do Professor Choeri, afinal ele completara os quatro anos do seu segundo mandato consecutivo, este último definido pelo MEC de FHC, sem qualquer consulta à Comunidade escolar.

O novo Ministro da Educação, a partir de todo diálogo com as entidades locais do CPII, acompanhadas pelo SINASEFE, além da posição expressa pelo Presidente da República no Decreto nº 4877/03 (BRASIL, 2003) para a Rede de EPT, resolveu instituir um processo no CPII, nesta mesma direção, dando autonomia para a Comunidade escolar e constituindo uma Comissão Especial, composta pela representação do conjunto da Comunidade escolar, nomeada a partir das Portarias nº 1354¹⁴ (SINDSCOPE, 2007), de 28/05/2003, e nº 1683¹⁵

¹⁴ Arquivo impresso da Comissão Especial, que estava sob a guarda do SINDSCOPE, que compõe o Relatório Final da referida Comissão.

¹⁵ Arquivo impresso da Comissão Especial, que estava sob a guarda do SINDSCOPE, que compõe o Relatório Final da referida Comissão.

(SINDSCOPE, 2007), de 03/07/2003, tendo duas atribuições principais:

PORTARIA MEC 1354/2003

Art. 1º Constituir Comissão Especial que terá por atribuições:

- I- Realizar consulta à comunidade do Colégio Pedro II, tendo como objetivo colher nomes de candidatos para provimento do cargo de Diretor-Geral da Instituição;
- II- Realizar estudos das e normas infra legais que constituíram o Colégio Pedro II e definem a sua administração, a fim de subsidiar propostas de aprimoramento institucional.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por cinco membros indicados pelas seguintes Entidades:

- a) Associação de Docentes do Colégio Pedro II;
- b) Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II;
- c) Direção Geral do CPIL;
- d) Grêmios Estudantis;
- e) Associações de Pais e Amigos do Colégio Pedro II.

(....)

Ministro da Educação

Cristovam Buarque (SINDSCOPE, 2007)

Dessa vez o Ministério da Educação permitiu que a própria Comunidade escolar fosse a senhora das suas ações – algo diferente do que ocorrera em 1994, quando o MEC definiu o fórum que estabeleceria as regras do processo – e assumisse as responsabilidades pelo processo de consulta, garantidos os princípios da paridade e da participação de todos os segmentos que compunham o CPIL, incluindo os Pais/Responsáveis, até então ausentes em todos os processos anteriores. Um fator significativo ao tratarmos do caráter de inclusão e democracia em uma escola.

Fazendo uma leitura e apuração do farto material dos arquivos físicos de ADCPIL e SINDSCOPE, bem como alguns poucos documentos físicos de Grêmios e Associação de Pais, a partir do relatório bem amplo que a Comissão Especial produziu, verifiquei que a consulta ocorreu, tendo como resultado um novo mandato para o Professor Wilson Choeri. (SINDSCOPE, 2007)

Certamente ficam as perguntas de quem acompanhou a leitura até aqui, do porquê o Professor Choeri ter podido se candidatar, novamente, já que seria o seu terceiro mandato consecutivo. Restando a dúvida, também, de como teria sido analisada a questão da aplicação da Lei 5.758/71¹⁶ (BRASIL, 1971, até ali em vigor, que em seu Artigo 20, parágrafo 2, dizia que

¹⁶ Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 245/1967, que transformou o Colégio Pedro II em autarquia, alterados pela Lei nº 5.490/68, e pelo Decreto-Lei nº 530, de 15 de abril de 1969, e dá outras providências. Em 2012 a Lei nº 12.677 revogou essa legislação ao equiparar o CPIL aos demais Institutos Federais da RFEPT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5758.htm. Acesso em: 03 ago. 2023.

“o mandato do Diretor será de 4 anos, vedada a recondução sucessiva”, legislação já utilizada anteriormente pela Gestão Antônio Chediak, no ano de 1991, e depois pela Gestão Maria Amélia Palladino, para impedir que Diretoras/es de Unidades Escolares fossem mantidas/os no cargo (SANTOS, 2018).

Enfim, estas e outras questões podem encontrar respostas e estão explicitadas no relatório final da Comissão Especial do CPEI, que uma pequena parte do seu conteúdo apresento abaixo, como fonte para a nossa pesquisa:

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL

(...) criamos e promovemos a eleição de uma subcomissão, denominada Comissão Eleitoral, constituída, paritariamente, por docentes, técnico-administrativos, alunos, e pais, totalizando 20 membros. Para normatizar, organizar e fiscalizar o processo de consulta à Comunidade escolar por eleição direta para provimento do cargo de Diretor-Geral, em 2003. Estabelecemos o acompanhamento das ações dessa Subcomissão Eleitoral procurando não interferir diretamente nos seus encaminhamentos, a partir da sua criação, desde que não fugisse à sua finalidade normatizada por esta Comissão Especial.

Com a conclusão dos trabalhos por esta Subcomissão Eleitoral e o encaminhamento do seu resultado a esta Comissão Especial, apresentamos ao MEC relatório datado de 26 de dezembro de 2003 (anexo 3) procurando antecipar a conclusão da primeira atribuição designada por este Ministério. (SINDSCOPE, 2007)

A Comissão Especial não só deu autonomia à Comunidade escolar, como viabilizou e encaminhou ao MEC todo o resultado do que fora promovido pelas suas duas subcomissões: Subcomissão Eleitoral e Subcomissão Assembleia Estatuinte.

Fazendo uma leitura detalhada do relatório desta Comissão, bem como de documentos das Entidades Representativas do CPEI e do SINASEFE, este foi um processo bem conturbado, até por conta da possibilidade da candidatura do Professor Wilson Choeri, para um terceiro mandato consecutivo, que muitos entendiam que não poderia ocorrer, mas que acabou sendo regulamentado e aceito pela Subcomissão Eleitoral.

O processo teve ainda o impasse na abertura das urnas, exatamente por conta de todo o ocorrido na campanha. Ocorreram denúncias de toda ordem, em que a administração central do CPEI e inúmeras Direções de Unidades Escolares foram acusadas de uma série de irregularidades no trato com a campanha e até mesmo quanto ao uso da máquina institucional em favor da candidatura do Professor Wilson Choeri, organização do espaço físico das seções eleitorais.

A partir disso, foi apresentado um pedido de apuração junto ao MEC, com a mensagem

eletrônica do representante daquele Ministério, o Secretário da SEMTEC, Antônio Ibanez Ruiz assumindo o compromisso de apuração (SINDSCOPE, 2007). As urnas foram abertas, após o compromisso de apuração das denúncias pelo MEC - não é possível afirmar se as denúncias eram ou não verdadeiras, já que a apuração não foi concluída –, com o resultado eleitoral sendo respeitado e garantido pela Comissão Especial, prevalecendo, assim, a autonomia da Comunidade escolar do CPII. Enfim, pela primeira vez ocorreu um processo gerido integralmente pela própria comunidade do CPII e não pelo corpo dirigente da Instituição, desde a elaboração das suas regras da consulta, da escolha e elaboração do calendário e a realização do processo de campanha, da votação e da sua apuração, ou seja, plenamente gerido pela Comissão Especial e sua Subcomissão Eleitoral. Para coroar todo o pleito, ao final foi nomeada pelo MEC a candidatura mais votada.

Aquele processo serviu, inclusive, para a perspectiva da abertura de um debate mais amplo sobre o rumo e a continuidade da construção democrática e da regulamentação definitiva do CPII, a partir de uma legislação e normatização mais dinâmicas, que pudessem abrigar uma nova realidade e uma nova situação política no país e na própria Rede Federal de Ensino. Afinal, era o início de um governo democrático popular, com origens na militância e na organização dos movimentos populares, estudantil e sindical, além de um processo inédito na Instituição, do ponto de vista da organização e dos conceitos implementados naquela consulta.

Porém, o que se segue nos anos posteriores é exatamente o contrário. Novamente buscando amparo nos arquivos impressos da ADCPII e SINDSCOPE, bem como pelo que está descrito historicamente por SANTOS (2018), a situação não se modificou. A nova Gestão Wilson Choeri, vitoriosa naquele último pleito eleitoral, já no seu terceiro mandato consecutivo, manteve a postura dos mandatos anteriores, desde 1994, com algumas adaptações e a com outras soluções que considero ainda piores das que já descrevi ao longo do texto. Continuou se utilizando da Congregação como instrumento de normatização do CPII, modificando inclusive itens do Regimento Interno, que inicialmente estavam previstos na Portaria MEC 503/87 (MEC, 1987), além do uso de um entendimento que posso chamar de “próprio” das Leis, normas e Portarias, de acordo com os interesses e conveniências de momento.

Só para exemplificar o grau de tensão que existia na comunidade, no dia 13 de abril de 2004 o Professor Choeri convocou a antiga Congregação, não estando descrito no documento apurado qual a pauta. Porém, chamar aquela instância, quando a Comissão Especial e a Subcomissão Assembleia Estatuinte estavam iniciando a construção dos debates para a

elaboração de uma nova proposta de Regimento Interno para o CPII, logo após ter sido concluída a primeira tarefa daquela Comissão – a consulta para Diretor-Geral –, serviu para ampliar ainda mais as tensões entre as partes.

Observei na pesquisa efetuada um número significativo de documentos do movimento sindical apontando a necessidade de reconsideração por parte do Ministro da Educação e questionando o resultado da consulta. São inúmeros documentos com o mesmo tema (S.f. CARVALHO, 2023, Anexos A-18 a 26), com datas que variam de janeiro a novembro de 2004, o que demonstra este acirramento, mesmo depois de ter ocorrido a posse do Professor Wilson Choeri.

Em contrapartida, a Gestão Wilson Choeri apresenta a manutenção do tratamento da normatização da instituição, definindo modificação, mais uma vez, na composição da Congregação, mesmo que esta seja prevista em uma Portaria Ministerial, não cabendo, portanto, uma modificação interna. Além do ato contrariar e confrontar uma Portaria Ministerial que estabelecia como segunda incumbência da Comissão Especial a elaboração e aprovação de um novo Regimento Interno para o CPII, através da sua segunda Subcomissão Assembleia Estatuinte:

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL

Para cumprir a segunda atribuição designada pela Portaria MEC 1354/2003, esta Comissão Especial procurou utilizar a mesma lógica de representação e ampliação da Comunidade escolar na construção da proposta para um novo Regimento Interno para o Colégio Pedro II. Instituímos uma segunda Subcomissão, denominada Assembleia Estatuinte que também foi eleita e constituída paritariamente por docentes, técnicos-administrativos, aluno e pais, totalizando 60 membros. (SINDSCOPE, 2007)

No dia 14 de setembro de 2004, foi enviado ao Ministro da Educação um documento da Comissão Especial, assinado pelo seu Presidente¹⁷, onde é encaminhada denúncia de que a Gestão Wilson Choeri estaria descumprindo a Portaria Ministerial nº 4.637/2003, ao se negar a cooperar administrativamente para o funcionamento da Comissão Especial e da Subcomissão Assembleia Estatuinte, que estaria sendo eleita naquele período. Resumindo, segundo o Presidente da Comissão Especial, existia o claro interesse da Direção-Geral em impedir os trabalhos e os avanços democráticos que aquela Comissão Especial procurava implantar no CPII, a partir da designação do Ministro Cristovam Buarque (SINDSCOPE, 2007).

¹⁷ Presidente da Comissão Especial: William do Nascimento Carvalho, à época Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE).

Para piorar ainda mais as relações, o Diretor-Geral publica a Portaria nº 1150, de 5 de outubro de 2004, que “estabelece normas de consulta para formação de lista tríplice com vistas à escolha dos Diretores e dos Coordenadores Setoriais das Unidades Escolares do Colégio Pedro II”. Novamente, a Gestão Wilson Choeri estabelece aquele critério de segurança, já aplicado em consultas anteriores, utilizando as listas tríplices como critério e possibilidade de escolha de um nome da sua preferência para dirigir as Unidades Escolares. Além disso, aquela Portaria possibilitou, ainda, que os Diretores das Unidades Escolares, em exercício por um segundo mandato sucessivo, pudessem concorrer ao terceiro mandato sucessivo – novamente a Gestão Wilson Choeri ignorava os conceitos estabelecidos em legislações ainda em vigor, incluindo as recém-publicadas, como era o caso do Decreto nº 4877/2003 (BRASIL, 2003) – ignorando, mais uma vez, o salutar princípio da alternância do poder.

Para além disso, outros questionamentos foram acrescentados no ofício do SINDSCOPE nº 126/04, de 25 de outubro de 2004 (SINDSCOPE, 2004), apontando mais um critério segregacionista que determinava a possibilidade de candidatura somente para docentes com o mínimo de 10 anos de trabalho, além de permitir que Pais/Responsáveis pudessem ter o mesmo número de votos que filhos/as matriculados no CPII, o que certamente podemos chamar de retrocessos em relação à consulta que elegeu o Diretor-Geral, num pleito bastante democrático.

Pelo volume e tom dos documentos das entidades, analisados por esta pesquisa, endereçados ao Ministério da Educação e ao próprio Diretor-Geral, as relações estavam bem tensas. As ações da Gestão Wilson Choeri, ignorando a Subcomissão Assembleia Estatuinte e os seus resultados, bem como a provocação de uma nova consulta indo na contramão do que acabara de acontecer na consulta para Diretor-Geral, certamente não contribuíram para o arrefecimento das tensões entre as partes.

O relatório final da Comissão Especial (SINDSCOPE, 2007), enviado ao MEC em 24 de setembro de 2007, além de inúmeros documentos das entidades já mencionados, confirmam estas avaliações.

4.1. UM ROMPIMENTO PARCIAL COM O PASSADO INSTITUCIONAL.

Passados quase quatro anos da última consulta para Diretor-Geral, mais precisamente no último trimestre de 2007, no último ano do terceiro mandato consecutivo do Professor Wilson Choeri, os olhares e as mobilizações da Comunidade escolar e das suas representações

se voltaram novamente para o processo sucessório na instituição. Observando toda a caminhada do Colégio Pedro II, desde 1992 até aqui, pude compreender, como parte do calendário da instituição, que a cada quatro anos do mandato em curso do seu dirigente máximo ocorria uma costumeira mobilização pleiteando um novo processo de consulta para a substituição do Diretor-Geral em exercício, na medida que não existia uma legislação e nem uma norma interna que garantisse isso a cada final de mandato. Afinal, a comunidade tinha experiências anteriores que preocupavam, como a nomeação biônica do Professor Choeri que ocorreu em 1998, sem qualquer consulta à Comunidade escolar.

Em 2007, as Entidades Representativas, ADCPII, SINDSCOPE e Grêmios Estudantis, iniciaram suas articulações e a sua campanha encaminhando documentos para as autoridades governamentais reivindicando nova consulta, sob a gestão da Comunidade escolar. Um destes documentos chegou à Câmara Federal de Deputados, no dia 25 de setembro de 2007, desencadeando uma manifestação de um grupo de cerca de 16 parlamentares reportando-se ao Ministro da Educação e reivindicando o atendimento do pedido das entidades: “Eleições diretas para o cargo de Diretor-Geral para substituir o mandato que se encerrará em dezembro de 2007” (SINDSCOPE, 2007-B).

O Diretor-Geral Wilson Choeri encaminhou estudo ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre os procedimentos para a escolha do Diretor-Geral do CPII, “na forma do seu Regimento Interno e consoante as normas legais vigentes sobre a matéria” (SANTOS, 2018, p.244). Mas esta obra não menciona os vários documentos enviados pelas Entidades do CPII ou qualquer mobilização da Comunidade escolar, muito menos faz menção ao documento dos parlamentares, aludido no parágrafo anterior, todas ações que reivindicavam um processo democrático para a substituição do Professor Wilson Choeri, gerido pela Comunidade escolar e não somente pela Direção-Geral do CPII. O registro destes arquivos das Entidades do CPII está anexado, enquanto fonte da pesquisa (CARVALHO, 2023).

Naquele ano de 2007, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, entendeu que o processo deveria ser gerido novamente pela Comunidade escolar, mas com a participação da Direção-Geral, como parte integrante dessa organização, e não como protagonista no processo como pretendia o Professor Wilson Choeri. O Ministro não só evitou que o processo se desse sob a tutela da Direção-Geral, como também pôs fim à Gestão Wilson Choeri, baseando-se na legislação que tratava dos mandatos e da situação funcional de aposentado do Professor Wilson Choeri, nomeando, em caráter *pro tempore*, um novo Diretor-Geral, que

teria a função de realizar a transição e estar à frente da instituição durante o processo de consulta que definiria o novo Diretor-Geral do CPII, para os quatro anos seguintes.

Por tratar-se de prerrogativa do Ministro da Educação, a escolha, indicação e nomeação do Diretor-Geral, na esteira da política governamental adotada em casos semelhantes, como referiria em várias ocasiões, o Ministro preferiu realizar consulta à comunidade docente, técnico-administrativa e discente do Colégio Pedro II, a fim de conhecer sua preferência, acrescentando ao processo, igualmente, a oitiva do segmento de pais e responsáveis pelos alunos.

Decidido o processo de indicação do nome que lhe seria submetido e dada a premência de tempo, imposta pelo término de mandato do professor Wilson Choeri, o Ministro da Educação, ouvidos seus auxiliares mais próximos, firmou a decisão de que melhor seria iniciar o ano de 2008 com um novo Diretor-Geral, por ele nomeado, na forma da legislação, para que este, na plenitude do cargo, comandasse toda a atividade administrativa do Colégio Pedro II, ao tempo em que procederia, igualmente, ao processo de escolha do nome que, indicado pela Comunidade escolar, fosse submetido ao Ministro para posterior nomeação.

Finalizando o tempo da administração do professor Wilson Choeri, foi devidamente nomeado para sucedê-lo seu antigo Chefe de Gabinete e membro do corpo docente ativo do Colégio Pedro II, professor Rui March, pela Portaria Ministerial nº.40, de 11 de janeiro de 2008.

(...) Tendo em vista não existir legislação própria da instituição para disciplinar o referido processo, a recomendação foi que se adotasse como modelo a que vigia para a escolha de Diretor-Geral dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), adaptada à realidade do Colégio Pedro II. (SANTOS, 2018, p.244)

Mesmo com a nomeação do Diretor-Geral *pro tempore*, havia um impasse quanto à gestão do processo ser efetuada pela Comunidade escolar e não pela Direção-Geral do CPII somente. Analisei alguns documentos emitidos conjuntamente por ADCPII, Grêmios e SINDSCOPE, onde eram apresentadas essas dificuldades de diálogo entre as entidades e a Direção-Geral *pro tempore* para o debate e construção dessas novas eleições.

SANTOS (2018) apresenta uma versão um pouco diferente a respeito do ocorrido, descrevendo um posicionamento favorável por parte do Diretor-Geral *pro tempore* em favor do diálogo e da construção deste novo processo de consulta, convidando inclusive as Entidades do CPII para a construção da nova eleição.

Enfim, a reunião mencionada no texto em destaque abaixo aconteceu e acabou por estabelecer as diretrizes para aquele processo eleitoral:

Dessa forma, o professor Rui March convidou representantes da Associação de Docentes (ADCPII), do Sindicato dos Servidores (SINDSCOPE) e dos Grêmios, para uma primeira reunião, em 26 de fevereiro, com o objetivo de elaborar o documento que nortearia o processo de consulta à Comunidade escolar para escolha do Diretor-Geral, a ser encaminhada ao Ministro da Educação. Promoveu, destarte, várias reuniões com eles, os quais, em todas as ocasiões, puderam expressar livremente suas variadas opiniões, antagônicas, no mais das vezes, até que, por consenso,

chegou-se a um denominador comum, em final de março, que tomou forma em portaria baixada pelo Diretor-Geral, segundo a qual caberia a uma comissão eleitoral fixar normas de procedimento visando à realização da consulta à comunidade. As normas estabelecidas foram as que seguem: somente poderiam votar servidores docentes e técnico-administrativos efetivos e em atividade; alunos regularmente matriculados a partir do 8º ano do Ensino Fundamental (inclusive), e pais/responsáveis por alunos de Classe de Alfabetização ao 7º ano do Ensino Fundamental (inclusive). Os votos dos servidores docentes e técnico-administrativos seriam considerados em conjunto, sendo-lhes atribuído o peso 2/3 (dois terços), enquanto os votos de alunos e pais/responsáveis por alunos constituiriam outro grupamento, com peso 1/3 (um terço). A consulta deveria ser realizada em dois turnos, constando de período de campanha e de debates, nas duas etapas. Poderiam candidatar-se somente professores efetivos, em atividade, contando com pelo menos cinco anos de efetivo exercício em uma das Unidades Escolares do Colégio Pedro II. (SANTOS, 2018, pp.245-246)

Sobre esta reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2008, entre a Direção-Geral *pro tempore* e as Entidades Representativas do CPII, aparece o relato de que as partes chegaram a um acordo, o que foi imediatamente informado ao Ministério da Educação por meio de documento conjunto das Entidades (SINDSCOPE, 2008).

Articulou-se, naqueles dois meses de 2008, para que novamente a Comunidade escolar tivesse a responsabilidade pela gestão da consulta. O processo consistiu na apresentação de uma minuta das regras pela Direção-Geral *pro tempore*, sendo realizadas as sugestões de modificações pelas Entidades Representativas do CPII, chegando-se a uma formulação que garantiu, entre outras coisas:

- 1) Composição de Comissão Eleitoral com 1 representante das seguintes entidades do CPII: Direção-Geral; ADCPII; SINDSCOPE; Grêmios Estudantis do CPII; e Associações de Pais e Amigos do CPII;
- 2) A responsabilidade dessa Comissão Eleitoral seria a de normatizar complementarmente a Portaria daquele processo de consulta.

Ressalto que o processo eleitoral seguiu as mesmas regras e diretrizes gerais de participação e paridade de votos, conforme já acontecia na Rede de EPT, desde o Decreto 4877/2003 (BRASIL, 2003).

Aquele ano de 2008 terminou com uma nova Diretora-Geral do CPII, a Professora Vera Maria Rodrigues, que foi eleita em dois turnos, após uma campanha e eleição que abrangeu debates em todos os complexos escolares, com a ampla participação da Comunidade escolar, desde a elaboração das normas, a fiscalização da campanha e a apuração dos votos. Novamente

a comunidade definia sua trajetória e encaminhava o processo de substituição do Diretor-Geral no CPII. “O processo eleitoral contou com intensa participação de todos os segmentos da Comunidade escolar, marcado pelo respeito mútuo entre os candidatos, não tendo ocorrido qualquer questionamento quanto à lisura de todo o processo de consulta (SANTOS, 2018, p. 247).

A Professora Vera Maria Rodrigues foi nomeada no dia 27 de agosto de 2008, em cerimônia presidida pelo Ministro Fernando Haddad (SANTOS, 2018, p. 248).

A pesquisa demonstra que logo depois daquelas eleições/consulta para Diretor-Geral ocorreram tentativas de diálogo e aproximação por parte das Entidades Representativas com a gestão institucional. Mesmo representando projetos distintos para o CPII, pela primeira vez em 14 anos havia o reconhecimento de todas e todos pelo processo ocorrido e havia uma expectativa, com isso, para a ampliação do diálogo e a continuidade da democratização do CPII, que não foi possível desde 1994.

Segundo SANTOS (2018), a nova gestão busca seu assento e uma aproximação definitiva do Colégio Pedro II com a Rede Federal de EPT, inclusive com a participação da Professora Vera Maria Rodrigues no CONCEFET, Colégio de Dirigentes daquela Rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A Rede de EPT estava em um outro momento, com o debate da criação de uma nova Rede de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT) e de uma nova estrutura, inclusive da sua gestão democrática. O Colégio Pedro II não participara daqueles debates e da construção do projeto de criação dessa nova Rede, exatamente por conta do seu processo sucessório que ocorria paralelamente àquele debate. Ocorreu tentativa de inserção do CPII já naquele ano na Rede que se estabelecia, mas havia compromissos assumidos pelo governo com os atores que ajudaram a construir a proposta de que não ocorreriam mudanças no texto já em tramitação no Congresso Nacional (SANTOS, 2018, p. 257).

No final de 2008, aconteceria, portanto, um fato bastante marcante para a trajetória futura do Colégio Pedro II e de toda a Rede Federal de Ensino Profissional. Mais precisamente, no dia 29 de dezembro de 2008, quando foi publicada a Lei 11.892 (BRASIL, 2008) criando a RFEPCT.

Algumas ações da Gestão da Professora Vera Maria Rodrigues, ainda iniciadas em 2008, mas que de fato só ocorreram no ano seguinte e que tratavam também sobre a estrutura do CPII e sua gestão, foram apresentadas por SANTOS (2018), bem como a partir dos registros encontrados nos arquivos das Entidades Representativas do CPII, mas irei abordar estas questões de maneira mais detalhada no capítulo a seguir.

5. A CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO PROFISSIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (RFEPC), SUA ESTRUTURA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS

No Brasil, já no início do século XX, muitas transformações na formação da mão de obra se iniciaram com o avanço da industrialização e com a consolidação de um novo processo econômico no país, acompanhando as mudanças já ocorridas na Europa e nos Estados Unidos. “(...) as exigências econômicas e a evolução do processo produtivo demandaram a formação de operários qualificados para o exercício profissional que atendessem à lógica produtiva do período” (MOURA, 2007 apud ZAGO, 2018, p.14).

A educação profissional no Brasil sofreu uma série de mudanças ao longo da sua trajetória. Veja a seguir, um quadro com algumas dessas principais modificações estruturais e normativas na Rede de EPT:

QUADRO 1 – MUDANÇAS NORMATIVAS/LEGAIS DA REDE DE EPT	
LEGISLAÇÃO	AÇÃO
Decreto nº 7.556/1909 (BRASIL, 1909)	Cria dezenove Escolas de Aprendizizes e Artífices, sendo uma para cada unidade federativa no país.
Lei nº 378/1937 (BRASIL, 1937)	Transforma as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus
Decreto-Lei nº 4.127/1942 (BRASIL, 1942)	Transforma os Liceus Industriais, em Escolas Industriais e Técnicas, que passam a ofertar formação profissional em nível equivalente ao do secundário
Lei nº 3.552/1959 (BRASIL, 1959)	Modifica a Rede Federal de Educação Profissional ao transformar as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, conferindo às Instituições maior autonomia didática e de gestão.
Decreto-Lei nº 547/1969 (BRASIL, 1969)	Autoriza as Escolas Técnicas Federais a ofertarem cursos profissionais superiores de curta duração.
Lei nº 6.545/1978 (BRASIL, 1978)	Transforma três Escolas Técnicas Federais (localizadas no Paraná, em Minas e no Rio de Janeiro) em CEFETs (Centros Federais de Ensino Tecnológico).
Lei nº 8.948/1994 (BRASIL, 1994)	Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma, gradativamente, as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFET.
Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008)	Transforma os CEFETs e Escolas Técnicas e Agrotécnicas existentes em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC)

(ZAGO, 2018, p. 81)

Segundo OTRANTO (2010), até o final do ano de 2008, de acordo com dados da SETEC/MEC, a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico estava composta por um total de 161 Unidades de Ensino.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Lei 11.892/08, art. 1º). (OTRANTO, 2010, p.91)

A criação dos Institutos Federais (IFETs) e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), a partir da Lei 11.892 (BRASIL, 2008)¹⁸, pode ser destacada como uma das principais ações na história da Educação Profissional no Brasil. Permitiu a uma significativa parcela da população, em todo o país, no interior principalmente, o acesso a instituições de ensino que atuam na oferta da educação profissional, científica e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, inclusive na oferta de educação superior, com vistas à formação de profissionais qualificados para diferentes áreas de conhecimento e da economia.

Cabe destacar, também, a expansão da rede federal de educação tecnológica, juntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior, integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico. Tal ampliação se institucionalizou por meio da criação dos Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia, no que vários CEFETs e Escolas Técnica foram transformados, nos termos da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (RAMOS, 2014, p, 78)

Esse novo modelo de instituição não foi um projeto aceito passivamente por todos os setores da Educação Pública Profissional. Cada setor (Escolas Agrotécnicas, Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica e Escolas Vinculadas às Universidades Federais) reagiu de uma maneira diferente à proposta de governo, apresentada através do Decreto nº 6.095/2007¹⁹ (BRASIL, 2007apud OTRANTO, 2010).

Com as posições institucionais apresentadas pelos vários Conselhos de Dirigentes da

¹⁸ Lei de Criação da RFEPECT. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 03 ago. 2023.

¹⁹ Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

Rede de EPT, pelo SINASEFE, principal Sindicato que organizava majoritariamente as/os Trabalhadoras/es daquela Rede de EPT, bem como as formulações e reformulações apresentadas pelo Governo durante todo o processo de criação desse novo modelo de Educação Profissional para o país, podemos considerar que ocorreu um amplo debate sobre a nova estrutura. Seja a partir do diálogo e das contribuições que surgiram durante o processo, seja das próprias imposições de projeto que o MEC apresentou ao conjunto das comunidades escolares e acadêmicas daquelas Instituições (OTRANTO, 2010).

O posicionamento das/dos trabalhadoras/es, através da sua representação sindical, o SINASEFE – Sindicato Nacional das/dos Servidoras/es da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, oscilou significativamente desde o início dos debates, o que pode ser facilmente comprovado a partir de seus “Boletins Semanais”²⁰, onde descreviam diferenças, dúvidas e ao final uma posição favorável à nova Rede. Encontrei o registro de 28 números destes Boletins Semanais, publicados no período de 06/12/2007 a 19/12/2008 (S.f. CARVALHO, 2023 – Anexos E).

5.1. A APROXIMAÇÃO DO CPII E O SEU INGRESSO NA NOVA RFEPECT

Terminado o processo eleitoral para o cargo de Diretor-Geral do CPII, no ano de 2008, ocorreu a posse²¹ da Professora Vera Maria Rodrigues²², “(...) no dia 27 de agosto, em cerimônia presidida pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad” (SANTOS, 2018, p.248). A Professora Vera Maria Rodrigues passa a ser a segunda mulher a ocupar o cargo de Diretora-Geral do CPII e a primeira a ser eleita para a função.

O Colégio Pedro II esteve tão voltado para suas disputas internas que não acompanhou mais de perto o processo de formação da nova Rede Federal de Ensino Profissional Científico e Tecnológico (RFEPECT), debatida e construída ao longo de 2008, cuja Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) foi sancionada pelo Presidente da República no dia 29 de dezembro daquele ano. A Direção-Geral do CPII não participou, portanto, dos debates e da construção da criação dessa nova Rede.

Posterior à sua posse, a Professora Vera Maria Rodrigues buscou a inserção do CPII nesta nova

²⁰ Boletim Semanal do SINASEFE – Veículo de comunicação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, apresentando o posicionamento dos plantões da Direção Nacional do Sindicato, com a sua avaliação conjuntural e as notícias do que se tem feito.

²¹ Diário Oficial da União, 22 de agosto de 2008, Seção 2, n. 162, p. 1.

²² Professora desde fevereiro de 1973, tendo ocupado os cargos de Diretora da Unidade Escolar Centro, de Secretária de Ensino e, tendo sido eleita Diretora-Geral do CPII, cargo transformado durante sua gestão em Reitora.

Rede, mas havia compromissos do Governo com os atores que o ajudaram a construir a nova Lei de que não haveria modificações ou inserções no projeto, já em tramitação no Congresso Nacional.

Apenas quando a professora Vera Maria compareceu à primeira reunião desse conselho, como Diretora-Geral, teve ciência do projeto. Porém, a palavra de ordem naquele momento era que não poderia haver qualquer alteração no texto do projeto de lei, a fim de evitar atraso em sua tramitação no Congresso Nacional (...). Assim, inicialmente, o Colégio Pedro II não foi incluído na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (SANTOS, 2018, p.257)

Não durou muito para que o clima de diálogo democrático e de continuidade do processo de democratização da Instituição sofresse nova instabilidade. Esta situação é alimentada imediatamente pela retomada de práticas anteriores, das gestões do Professor Wilson Choeri, quanto à manutenção ou retomada de fóruns e instâncias pouco representativas dos segmentos do CPII e que representavam o atraso institucional anterior. A Professora Vera Maria apresentara a retomada da Congregação, agora denominada de Congregação Estatuinte, através de uma nova formulação, com a eleição de representantes do magistério, através da publicação da Portaria nº 1.615, de setembro de 2008, com a posse dos eleitos no dia 17 de novembro de 2008 (SANTOS, 2018, p. 255).

(...) estabeleceu diretrizes de eleição para escolha de representantes do Quadro do Magistério na Congregação, pelos pares, em outubro, seguida da respectiva posse, em 17 de novembro de 2008, a fim de restabelecer plenamente a Congregação, visando a elaborar e aprovar o novo Regimento Interno da instituição. (SANTOS, 2018, p.254)

A nova Diretora-Geral retomava algo interrompido em 2006, durante a terceira Gestão Wilson Choeri. A Congregação deliberou, por unanimidade, no dia 23 de outubro daquele ano, pela instalação de uma Congregação Estatuinte para a elaboração do novo Estatuto do Colégio Pedro II. Naquela época o Professor Choeri ignorou os encaminhamentos da Comissão Especial: de promover as eleições para Diretor-Geral em 2003 e realizar processo de elaboração e aprovação de uma proposta de Estatuto para a Instituição, através da Assembleia Estatuinte – tarefa realizada de 2004 a 2006. Tal deliberação outra vez é ignorada, desta vez pela Professora Vera Maria Rodrigues.

Segundo SANTOS (2018, p. 254), “A Diretora-Geral, como Presidente da Congregação, sentia-se na obrigação de fazer cumprir as deliberações dela emanadas”. Posso afirmar que esta seria a posição oficial da Professora Vera Maria, na medida em que a mesma é coautora da obra.

A Congregação Estatuinte era composta de um total de 43 (quarenta e três) membros, que

compunham a antiga Congregação, sendo todas/os docentes (1 Diretor-Geral, 1 Diretor de Ensino, 13 Diretores de Unidades, mais 16 Chefes de Departamentos Pedagógicos, além de mais 12 representantes de docentes das Unidades Escolares. Foram acrescentados a estes mais 33 (trinta e três) novos representantes dos demais segmentos, na proporção de: “treze servidores técnico-administrativos, à razão de um por Unidade Escolar/Administrativa; nove alunos, a partir de 9º ano, com idade igual ou superior a 16 anos, à razão de um por Unidade Escolar, e oito pais/responsáveis, à razão de um por Complexo Escolar, um do SINDSCOPE, um da ADCPII e um da Associação de Ex-Alunos” (SANTOS, 2018, p.254). Ou seja, era a retomada de uma lógica anterior do CPII, da composição proporcional, com a maioria de docentes, bem como da representação majoritária de dirigentes, em detrimento percentual dos demais segmentos da Comunidade escolar.

Tal postura afrontava claramente a nova realidade que vinha sendo construída junto à Rede de EPT, que naquele momento debatia um novo modelo de estrutura institucional, a partir da lógica da representação paritária de todos os segmentos que compunham a comunidade acadêmica, além da própria trajetória do processo de democratização do CPII até ali realizada.

Em comparação ao que estava sendo proposto na Lei dos IFETs, ainda em tramitação no Congresso Nacional, em dezembro de 2008 foi aprovada aquela Lei, ficando nítida a contramão histórica escolhida pela nova Direção-Geral do Colégio Pedro II, principalmente quanto aos conceitos que a nova Lei trazia em relação à paridade na representação dos segmentos que compõem a Comunidade Acadêmica, assim como no que concerne ao estabelecimento de uma instância com a representação proporcionalmente igualitária desses segmentos.

Na esteira da aprovação da Lei dos IFETs, no dia 24 de março de 2009, é criado o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em substituição ao CONCEFET, que já teria substituído o CONDITEC, todos fóruns de dirigentes das Instituições da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, agora acrescida do Científico (SANTOS, 2018, p. 257). Assim como ocorreu em momentos anteriores, a Diretora-Geral também participou ativamente da primeira reunião daquele novo Conselho de Dirigentes, o CONIF, assim como dirigentes anteriores também teriam participado do CONDITEC e CONCEFET.

Faço um breve destaque sobre as tentativas anteriores de aproximação com a Rede de EPT, a partir da implantação do PROEJA no CPII, na Gestão do Professor Wilson Choeri, sua relação com o CONCEFET, ou em momento anterior quando da aproximação iniciada pela Professora Maria Amélia no CONDITEC.

O conjunto de mudanças pelas quais passou o CPII na primeira década deste século pode ser interpretado à luz do processo de reestruturação da Rede Federal, isto porque o grupo dirigente da Instituição já participava ativamente dos fóruns de dirigentes das demais instituições e pôde se antecipar aos novos rumos que instituições congêneres adotavam, buscando também, assegurar as especificidades dos seus quase 200 anos de história no momento em que fosse equiparado legalmente aos IFETs. (NEVES, 2015, p. 84)

Até a aprovação da Lei n.º 12.667, de 25 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), a instituição estava vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por ser especializada na oferta deste nível de ensino na modalidade regular, embora já estivesse diversificando sua atuação, como consta no relatório anual de prestação de contas do ano 2011:

Embora não integre oficialmente a Rede Federal instituída pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Pedro II pertence ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e vem aderindo a vários programas propostos pelo MEC para a referida rede. (CPII, 2012a, p. 47) apud NEVES, 2015, p.47)

A partir da gestão da professora Maria Amélia, o Colégio Pedro II passou a participar ativamente do Conselho de Diretores de Escolas Técnicas Federais-CONDITEC, saindo do isolamento em que a Instituição se encontrava. (SANTOS, 2018, p. 155)

Em meio a essa situação, a Secretária de Ensino, ao participar, em Brasília, de reunião do Fórum dos Dirigentes de Ensino (FDE) do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET), que sucedera ao CONDITEC, e do qual o Colégio Pedro II era membro, tomou conhecimento, no exato momento de sua publicação, do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituindo o Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica. (SANTOS, 2018, p.225-226)

Se institucionalmente tal aproximação trazia benefícios para o CPII, no que dizia respeito às questões administrativas e pedagógicas já desenvolvidas por aquela Rede, por outro lado a aproximação também trazia as comparações e o debate sobre a gestão democrática e a democratização institucionais. Assim, inevitável era que os avanços obtidos naquela nova RFEPCT, e que sempre estiveram na ordem do dia da luta das/dos trabalhadoras/es da Educação Federal, viessem a fazer parte do debate interno do CPII sobre estes temas, afinal o SINDSCOPE, que representa as/os trabalhadoras/es do CPII, é filiado ao SINASEFE, o Sindicato Nacional que organiza as discussões sobre estes temas no conjunto da RFEPCT, o que reforça, inclusive, toda a luta desencadeada pelas entidades locais, também já descritas no capítulo anterior.

O ano de 2009 foi o primeiro em que a Professora Vera Maria dirigiu integralmente a instituição, tendo em vista que só entrara em efetivo exercício no final do mês de setembro de 2008.

Segundo a pesquisa efetuada nos arquivos do SINDSCOPE (S.f. CARVALHO, Anexo C - 31 a 43), foi um ano de muitas diferenças entre a posição dos movimentos organizados no CPII e da nova Direção-Geral do CPII.

A tensão levou à Assembleia do SINDSCOPE, do dia 10 de março de 2009, a deliberar por

uma greve, o que foi informado à Diretora-Geral através do ofício 039/2009 (SINDSCOPE, 2009).

Foram construídos vários materiais de companhia em contrariedade da Assembleia do SINDSCOPE quanto à eleição da Congregação Estatuinte e o adiamento das novas eleições para Diretores/as das Unidades Escolares.

Inicialmente o SINDSCOPE apresentara uma campanha de boicote e contrariedade àquelas medidas da Diretora-Geral, mas a partir de um determinado momento resolveu propor alterações na proposta. Abaixo um quadro comparativo das propostas da Direção-Geral e da Assembleia do Sindicato quanto à composição daquele fórum, deixando clara essa posição, e a perspectiva de um acordo entre as partes, se a Direção-Geral aceitasse uma nova composição (SINDSCOPE, 2009-D).

QUADRO 3 – COMPARATIVO DAS PROPOSTAS DA ASSEMBLEIA E DA PORTARIA DA DIREÇÃO-GERAL SOBRE A COMPOSIÇÃO DO FÓRUM QUE DEBATERIA A PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO PARA O CPII					
COMPOSIÇÃO DO FÓRUM PROPOSTO PELA ASSEMBLEIA SINDSCOPE	Nº	%	COMPOSIÇÃO DA CONGREGAÇÃO ESTATUINTE – POSIÇÃO DA DG	Nº	%
Diretora-Geral	01	2,38	Diretor-Geral	01	2,71
Representante dos Diretores	01	2,38	(1) Secretário de Ensino	01	----
Representante Conselho Departamental	01	30,96	Diretores das Unidades Escolares	13	17,57
(1) Docentes eleitos pelos seus pares	13	30,96	Chefes de Departamento	16	21,63
(1) Técnicos Administrativos eleitos pares	13	30,96	(2) Docentes da Congregação	13	17,57
(1) e (2) Alunos/Pais eleitos pelos pares	13	30,96	Técnicos-Administrativos	13	17,57
-----	--	----	(3) Representante Associação Ex-Alunos	01	1,35
-----	--	----	Alunos eleitos nas Unidades II e III	09	12,17
-----	--	----	Representante Pais	01	1,35
-----	--	----	SINDSCOPE	01	1,35
-----	--	----	ADCPII	01	1,35
TOTAL DE PARTICIPANTES	42	100%	TOTAL PARTICIPANTES	74	100%
Observações:			Observações:		
(1) A eleição desses representantes será organizada pela Direção-Geral em conjunto com as entidades representativas do Colégio.			(1) A Secretaria de Ensino faz parte do % da Diretora-Geral, por ser assessora direta (íntegra a Congregação).		
(2) Os alunos serão eleitos nas Unidades II e III e os Pais nas Unidades I representando seus filhos.			(2) Os Docentes foram eleitos para Congregação e não para Congregação Estatuinte.		
			(3) Faz parte da atual Congregação		

Observação: ao apurar não encontrei qualquer informação sobre um possível acordo entre as partes quanto à (re) composição da Congregação Estatuinte.

Após analisar vários arquivos do SINDSCOPE (S.f. CARVALHO, 2023, Anexo C), bem como os registros por SANTOS (2018, p. 301-305), percebe-se que os fatos, nas duas narrativas,

trazem bastante proximidade, apenas diferenciados pelos olhares sobre cada evento ou período e, conseqüentemente, com versões ou visões distintas de todo o ocorrido. Tais narrativas nos permitem, hoje, entender de forma mais clara o que ocorreu e em qual contexto, e quais as diferenças de concepções e de interesses com que cada um/a dos/as protagonistas atuou sobre o processo de democratização institucional.

Mesmo que tenha sido um ano agitado e difícil em alguns aspectos das relações internas, o último trimestre de 2009 trazia novas perspectivas sobre a democratização do CPII, na medida que um anteprojeto de Lei, tratando da estrutura e organização da Instituição, foi finalmente entregue ao MEC e a Comunidade escolar passou a ter um horizonte em relação à criação da nova legislação e, conseqüentemente, à democratização e gestão democrática da Instituição.

Alguns documentos pesquisados apresentam esta perspectiva:

- **Relatório da Audiência do SINDSCOPE e SINASEFE com o Ministro Fernando Hadadd**– Registra os posicionamentos do Ministro junto ao SINASEFE e SINDSCOPE (SINDSCOPE, 2009-B);
- **Boletim do SINDSCOPE – Ano I, nº 2 (maio de 2009)** - Relato da audiência de SINASEFE e SINDSCOPE com o Secretário-Executivo do MEC, realizada em 30 de abril de 2009, também tratando do processo de construção de uma nova Lei para o CPII. (SINDSCOPE, 2009-C);
- **Carta/MEC/GM/Nº 002 – Ministro da Educação Interino, José Henrique Paim Fernandes (MEC, 16 de julho de 2009)** - “Tendo em vista as recentes alterações do marco legal dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, este Ministério considera oportuno que o Colégio Pedro II reveja seus normativos internos e apresente ao MEC uma proposta de legislação que se aplique ao Colégio, à luz da legislação aplicada aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.” (SINDSCOPE, 2009-E);
- **Ofício 080/2009 – SINDSCOPE (13 de agosto de 2009)** - O Sindicato responde ao ofício da Direção-Geral (nº 161/2009-CG/DG, de 12/08/2009), indicando o nome do SINDSCOPE para compor a Comissão que, posteriormente, elaborou a minuta de Anteprojeto de Lei para adequação do CPII à Lei dos IFETs. (SINDSCOPE, 2009-F).

Entretanto, mesmo após a entrega daquele Anteprojeto, que aproximava o CPII da nova

RFEPCT, foi mantida a consulta para Diretoras/es de Unidades, para mais quatro 4 (quatro) anos, a partir de regras que não respeitavam sequer a legislação pertinente ao CPII, as regras de processos de consultas anteriores e a nova legislação dos IFETs, que passaram a ser um parâmetro para o CPII. Essas contradições eram reforçadas no próprio discurso da Direção-Geral, que em relação ao processo de consulta afirmava uma normalidade, ignorando todos os questionamentos das Entidades Representativas do CPII: “A consulta transcorreu dentro da mais absoluta normalidade democrática, sendo homologados pela Diretora-Geral os nomes dos candidatos que obtiveram o maior percentual de votos em cada uma das Unidades” (SANTOS, 2018, p.260). Já em relação ao anteprojeto de Lei para o CPII, afirmava o seu compromisso com a democratização da Instituição, inclusive mencionando sua mudança da posição anterior: “(...) Muitos fatos importantes ocorreram, tanto no âmbito interno, quanto no externo, alguns dos quais determinaram mudanças em diretrizes inicialmente traçadas” (SINDSCOPE, 2009-G).

Segundo documentos do SINDSCOPE (S.f. CARVALHO, 2023, Anexo C), e de SANTOS (2018, p. 301-305), a Diretora-Geral entregou proposta do anteprojeto ao MEC no dia 25 de agosto de 2009, tendo participado de duas reuniões naquele Ministério – em outubro e dezembro daquele ano. O processo tramitava no MEC e aquele anteprojeto ainda não tinha sido encaminhado ao Congresso Nacional. Na verdade, no mês de abril de 2010 a proposta analisada retornou ao Colégio Pedro II, para avaliação da Comunidade escolar quanto às modificações promovidas pela Secretaria-Executiva Adjunta, nos artigos e incisos vinculados às finalidades, às características e aos objetivos do CPII, conforme carta publicada pela Direção-Geral direcionada a toda Comunidade escolar, datada de 14 de abril de 2010. Registrava, inclusive, que após o debate o anteprojeto retornaria ao MEC para avaliação, o que ocorreu dia 12 de janeiro de 2010 (SINDSCOPE, 2010).

Para além daquela carta, procurei nos arquivos do SINDSCOPE e encontrei apenas mais dois documentos tratando do tema naquele ano de 2010: o Boletim da Direção-Geral “Comunicando”, ano 2 – número 3 – agosto de 2010; e também um Boletim da ADCPII fazendo uma análise de todo o processo de elaboração da nova Lei, em que aquela Associação de Docentes promoveu a abertura de fóruns de discussões sobre a nova Lei, com o debate sobre possíveis emendas ao já mencionado Anteprojeto (SINDSCOPE, 2010-B).

Não foi possível apurar nas fontes escolhidas para a pesquisa o porquê em 2010 aquele anteprojeto não avançou para uma tramitação no Congresso Nacional. Podemos especular

que era o período final da primeira fase da expansão da RFEPCT – conforme demonstra a figura da página 102 da presente pesquisa, onde mais que dobrou o número de unidades de ensino existentes no período -, ou que poderia ser o processo sucessório em que o PT tentava eleger uma nova Presidente, em substituição a Lula. Enfim, podem ter sido estes os motivos que retiraram a atenção do MEC e do próprio governo em promover a aprovação imediata da nova lei para o CPII.

No ano seguinte, em 2011, não foi diferente; encontrei poucos documentos tratando do tema:

- **Boletim Informativo do SINDSCOPE – ano III - nº 2 – fevereiro/11** - Sob o título “Democratização do CPII: os desafios da nova Lei para o nosso colégio”, fazia menção ao processo de elaboração do anteprojeto encaminhado ao MEC, além de um quadro comparativo entre o que foi aprovado pela representação da Comunidade escolar, a partir da Comissão composta a pedido do MEC, e a proposta modificada por aquela Direção-Geral, sem avaliação da comissão (SINDSCOPE, 2011);
- **Carta da ADCPII à Comunidade escolar (fevereiro de 2011)**, apresentava propostas de emendas ao anteprojeto, anexando ao documento um quadro composto por duas colunas: com o texto original e com a proposta de emenda (ADCPII, 2011).

Buscando por mais informações sobre a democratização no ano de 2011, encontrei em SANTOS (2018) o processo de consulta para mais dois anos de Congregação do CPII. Não encontrei justificativas para aquela medida, inclusive porque era um período pós-envio de anteprojeto de Lei do CPII ao MEC, modificando sua estrutura administrativa e política, além do fato de que as/os trabalhadoras/es do CPII estavam iniciando naquele período uma greve por tempo indeterminado, dirigida por um Sindicato que já havia promovido todo tipo de enfrentamento anterior contra aquele fórum.

Em 17 e 18 de maio de 2011, foi realizada consulta em todas as Unidades Escolares para escolha de representantes do Quadro do Magistério na Congregação que, a partir de então, passou a contar com quarenta e seis membros, conforme a Portaria nº 668, de 19 de abril de 2011. Os quatorze docentes eleitos por seus pares foram investidos como membros da Congregação, para mandatos de dois anos, de acordo com as Portarias de nº 882 a nº 895, de 27 de junho de 2011. Essa viria a ser a última Congregação do Colégio Pedro II como se explicará posteriormente. (SANTOS, 2018, p. 262)

As autoras tratam da continuidade na adequação estrutural do CII à RFEPT, com o CII criando a Diretoria de Desenvolvimento Institucional. “(...) tinha caráter executivo, participando do planejamento das ações da instituição, acompanhando as políticas de desenvolvimento e as atividades de articulação entre a Direção-Geral, as Diretorias das Unidades Administrativas ou Escolares. (...) a partir de 12 de abril de 2011, pela Portaria nº 631, de 15 de maio de 2011”. Ressalto que o Colégio já possuía as Diretorias de Ensino, de Pós-Graduação, de Administração e de Gestão de Pessoas, demonstrando o vínculo que procurava se construir com o restante da RFEPT.

No dia 11 de agosto de 2011, após um tempo de espera significativo, desde o envio do anteprojeto ao MEC, foi realizada cerimônia no Palácio do Planalto que contou “*com a presença de ministros, senadores, deputados, reitores de Universidades e de Institutos Federais, Diretora-Geral do Colégio Pedro II, secretários do MEC, entre outros participantes*”, onde a Presidenta Dilma Rousseff fez a entrega solene, ao Presidente da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.134/2011, que incluía o Colégio Pedro II na RFEPT e o equiparava aos demais Institutos Federais, bem como apresentava a criação de 77.000 (setenta e sete mil) cargos efetivos de docentes e técnicas/os-administrativas/os, além de Cargos de Direção e Funções Gratificadas, no âmbito do MEC, em um cronograma até 2014. Uma clara demonstração do envolvimento do governo no processo de tramitação e da aprovação daquele Projeto de Lei (SANTOS, 2018, p. 305-306).

Entretanto, aquela tramitação não transcorreu com a velocidade desejada. Creio que devido a esta espera na tramitação, a Direção-Geral do CII, já no ano de 2012, encaminhou à Congregação a decisão de encaminhar o processo de consulta para a renovação ou substituição do seu mandato à frente da Instituição, na medida que até o momento não havia sido aprovada no Congresso a inserção do CII na RFEPT. Cabe registrar que o mandato da Diretora-Geral se encerraria no dia 20 de agosto de 2012. A proposta é que o processo de consulta ocorresse da mesma forma como os que ocorriam nos Institutos Federais, usando a legislação pertinente àquelas IFEs, tendo-se, inclusive, deflagrado o processo para ocorrer em até 90 dias antes do encerramento do mandato da Diretora-Geral (SANTOS, 2018, p. 300-301).

O processo sucessório foi avançando e se inscreveram quatro candidaturas para o cargo de Diretor-Geral do CII (Glória Maria Alves Ramos, Oscar Halac, Tarcísio Motta de Carvalho e Vera Maria Ferreira Rodrigues). “Em 1º de junho, teve início a campanha que, porém, veio a ser suspensa a partir de 14 de junho, por decisão de assembleia do SINDSCOPE, realizada na véspera,

que aprovou a adesão à greve dos servidores públicos federais, a partir do dia 18 de junho, e a suspensão do processo de consulta” (SANTOS, 2018, p. 301). Essa greve também foi descrita no ofício nº 024, de 13/06/2012, encaminhado pelo Sindicato à Direção-Geral, comunicando a data de deflagração e apresentando a pauta daquele movimento (SINDSCOPE, 2012).

Um pouco depois, ainda naquele mês, no dia 25 de junho de 2012, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.677 (BRASIL, 2012), incluindo o Colégio Pedro II na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), e equiparando-o aos demais Institutos Federais, no que se refere à sua estrutura organizacional e gestão de pessoal. Importante ressaltar a manutenção do nome do Colégio Pedro II no texto da nova Lei, bem como da sua finalidade prioritária na oferta de educação básica. Segundo SANTOS (2018, p. 305), na “Exposição de Motivos Interministerial, encaminhada pelos Ministros de Estado da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi relatada com destaque a expansão que vinha sendo realizada pelo Colégio Pedro II desde 2004, e que só estaria concluída em 2013, quando o Campus Realengo I completasse cinco anos do segmento correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental”.

A Direção-Geral do CPII recebeu ofício nº 051/12/AGU/PGF/CPII, assinado pela Procuradora-Chefe do CPII, datado de 28 de junho de 2012 (SINDSCOPE, 201-B), informando da publicação da Lei nº 12.677 (BRASIL, 2012) e seus efeitos para a Instituição, inclusive no que diz respeito à necessidade, segundo a Procuradora, de interrupção do processo de consulta, que estava em andamento, já que o Colégio passava a ter uma outra configuração estrutural, substituindo o cargo de Diretor/a-Geral pelo de Reitor/a, com regramento próprio advindo da inclusão do CPII na RFEPCT e dos documentos legais que orientam e normatizam seus processos de consulta para os cargos de dirigentes daquelas Instituições Federais de Ensino.

O simples entendimento de que a consulta para o cargo de Diretor/a-Geral poderia ser suspensa, movimentou tanto Servidoras/es, quanto o movimento estudantil. Um episódio marcante ocorreu no dia 12 de julho de 2012, onde um grupo de estudantes e servidores/as ocupou o gabinete da Direção-Geral por conta da possibilidade de suspensão daquele processo eleitoral.

Diante da ideia de se invalidar a eleição para Diretor-Geral do CPII (informação que vazou na noite deste domingo pelo Facebook) e da necessidade de se suspender o calendário letivo, vários estudantes e servidores se mobilizaram hoje de manhã na tentativa de pressionar

a direção-geral e os diretores de unidade que se reunir.²³

Aquela manifestação contou com a participação de “cerca de 35 pessoas”, majoritariamente estudantes, e, segundo o blog (“Greve de Alunos CPII”, 2012), pleiteava a continuidade dos trabalhos da Comissão Eleitoral e, conseqüentemente, a manutenção da consulta para Diretor-Geral. Outra reivindicação era a suspensão do calendário letivo, por conta da Greve de Servidoras/es Federais, da qual participava o SINDSCOPE e, conseqüentemente, as/os trabalhadoras/es do CPII.

Foi exigida uma reunião pública com a Direção-Geral do CPII, mas aquele movimento conseguiu apenas que ocorresse a reunião no gabinete com a Diretora-Geral Substituta, alguns Diretores/as das Unidades, da qual participaram as/os estudantes que compunham a Comissão Eleitoral da Consulta para Diretor-Geral e mais um aluno por cada grêmio estudantil, além de um representante do Comando de Greve Estudantil (CGE-CPII).

A matéria no blog “Greve de Alunos CPII (2012)” menciona que a “Diretora-Geral, professora Maria Helena, e outros diretores de unidade tentaram desqualificar o posicionamento dos estudantes e servidores, com base num ofício enviado pela procuradora do CPII que dizia que a eleição não tinha mais base legal para continuar”.

Ainda, segundo o Blog, durante a reunião a Diretora-Geral substituta disse que não seria possível atender à proposta de manutenção daquela eleição e que o Colégio Pedro II estaria agendando uma ida ao MEC para tratar do tema.

Sem acordo, ao final da reunião, após a tentativa da Direção de encerrar a reunião e esvaziar o gabinete, “a galera que não pôde entrar no início, forçou a entrada e ocupou a sala da Diretora-Geral até que ela aceitasse suspender as avaliações e se comprometesse a realizar a audiência pública sobre a questão ainda semana que vem. Ela, pressionada, não teve como argumentar e aceitou nossas reivindicações” (Blog “Greve de Alunos CPII”, 2012)”.

Não encontrei outro material nos arquivos físicos das entidades e nem qualquer menção em SANTOS (2018) sobre este episódio. Mas, enquanto servidor do Colégio Pedro II e, na época, Coordenador-Geral do SINASEFE, posso atestar que ocorreu tal movimentação, inclusive o *site* do SINASEFE publicou uma foto²⁴, mencionando o ocorrido. Além disso, eu tentei junto ao MEC, enquanto Coordenador-Geral do SINASEFE à época, intermediar a

²³ Ver Blog “Greve de Alunos CPII”, 2012. Disponível em: <http://grevedealunoscpil.blogspot.com/2012/07/mais-um-dia-historico-no-cpii.html>). Acesso em: 04 ago. 2023.

²⁴ Disponível em: (<https://sinasefe.org.br/site/ocupacao-cpii/>). Acesso em: 04 ago. 2023.

situação, tendo recebido do representante daquele Ministério a resposta de que qualquer diálogo com o MEC só aconteceria após o encerramento daquela ocupação.

A partir de tal orientação jurídica, as/os trabalhadoras/es, reunidos em Assembleia do SINDSCOPE no dia 3 de julho de 2012, se posicionaram em defesa da manutenção do processo de consulta em curso e contrários à posição apresentada pela Procuradora do Colégio Pedro II. Foi distribuída Carta à Comunidade escolar, com o título “Pela Manutenção do Processo Eleitoral no CPII” (SINDSCOPE, 2012-C), tendo como argumento principal que o processo de consulta já estava sendo organizado a partir do que prevê o Decreto 6.986/2009²⁵. Esta decisão também foi comunicada à Direção-Geral, através do ofício nº 034/2012 do SINDSCOPE – “a assembleia da categoria, reunida no dia 3 de julho, considerou um atentado ao processo democrático do Colégio Pedro II o ofício da Sra. Procuradora-Chefe do Colégio Pedro II que considera nulo o processo de consulta para o cargo de Diretor-Geral do CPII iniciado no dia 16 de abril e, temporariamente, suspenso pela greve em curso” (SINDSCOPE, 2012-D).

Vários documentos foram apresentados sobre a suspensão daquela consulta. Destaco aqui o documento endereçado ao Ministro da Educação, assinado por dois dos candidatos ao cargo de Diretor-Geral naquela consulta, os Professores Oscar Halac e Tarcísio Motta, datado de 4 de julho de 2012:

Estamos seguros de que o mais correto neste momento é manter o ambiente democrático no Colégio Pedro II, valorizando o processo transcorrido até o presente momento e garantindo que tão logo o movimento paredista chegue a termo possamos retomar o debate a respeito dos rumos do Colégio, conforme o desejo de sua Comunidade escolar.

Certamente, Vossa Excelência saberá encontrar um caminho para garantir legal e legitimamente a continuidade do processo de consulta e assim respeitar a democracia que deve ser sempre um princípio norteador das relações sociais e políticas em toda a sociedade brasileira e especialmente em nossas escolas e universidades. (SINDSCOPE, 2012-E)

A Direção-Geral do CPII enviou ofício ao MEC solicitando orientação a respeito do que fazer, a partir do documento da Procuradora da Instituição e quanto ao fato inusitado do processo em curso ter sido suspenso em decorrência da greve:

Em resposta ao ofício supracitado, foi publicada a Portaria Ministerial nº 1.010, de 10 de agosto de 2012, no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2012, nomeando a

²⁵ Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, que regulamenta os artigos 11, 12 e 13 da Lei nº 11.892, e 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6986.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

professora Vera Maria como Reitera *Pro Tempore* do Colégio Pedro II, com o compromisso de, no prazo 180 (cento e oitenta dias), consignado pela lei, elaborar o Estatuto da instituição, assegurada a participação dos segmentos que a integram, e eleger o Conselho Superior, ao qual caberia a condução do processo eleitoral para escolha do primeiro Reitor eleito do Colégio Pedro II, nos termos do que estabelece o Decreto no 6.986, de 20 de outubro de 2009. (SANTOS, 2018, p. 307-308)

No dia 27 de agosto daquele ano, o SINDSCOPE recebeu retorno da Professora Vera Maria Rodrigues, através do ofício nº 016/2012/GR, tratando do compromisso assumido em reunião realizada no dia 23 de agosto de 2012, que era desejo daquela Diretora-Geral a realização da consulta para o Cargo de Reitor/a o mais breve possível, e que para isso ocorrer as eleições do CONSUP deveriam ocorrer até o mês de setembro daquele ano, com o encaminhamento do estatuto provisório até a primeira quinzena de setembro. Na resposta ela lembrava, ainda, que no Grupo de Trabalho que iria elaborar a referida proposta de estatuto provisório, o SINDSCOPE teria assento, devendo a entidade fazer a indicação dos nomes de 1 titular e de 1 suplente até o dia 29 de agosto de 2012 (SINDSCOPE, 2012-F).

Poucos dias depois, no dia 3 de setembro de 2012, as Entidades Representativas do Colégio Pedro II, enviaram documento para a, agora, Reitora *pro tempore* do CPII. Assinavam o referido documento a ADCPII, a Comissão Provisória de pais e responsáveis do Colégio Pedro II, os Grêmios Escolares do CPII e o SINDSCOPE. As entidades pediam a anulação da Portaria 102, que compunha o GT de elaboração do estatuto provisório, para que em uma nova composição tivesse prevista a paridade dos segmentos da Comunidade escolar e que os seus membros fossem indicados pelos seus pares e não unilateralmente pela Reitora *pro tempore* (SINDSCOPE, 2012-G).

Aquele Grupo de Trabalho prosseguiu, mesmo que sem a participação das Entidades Representativas do CPII, e ao final foi disponibilizada a minuta do estatuto provisório a todas e todos. No caso do SINDSCOPE, a disponibilização se deu a partir do ofício nº 030/2012/GR/CG, datado de 12 de setembro de 2012 (SINDSCOPE, 2012-H), pelo então Chefe de Gabinete da Direção-Geral, ressaltando que aquele estatuto já havia sido encaminhado ao Ministério da Educação para análise.

Ainda com uma indefinição de como se daria o restante do processo de democratização da Instituição, no final do ano de 2012, o SINDSCOPE, através do ofício nº 083, de 6 de novembro de 2012 (SINDSCOPE, 2012-I), encaminhou posicionamento ao Ministro da Educação, fazendo um breve histórico e apresentando reivindicações sobre a continuidade daquele processo.

Após toda a jornada de lutas pela democratização e de todos os embates, largamente abordados neste trabalho, o Colégio Pedro II passa a ter finalmente sua participação na RFEPCT normatizada e normalizada, com a aprovação de um novo estatuto definitivo²⁶, bem como a realização da primeira eleição para Reitor/a da Instituição, com um processo eleitoral, em dois turnos, e no segundo turno obtendo-se o seguinte resultado final: o Professor Oscar Halac²⁷, como 50,09% do votos – primeiro Reitor Eleito para dirigir o CPII –, e o Professor Tarcísio Motta, com 49,01% dos votos. O resultado foi homologado²⁸ pelo Conselho Superior do CPII, no dia 3 de julho de 2013, e encaminhado ao MEC, para a nomeação do mais votado, conforme aponta a Lei dos IFETs e o Decreto 6986/2009²⁹ (BRASIL, 2009).

Para além daquelas ações, que acabaram sendo imediatas para a organização inicial da Instituição, além de muito ansiadas pela Comunidade escolar – eleição do CONSUP, eleição para Reitor, adiada há quase um ano (de 2012 para 2013), e a aprovação de um novo estatuto para o CPII –, as mudanças normativas, legais e estruturais, a partir da Lei nº 12.677/2012³⁰ (BRASIL, 2012), foram muito mais amplas.

A inclusão do CPII na RFEPCT e a sua equiparação estão bem descritas no artigo e nos incisos a seguir:

Art. 5º O art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
 IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e
 V - Colégio Pedro II.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A, 13-A e 13-B:

²⁶ Estatuto do CPII, aprovado por um CONSUP democrático, substituindo o estatuto provisório: Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/ESTATUTO%20MODIFICADO%20PELO%20CONSUP.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2023.

²⁷ Professor do Departamento de Química do Colégio Pedro II. Ocupou uma série de funções institucionais, dentre as quais: Diretor das Unidades Tijuca II, São Cristóvão III, Realengo II, Niterói e Caxias. Foi o primeiro Reitor eleito do CPII, tendo sido reeleito para a função sucessivamente.

²⁸ Homologação da 1ª Eleição para Reitor do CPII. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2013/ago/RESOLUCAO_9_CONSUP.pdf. Acesso em: 04/08/2023.

²⁹ Decreto 6986, de 20 de outubro de 2009, que regulamenta o processo eleitoral nos IFETs. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6986.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

³⁰ Lei nº. 12.677, de 25 de junho de 2012, que equipara o CPII aos demais Institutos Federais, modifica artigos da 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que institui a RFEPCT, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

“Art. 4º-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior.”

“CAPÍTULO II-A

DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 13-A. O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 13-B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição.

Parágrafo único. A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação.” (BRASIL, 2012)

Podemos destacar que a equiparação promoveu a imediata mudança na organização do CP II, trazendo uma série de possibilidades, inclusive com novas perspectivas de ensino, com a inclusão de novas modalidades e o fortalecimento do que antes era tratado de maneira mais pontual, superficial, conforme aponta NEVES (2021) através dos dados específicos sobre a ampliação de vagas, de cursos e de modalidades oferecidas pelo CP II após sua equiparação com os IFETs.

O Estatuto do CP II, organizado e aprovado por um Conselho Superior democrático, composto paritariamente, com todos os segmentos que compõem a Comunidade escolar, em complemento à Lei 11.892/2008(BRASIL, 2008), deixa claras estas possibilidades:

Art. 4º O COLÉGIO PEDRO II tem as seguintes finalidades e características:

- I - ofertar educação básica, educação profissional de forma articulada com a educação básica e ensino superior na área de educação e de formação de profissionais da educação, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade organizada e na vida profissional;
- II - desenvolver a educação básica, profissional e superior como processos educativos e investigativos;
- III - promover a integração dos diferentes níveis de educação e modalidades de ensino ofertados;
- IV - constituir-se em campo de experiência e em centro de excelência na oferta de educação básica e do ensino superior na área de educação e de formação de professores;
- V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de todas as disciplinas que integram a composição curricular da educação básica, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos profissionais de educação das redes públicas de ensino;
- VI - desenvolver programas de extensão e de divulgação social, científica e cultural; VII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, a criatividade e o desenvolvimento social e científico; e
- VIII - promover práticas democráticas, de justiça social, de exercício da cidadania e

de preservação do meio ambiente. Parágrafo único. Para a realização de suas finalidades, o Colégio Pedro II poderá firmar acordos com outros estabelecimentos de ensino e institutos técnico científicos, bem como com entidades e organizações públicas e privadas.

(CPII. 2014)

O Colégio Pedro II passa, portanto, a utilizar como legislação reguladora das suas ações estruturais, para além da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) destinada à criação da RFEPCT e, conseqüente, dos IFETs. Servindo como baliza para esta nova organização institucional, definindo e regulamentando suas ações internas a partir desse novo arcabouço legislativo e normativo, incluindo também as demais normas e decretos complementares à nova Lei.

As normas gerais descritas a seguir demonstram a possibilidade da direção do CPII ter um controle maior da sua gestão por parte da sua Comunidade escolar e Acadêmica, tirando a concentração do poder institucional das mãos do Reitor e das/os demais dirigentes da instituição, como ocorrera ao longo de toda a sua trajetória histórica anterior.

ESTATUTO DO CPII

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º. A organização geral do COLÉGIO PEDRO II compreende:

I - Órgãos Colegiados Superiores:

- a) Conselho Superior; e
- b) Colégio de Dirigentes.

II – Reitoria:

- a) Reitor;
- b) Pró-Reitorias:
 - 1) Pró-Reitoria de Ensino;
 - 2) Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura;
 - 3) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
 - 4) Pró-Reitoria de Administração; e
 - 5) Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - Os Campi;

V - Ouvidoria;

VI - Auditoria Interna;

VII - Procuradoria Jurídica;

VIII – Procuradoria Educacional Institucional;

IX – Corregedoria; e X – Diretorias Sistêmicas.

(CPII, 2014)

A partir da leitura da Seção IV da Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008), podemos afirmar que

os conceitos estabelecidos são muito próximos daqueles apresentados por vários autores em defesa da gestão democrática e democratização da sociedade e das Instituições de Ensino (PARO, SAVIANI, RAMOS, FRIGOTTO, PACHECO, entre tantos outros):

Seção IV
Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º (...)

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.
(BRASIL, 2008)

O artigo 10 estabelece que os Conselhos serão os órgãos superiores de administração de cada Instituto, cabendo à Reitoria a execução do que for decidido por estas instâncias, bem como do que for aconselhado coletivamente. A composição dessa Reitoria ocorre a partir de 5 (cinco) Pró-Reitorias, também descentralizando a execução das ações dos IFETs por área de atuação.

A composição da instância máxima da Instituição, inclusive acima do Reitor e das/os Diretores-Gerais, tem a participação paritária dos segmentos que compõem as comunidades escolares/acadêmicas, além da participação desses dirigentes, também de forma paritária, não permitindo sua supremacia sobre o restante dos segmentos, como ocorria anteriormente em outros modelos de fóruns superiores no CPEI.

O Conselho Superior é a instância máxima da Instituição, e que possui papel fundamental e preponderante na concepção da democratização e da gestão democrática da escola:

TÍTULO II DA GESTÃO CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
SEÇÃO I
DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7º. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é, na forma deste Estatuto, o órgão máximo do COLÉGIO PEDRO II, tendo a seguinte composição:

- I - o Reitor, como presidente;
- II - representação do corpo docente em quantidade igual a 1/3 (um terço) do número de Campi em funcionamento, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco)

- representantes, após processo de consulta a seus pares;
- III - representação do corpo discente em quantidade igual a 1/3 (um terço) do número de Campi em funcionamento, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes, após processo de consulta a seus pares;
- IV - representação do corpo técnico-administrativo em quantidade igual a 1/3 (um terço) do número de Campi em funcionamento, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes, após processo de consulta a seus pares;
- V - dois representantes dos egressos, sem vínculo funcional ou estudantil com a Instituição;
- VI - tantos representantes de responsáveis legais de estudantes regularmente matriculados em turmas de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental quantos forem os membros definidos no inciso II, sem vínculo funcional ou estudantil com a Instituição, após processo de consulta a seus pares;
- VII - um representante do Ministério da Educação; e
- VIII - tantos representantes do Colégio de Dirigentes quantos forem os membros definidos no inciso II, após processo de consulta a seus pares.

§ 1º. (...)

§ 2º. (...).

§ 3º. Os mandatos dos membros do Conselho Superior serão de dois anos, excetuando-se o do membro nato de que trata o inciso I.

§ 4º. Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Colégio Pedro II, sem direito a voto.

§ 5º. Será permitida aos membros do Conselho Superior uma recondução para um novo mandato, no período imediatamente subsequente, excetuando-se o membro nato, de que trata o inciso I.

§ 6º. (...)

§ 7º. (...)

§ 8º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 9º Nas ausências do Reitor, presidirá o Conselho Superior o seu substituto legal.

§ 10. (...).

§ 11. (...).

Art. 8º Compete ao Conselho Superior:

- I - aprovar as diretrizes gerais para a atuação finalística institucional;
- II - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do COLÉGIO PEDRO II e dos Diretores Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei no 11.892, de 2008, e com o Decreto no 6.986, de 20 de outubro de 2009, que o regulamenta.
- III - aprovar o plano de desenvolvimento institucional e os planos anuais de ação, assim como apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV - aprovar o projeto político-pedagógico, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V - autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

- VI - apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- VII - autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, após manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VIII - julgar recursos das decisões em matéria didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva;
- IX - aprovar o Regimento Geral do COLÉGIO PEDRO II, observados os parâmetros definidos na legislação específica; e
- X - elaborar e aprovar o seu próprio regimento.

(CPII, 2014)

Estes dois artigos dão a exata dimensão da concepção que está por trás dos Institutos Federais, quanto à sua organização e estrutura, relacionando-os diretamente à Gestão Democrática da Instituição. Ter uma instância coletiva, composta paritariamente pelo conjunto dos segmentos quem compõem a Comunidade Acadêmica, bem como ter ainda a participação da Sociedade Civil através da representação de pais/responsáveis legais, além dos ex-alunos, expressa, na prática, a instrumentalização da gestão democrática e participativa da sociedade na Educação Pública.

Para além do CONSUP, o arcabouço legal do CPII passa a dispor na sua estrutura de funcionamento de dois outros Conselhos: o Conselho de Ensino, Extensão e Pesquisa (CONEPE) e o Conselho de Dirigentes (CODIR). A participação dos representantes dos Departamentos Pedagógicos, das Chefias-Gerais dos Setores Pedagógicos, bem como de Diretoras/es-Gerais dos *Campi*, enquanto composição destes dois Conselhos, permite que as proposições apresentadas inicialmente pela Reitoria, tanto de cunho pedagógico, como administrativo, obtenham contribuições coletivas, anteriores à sua apresentação, e aprovação final, também coletiva, pelo CONSUP, no âmbito da instituição.

Para além do CONSUP, do CONEPE e do CODIR, a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) e suas normas complementares, trouxe, também, para os Institutos Federais e para o Colégio Pedro II, a necessidade da implantação de instrumentos de gestão democrática que, obrigatoriamente, são construídos e definidos, coletivamente, pela Comunidade Acadêmica e, posteriormente, aprovados nas instâncias, também coletivas, da Instituição. A seguir, dois destes instrumentos, que considero os mais amplos quanto ao planejamento e à execução das ações institucionais, utilizando o Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) como exemplo dos instrumentos escolhidos:

1. Plano de Desenvolvimento Institucional do CPII (PDI – 2019 a 2023):

“(…) representa os anseios da Comunidade escolar, com a definição dos rumos,

projetos, programas, objetivos e metas para o período 2019-2023. O documento projeta a atuação do CPII no cenário educacional pelo compromisso de atendimento às demandas da educação básica, da pós-graduação, da pesquisa e da extensão, visando ao aprimoramento de sua função social e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região em que atua”.³¹

2. Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI – 2017 a 2020):

“O documento foi construído por toda a Comunidade escolar do Colégio, a partir da criação de câmaras constituídas por voto direto, abrangendo os segmentos de Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Pós-Graduação. Nele, o CPII expõe as diretrizes e estratégias voltadas para as demandas da Comunidade escolar, com descrições das políticas de ensino, programas, projetos e rotinas acerca das atividades docentes, discentes e administrativas da instituição.”³²

Segundo o texto no *site* do CPII, o PPPI foi debatido na Comunidade Acadêmica; “foram realizadas mais de 30 (trinta) reuniões ao longo de três anos em 8 (oito) audiências públicas. Portanto, trata-se de um documento infra legal genuinamente democrático, republicano e participativo”.

Não existe qualquer informação no *site* sobre a revisão daquele PPPI. Também não consegui apurar a existência de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos *Campi*, conforme observei em sites de outros Institutos Federais onde seus *Campi* possuem PPI.

Numa rápida verificação em *sites* dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, Goiás e de São Paulo, observei que o processo de construção desses instrumentos sempre aconteceu com a participação da Comunidade Acadêmica. Os instrumentos utilizados são variados: Congresso, com a eleição de delegadas/os, por *Campi* e por segmentos da Comunidade Acadêmica; Grupos de Trabalho (GTs), por tema e por *Campi*; Audiências Públicas, por temas e por *Campi*; e a utilização das câmaras por tema, como o que foi realizado no Colégio Pedro II, discutindo cada eixo e apresentando minuta para aprovação final nas instâncias.

Hoje o Colégio Pedro II possui um conjunto de novos instrumentos e documentos (acesso no site www.cp2.g12.br) que transformaram a Instituição no campo da sua gestão

³¹ Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9720-pdi.html>). Acesso em: 04 ago. 2023.

³² Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>). Acesso em: 04 ago. 2023.

democrática, estabelecendo, como prevê a Constituição, a LDB e a Lei dos IFETs, um novo arcabouço legal e normativo da Instituição, que permite a plenitude da democratização institucional:

- **O Estatuto** - Descreve a estrutura do CPII e as formas gerais de funcionamento, conforme descrito anteriormente neste capítulo, garantindo a paridade nos processos de consulta para os cargos de dirigentes da instituição, bem como na composição do CONSUP, instância máxima institucional³³.
- **Resoluções do CONSUP** – Instrumento designado para apresentar as deliberações do Conselho Superior. No *site* da Instituição são 256, que alteram o Estatuto, reveem decisões no campo pedagógico, estabelecem o calendário acadêmico, a criação de cursos, o estabelecimento de carga horária especial para determinadas funções, entre tantas outras deliberações que são legalmente estabelecidas para o CONSUP resolver e decidir. Essas decisões muitas vezes têm que ser transformadas em Portarias da Reitoria, por serem decisões de cunho executivo, também, conforme prevê a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008)³⁴.
- **Consultas para o cargo de Reitor/a** - Ocorreram 3 (três) consultas para o cargo de Reitor da Instituição, todas com paridade de votos entre docentes, estudantes/pais-responsáveis e técnicos-administrativos em educação. Com as regras sempre aprovadas no CONSUP, com o processo sob a gestão de uma Comissão Eleitoral, também eleita pela Comunidade escolar. Disponível em: (www.cp2.g12.br)
- **Consultas para os cargos de Diretoras/es-Gerais dos Campi** – Ocorreram 3 (três) consultas para Diretoras/es dos Campi do CPII, todas com paridade de votos entre docentes, estudantes/pais-responsáveis e técnicos-administrativos em educação. Com as regras sempre aprovadas no CONSUP, com o processo sob a gestão de uma Comissão Eleitoral, também eleita pela Comunidade escolar. Disponível em: (www.cp2.g12.br)
- **Consultas para a eleição das/os Conselheiras/os do CONSUP** – Ocorreram 5 (cinco)

³³ <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/ESTATUTO%20MODIFICADO%20PELO%20CONSUP.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

³⁴ http://www.cp2.g12.br/index.php?option=com_content&view=article&id=521&catid=14&Itemid=272. Acesso em: 08 set. 2023.

eleições para os membros do CONSUP, onde cada segmento da Comunidade Acadêmica, que o compõe, elegeu 4 integrantes – foram eleitos em cada processo, 4 estudantes, 4 dirigentes, 4 técnicos administrativos e 4 docentes -, além da participação de 4 pais/responsáveis, enquanto representação da sociedade civil, também eleitos pelos seus pares, além de 2 ex-alunos também representação da sociedade. Ou seja, a instância mantém a lógica da paridade na sua composição, o que acaba permitindo uma ampla participação não só da Comunidade Acadêmica, mas também da Comunidade escolar. Disponível em: (www.cp2.g12.br)

- **Regimento Geral** –No *site* do CII só existe um Regimento Interno (MEC, 1987) – Portaria nº 503/ 1987 (<http://www.cp2.g12.br/images/pdf/cpii/regimento.pdf>) –, com mais de 25 anos desde a sua publicação, se contarmos até o ano da equiparação, 2012, mas se levarmos em consideração o ano de 2023, tal Regimento Interno possui mais de 36 anos. A partir disso, apurei no *site* de outros Institutos Federais (IFSP, IFGO, IFF, IFRJ)³⁵ e observei que os Regimentos Gerais fazem parte do arcabouço normativo daquelas Instituições. Portanto, falta uma revisão por parte do CII quanto a esta ferramenta, também de gestão democrática, na medida que ela normatiza vários setores, funções, ações e o próprio funcionamento dos *Campi* e das Pró-Reitorias, enquanto norma regulamentadora do que prevê o Estatuto do CII.

A Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) prevê, também, a possibilidade de atualizações das normas internas em cada Instituto Federal, desde que identificadas pela Comunidade escolar ou quando de alguma atualização daquela ou de outras Leis e normas que mereçam regulamentação interna. No caso do Colégio Pedro II, o Estatuto definitivo passou por uma reformulação³⁶, concluída em 2016, mas que até o momento não sofreu uma homologação por parte do Ministério da Educação, responsável em ratificar ou não as modificações no Estatuto do CII, aprovadas pelo CONSUP (Conselho Superior) da Instituição.

³⁵ Regimentos Gerais dos seguintes IFETs (IFSP, IFRJ, IFF, IFGO):

IFSP - <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/regimento-geral-do-ifsp-1.pdf>

IFRJ - https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Resende/regimento_geral_ifrj.pdf

IFF - <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffluminense/legislacao/regimento-geral-do-iff/view>

IFGO - https://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/regimento_122015.pdf. Acessos: 04 ago. 2023.

³⁶ Estatuto modificado pelo CONSUP do CII e não homologado pelo MEC. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/Consup/MINUTA%20NOVO%20ESTATUTO%20CII%20-%20ATUALIZAC%CC%A7A%CC%83O%202022.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Apurando os motivos para este atraso, tive acesso ao processo 23040.002474/2017-71 - Ofício nº 002/2019/CONSUP, de 27.12.2019 (CPII, 2020), encaminhado pelo então Reitor, o Professor Oscar Halac, onde consta um impasse em relação a uma das mudanças aprovadas para o Estatuto do CPII. Em relação a estas mudanças, apurei que foram três modificações: 1ª) a inclusão de estudantes no CONEPE, na razão de 1 por Complexo Escolar, com a idade mínima de 16 anos; 2ª) Criação dos Conselhos Escolares de Campus, organizando uma instância máxima no âmbito de cada Campus, garantindo na sua composição a paridade entre docentes, estudantes, pais/responsáveis e gestão do Campus, assim como ocorre no CONSUP; e 3ª) a transformação de Pais/Responsáveis, anteriormente constando como sociedade civil, e na proposta aprovada sendo transformado no quarto segmento da Comunidade escolar. Este último é apontado pela CONJUR/MEC como o impasse das modificações aprovadas internamente no CPII. Na medida que essa não seria uma alteração possível, conforme entendimento daquele Ministério, ocorreu encaminhamento da Gestão Oscar Halac em retomar o texto com alterações ([https://drive.google.com/file/d/1UCyX586Z1GTMU97Y-hHgPsyX3mixd6u9/view?usp=drive link](https://drive.google.com/file/d/1UCyX586Z1GTMU97Y-hHgPsyX3mixd6u9/view?usp=drive_link)). Não encontrei mais nenhum documento que apresentasse os reais motivos para que o Estatuto não homologado ainda não tenha sido regulamentado.

Assim como já ocorreu antes, a Comunidade escolar, mesmo tendo hoje uma legislação que permite manter a continuidade dos processos democráticos institucionais, continua ainda hoje lutando pelo permanente avanço deste processo. Depois de quase seis anos aguardando a implementação da reformulação estatutária mencionada acima, a gestão do Campus São Cristóvão II do CPII, da qual faço parte, decidiu por encaminhar a instalação do Conselho Escolar do Campus São Cristóvão II, mesmo que a regulamentação ainda não tenha sido homologada pelo MEC, na medida que já ocorreu a aprovação pelo Conselho Superior da Instituição e não existe qualquer empecilho jurídico pelo apurado.

Sendo importante registrar que esta é a segunda tentativa de implementação e instalação do Conselho Escolar no Campus São Cristóvão II (CSCII). A primeira em 2018, na Gestão do Diretor-Geral Bernardino Paiva, da qual eu também fazia parte, mas que não foi adiante a partir da manifestação da própria Comunidade do Campus, que se posicionou por conhecer mais todo o processo e aguardar o conjunto dos Campi iniciarem aquela implementação, também. Agora, em 2023, a segunda tentativa ocorreu e foi finalizada pela Gestão da Diretora-Geral Patrícia Rosa Guterrez, com a construção coletiva e a instalação do Conselho Escolar, cujos os passos estão descritos no Blog do CSCII disponível em

(<http://www.cp2.g12.br/blog/saocristovao2/?s=conselho+escolar>), acesso em 08 set. 2023.

A Direção do Campus São Cristóvão II apontou o seu interesse e compromisso em realizar a implantação do Conselho Escolar, mesmo que a Reitoria do CPEI ainda esteja no aguardo de uma homologação do MEC - Carta Compromisso, conforme documento disponível em: http://www.cp2.g12.br/blog/saocristovao2/files/2023/05/CARTA-COMPROMISSO-DIRE%C3%87%C3%83O-CSCII_CONSELHO-ESCOLAR-provis%C3%B3rio-CSCII.pdf (Acesso em: 08 set. 2023), onde é afirmado este compromisso nos artigos que descrevo a seguir:

Art. 1º - Até que o Colégio Pedro II normatize, institucionalmente, o funcionamento dos Conselhos Escolares dos Campi, a Direção do Campus São Cristóvão II (CSCII) assume o compromisso de cumprir a presente norma de funcionamento.

Art. 2º - O Conselho Escolar do Campus São Cristóvão II é a instância máxima, de caráter colegiado, deliberativo e normativo, para assuntos administrativos e pedagógicos, no âmbito deste Campus. Parágrafo Único – As decisões do Conselho Escolar do Campus São Cristóvão II não deverão se sobrepor às deliberações das Instâncias Superiores do CPEI, conforme prevê o Estatuto e as demais normas da Instituição.

Ver uma Direção abrir mão do seu “poder” institucional, acreditando na construção coletiva como instrumento de gestão, é bastante salutar. É ver na prática os conceitos defendidos por inúmeros ideólogos da área da Educação e que tratam do processo de democratização das Instituições Públicas de Ensino. Enfim, incluir a sociedade e as/os trabalhadoras/es que ajudam a construir o dia a dia institucional significa ampliar os horizontes do diálogo e do entendimento do que é gerir um serviço público, principalmente na área da educação.

Todo o processo desencadeado pela Direção-Geral daquele Campus do Colégio Pedro II foi pautado pelas deliberações institucionais do CONSUP do CPEI, que aprovou aquela e outras alterações estatutárias, mas que se encontram paralisadas por questões burocráticas entre o MEC e a Reitoria do CPEI, conforme demonstra o processo 23040.002474/2017-71 - Ofício nº 002/2019/CONSUP, de 27.12.2019 (CPEI, 2020).

Inclusive cabem as seguintes perguntas: Se houve aprovação das alterações estatutárias, via CONSUP, seguindo o que determina a legislação, porque elas não foram homologadas ainda? E mesmo aquelas que não sofreram qualquer questionamento por parte da CONJUR/MEC, no presente processo, porque não foram implementadas desde 2017, ano do envio daquelas mudanças?

A democratização e a gestão democrática não são questões acabadas. Este é um movimento contínuo e que precisa ser alimentado a cada período, principalmente quando existe todo um interesse da Comunidade escolar, como é o caso do Colégio Pedro II, já largamente demonstrado ao longo de todo o texto.

O que acontece agora no Campus São Cristóvão II, mesmo após a instalação e o aprimoramento de uma estrutura institucional verdadeira e obrigatoriamente democrática, é a demonstração inequívoca de que a busca por democracia é contínua. Que não se deve e não se pode parar de buscá-la... não existe fim. Precisa ser uma busca e uma luta permanente para que cada vez mais espaços e funções sejam trabalhadas coletivamente, retirando da/o dirigente ou do/a gestor/a a função de deliberar ou realizar ações isoladamente.

6. CONCLUSÃO

O Colégio Pedro II avançou muito na sua gestão democrática e na democratização institucional nestes últimos 10 anos, como já era previsto devido à legislação na qual a Instituição foi inserida, com a equiparação aos demais Institutos Federais.

Tem sido fundamental este exercício de construção coletiva e a estrutura democrática permanente determinada pela nova legislação. A renovação dos mandatos dirigentes a cada período, no final de cada gestão, além da necessária alternância nos cargos e no poder, não permitindo a perpetuação de quem quer que seja, bem como o salutar debate democrático de projetos e de entendimentos diferenciados que possam existir entre as/os integrantes da Comunidade Escolar/Acadêmica, traduzem essa nova realidade institucional no Colégio Pedro II.

O fato de não ter ocorrido a quebra em processos sucessórios no CPII nestes últimos 10 anos – bem diferente de toda trajetória CPII anterior a 2012 –, é um elemento definitivo da afirmativa acima: “O Colégio Pedro II avançou muito na sua gestão democrática”.

Se compararmos com o que tínhamos antes a 2012 e o que se conquistou a partir do ingresso da Instituição na RFEPCT e da sua equiparação com os demais Institutos Federais, não há comparação qualitativa e qualitativa que permita defender a forma e a trajetória anterior. Senão vejamos:

Antes de 2012	A partir de 2012
Não havia garantias legais, políticas e institucionais para a realização de eleições para dirigentes do CPII.	A legislação prevê e garante a realização de eleições diretas para os dirigentes do CPII, a cada período, com a nomeação da/o candidata/o mais votada/o.
A instância máxima do CPII era a Congregação, composta somente por docentes, que majoritariamente eram vinculados à gestão. Cabendo o registro que ao longo da história do CPII tal fórum foi subjugado ou subordinado pela Direção-Geral, por conta da fragilidade legal que não estabelecia claramente a amplitude do seu poder institucional, bem como a sua ascendência sobre o dirigente do CPII.	A instância máxima, o CONSUP, é prevista em Lei, regulada por um Estatuto e seu Regimento Interno. É uma instância deliberativa, acima do/a Reitor/a, sendo composto, paritariamente, pelos segmentos que compõem a Comunidade Acadêmica (Dirigentes, Docentes, Estudantes e Técnicos-Administrativos), bem como por integrantes da sociedade civil, nestes incluídos os Pais/Responsáveis Legais por estudantes, com representação paritária dos segmentos da Comunidade.
Indefinição legal e normativa, com a utilização de variadas normas e legislações, de acordo com os interesses de momento de quem dirigia a Instituição ou até mesmo do MEC.	Estabelecimento de uma Lei clara, com sua regulamentação por Decretos, Estatuto e Regimentos, garantindo uma estabilidade jurídica, normativa e política, permitindo a continuidade do projeto institucional, independentemente do dirigente ou do governo que estiver conduzindo o país. Além do entendimento da justiça em favor da Lei, o que permitiu, inclusive, a revogação de atos institucionais que ignoravam o novo arcabouço legal.
Ausência de instrumentos de gestão democrática, inclusive não permitindo a construção coletiva e a participação da Comunidade escolar no processo de construção institucional.	Uma legislação e um arcabouço legal que tem permitido uma construção coletiva de instrumentos de gestão democrática, desde o projeto político pedagógico, passando pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas, chegando a um Plano de Desenvolvimento Institucional, que permitem a participação e a contribuição da Comunidade escolar e da Comunidade.

Existem outras comparações que poderiam ser apresentadas, mas não esgotarei o tema neste momento, até porque a partir do que foi apontado por esta pesquisa, é possível que outros olhares e outras expectativas sejam construídos em outras direções.

Agora, o que gostaria de abordar como algo importante a ser preservado para análise é a junção dos avanços conseguidos com a nova legislação e a luta promovida pela Comunidade escolar do CPEI, desde aquela transição político-institucional, ocorrida a partir do início dos anos 1992, passando por todos os avanços e retrocessos que ocorreram nas duas décadas seguintes (1992-2012), principalmente após a chegada ao governo federal de Lula e do Partido dos Trabalhadores, no ano de 2003.

Toda esta trajetória merece destaque. Muitos dos avanços da Lei dos Institutos Federais trazem experiências anteriores daquela época – não necessariamente as somente ocorridas no CPEI –, mas que demonstram que a defesa e a luta pelos princípios insculpidos na legislação atual levam a marca daquelas lutas por paridade, eleição com a nomeação da/o mais votada/o, a construção coletiva dos instrumentos de gestão institucional, além da subordinação da gestão e das/os gestoras/es aos fóruns e instâncias coletivas. Estes elementos se retroalimentaram desde aquelas lutas e continuam servindo como elementos orientadores para aqueles e aquelas que defendem a ampliação e o aprofundamento da gestão e da democratização da Educação e das Instituições Públicas de Ensino.

É possível, portanto, aferir que o processo de democratização do CPEI passou por muitas lutas e diversos avanços e retrocessos e conseguiu manter-se e, portanto, podendo avançar. Estes avanços e essa prática contínua passam a ser concretizadas apenas após a equiparação da Instituição com os demais Institutos Federais.

Outros elementos merecem destaque, também, para que essa continuidade democrática possa ter se aprofundado e ter-se mantido na Instituição. O fato do CPEI passar a fazer parte de uma Rede Federal de Ensino, em 2012, após 175 anos da sua fundação, retirando a ideia de que possuía condições ou funções especiais na sociedade brasileira, enquanto Instituição Federal de Ensino, bem como a necessidade de se inserir em um projeto mais amplo, do que simplesmente ser chamado de “Colégio Padrão”, “Imperial Colégio Pedro II” ou de alguma outra forma de adjetivação de superioridade sobre as demais Instituições Federais de Ensino, merecem o devido destaque.

A nova legislação inclusive já foi testada no Legislativo, quando da Medida Provisória de Bolsonaro, tentando modificá-la – não tendo tido êxito – e no Judiciário, que determinou

por algumas vezes o cumprimento da Lei dos IFETs, principalmente quando é tratada a sua estrutura de funcionamento e o processo sucessório de seus dirigentes. Transcrevo a seguir parte de uma decisão judicial³⁷, da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em processo interposto pelo Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II contra ato unilateral do Reitor do Colégio Pedro II, quando este resolveu desrespeitar uma decisão do Conselho Superior (CONSUP) da Instituição. A referida decisão demonstra que, para além do respaldo político que a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) tem, desde 2008, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pelo então Presidente Lula, além do envolvimento de cada Comunidade Acadêmica nestes últimos 15 anos, existe, também, o entendimento de parte do Judiciário quanto ao efetivo texto dessa Lei e seus os efeitos. Pode ser até que esta decisão seja revista, mas tal entendimento demonstra o quanto temos avançado. Vejamos a seguir parte da já mencionada decisão judicial:

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
3ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Avenida Rio Branco, 243, Anexo II, 4º andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 -
Fone: (21)3218--8033 - www.jfrj.jus.br -Email: 03vf@jfrj.jus.br

SEGURANÇA COLETIVO Nº 5057370-42.2021.4.02.5101/RJIMPETRANTE:
SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLEGIO PEDRO II
IMPETRADO: REITOR - COLEGIO PEDRO II - CPII - RIO DE JANEIRO

SENTENÇA

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, objetivando a anulação da Portaria nº 848/2021 do reitor do Colégio Pedro II e do despacho da referida autoridade que não homologou a Resolução nº 172/2021 do Conselho Superior da instituição. Como causa de pedir, o impetrante alega que os atos ora impugnados violaram a competência do mencionado órgão colegiado.

(...)

Nesse ponto, deve ser ressaltado que - diferentemente do alegado nas informações do evento 12, INF_MAND_SEG1 (fls. 11) - o fato de o processo de renovação dos mandatos dos membros do Conselho Superior não ser totalmente disciplinado pela Lei nº 11.892/2008, pelo Estatuto da instituição e pelo Regimento Interno do próprio Conselho, de forma alguma autoriza o reitor a suprir eventual lacuna ao seu alvedrio. Afinal, a atuação do administrador depende de prévia habilitação legal para ser legítima e, no Colégio Pedro II, a instância deliberativa máxima é o Consup e não a Reitoria.

³⁷ Decisão Judicial: Documento eletrônico assinado por **FABIO TENENBLAT, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510005535564v20** e do código CRC **81061794**.

Ademais, é importante ressaltar que o parecer jurídico em que a autoridade impetrada afirma ter baseado sua conduta (Nota nº 00025/2021/GAB-PFCPII/PFCPII/PGF/AGU, evento 12, ANEXO4, fls. 12 a 22) apenas recomenda "a adoção de providências imediatas para a realização do processo de consulta para escolha dos novos conselheiros do CONSUP, de forma virtual/remota, caso não se torne viável o processo presencial". Isso está longe, MUITO LONGE de significar, por óbvio, autorização para que o reitor ignore e desrespeite deliberações do Conselho Superior do Colégio Pedro II.

Em suma, está-se diante de nítida extrapolação da esfera de competência da autoridade impetrada, que atuou indevidamente e de maneira antidemocrática, assumindo papel que cabe à toda Comunidade escolar, representada pelo próprio Conselho Superior da instituição. Tal atuação configurou flagrante violação aos princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição), bem como menoscabo ao pluralismo de ideias, fundamento precípua da organização do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso V, da Constituição).

Como se percebe facilmente, portanto, sob qualquer ótica que se examine a questão, salta aos olhos a ilegalidade dos atos ora questionados. Assim, a total procedência das pretensões autorais é de rigor.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, concedo a segurança, anulando os seguintes atos de lavra do reitor do Colégio Pedro II:

- a) despacho não homologatório da Resolução Consup nº 172/2001;
- b) Portaria nº 848/2021.

Custas na forma da lei.

Sem honorários (artigo 25 da Lei nº 12.016/2009).

Intimem-se, inclusive o Colégio Pedro II. Dê-se ciência à autoridade impetrada e ao MPF.

Documento eletrônico assinado por FABIO TENENBLAT, Juiz Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 510005535564v20 e do código CRC 81061794. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): FABIO TENENBLAT

Data e Hora: 9/7/2021, às 18:59:6

Gostaria de finalizar este *e-book* mencionando que para além da legislação, para além dos avanços que um possível governo possa permitir, devemos garantir a construção permanente da cultura da construção coletiva, da democracia dos espaços e das ações políticas que devemos construir para dentro e para fora da Escola. Garantir essa construção cultural e trazer para o dia a dia essa prática podem não só melhorar o desempenho da nossa Instituição, mas, enfim, melhorar a contribuição das nossas Escolas para alteração do modelo de sociedade que vivemos, saindo de um projeto de sustentação dos modelos existentes para avançarmos na construção de um novo olhar cidadão dos integrantes de cada uma das nossas Comunidades Escolares e Acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BLOG GREVE DE ALUNOS, 2012. (Blog “Greve de Alunos CPII”, 2012. Disponível em: <http://grevedealunoscpil.blogspot.com/2012/07/mais-um-dia-historico-no-cpii.html>. Acesso em 04/08/2023.

CARVALHO, 2023. **O Processo de Democratização do Colégio Pedro II e a sua Equiparação com os demais Institutos Federais**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Colégio Pedro II, 2023.

NEVES, Bruno Miranda. **O PROEJA no Colégio Pedro II: Formação e qualificação docente em questão**. Rio de Janeiro: RPC Editora, 2015.

NEVES, Ricardo Dias. **O Colégio Pedro II no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Aspectos Legais**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Educação Profissional e Tecnológica – Colégio Pedro II, 2021.

OTRANTO, Regina Celia. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. RETTA – Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícola, Vol. I, nº 01, p. (89-108), jan./jun.-2010.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. 1.ed. Curitiba: IFPR-EAD – Coleção Formação Pedagógica, Volume V, 2014.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques et ali. **Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Assis/São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 6.ed. eletrônica. Campinas/SP: Editora Autores Associados LTDA, 2007b.

SAVIANI, Dermeval, **Escola e democracia [livro eletrônico] / Dermeval Saviani**. -- 44. ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 2022. e-Pub.

ZAGO, Marcia de Freitas. **Configuração e consolidação de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba/SP, 2018.

Arquivos impressos, digitalizados ou enviados por e-mail:

ADCPII, 1998. **Ofício Conjunto ADCPII/SINDSCOPE/052/1998 - 2 de julho de 1998**. Ao Diretor-Geral. Reivindicando ao Diretor-Geral do CPII que ele promova as Eleições para Diretor-Geral, após o término dos 4 anos do primeiro mandato do Professor Choeri. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1ufV7dq9IEeCVgPA7jMrNONr1afCWDpao/view?usp=drive_link

ADCPII, 1998-B. **Ofício ADCPII/057/1998 -3 de agosto de 1998**. Ao Delegado do MEC-RJ. Reivindicando Eleições para Diretor-Geral do CPII, após os 4 anos do primeiro mandato do Professor Choeri. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1ucPWgBSO5UjqHoic7BsN0wAsljLz-N57/view?usp=drive_link

ADCPII, 1998-C. **Ofício ADCPII/099/1998 – 22 de setembro de 1998**. Ao Chefe de Gabinete do Ministro da Educação. Cobrando eleições para Diretor-Geral do CPII, após os 4 anos do primeiro mandato do Professor Choeri. Disponibilizado pela pesquisa no *link*:

https://drive.google.com/file/d/10z3DUAgexmbSrwJK4zmQnfKyDFFMvDBo/view?usp=drive_link

ADCPII, 1998-D. **Carta Conjunta ADCPII/SINDSCOPE/1998 – 2 de julho de 1998.** Aos membros da Congregação do CPII. Cobrando posição favorável dos seus membros quanto às eleições para Diretor-Geral do CPII, após os 4 anos do primeiro mandato do Professor Wilson Choeri. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/13KmPPHsXMONrxGDQrc2VLBok3CLNYfkl/view?usp=drive_link

ADCPII, 2011. **Carta da ADCPII, de fevereiro de 2011, à Comunidade escolar.** Apresentando propostas de Emendas ao Anteprojeto de Lei para o CPII. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1OyYRQ1D3rPmxO8yRe1dk4C_6D8CX_RwK/view?usp=drive_link

CPII, 2020. **Processo 23040.002474/2017-71 - Ofício nº 002/2019/CONSUP, de 27.12.2019.** Encaminhamento do Novo Estatuto do CPII para homologação. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1UCyX586Z1GTMU97Y-hHgPsyX3mixd6u9/view?usp=drive_link

NUDOM, 1993. **Boletim CPII URGENTE – ESPECIAL – SEM DATA.** Convocando a Comunidade escolar a participar da discussão e aprovação do Anteprojeto de Regimento Geral do CPII. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1P9rM727xGz1-xiv8dXhsUxI9AyQYfpWm/view?usp=drive_link

NUDOM, 1994. **FACTA 133-134 – Novembro e Dezembro de 1994.** Publicação da Portaria 654/94, que instituiu o 1º Processo de Consulta para o Cargo de Diretor-Geral do CPII. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/12x2SuG_ijVqTp0Mczc91MzIDtoF_84AT/view?usp=drive_link

NUDOM, 1994-B. **1994 – Mapas de Apuração da 1ª Consulta para Diretor Geral do CPII.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1y2BWfYINE_SfGQpXBWQJyl-vHuWSswJj/view?usp=drive_link

SINASEFE, 2003. **Ofício 045/03 apresentando ao novo governo do Presidente Lula uma radiografia das condições políticas das IFEs quanto à democratização.** Arquivo digitalizado do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, enviados por e-mail para a pesquisa. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1GeWy7Wzkn4PahP3xv-AY8sQ75JdRm4we/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 1994. **Processo de tramitação da Estrutura Regimental entre MEC e a antiga SAF** com a exposição de motivos e a estrutura proposta. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1MWzK_TSvqFX8AeAg7zADOQIihBuMZ6kv/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2004. **Ofício SINDSCOPE/126 - 25 de outubro de 2004.** Ao DG CPII. Questionamentos quanto às regras estabelecidas para a consulta de Diretores e Coordenadores Setoriais das Unidades Escolares. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1w8ASfd-p_No8BVp46MbdGoc-g7UKW2sD/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2004-B. **Convocatória da Congregação, para reunião de 13 de abril de 2004.** Disponibilizado pela pesquisa *link*: https://drive.google.com/file/d/1Nc92GJLw3UbHDKbZ4ZRu33E_gsKj5IjX/view?usp=sharing

SINDSCOPE, 2007. **Processo Final da Comissão Especial – 24 de setembro de 2007.** Ao MEC. Relatório final e vários anexos. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1IOq9u2NrZyRb7UssyelBSIqImHxOZRMt/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2007-B. **Ofício/063/2007 - Gabinete do Deputado Chico Alencar – 3 de outubro de 2007. Assinado por diversos Deputados.** Ao Ministro da Educação, endossando o pedido das Entidades do

CPII por eleições diretas para Diretor-Geral. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1eYs9yZpZxo7heFcbFaqTK9I0lp1IM_/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2008. **Carta Conjunta ADCPII/Grêmios/SINDSCOPE/2008 - 27 de fevereiro de 2008**. Ao Ministro da Educação. Informando sobre o acordo entre as Entidades e a Direção-Geral *Pro Tempore* sobre as eleições para Diretor-Geral do CPII. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/13sTq1JZxA6R7ctOK_9XYL6TOmqxDXpo7/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2009. **Ofício SINDSCOPE/039 - 18 de março de 2009**. À DG CPII. Apresentação das propostas da Assembleia de 10 de março, pedindo a reformulação da Congregação Estatuinte e Eleições para as Direções das Unidades Escolares. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1uitP7UJVM_e_pMEu5e5iOW_7AkaOdC3IF/view?usp=drive_link.

SINDSCOPE, 2009-B. **Documento SINDSCOPE – “Ministro concorda que os Avanços dos IFETs devem ser estendidos ao CPII”** – Relato da audiência com o Ministro em 1º de abril de 2009. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1jLYES4bW5GvGzmYYIKvYk46pWLZ6kkfo/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2009-C. **Boletim Informativo do SINDSCOPE - ANO I - Nº 1 – Março de 2009**. Questionava o adiamento das Eleições para Diretores de Unidades e a Congregação Estatuinte. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1mC0yLpYDvqTZqdIzcbPQM1xYRCetbKtU/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2009-D. **Boletim Informativo do SINDSCOPE - Ano I - Nº 2 – Maio de 2009**. Questiona a Congregação Estatuinte “Chapa Branca” e o adiamento das Eleições para Diretores das Unidades Escolares. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1QGg56PvEOKSCX_F-CaQfdvMjqyFTHjUT/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2009-E. **Carta do MEC à DG do CPII – de 16 de julho de 2009**. Indicando a revisão dos normativos internos do CPII para apresentação de uma proposta ao MEC para uma nova legislação para a Instituição. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1pjVFcctZAOZ3-MxoNYz6W1whhRTw48yi/view?usp=drive_link.

SINDSCOPE, 2009-F. **Ofício SINDSCOPE/080 - 13 de agosto de 2009**. À DG CPII. Apresentava o nome do SINDSCOPE para a Comissão de elaboração do Anteprojeto de Lei para o CPII, além de tecer comentários sobre o processo de democratização institucional. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1Y9IPk5Z9dtJuOXCAsyCs8V_hrQoNL6Mx/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2009-G. **Boletim COMUNICANDO – da DG CPII - Ano 1 - Nº 2 – Setembro de 2009**. Nova legislação para o CPII entre outras matérias. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1ttmAelFy4-viDGhJXcqQO0xcSNtTJqGG/view?usp=drive_link.

SINDSCOPE, 2010. **Documento da DG-CPII à Comunidade escolar – de 14 de abril de 2010**. Apresentando o Anteprojeto de Lei do CPII enviado a Brasília. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1BF93veKzQvx3xY8YmfC6lueC0uIn7USI/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2010-B. **Boletim COMUNICANDO - da DG CPII - Ano 2 - Nº 3 – Agosto de 2010**. Resumo das ações desenvolvidas pela Gestão Vera Maria, dentre as quais o Anteprojeto e a consulta para Diretores das Unidades Escolares. Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1DkAKqzGvAURBxFRXWJGTt8X5MqFhee0t/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2011. **Boletim Informativo do SINDSCOPE - Ano IIII - Nº 2 – Fevereiro de 2011**. Sobre a democratização do CPII, apresentando um quadro com o que o CPII tinha de legislação, o que os IFETs passaram a ter e o que o Anteprojeto apresentava. Disponibilizado pela pesquisa no *link*:

https://drive.google.com/file/d/1NYPkwTuE1EOd6a-WUok22TWKaahdLF92/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012. **Ofício SINDSCOPE/024 - 13 de junho de 2012. À DG CII. Sobre a deflagração de Greve e a pauta, incluindo democratização das IFEs.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1Bv7EDXp6jRApw3AD6WJ4PZ2gty2hLUG8/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-B. **Ofício AGU-CP2/051 - 28 de junho de 2012.À DG CII. Indicando à DG do CII a Suspensão das Eleições para Diretor Geral.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/11EcNIOpOJJ_ZrKMwHc5EDu1OhztpRU7C/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-C. **Documento SINDSCOPE - 3 de julho de 2012. Pela manutenção do Processo Eleitoral e contra o Parecer da Procuradora do CII.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/13iEhs_j9Z4q8ZuHL8Fj4_nf-a-vk0iEt/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-D. **Ofício SINDSCOPE/034 - 4 de julho de 2012. À DG CII. Informando a decisão da Assembleia de contrariedade ao processo de suspensão e o ofício da Procuradora-Chefe.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1hOCu3HMs-uPnDnG37NCRsRVMxmCjq1FF/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-E. **Carta dos Candidatos à DG do CII ao Ministro da Educação em que se manifestam favoráveis à manutenção da eleição para Diretor-Geral.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1-H_GqFbhuQdRQ5YAG9NmvM9LbL64qTcn/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-F. **Ofício DG-CII/015 – 27 de agosto de 2012.Ao SINDSCOPE. Informando da necessidade da discussão do Estatuto Provisório e a eleição do CONSUP posteriormente para aprovar o Estatuto definitivo.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/16MfGEAj3-i7nmWWjtsGtDESffa0MOS8_/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-G. **Documento Conjunto ADCII-Grêmios-SINDSCOPE - 3 de setembro de 2012. À DG CII. As Entidades comunicam à Diretora-Geral que não integrarão à Comissão para elaboração do Estatuto Provisório.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1ViH5iIB2gkGTAp6jq66nwqtua8o2E5Y/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-H. **Ofício DG-CII/030 - 12 de setembro de 2012. Ao SINDSCOPE. Encaminhando cópia da Proposta de Estatuto Provisório que foi aprovada por comissão e encaminhada ao MEC.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1g5cIFOTumDSUdkJ4p7QkCteJLlyERFBH/view?usp=drive_link

SINDSCOPE, 2012-I. **Ofício SINDSCOPE/083 - 6 de novembro de 2012. Ao Ministro da Educação. Questionando o Ministro da Educação quanto aos procedimentos e regras que serão adotadas nas eleições para CONSUP e Reitoria.** Disponibilizado pela pesquisa no *link*: https://drive.google.com/file/d/1QH5GRaFOT1xSdABh7AfD3wrSmSa8x5H6/view?usp=drive_link

Entrevistas:

Entrevista (íntegra – texto sem revisões) com a **Professora Maria Amélia Amaral Palladino**, realizada por esta pesquisa no dia 5 de fevereiro de 2022. Disponibilizada pela pesquisa no *link*: https://docs.google.com/document/d/1V4V_cWWIEZMrgEZVJ5sXDSOz7zwEyJAf/edit?usp=drive_link&oid=103832863852014456571&rtpof=true&sd=true

Entrevista (íntegra – texto sem revisões) com o **Professor Maurício dos Santos Guimarães**, realizada por esta pesquisa no dia 6 de fevereiro de 2022. Disponibilizada pela pesquisa no *link*:

https://docs.google.com/document/d/1fCAZ785OpOyqH5MwUYpz53xBrPpaAGrR/edit?usp=drive_link&oid=103832863852014456571&rtpof=true&sd=true

Entrevista (íntegra – texto sem revisões) com a **Professora Ana de Oliveira**, realizada por esta pesquisa no dia 8 de fevereiro de 2022. Disponibilizada pela pesquisa no *link*:

https://docs.google.com/document/d/1MJXSzRd4UF0Gb_Pw_wF7BE9OpDJAESA/edit?usp=drive_link&oid=103832863852014456571&rtpof=true&sd=true

Legislação:

BRASIL, 1909. **Decreto nº 7.566, de 23/09/1909 – Criação das Escolas de Aprendizes e Artífices**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1937. **Lei nº 378/1937 - Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. De 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1942. **Decreto-Lei nº 4.127/1942 - Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial**. De 25 de fevereiro de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1959. **Lei nº 3.552/1959 - Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências**. De 16 de fevereiro de 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1967. **Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1967. **Decreto-Lei 245/1967– Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-245-28-fevereiro-1967-376135-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL, 1969. **Decreto-Lei nº 547/1969 - Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração**. De 18 de abril de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-547-18-abril-1969-374120-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1971. **Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 245/1967, que transformou o Colégio Pedro II em autarquia, alterados pela Lei nº 5.490/68, e pelo Decreto-Lei nº 530, de 15 de abril de 1969, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5758.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1978. **Lei nº 6.545/1978 - Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências**. De 30 de junho de 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1984. **Lei nº 8.948/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1987. **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7596.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federal do Brasil, de 05/10/1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 1996. **LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 20/12/1996.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL, 2003. **Decreto nº 4877, publicado em 13 de novembro de 2003, que disciplina o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4877.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 2007. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 08 set. 2023

BRASIL, 2008. **Lei 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências, 29/12/2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 2012. **Lei nº 12.677, que equipara o CPII aos Institutos Federais, 25/06/2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL, 2019. **Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019, que “Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das Universidades Federais, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II”** Publicado em: 24/12/2019 | Edição: 248-A | Seção: 1 - Extra | Página: 7, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv914.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

CPII, 2014. **Estatuto aprovado pelo CONSUP, substituindo o estatuto provisório.** Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/ESTATUTO%20MODIFICADO%20PELO%20CONSUP.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

CSCII, 2023. **Carta Compromisso da Direção-Geral do Campus São Cristóvão II da instalação e respeito às decisões do Conselho Escolar, conforme está estabelecido pelo CONSUP CPII.** Disponível em: http://www.cp2.g12.br/blog/saocristovao2/files/2023/05/CARTA-COMPROMISSO-DIRE%C3%87%C3%83O-CSCII_CONSELHO-ESCOLAR-provis%C3%B3rio-CSCII.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

MEC, 1987. **Portaria nº 503 MEC, 28/09/1987, aprovando Regimento Interno CPII.** Disponível em:

http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2012/Portaria_999_2012_NUDOM.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

MEC, 1994. **Portaria nº 1621 MEC, que estabelece a forma de organização de consulta para o cargo de Diretor-Geral e dá outras providências**, de 23 de novembro de 1994. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1396515/pg-74-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-11-1994>. Acesso em: 08 set. 2023.

MEC, 1994-B. **Portaria Ministerial nº 1.728, de 15 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da União, de 19 de dezembro de 1994, Seção 2, nº 239, p.8423.

ANEXO DO E-BOOK – 3 ENTREVISTAS

Realizei três entrevistas, com personagens importantes na trajetória institucional e na luta pela democratização da Instituição.

Os elementos trazidos por estas entrevistas demonstram, minimamente, como foi aquela transição no Colégio Pedro II, no início dos anos 1990. Ajudarão, inclusive, à melhor compreensão de toda luta, avanços e retrocessos obtidos ao longo de todo o processo de democratização do CPII.

Apresentarei parte das entrevistas, com o acesso ao seu conteúdo na íntegra no Apêndice B da pesquisa CARVALHO (2023). A primeira entrevista foi com a Professora Maria Amélia Amaral Palladino. Na sequência, com o Professor Maurício Guimarães e, por fim, com a Professora Ana de Oliveira.



ENTREVISTA COM MARIA AMÉLIA AMARAL PALLADINO (EM 05 DE FEVEREIRO DE 2022)

William Carvalho: Bom, primeiro é um prazer estar aqui com a Professora Maria Amélia. Foi além de Diretora-Geral do Colégio Pedro II, que equivale hoje ao cargo de Reitor da instituição, também dirigiu duas Unidades Escolares da nossa instituição. A unidade chamada Zona Sul à época, que hoje é a unidade Humaitá.

Maria Amélia: Seção Sul.

William Carvalho: Seção Sul, exatamente. E a Seção Centro.

Maria Amélia: Unidade Centro.

William Carvalho: A unidade mais antiga da instituição. A gente vai estar fazendo uma série de

perguntas que dizem respeito ao processo de gestão democrática e da democratização do Colégio Pedro II, e a Professora Maria Amélia tem muito a contribuir com informações a esse respeito. Ao iniciar, ela fará a sua apresentação também do que vem fazendo, hoje, das atividades a que deu continuidade após a sua aposentadoria no Colégio Pedro II, para além daquilo que ela vai contribuir com as informações durante as suas gestões, principalmente durante a sua gestão como Diretora-Geral do Colégio Pedro II. Eu vou passar a palavra para a senhora falar o que tem feito e depois eu vou iniciar as perguntas a partir daquele questionário que eu mandei e que estará sendo apresentado durante a entrevista. Fique à vontade, Professora.

Maria Amélia: Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar aqui para responder a essa entrevista do William, que eu conheço de longa data. Passamos vários períodos de trabalho juntos e revê-lo, assim, depois de tanto tempo, ver que ele se lembra de mim e do que eu procurei fazer é, sem dúvida nenhuma, uma recompensa, porque muita coisa que a gente faz, fica perdido no espaço. Portanto, é um prazer muito grande. Meu nome é Maria Amélia Amaral Palladino, entrei no Pedro II como professora de ensino secundário. Depois passei para o departamento de

línguas modernas estrangeiras. Eu sou formada em Anglo-Germânicas ... naquela época dava-se o direito de ensinar português, inglês e latim. O latim eu já esqueci, mas para ensinar ele me serve de base toda vez que, na matéria de português, eu preciso me lembrar ou pesquisar de onde aquela palavra vem, lá está o latim. E alemão, eu aprendi, estudei 3 anos, mas sem a prática muita coisa some realmente. Meu pai sempre dizia “não esquece o alemão”, “estuda o alemão”, que sempre é uma distinção, né? Para arranjar um cargo em um concurso público, etc. etc. Fiz também o curso de Direito, ambos na PUC, e trabalhei, além do Colégio Pedro II, em várias escolas particulares, ensinando principalmente inglês. No Colégio São Fernando, no Colégio Santo Amaro, em uma escola técnica de comércio, em Botafogo, particular, não era federal, e vários lugares. Na Gurilândia, uma escola de crianças. Eu nunca parei de trabalhar, mesmo quando eu não era formada ainda, eu dava aula para crianças, ensinava inglês em escolas para infante-juvenis, e no Pedro II, eu entrei aqui, conforme o William pediu aqui que preenchesse esse questionário, eu entrei em 2 de maio de 1962. Eu tinha 22 aninhos. Naquela época... isso está escrito no livro de 180 anos com muita correção. Naquela época não havia concurso, então o professor Clóvis Monteiro, que era meu professor em português, e o professor Machado da Silva, que também foi meu professor na PUC, os dois sempre faziam o seguinte: os melhores alunos, eles levavam para o Pedro II. Isso era uma coisa, assim, muito agradável e muito boa, muito recompensadora. Eu passei com 10, em português. Em inglês, eu não iria, não, porque eu passei com 8,5 e tinha que ser os melhores mesmo. Mas em português eu passei com 10. A Eneida, que depois substituiu o professor Clóvis quando ele faleceu, em 1961, exatamente no ano em que eu me formei, ela já faleceu, mas ela sabia que eu era uma aluna, das primeiras, e contava com isso, porque ele realmente levava os alunos melhores. Só que o professor faleceu e eu fiquei, assim... meio perdida no espaço. Mas eu entrei, através de uma solicitação - vou dizer a verdade, que eu não tenho do que me envergonhar - do primeiro-ministro Tancredo Neves, que era o meu padrinho de batismo. Não foi padrinho por conveniência, ele era um simples promotor em Minas Gerais e eu era um bebezinho, então isso foi amizade realmente do meu pai com o Tancredo. Foram colegas no Colégio Santo Antônio, do ginásio, em São João Del-Rei. Só se separaram quando o meu pai foi para a carreira militar e o Tancredo, que eu chamei desde cedo de “tio Tancredo”, mas eu engolia o “tio” quando ele era muito importante, só aí se separaram. E quando ele soube dessa minha decepção, numa festa na casa dele, ele falou: “então você vai ser encaminhada ao Pedro II?” Eu disse não, não vou ser encaminhada”, porque acabou a minha possibilidade com a morte do professor Clóvis do Rego Monteiro. Então aí assim foi a minha entrada no Colégio Pedro II. Mas de lá em diante eu nunca pedi nenhum auxílio a ninguém, porque eu me fiz sozinha. Tanto que quando eu telefonei para o Tancredo Neves comunicando que eu era vice-diretora da Unidade Humaitá, ele me disse: “minha filha, ninguém liga para agradecer; só ligam para pedir e você lembrou de agradecer”. Aí dá para eu seguir o meu caminho. E fiz questão, quando eu fui escolhida pelo diretor da Unidade Centro, Arquias de Menezes, para fazer um curso complicadíssimo no Forte do Leme, um curso de..., não é mestrado, não..., de especialização! Um curso pesado, que tinha estatística, que eu não gosto, que tinha medidas de extraordinárias, que eu também não gostava. Tinha algumas coisas que eu gostava, mas era um curso pesadíssimo. Medidas de avaliação, mas de alguma forma, não era a nossa avaliação. Era outro tipo de avaliação. Eu fiz questão de fazer. E fui colocada muito bem. O que eu quis mostrar? Já que eu não pude fazer o concurso inicial, eu quis mostrar que eu tinha condição de ser uma boa professora do Colégio Pedro II. Até aí eu acho que chega, porque depois toda a minha carreira é no Pedro II, e se der tempo eu digo o que eu estou fazendo agora, mas é muita coisa.

William Carvalho: No final, então, a gente abre um espaço para senhora falar, porque é importante que a gente demonstre que as pessoas têm uma trajetória no Colégio Pedro II, mas o fato da aposentadoria não faz com que as pessoas deixem de fazer outras ações, tão especiais quanto.

Maria Amélia: Nunca deixei de trabalhar, nunca deixei de fazer nada. Sou voluntária em uma porção de... vertentes, então eu estou muito feliz do jeito que eu estou.

William Carvalho: Que bom.

Maria Amélia: Observando meus neurônios em atividade.

William Carvalho: A senhora poderia dizer que até o início dos anos 1990 o Colégio Pedro II era uma escola democrática? Era uma escola que, digamos, caminhava por um processo de democratização? Fale um pouco a respeito disso.

Maria Amélia: Olha, William, democrática, propriamente, assim, na realidade do termo, não era. Por que não era? Porque os diretores de Unidades eram indicados pelo Diretor-Geral, os coordenadores eram indicados pelos chefes de departamento, não havia, assim, ainda, aquela divisão que houve depois no Colégio Pedro II, que cresceu muito. Então, realmente..., agora eu vou dizer uma coisa a você, se você não quisesse aceitar, não aceitava, não havia nada, assim, imposto. Por exemplo, eu fui convidada pela primeira vez para substituir um subsecretário de ensino, que ia se aposentar, mas como eu estava trabalhando como assessora da professora Leda Chini, eu não aceitei.

Então, quer dizer, eu fui convidada pelo secretário de ensino na época, mas eu não aceitei, continuei mais um ano assessora da professora Leda Chini, que era diretora da Marechal Floriano. No final desse ano, eu fui convidada para ser diretora da Unidade Humaitá, aí era uma Unidade na qual eu já tinha trabalhado, tinha participado de muitas realizações, de muitas transformações, aí eu aceitei. Então não havia nada, assim, imposto. Não havia um clima de beligerância, não havia um clima de imposição, a começar do Diretor-Geral, professor Tito Urbano da Silveira, que era uma pessoa, assim, muito franca, muito alegre, muito brincalhão ... isso ajudava muito na Direção-Geral dele, porque um diretor mal-humorado é uma coisa horrorosa. Realmente, ele nem produz o quanto deveria produzir e nem consegue conquistar pessoas que ele quer conquistar. Mas o professor Tito, eu não tenho nada a dizer dele. Até quando eu tomei posse na Unidade Centro, que ele me tirou do Humaitá para o Centro, eu disse a ele: “Professor Tito, o senhor gosta das mulheres”. Porque eu saí para substituir a Leda Chini e quem me substituiu foi a Ceci Maciel. Quer dizer, ele combinava com as mulheres, ele acreditava nas mulheres, não tem nada a dizer disso. Agora, democrático não era, porque não havia eleição. Tanto que a minha principal preocupação foi estabelecer as eleições no Colégio Pedro II. Basta isso?

William Carvalho: Depois eu até vou perguntar um pouco mais sobre esse estabelecimento das eleições, porém é mais adiante. Eu agora queria falar, ainda no esteio dessa discussão sobre democracia: o Colégio Pedro II sempre teve um órgão, um fórum, uma instância, que era a Congregação?

Maria Amélia: Congregação?! Sim.

William Carvalho: Composta só por professores, inicialmente, depois ocorreram algumas modificações, mas especificamente no início da década de 1990, pelo que eu apurei. A Congregação, não sei como é que funcionava, se era convocada, como era? E aí, a pergunta é exatamente: a senhora deve ter participado de algumas reuniões dessa Congregação, como dirigente de Unidade?! Que a senhora pudesse falar se era uma instância que de fato era respeitada nas suas deliberações, se era uma instância só proforma, se era uma instância que conseguia dialogar e conseguia estabelecer a construção de projetos de política educacional do Colégio, projetos administrativos. Ou seja, se a senhora pudesse falar como é que era essa relação com aquela instância e se realmente a instância funcionava como instância máxima, ou se era apenas proforma.

Maria Amélia: Funcionava assim, William - o que eu tiver de dizer de bom eu vou dizer com muito prazer -, havia um clima muito respeitoso entre os membros da Congregação, as questões sérias eram apresentadas, discutidas com liberdade. Eu nunca me senti oprimida na Congregação. Eu era ouvida, eu era respeitada, éramos poucas mulheres àquela época, mas eram todas ouvidas, respeitadas, e ali se decidiam mesmo muitas situações, muitas instâncias, e vencia, em geral, aquela situação que tinha o maior número de apoiadores. Eu acho que funcionou, sim, quando eu entrei como Diretora-Geral, já havia acabado a Congregação. Não sei por quê, mas eu fui como diretora.

William Carvalho: A senhora lembra a data, Professora, em que foi suspensa a Congregação?

Maria Amélia: Eu acho que foi 1990.

William Carvalho: Foi pelo professor Chediak?

Maria Amélia: Eu não sei se foi o professor Chediak, não. Deixa eu me lembrar... eu acho que foi o professor Chediak. Suspendeu temporariamente. Mas eu não tenho certeza; isso eu posso até olhar depois para você, porque eu saí do Colégio. Quer dizer, eu saí e depois eu voltei como celetista. E depois eu voltei como Diretora-Geral. Tive várias entradas e saídas. Como eu parei 1990/1991, eu já não estava mais muito ligada.

William Carvalho: A senhora tinha saído do colégio em 1990, é isso?

Maria Amélia: Eu saí 1990 e janeiro de 1991. Quer dizer, praticamente 1990, né? Janeiro de 1991, como celetista, porque houve uma sugestão da Secretaria de Ensino, como nós estávamos em término de gestão - aquele estatuto antigo, dava 8 anos, no máximo, para os diretores de gestão, quatro anos, reeleição com mais quatro. Nós todos já tínhamos 8 anos, então a Secretaria de Ensino sugeriu para nós, que nós nos apresentássemos, voltássemos como celetistas. Aí nós voltamos como celetistas, achando que tínhamos feito um bom negócio, só que não foi um bom negócio, porque nós ficamos na mão do Diretor-Geral. Celetistas, nós podíamos ser dispensados, e fomos todos dispensados um ano depois, todos os diretores juntos, todos! Eu trouxe aqui a portaria para vocês da nossa aposentadoria, quer que eu veja o número aqui, William?

William Carvalho: Depois eu vou pegar essa cópia com a senhora, esse é um documento muito importante, mostra que

todos os diretores foram dispensados depois de seguirem uma orientação de se transformar em celetistas. Ou seja, é um processo, no mínimo, que contraria um pouco aquela lógica de que a senhora falou, que não havia nenhum tipo de...

Maria Amélia: Pressão.

William Carvalho: De pressão. Porque, na verdade, bastou que ele quisesse substituir, ele fez.

Maria Amélia: Mas aí foi uma situação especial, porque a argumentação foi que nós íamos sair por decurso de prazo. Mais de 8 anos. Eu tinha mais de 8 anos, o Oldemiro tinha mais de 8 anos, eu não me lembro de todos. A Ceci devia ter mais de 8 anos, porque ela me substituiu, enquanto eu fui para Marechal Floriano... olha aqui, Colégio Pedro II. Tá aqui, ó.

William Carvalho: Ótimo. Vai ser muito importante ter esse documento.

Maria Amélia: Deixa eu abrir a luz aqui. A portaria nº 572, de 17 de setembro 1990. “Conceder aposentadoria de acordo com o artigo 40, inciso tal”, aí eu vou ler todos os nomes: Walter Cardoso Maranhão, Adolfo Thiers do Rego Monteiro... cada um tem um item. Maria Amélia Amaral Palladino e Oldemiro Ferreira e tal, ... a Ceci não tinha 8 anos, esses aqui tinham. E então, a matrícula tal... com as vantagens do cargo de comissão de diretor da Unidade Escolar. Aí vem Engenho Novo, Tijuca, Centro e São Cristóvão. Quer dizer, portaria foi 17 setembro de 1990, mas nós só somos avisados disso um pouco depois. Eu me lembro que eu saí logo no início de janeiro de 1991. Nós recebemos a portaria e todos nós nos aposentamos no mesmo dia e na mesma hora. Mas a alegação foi essa, de que nós já estávamos em decurso de prazo.

Leonardo Britto: Só uma pergunta, Professora, o Diretor-Geral, nesse período da sua aposentadoria, era o Chediak?

Maria Amélia: Antônio José Chediak.

William Carvalho: O Tito Urbano tinha falecido, se eu não me engano, no final de 1989, não é isso, Professora?

Maria Amélia: Ele morreu em 1989. No final de 1989.

William Carvalho: Bom, 1990 a gente tem um período histórico da sociedade brasileira, que ocorrem as eleições depois de mais de 20 e poucos anos ... foram 25 anos de período dos presidentes militares. Em 1989 nós temos a eleição, em que há um segundo turno, inclusive, quem é eleito, o presidente Collor de Mello, que disputa o segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva. Ele toma posse em 1990. Então, na verdade, o início dos anos 1990 até 1992, nós temos inclusive um processo de (interrupção)

Maria Amélia: É que entrou uma ligação, mas eu recusei, desculpe Mas eu ouvi você falar disputa do Lula com o Collor.

William Carvalho: Isso. E aí, com aquele período, nos dois primeiros anos de mandato, ao final do segundo ano, nós tivemos todo um processo de mobilização popular, bastante conhecido, que culminou com o “Fora Collor”. Enfim, havia toda uma mobilização popular já desde a década de 1980, com as “Diretas Já”, aquilo tudo que a gente conhece da história brasileira, e no início de 1990 ainda havia um rescaldo daquela mobilização que servia, inclusive, para impulsionar uma mobilização intensa dentro das comunidades escolares. E a gente sabe, também, das comunidades escolares e da sociedade como um todo. Uma das reivindicações históricas era por eleições diretas, que a gente tivesse a democratização plena das instituições. E agora eu vou começar a fazer perguntas que são direcionadas ao período que antecedeu a sua posse como Diretora-Geral, como se deu o processo e uma série de outras informações que a senhora vai poder fornecer para nós, de como se deu o processo do seu mandato e depois a gente vai entrar num outro debate que foi o processo da sua substituição.

Maria Amélia: Sim, tudo bem.

William Carvalho: O Colégio Pedro II é uma instituição que, até o início dos anos 1990, tinha como processo de escolha para Diretor e Diretora-Geral a indicação em lista de nomes elaborada pela Congregação e encaminhada para a escolha, dentre estes nomes, pelo Ministro da Educação. No início dos anos 1990, até a senhora ser nomeada para o cargo de Diretora-Geral, havia alguma mobilização na comunidade escolar quanto à eleição ou consulta para o cargo de Diretor-Geral e para os diretores das unidades escolares? A senhora podia contar um pouco sobre isso? Se havia, qual seria esse tipo de mobilização, antes da senhora tomar posse como diretora?

Maria Amélia: William, desde a época das “Diretas Já”, que foi uma coisa, assim, empolgante, que o povo brasileiro todo gostou demais e havia homens muito sérios, como o próprio Tancredo, o Ulysses, lutando por isso, para acabar o período de ditadura, todo mundo querendo as “Diretas Já” - depois houve aquela infelicidade toda que a gente conhece, Tancredo, eleito, não pôde assumir etc. etc. Mas, enfim, desde que começou esse período das “Diretas Já”, parece que veio assim para todo mundo uma ansiedade pela liberdade. Uma vontade de dirigir seus próprios destinos, mesmo que fosse em ligação com outros setores, mas que não fosse uma coisa toda vinda de baixo para cima, e, para dizer a verdade, sem falsa modéstia, eu acho que eu dei um passo inicial na Unidade Escolar Centro, quando eu era diretora daquela Unidade.

William Carvalho: Em que ano, Professora?

Maria Amélia: Olha, em 1985 foi aberta a ADCPII, que foi a Maria do Socorro Reiniger, que foi a primeira presidente. Isso foi lá na Unidade Centro, foi a primeira a abrir. Eu também reabri os grêmios, e também começou a haver, assim, uma movimentação para que houvesse eleições e lá na Unidade Centro acho que foi a primeira Unidade, eu não posso garantir. Se não foi a primeira, foi uma das primeiras a fazer eleição para a direção da própria Unidade.

William Carvalho: A senhora lembra a data e quem foi eleito?

Maria Amélia: Ah, bom... eu tinha sido nomeada pelo Professor Tito. Como eu disse, eu tenho que falar da minha verdade, Professor Tito confiava nas mulheres, acreditava nas mulheres, tem que falar o que é certo. E ele me deu essa honra de me escolher primeiro para o Humaitá, depois ele que escolheu para Unidade Centro. Essas coisas a gente não pode falar, porque é muito feia a ingratidão. Eu cheguei até lá, também levada pelo Professor Tito. Agora, houve essa votação e eu fui, vamos dizer... posso dizer, reeleita. Não, eu fui eleita, não fui reeleita.

William Carvalho: Ah, então a senhora participou de uma eleição em que a senhora foi eleita como primeira diretora?

Maria Amélia: E o detalhe, eu fui a única candidata. Olha, a Bíblia diz que é mérito seu você reconhecer suas qualidades e seus defeitos. Então eu vou dizer uma alegria muito grande que eu tive mais de 300 votos e um voto em branco, e ninguém quis concorrer comigo. Esse voto em branco foi a irmã do [REDACTED], o chefe de [REDACTED]. Quando ela viu um quadradinho, só Maria Amélia Palladino, ela achou que não precisava votar e jogou dentro da urna e, assim ficaram. Aí gente, olha, isso é muito interessante, veio chorando para mim: “professora, deixa eu votar de novo”. Eu disse: “não pode, menina, você não pode votar de novo”, “mas eu não sabia”. Quer dizer, foi uma alegria que eu posso dizer a você..., é um fato para gente guardar o resto da vida, uma aceitação dessa. Então já havia esse ímpeto, sabe... da mudança. Já havia, eu acho que até as “Diretas Já” começaram, assim, a extravasar esse sentimento de conquista, a liberdade de afirmação de cada pessoa, de cada grupo, de cada setor, e não mais serem comandados. Agora eu tenho que dizer que nessa época, ainda, o Diretor-Geral ainda indicava os diretores das Unidades, e mais uma vez eu volto a dizer: era decisão dele, mas dentro da Unidade eu tinha absoluta condição de dirigi-la.

William Carvalho: Autonomia, no caso.

Maria Amélia: Autonomia. Eu fazia ..., eu ia dizer “fazia o que eu quero”, dá uma impressão pejorativa. O que eu determinava era feito, era apoiado. Eu me lembro, o professor Tito um dia foi à Unidade Humaitá e falou uma frase também, que eu não esqueço: “Professora, a senhora foi muito além do que eu esperava”. Quer dizer, são coisas que a gente tem que falar também. Parece, como disse uma vez um dos meninos presidentes do Grêmio: “vamos acabar com isso, o Grêmio contra direção, a direção contra o Grêmio”. Foi o Carlos Henrique que falou isso, então eu, também disse “a gente tem que acabar com isso, professor contra a direção, direção contra o professor”. A gente teve..., eu não posso dizer que tenha tido problemas, tive problemas depois, mas durante essa época eu não tinha realmente problemas, não. Agora, até o início dos anos 1983 e 1984, eu fui diretora da Unidade Centro. Vamos dizer, primeiro, diretora da Unidade de Humaitá de 1980 a 1983. Da Unidade Centro, eu me enganei, de 1983 a 1991. Foi aí quando eu fui mandada embora, como celetista, entendeu? E aí não era, assim, uma coisa corrente, mas era uma coisa latente, entendeu? Essa vontade de haver o anseio de uma liberdade maior e com a abertura da associação dos docentes na Unidade Centro, logo depois fundaram o SINDSCOPE.

William Carvalho: ASCOPE, Professora.

Maria Amélia: ASCOPE, tem razão, William. Primeiro foi a ASCOPE.

William Carvalho: Só virou SINDSCOPE em 1997.

Maria Amélia: É, tem razão, em 1997 eu não estava mais lá, mas eu sei, foi ASCOPE. E quando eu fui, tomei posse na Unidade Centro, indicada pelo Diretor-Geral, eu já tinha sido vice-diretora da Unidade Humaitá, já trabalhava nas duas Unidades, então, felizmente, embora eu não tenha sido escolhida por professores e funcionários, ainda, nem na Unidade Humaitá, nem na Unidade Centro, eu fui muito bem recebida. Mas eu fiz questão de fazer a votação para que eu fosse, assim, consagrada, né?

William Carvalho: Respaldada... Consagrada.

Maria Amélia: Respaldada, a palavra é essa. Respaldada pela comunidade, alunos e professores. Ainda, alunos, não, professores e funcionários. Ainda não havia abertura para alunos. Então, quer dizer, eu participei de todos esses processos. Entendeu?

William Carvalho: Importante esse registro, que a primeira eleição foi deflagrada pela senhora, até por conta da sua condição de ter sido indicada. A senhora quis observar o que a comunidade pensava a respeito da sua continuidade.

William Carvalho: Eu vou entrar agora numa pergunta que já começa a tratar da época que a senhora foi nomeada. E o processo de nomeação, como é que se deu? Se a senhora puder, a partir da pergunta, esclarecer mais, já que é, digamos assim, um conteúdo bem importante para a pesquisa. Em 29 de março de 1993, a senhora foi nomeada para o cargo de Diretora-Geral do Colégio Pedro II. Foi nomeada a partir do envio de uma lista da Congregação? Foi eleita em consulta à comunidade escolar? Obteve alguma indicação política, teve seu nome apoiado por alguma mobilização da comunidade escolar? Enfim, a gente gostaria de saber de que forma a senhora chegou ao cargo de Diretora-Geral do Colégio Pedro II?

Maria Amélia: Foi um período tranquilo, produtivo, em que eu trabalhei muito na Unidade Humaitá, na Unidade Centro, e dali eu fiz a minha caminhada e que as pessoas acharam que eu teria o direito de ser a Diretora-Geral. Antes disso eu vou fazer um *flashback* rapidinho para você. A professora de português não pode falar *flashback*, então eu vou fazer um pequeno retrocesso de outros eventos no meu caminho para Direção-Geral. Eu até respondi as suas perguntas todas. Olha, então eu vou até me aproveitar do que eu escrevi. Fui eu mesmo escrevendo, não foi ninguém que escreveu. Meu nome integrou a lista... eu botei assim: “participei de todos os processos, quase todos, eu creio que todos, para a Direção-Geral. Meu nome integrou a lista pela primeira vez, elaborada pela comunidade docente e técnico-administrativa do CPII, em 1985, enviado ao Ministro Marco Maciel, que optou pela recondução do nome do professor Tito Urbano da Silveira”. Aí foi até uma situação, assim, meio desagradável, porque o professor Tito quis fazer realmente uma eleição porque ele já estava há bastante tempo no cargo para Diretor-Geral e aí começaram a pedir para as pessoas se candidatarem. Um das pessoas se candidataram proforma, depois disseram que era só para compor uma lista - não vou dizer nomes agora -, para facilitar e para propiciar a eleição, o processo da eleição. E eu me candidatei, também. Eu não sabia que era para fazer isso, eu não sabia que era só para constar. Então aí eu fui até o fim, eu fui muito mal interpretada, e acharam que eu queria tirar o professor Tito do lugar. Não era isso. Disseram que era para concorrer e eu então concorri, mas não fui eu que quis concorrer, foi a comunidade que quis que eu fosse candidata. Mas tudo bem, o Marco Maciel escolheu o nome do professor Tito, optou, aliás, por ele, e eu achei que foi muito bem escolhido porque ele estava fazendo um trabalho excelente. Professor Tito fez aquela condução dos Pedrinhos ao Pedro II, através dos melhores alunos do município. Foi muita coisa interessante que o professor Tito fez. Mas aí foi a comunidade escolar que resolveu fazer isso, mas eu não tive, eu não quis apoio político nenhum. Eu quis que a coisa andasse suavemente, e andou, e ele foi eleito. Bom, em 1989, com o falecimento do professor Tito, a Congregação enviou a lista da qual constava novamente o meu nome, o nome do professor Wilson Choeri e um terceiro nome que agora não consigo me lembrar. Nós éramos - não era o Chediak -, três. Essa lista foi feita ainda pela Congregação, indicada pelas Unidades Escolares.

William Carvalho: Eram as Unidades que indicavam os nomes?

Maria Amélia: As Unidades indicavam os nomes, exatamente. Ia para a Congregação, a Congregação apoiava. Fomos eu, o Choeri e o terceiro nome que eu não me lembro agora. Depois, se eu lembrar, eu digo.

William Carvalho: Mais o Chediak?

Maria Amélia: Não, o Chediak, não. Chediak estava aposentado em casa, nem aparecia no Colégio.

William Carvalho: Então a lista era a senhora, o professor Choeri e mais um?

Maria Amélia: E mais um. Eu me lembro da Ceci, quando recebeu o nome, quando nós todos estávamos reunidos, que veio o anúncio do professor Chediak, eu me lembro que a Ceci, que sempre foi uma criatura muito leal, muito franca, muito direta, disse: “Professor, não sei quem foi que foi lá nos anunciar, mas estava esperando o nome da Maria Amélia ou o nome do Choeri, e veio do professor Chediak?”

William Carvalho: Que estava aposentado à época.

Maria Amélia: Que estava aposentado à época. A escolha foi do ministro Carlos Santana. E você não acredita, eu recebi uma porção de cumprimentos na véspera do pessoal da Direção-Geral, porque todos viram o meu nome em separado, na mesa do ministro Carlos Santana. Então começaram a me dar parabéns, funcionários de lá da diretoria-geral, “professora Maria Amélia, vai ser a senhora, vai ser a senhora “; eu falei “gente, calma”, ainda bem que eu disse “gente, calma, calma, não vamos soltar foguetes”. No dia seguinte aparece o nome do professor Antônio José Chediak. Eu soube depois que houve um pedido especial de alta personalidade do Colégio Pedro II, que fez uma viagem a Brasília, especialmente para pedir pelo professor Antonio José Chediak.

William Carvalho: A senhora pode confidenciar o nome ou não?

Maria Amélia: De quem? Não.

William Carvalho: Não, “tá” bom.

Maria Amélia: Isso eu não posso.

William Carvalho: É a curiosidade.

Maria Amélia: Eu sei. Você tem direito como entrevistador e eu tenho direito como entrevistada. Mas ele já morreu, ele já morreu, entendeu? Bom, alto mestre, catedrático e tudo. O que aconteceu? Quando houve uma festividade lá no Colégio, a Maria Alice, que foi assessora do Tito - eu creio que ela deva estar viva, que não tem muito tempo, eu falei com ela -, foi lá no meu gabinete da Unidade Centro e disse assim: “o ministro Carlos Santana está aí, Professora, ele quer falar com a senhora”. Eu digo: “ué, mas hoje a festividade não é da Unidade Centro, hoje é da Direção-Geral ocupando aqui o espaço. Então diga a ele para falar com o professor Chediak que já está aí”. “Não, Professora, ele quer falar com a senhora”. Isso aí eu posso falar, que não tem nada demais; eu fui lá falar com ele, ele me deu um abraço, eu senti... ele não abriu a boca, nem eu, mas eu senti nele quase que um pedido de desculpas, porque o meu nome estava em cima da mesa e foi rebatido. E foi duro, né? E foi rejeitado por quem foi lá e o ministro aceitou, porque houve uma forte indicação política também da esposa de um ex-Presidente da República. Então, houve também uma indicação política. Bom, em 1993, com o término de mandato do professor Chediak, eu participei da lista pela terceira vez.

William Carvalho: Mais uma pergunta... A senhora participou da lista, mas a senhora estava aposentada à época?

Maria Amélia: Estava aposentada, foram me buscar em casa. Os alunos foram me buscar em casa, que precisava ir para lá... me lembro muito bem do Wilson Sombra, e me lembro do... ah, eu não quero dizer o apelido.

William Carvalho: É Marcos.

Maria Amélia: Marcos. Isso.

Maria Amélia: Eu acho que ele é Carvalho, que nem você, mas não tenho certeza.

Maria Amélia: Então, olha, na terceira lista, então, entrei eu, entrou um outro professor do Colégio Pedro II e da UERJ, Paulo “qualquer coisa”, não estou me lembrando agora. Era um professor da UERJ e do Pedro II.

William Carvalho: Paulo Fábio?

Maria Amélia: Paulo Fábio, exatamente! Acho que éramos só nós dois. E foram me buscar em casa, e eu falei “mas, gente, eu já estou”... eu perdi esse elo entre 1991 e 1992 que você citou há pouco. Um período importante, eu estava em casa, e já estava fazendo outras coisas, porque eu não fico curtindo as dores. Eu já estava em outros, ... inclusive fui convidada para ser vice-presidente da FAETEC. Muito pouca gente sabe disso. Eu fui convidada para

ser vice-presidente da FAETEC, pelo seu presidente, na época, mas não pude aceitar porque eu estava envolvida em muitos outros compromissos, mas você vê que ainda fui lembrada. Cheguei a fazer algumas reuniões com alguns professores, até alguns lá do Colégio, uma professora do NUDOM, o pai de uma das professoras do NUDOM, que era de lá também. Cheguei a fazer umas 2 ou 3 reuniões, mas eu não estava em condição de atender o pedido, então não pude atender. E então o professor Chediak tinha dito, saído até no jornal, que ele entregaria o cargo quando cumprisse quatro anos, que ele não queria mais saber. Então eu me apresentei, assim, abertamente, já que me convidaram, podia ser aposentada, eu já estava aposentada. Eu me apresentei...

William Carvalho: E aí só quem foi indicada pela Congregação nessa lista foi a senhora e o Paulo Fábio?

Maria Amélia: Não havia mais a Congregação, eu fui indicada pela comunidade dos alunos e professores.

William Carvalho: Mas só a título de informação, quem é que remetia essa lista? Era o professor Chediak, então?

Maria Amélia: Quem remetia para o ministro?

William Carvalho: É.

Maria Amélia: Olha, boa pergunta que você fez.... Eu acho que ele tinha obrigação de remeter, mas se ele não remeteu, o pessoal da Unidade Centro.....

William Carvalho: Ah, então houve uma mobilização, pelo que a senhora “tá” falando, dos estudantes, para levar o seu nome para concorrer?

Maria Amélia: Intensa. Alguns deles foram a Brasília, houve comissão de professores, houve comissão de funcionários, você não pode imaginar, William. Eu fico até meio encabulada de falar. Eu tive cerca de 5.000 assinaturas a meu favor, eu andei... acabei guardando, como era muito papel, eu acabei guardando um exemplo de cada uma, mas eu posso mostrar aqui para você... perai que agora até caiu aqui o celular. Eu posso mostrar para você, William, uma delas, olha o que foi feito, um comitê pró-democratização do Colégio Pedro II.

William Carvalho: Esses são documentos importantes, Professora, para a pesquisa.

Maria Amélia: Olha um deles. Comitê... assinaturas que foram a Brasília, também com eles uma vez. Foram a Brasília, “através de membros da comunidade escolar do Colégio Pedro II, tomamos conhecimento de que o mandato do atual Diretor-Geral, professor Antônio José Chediak, extinguir-se-á em março de 1993, de acordo com o regimento vigente”. Olha só, William. Tudo feito abertamente. “Que não é permitida a recondução sucessiva para o cargo, conforme o citado regimento”, o tal do regimento que a gente nunca sabia qual era o certo. De que a ampla aceitação do nome da Professora...”

William Carvalho: Deixa eu perguntar para a senhora fazer o registro, para ver se eu entendi bem. O que a senhora está dizendo é que na época não tinha Congregação e que era uma obrigação da Direção-Geral, mas que a senhora foi indicada através de um movimento que tem uma série de documentos com a senhora, que foram levados a Brasília como uma indicação de parte da comunidade escolar, para que a senhora assumisse o cargo? Ou seja, já que não tinha indicação na Congregação, a sua Unidade resolveu, ela mesma, fazer a indicação para o Ministério da época? É isso?

Maria Amélia: É. Não havia Congregação mesmo, então não podia haver indicação da Congregação.

William Carvalho: Sim.

Maria Amélia: Mas eu sei que as Unidades Escolares mandaram os nomes. Porque eu sei que meu nome estava lá.

William Carvalho: É, na verdade havia Congregação, mas ela não estava sendo mais convocada, porque a legislação ainda era... ela existia.

Maria Amélia: Exatamente.

William Carvalho: Ela não estava sendo, digamos assim, respeitada pela gestão da época; não tinha convocação de reuniões para ela.

Maria Amélia: Exatamente. Não, não tinha, exatamente. E o Leonardo perguntou se a ASCOPE participou?! Participou, porque você estava participando, não estava, William?

William Carvalho: Na verdade, Professora, eu fiz uma pesquisa nos documentos históricos da ASCOPE e da ADCPII, e o que eu vi é que ~~na~~ a participação das entidades a ASCOPE ainda era muito embrionária e em 1990, eu, por exemplo, só entrei em 1993, quando a senhora já tinha tomado posse. Em 1993, teve uma grande greve, a senhora já tinha tomado posse. Então, antes desse processo que a senhora foi indicada, eu não estava naquele momento nas entidades. O que eu vi nos documentos que apurei nas entidades é que a ADCPII teve participação e a antiga ANDEF, que era o sindicato da época das escolas federais, também teve participação nesse processo. Agora, o que eu sei, também -aí eu ouvi dizer, gostaria de confirmar com a senhora, comprovando quando diz ter documentos -, que havia, inclusive, um dossiê que a comunidade encaminhou para lutar pelo seu nome como Diretora-Geral? Esse dossiê justificava...

Maria Amélia: Verdade.

Maria Amélia: Fizeram, assim, uma espécie de um resumo de tudo que eu tinha feito, então enviaram para Brasília. E foi também uma comissão a Brasília para falar, para levar o meu nome, mas eu acho que a Direção-Geral também mandou, através do serviço lá de comunicação social. Eu não tenho isso, eu não tenho certeza, porque eu estava em casa. Eu não participava de todos esses movimentos, entendeu? Mas olha, foi uma coisa impressionante. Eu tenho umas fotos, mas eu acho - eu tenho uma casa em Teresópolis -, eu acho que elas estão em Teresópolis, mas eu vou procurar até poder mandar para você. Escreveram o meu nome nas calçadas no Colégio Pedro II, escreveram meu nome no metrô, você ia subindo aqueles degraus assim do metrô e você via “para Diretora-Geral Maria Amélia Palladino”.

William Carvalho: Dá para emocionar, né, Professora? Dá para emocionar mesmo, eu sei. Pode aguardar um pouquinho. Emociona um pouquinho, relaxa. Não tem problema, a gente espera.

Maria Amélia: “Para a Diretora-Geral, Maria Amélia”. Era só Maria Amélia, “o CPII merece”. Então, isso é uma coisa, assim, sabe, que me fortaleceu muito, porque foi o testemunho dos alunos, todos eles por conta própria. Então foi uma coisa, assim, muito emocionante. Mas aqui, continuando...

William Carvalho: Eu só queria fazer um pequeno registro, Professora. Como servidor da escola, eu trabalho lá desde 1985, os alunos tinham, digamos, assim, antes no período que eu entrei, havia muita, muita necessidade de eles participarem e poucas condições que a escola acabava dando. É muito legal ver a senhora contar que os alunos foram fundamentais nesse processo. Como eu falei, fruto e consequência das lutas da década de 1980 e o início do governo Collor, que acabou desenvolvendo também todo um processo de mobilização da sociedade, que acaba se espraiando e chegando ao Colégio também.

Maria Amélia: O professor Chediak não aceitou a minha inscrição, ele não entendeu que eu estava inscrita, mas depois aceitou a minha inscrição porque o clamor popular ali era muito grande. Eu tinha que corresponder àquela confiança. Eu tinha que corresponder àquela ansiedade. Eu tinha certeza de que se eu fosse escolhida eu iria fazer o máximo pelo Colégio, e eu já tinha feito muita coisa pelo Colégio, eles sabiam disso. Aquele teto da Marechal Floriano, que ficou escorado anos e anos, quase caindo na cabeça de quem entrava no salão nobre, fui eu que consegui a verba para aquela obra enorme, eu consegui 4 milhões e meio. Aliás, eu devo isso ao meu marido, porque o meu marido sabia que existia um fundo no Banco do Brasil, que fazia esse tipo de ajuda às instituições federais. Então nós fomos a um evento onde estava lá o Camilo Calazans, ex-aluno do Pedro II, que era o presidente da época, e eu levei o meu pedido para ele, levei dentro de um envelope, assim, fechado. Eu esperei o intervalo da conferência e quando ele saiu, aquele séquito atrás dele, eu falei para ele: “Doutor Camilo Calazans, eu sei que o senhor é ex-aluno da Unidade Centro, eu sou diretora do Colégio Pedro II Centro”. Ele parou, botou a mão assim no coração e com os olhos cheios de lágrima e disse: “o meu Colégio”. Vocês vejam o que é o Pedro II, qual é a representatividade do Pedro II. Ele falou “o meu Colégio”, aí eu engasguei, mas eu falei “mas eu tenho que continuar falando”. Aí eu falei pra ele, contei rapidamente, ele saindo, ia voltar para a segunda parte. Aí eu falei pra ele: “nós estamos com o salão nobre, onde se realizaram as primeiras seções da Academia Brasileira de Letras, onde o imperador pisou, e isso e aquilo, e está com perigo de cair a qualquer momento”. Aí eu falei: “eu trouxe aqui um pedido para o senhor, através da sua fundação conseguir...” - conseguir, não, quem iria conseguir era eu - “...doar uma verba para o Colégio Pedro II”. Ele pegou da minha mão o envelope e, sem abrir, disse: “está concedido”. É incrível, né, gente? É incrível, ele não abriu o envelope, ele disse “está concedido”. Então o pessoal todo sabia disso. Uma vez houve um entrevero com o professor Chediak, porque aí nós começamos, vamos dizer assim, começamos a não nos dar muito bem, daquele tempo em diante, em que eu fui inscrita como candidata à

Direção-Geral, e eu resolvi pedir demissão. Fiz uma carta e pedi demissão, quando eu cheguei no dia seguinte, lá no Colégio, o Colégio tinha parado, o Pedro II tinha parado. Não tinha mais ninguém em sala de aula, estava todo mundo no salão nobre me esperando, e no pátio do Colégio estava escrito assim: “os sonhos que nunca morrem, são aqueles pelos quais se morre”. Embaixo, mais uma frase, “nós te amamos”. Isso são coisas, assim, que eu não posso nunca deixar sair do meu coração, porque realmente foram fatos, assim, impressionantes da minha vida, que eu só tenho que agradecer a generosidade e amizade que eu consegui conquistar na minha árdua carreira de professora. Então, por isso os alunos já estavam acostumados com isso. Eu tive que... eu falei, assim, para os alunos.... eu escrevi que era irremediável a minha decisão. Não é irremediável, não; é outro verbo; é que eu estou emocionada. Que era inalterável, qualquer coisa assim, a minha decisão. Aí os meninos: “mas a senhora apaga, a senhora apaga”. Bom, eu tive que dizer- eu já tinha mandado -, eu tive que dizer ao professor Chediak que, em motivo do pedido dos alunos etc., eu tive que pedir a ele se ele me manteria e ele me manteve. Porque ele sabia que todo mundo tinha se reunido para isso, então eu não tive dificuldade nenhuma da minha candidatura, a última. Dificuldade, assim, de apresentação. Formou-se um comitê pró-democratização do Colégio Pedro II.

William Carvalho: Qual ano, Professora?

Maria Amélia: 25 de fevereiro de 1993.

William Carvalho: Ótimo.

Maria Amélia: Comitê pró-democratização do CPII. Uma via dessas é sua. Em baixo “tá” escrito “subscrevo o manifesto do comitê pró-democratização do CPII, apoiando a indicação da professora Maria Amélia Amaral Paladino para a Direção-Geral da instituição”. E aí vieram essas assinaturas, olha. Os meninos foram, eu fui a Brasília também. Olha aqui o pessoal que nós procuramos lá: Francisco Dornelles, Luiz Salomão, tem todos os partidos. Calheiros, Jandira Feghali, Faustino Mauro Guimarães, José Genuíno, Távola, Flávio, Marina Colasanti, aí já é a PUC, Marina Colasanti, Affonso Romano de Santana, ah, tem mais um aqui, Roberto Campos, que é lá de cima. Eu tive desde a Jandira Feghali até o Roberto Campos. Reparem só, repara a variedade, cada um dentro dos seus conceitos. E foram mais, muitos os alunos. Esse aqui é da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Do outro lado, Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Estão vendo?

William Carvalho: Sim. Moção.

Maria Amélia: Câmara Municipal do Rio de Janeiro... aqui, Plenário Teotônio Vilela, 2 de março de 1993, aí eu creio que o ministro Murílio Hingel ficou sem saber quem ele iria indicar. Então ele mandou ao Rio o secretário executivo dele. Uma pessoa maravilhosa, uma pessoa espetacular, uma pessoa sensível.

William Carvalho: De Minas Gerais. Conheci.

Maria Amélia: Você conheceu? Ah, mas que pessoa...

William Carvalho: Eu conheci quando eu fui lá em Brasília, já no final de 1993, durante a greve contra o Governo Itamar Franco. Eu fui, não como dirigente, eu era de base, mas como eu sempre fui muito “entrão”, convidaram “quem quer ir lá no Ministério?”, eu fui e acabei conhecendo-o.

Maria Amélia: É Barbosa.

William Carvalho: Educadíssimo, muito educado, muito tranquilo.

Maria Amélia: Educado. O ministro mandou o Barbosa ao Rio. E ele aí viu essa movimentação. O ministro mandou que ele sentisse, aqui, com quem estava a comunidade e ele viu isso tudo aqui. Realmente foi uma coisa...

William Carvalho: E no momento em que aquele governo saía de um caldeirão fervente que era o “Fora Collor”, né? O Murílio Hingel era ministro do Itamar, que substituiu o Collor. Querendo ou não, nós não podemos afirmar que houve uma interferência, mas podemos inferir que não é possível que não tenha tido nenhuma influência, né? Ou seja, era um governo que tinha uma certa instabilidade política pairando sobre as cabeças deles....

Leonardo Britto: Em setembro de 1992, o Collor foi afastado e em dezembro ele foi afastado definitivamente, então já era, efetivamente o Governo Itamar.

Maria Amélia: Ele renunciou, não foi?

William Carvalho: Ele renunciou para não ser cassado.

Leonardo Britto: Ele renuncia para não ser cassado.

William Carvalho: Ou seja, naquele meio, no final de dezembro e início do ano de 1993, estava na crista da onda o “Fora Collor”, os “caras pintadas”, ou seja, essa gurizada toda devia estar naqueles atos, “agora é a nossa hora de ocupar a escola”, então eu acho que tem uma consequência básica aí, não tem jeito.

Maria Amélia: Olha, foi uma união de pais de alunos, de alunos, de professores, de funcionários, mas eles não pararam por aí não; eles foram para Assembleia Legislativa, eles foram para a Câmara Municipal, porque isso não fui eu que colhi, não. Eu colhi na PUC, que eu estava fazendo Direito. Eu já era formada em Anglo-Germânica, mas eu estava fazendo Direito. Eu tinha sido aposentada, aliás, tinha sido convidada a me retirar do Colégio, então eu fui fazer Direito, que eu não ia ficar parada de jeito nenhum. Então eu colhi na PUC, eu colhi. Os professores todos votaram em mim, os meus professores e vários outros professores. Eu tenho até fotografias e tudo, mas aí não dá para falar tudo agora.

Maria Amélia: Antônio José Barbosa. Quando ele viu isso tudo aqui. Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, PUC, alunos, pais, entidades, ele ficou realmente impressionado, e chegou lá e deu a opinião dele, e o ministro Murillo realmente aceitou. Aceitou por algum tempo, estava tudo indo bem demais. Se dava muito bem comigo. Houve aquela infelicidade daquele concurso, cujo teor não fui eu que preparei, eu estava em casa. Em 1992, eu estava em casa, não fui eu que preparei aquele concurso, nem poderia, se eu não estava em atividade. E o teor dele deu uma confusão que dava um prazo pequeno para os professores aprovados continuarem trabalhando, depois acabaria o prazo. Isso deu uma confusão, porque acharam que fui eu que fiz aquele concurso, eu que fiz aquela apresentação do concurso, as regras do concurso, e não fui eu que fiz, quem fez aquele concurso. Foi o professor Chediak com o professor Choeri. Não tem nada de mais dizer isso, mas não sei porque cismaram que fui eu, e houve uma certa indignação, assim, de alguns professores contra mim, que me doeu muito, porque a injustiça é uma coisa que dói muito.

William Carvalho: A senhora já esclareceu alguns fatos importantes, quanto à forma como a senhora foi indicada. Então, na verdade, a senhora já falou que foi nomeada a partir de uma mobilização dos estudantes e também que a senhora assumiu em caráter *pro tempore*. Não ficou muito claro, nem para a senhora, e acaba não ficando claro para a gente os motivos que levaram o ministro a ter essa atitude. Mas aí, enfim, a gente vai tentar apurar isso de outra forma, em algum momento, até porque nós não vamos ter nenhum documento dele e nenhuma fala dele para que ele esclareça por que motivo ele não nomeou a senhora em caráter definitivo, já que a senhora passou por um processo como qualquer outro, que era anterior, de indicação, não haviam eleições na escola, e me parece que uma das tarefas, e aí depois, se a senhora puder falar, era exatamente institucionalizar um processo normativo para a instituição.

Maria Amélia: Quer dizer, ninguém repara que em 1992 eu estava em casa. Como é que eu ia...

William: Exato. Nós reparamos, e eu defendo muito sobre isso, Professora. Na verdade, o secretário de ensino, à época...

Maria Amélia: Era o Choeri.

Leonardo Britto: Foi o Choeri, Professor Choeri?

William Carvalho: Exato.

Maria Amélia: Eu não tenho nada a ver com isso. Eu estava em casa durante a formulação das regras, foi uma infelicidade ...

William Carvalho: O concurso foi concluído com a senhora entrando, mas a senhora não planejou e nem botou na rua, né?

Maria Amélia: Mas é que houve uma coincidência que eu entrei para substituir o Chediak.

William Carvalho: Exato.

Maria Amélia: O professor Chediak resolveu homologar para todo mundo, contrariamente ao que o ministro tinha decidido, que o concurso não valia e que tinha que ser feito outro concurso. Aí, isso desagradou muito o ministro. Foi por isso que, talvez, muitas pessoas não saibam, estava no decurso de prazo do professor Chediak, mas ele de certa forma, ele contrariou o ministro... O ministro tinha decidido que o concurso não podia valer além do prazo estipulado e o professor Chediak efetivou todo mundo. Não sei se todos sabem disso. Ele efetivou todo mundo. Saiu a portaria de efetivação e logo em seguida saiu outra portaria, ele anulando essa portaria de efetivação. Aí o ministro Murílio Hingel resolveu também que aproveitaria o decurso de prazo para dispensar o professor Chediak. Isso aí é coisa que pouca gente sabe, William. Pouca gente sabe. Mas podemos continuar; o número 5 eu já respondi.

William Carvalho: Já respondeu. A nº 6 a senhora já respondeu também. A nº 7 é que eu gostaria de ...

Maria Amélia: Não, eu não respondi, perai. Não respondi a nº 6, não.

William Carvalho: Ah não, a nº 6 eu vou falar agora junto com a 7. A senhora falou algumas coisas, mas é importante a senhora mencionar se houve resistências à sua gestão e de que ordem e que tipo? Se a senhora pudesse falar um pouco sobre isso..., que tipo de resistências a senhora sentiu durante a sua gestão, depois de assumir o cargo, agora já bastante esclarecido pela senhora, após uma gestão em que o Diretor-Geral anterior, o seu secretário de ensino e a gestão anterior, tinham, digamos assim, vou botar entre aspas, “problemas de relacionamento institucional” com a senhora? Então, obviamente, a senhora entrou, ingressou como Diretora-Geral, a partir daquele movimento já mencionado pela senhora, então eu queria saber se houve resistência e a senhora já falou um pouco sobre isso, e que tipo de resistências, quais os tipos e formas de resistências que a senhora sofreu?

Maria Amélia: Eu até anotei aqui. Aliás, era para preencher mesmo seu questionário, então, mas eu até anotei aqui, porque houve muita resistência. Agora, eu vou dizer a você: em primeiro lugar, por que que houve essa resistência? Porque eu sou mulher, eu não tenho dúvida nenhuma disso, eu não tenho dúvida nenhuma disso. Há certos fatos que aconteceram, que eu fiquei impressionada, entendeu? Depois até posso falar em particular com você. Mas olha aqui, o que eu posso dizer: sempre houve em parte, em grande parte pela condição de ser mulher. Por exemplo, eu acho que tudo foi como Diretora-Geral. Na Unidade Centro e na Humaitá eu acho que não houve nada não, eu sempre fui muito bem quista, graças a Deus. Lá na Direção-Geral, também, eu tive muito apoio e muita satisfação em lidar com as pessoas. Bom, houve um comentário na coluna “Zózimo”, do *Globo*, que havia um comitê pró-salvação do Pedro II, porque a diretora Maria Amélia “não estava agradando”. Isso foi um absurdo, William. Nunca houve comitê nenhum. Eu tive comitê a meu favor, quando eu fui candidata à Diretora-Geral, mas comitê pró-salvação do Pedro II, olha que mentes, que mentes! Eu sei tudo como a coisa aconteceu, porque tudo transpira. Foram ao prefeito, que era muito amigo, era candidato, se não me engano, ele seria candidato a prefeito. E foram a ele, e ele era muito amigo do Álvaro Vale. Foram a ele, e ele era muito amigo do Zózimo, e passou isso para o Zózimo, sem prova nenhuma. O Zózimo botou no jornal sem prova nenhuma. Quer dizer, é realmente lamentável que uma notícia vá adiante, sem nenhuma envergadura, sem nenhum sustento, sem nenhuma veracidade, realmente é um absurdo. A minha chefe do jurídico lá da Direção-Geral, a professora, advogada, claro, chefe do jurídico, Jaqueline Devanaguy Marques, fez uma carta para o Roberto Marinho, ainda era vivo, eu acho que ele ainda era vivo, sim.

Leonardo Britto: Roberto Marinho morre em 2002.

Maria Amélia: Ah, então ele era vivo. Ela fez uma carta, contando, assim, duas páginas que ela fez, enormes, contando tudo o que eu tinha feito em benefício do Colégio, como era a minha atitude, convidando as pessoas do *Globo*, quem quisesse, para ir lá visitar os setores, procurar saber de cada setor qual era a minha atuação lá dentro. E aí ela fez, assim, uma referência ao Irineu Marinho, ela fez um negócio que tocou muito, eu acho, porque ela disse que o jornal de Irineu Marinho não poderia fazer aquilo que estava fazendo com uma professora correta, assídua e... “taratarataratarara”. E eu me lembro de algumas coisas. Olhem, eles não chegaram a desmentir, não, mas eu pedi “por favor, Jaqueline, não continue”, eu não sou de briga, mas não sou mesmo. Eu entro na briga quando eu tenho que entrar, porque eu não sou covarde, mas eu não sou de briga. Então o que aconteceu: a Jaqueline fez essa carta belíssima, que eu tenho até hoje a cópia, e sabe o quê que responderam na própria coluna do Zózimo? Comitê do Pedro II, “embora a direção negue a existência do comitê pró-salvação do Pedro II, não foi retirada a denúncia”, um negócio, assim; quer dizer, ridículo, ridículo. Quiseram dar um jeito muito sem elegância, não desmentiram coisíssima nenhuma. “Embora a direção negue”, ... você supõe o seguinte: toda a direção nega, então eles estão fazendo uma coisa que todo mundo faz. Eu fiquei muito decepcionada com o Zózimo, Deus o tenha em Santa Glória, e com o próprio jornal *O Globo*.

Maria Amélia: Continuando, então, eu estava falando disso, foi o primeiro, foi esse, comitê pró-salvação Pedro

II, que a professora Maria Amélia “não estava agradando”, mas foi uma revolta no Colégio. Há males que vêm para bem, né? Foi uma revolta no Colégio, todo mundo indignado. *O Globo* perdeu muito, naquela época, perdeu muito da credibilidade dele. E o que eles fizeram para limpar o meu nome foi mínimo, nem limparam. Se depender deles, não limparam, mas eu não dependo deles. Bom, outra coisa: nas duas indicações que eu tive para Diretora-Geral, houve a participação contrária de membros antigos do CPII, incluindo alguns da Congregação, para afastar o meu nome e nomear outro professor. Nas duas vezes. Houve uma, eu sei aquele que o William me perguntou se podia dizer o nome e eu não quero dizer, já “tá” falecido, família importantíssima, mas isso não me interessa. Ele pegou o avião, chegou a Brasília de madrugada, quando meu nome estava em cima da mesa do ministro Carlos Santana e o outro indicado foi escolhido. Depois de “empossada” como Diretora-Geral, um pequeno número de professores foi ao ministro Murílio Hingel e declarou que “a Diretora-Geral”, aí, vai sobrar para vocês, “só atendia sindicatos e associações, não atendia pais de alunos”. Olha que mentira! E foi por ele sugerido que o próximo pleito para a Direção-Geral só incluísse professor em atividade. Aí é que eles me botariam para fora do Colégio Pedro II, porque eu não estava em atividade, eu era aposentada, foi a forma estratégica de tirar uma pessoa que estava incomodando. Porque eu incomodei muito, gente, eu era muito rigorosa, as minhas coisas eram todas feitas, ali, sabe, com muito cuidado, com muita preocupação de não errar. Por exemplo, o concurso de professores, se eu dissesse a vocês o que eu dirigi, o que eu orientei, botei logo o professor Silvío Elia para coordenar o concurso, porque era pessoa de toda a minha confiança, e não me decepcionou. Por exemplo, nesse concurso, a nora do Jair Calhau, meu secretário de ensino, escolhido por mim, foi reprovada. O filho ou filha, não me lembro, de um dos diretores de Unidade foi reprovado. Foi um concurso limpo, limpo, limpo. Não houve um pedido atendido. Ficou todo mundo, assim, impressionado. Eu não quero dar mais exemplos, mas bastam esses dois.

Maria Amélia: Então eu estava desagradando mesmo, porque eu fazia as coisas, assim muito sérias. Qual era o único jeito de me tirar? Achando uma lei na qual eu não estivesse incluída, ou pelo contrário, que eu estivesse incluída. Então por causa disso, por eu estar aposentada, eu fui carinhosamente convidada a não me candidatar. O nosso amigo William pergunta se eu fui avisada, pelo Ministro? Ou é em outra? É em outra que você pergunta, William?

William Carvalho: Não, é em outra, Professora. Eu vou até fazer essa pergunta mais adiante, porque, na verdade, essa é uma questão que vem mais adiante, quando a senhora foi retirada do cargo, disseram “acabou o mandato *pro tempore*,” ... eu tenho algumas coisas, considerações que eu quero fazer, até porque se tinha alguma lei, não valeu para o Chediak e não valeu para outros dirigentes, que também eram aposentados na época que foram nomeados como diretores-gerais. Então, na verdade... mas isso aí mais adiante eu vou “tá” perguntando à senhora; a senhora pode aprofundar, porque eu acho que é importante, também, falar das coisas boas, porque se a senhora teve muitas restrições no seu mandato, muitos enfrentamentos com um grupo, há também uma memória histórica. Eu, como servidor, tenho essa memória, mas eu gostaria que a senhora mesmo falasse, que eu vou falar do livro. Segundo o descrito no livro “Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 da História da Educação do Brasil”, a sua gestão implantou a COMPRI (Comissão Pró-Regimento Interno) do CPII e a Assembleia Estatuinte, para definir um novo regimento inteiro para o CPII. Essas duas ações faziam parte de algum indicativo do Ministério da Educação à época ou faziam parte do seu programa para a instituição? Nos conte um pouco sobre essas duas iniciativas.

Maria Amélia: Não, William, não fazia parte do Ministério. O Ministro queria que eu fizesse outro regimento, porque aquele regimento era muito antigo. Aliás, não havia um só, havia mais de um, e você lembra que ele chamou de “cipoal”, não lembra? Foi o termo que ele usou.

William Carvalho: Exato.

Maria Amélia: “Não podemos viver com esse ‘cipoal’ de regimentos. Mas a ideia da COMPRI e da Estatuinte foram da nossa gestão.

William Carvalho: Falar nisso, a senhora tem esse documento?

Maria Amélia: Pois é, eu não achei, mas eu posso arranjar esse documento para você.

Maria Amélia: Primeiro eu vou ver se “tá” em Teresópolis, porque eu não sei se está em Teresópolis, que eu tenho várias coisas lá. E talvez eu possa conseguir até no NUDOM lá no Pedro II Centro, talvez eu possa conseguir. Mas o que aconteceu foi o seguinte, olha aqui, eu até escrevi aqui. Havia constante hesitação em saber qual era o real estatuto do Colégio Pedro II, uma vez que havia mais de um. Nem me lembro quantos eram. Lembro bem desse de 1960 que era o mais seguido. O ministro Murílio Hingel reclamou do “cipoal” de leis do Colégio Pedro II e exigiu que o regimento fosse reformulado. A nossa gestão implantou a COMPRI, Comissão Pró-Regimento Interno

do Colégio Pedro II, e a Assembleia Estatuinte para a definição do novo regimento, aí eu escrevi aqui: “não tenho, no momento, os documentos que as instituíram, pois não participei da sua finalização”, porque isso não acabou porque eu fui mandada embora. Eu estava no décimo capítulo, décimo primeiro capítulo da reformulação do regimento quando veio a portaria que só poderiam ser candidatos os que estavam na ativa, e aí imediatamente eu não pude fazer mais nada porque eu não tinha mais atuação, eu não tinha mais condição de atuar. Mas o que aconteceu foi o seguinte: para variar, houve muito desgaste entre os componentes da comissão. Eram pessoas de pensamentos muito diferentes, então isso se arrastou um pouco. Por isso é que eu resolvi que, além da COMPRI, deveria haver essa Assembleia Estatuinte. E aí, alargava mais os horizontes, entendeu? Havia mais pessoas participando, a comissão era mais fechada, a assembleia era mais aberta, mas, mesmo assim, demoraram muito. Eram anos difíceis, né? Então demoraram muito a adiantar essa elaboração e quando estavam no décimo primeiro capítulo - eu não sei se chamava capítulo, item, parágrafo, sei lá -, quando eu estava nesse ponto, eu recebi a portaria que eu não podia nem me candidatar. E foi tudo muito rápido, porque em janeiro eu já estava fora do Colégio. Foi isso.

William Carvalho: Eu fui presidente da COMPRI e da Assembleia Estatuinte.

Maria Amélia: Nós convidamos funcionários, professores e alunos acima de 16 anos, quer dizer...

William Carvalho: Eu gostaria que a senhora falasse: o que levou a senhora a incluir os estudantes e os técnicos, que nunca tiveram espaço na escola anteriormente? Eu, enquanto técnico, eu nunca tinha tido espaço para nada. Então, o que levou a senhora a abrir esse espaço para uma escola que sempre facilitou apenas a participação de docentes?

Maria Amélia: Sim, mas é porque achava que isso não estava certo. Porque o Pedro II, por uma razão evidente, com a qual eu concordo: ali sentava o filho do embaixador do lado do filho do jornaleiro, vamos dizer, sem nenhum desdouro para os jornaleiros. Era uma coisa, assim, que conviviam maravilhosamente bem. Eu nunca me lembro de casos de racismo no Pedro II. Nunca me lembro, você lembra, “ô” William? Não me lembro nunca de...

William Carvalho: Entre alunos é mais difícil, mas tem.

Maria Amélia: Pode ter um ou outro, mas não nessa intensidade que está hoje em dia, que isso “tá” irritante e absurdo, e inaceitável, o que tem acontecido hoje em dia, parece mentira. Os anos caminham e as coisas andam para trás, que isso, gente? Então eu achava que tinha direito, e outra coisa, eu me dava muito bem com os grêmios. Os grêmios trabalhavam comigo, às vezes eles faziam aquelas confusões lá em baixo na Marechal Floriano... olha, muita coisa que eu fiz na Direção-Geral, eu também tinha um lastro das minhas duas direções anteriores. Eu me lembro um dia que eles botaram uma mesa de pingue-pongue no meio da rua, e estavam jogando pingue-pongue por causa daquela história das passagens, que eles queriam passagem gratuita para estudantes, não conseguiram, eles botaram uma mesa de pingue-pongue no meio da rua e ficaram jogando pingue-pongue, e eu lá de cima, eu fiz assim para eles: “pingue-pongue, não”. Você não acredita, William, eu falei “pingue-pongue não”, porque eu deixava que eles se manifestassem à vontade. Quando eu falei “pingue-pongue, não”, retiraram a mesa. Isso acontece? Olha o que eles confiavam em mim, aquele hino que eu soube depois que em outras administrações houve até umas confusões de bomba, quando a gente cantava o hino, que hoje em dia é tão condenado eu sou a favor do hino em escolas públicas, não é esse exageradamente, mas uma vez por semana. Que isso, gente, pelo amor de Deus. Então, quando eu fazia assim para ficarem quietos, eles ficavam, eu tinha uma identidade, não só com os grêmios, com os alunos todos, haja vista o que eles fizeram quando eu pedi demissão e eles fizeram tudo para eu voltar, e eu tive que voltar. Então você veja, como é que eu ia abandonar esses alunos? Eu tinha que dar a eles o direito ao qual a eles estava sendo suprimido; então, podia ser acima de 16. Podiam sim! Foi na época, até que rapidamente, quero dizer, que o aluno podia votar com 16 anos. Vocês lembram disso? Acho que depois disso acabou, né? Não tenho certeza, me lembro que eles diziam:” a gente pode votar para presidente e não pode votar aqui?” Eles argumentavam comigo e eu aceitava, sim, os argumentos deles, porque não? Então foi isso, olha, qualquer atitude que fosse tomada pela Direção-Geral, dentro dos princípios normativos, e que não fosse fora dos princípios normativos do Colégio, eram democraticamente decididas. Por exemplo, a formação de 15 professores, mais 15 servidores, mais 15 alunos acima de 16 anos, seria ideal, porém os professores, através de um plebiscito, pretenderam 60% da sua participação.

William Carvalho: [REDACTED] (citou o nome do Presidente à época da ADCPII, entidade responsável pelo plebiscito mencionado)

Maria Amélia: Lembra disso? Ah, foi o [REDACTED], né? Olha, ele... queriam 60%, por isso que a comissão não ia pra frente, William.

William Carvalho: Mas aí eles não tiveram, né, Professora? Eles ficaram querendo.

Maria Amélia: Ficaram querendo, mas atrasaram tudo. A discussão..., eu ia, participava de tudo. Às vezes eu não estava presente, mas eu sabia de tudo. Cada vez que vinha e voltava. Então quiseram 60% da sua participação. Aí, olha, se eu estava querendo dar a mesma atenção, a mesma condição de resolver, de discutir, de opinar para os 3 setores (professores, servidores e alunos acima de 16 anos), como é que eu ia entender que alguns professores queriam 60%? Eu acho que o [REDACTED] não queria era que sáfesse essa...

William Carvalho: Não, na verdade, eles atrasaram porque alguns deles foram eleitos para a Estatuinte e eles enchiam a paciência com isso no início dos trabalhos, aí leia-se [REDACTED] e companhia. (citação de alguns docentes que participaram da Assembleia Estatuinte).

Maria Amélia: A gente conhece a turma.

William Carvalho: É. Aí eles iam para dentro da Assembleia Estatuinte atrasar os trabalhos, então a gente tinha que fazer uma briga com eles para discutir sobre o regimento, sobre o estatuto.

Leonardo Britto: Eles eram contrários à paridade, né? Eles eram contrários à paridade entre os 3 segmentos.

William Carvalho: Exato, exato. E foi a primeira vez que não só teve paridade na escola - aí eu posso falar como membro da comunidade -, foi a primeira vez que os técnicos-administrativos puderam compor esse tipo de fórum.

Maria Amélia: Foi, pois é, exatamente.

William Carvalho: Mas éramos o “segundo escalão”, éramos considerados o segundo escalão de servidor, nós não tínhamos o mesmo patamar de docente ... e os alunos nem se fala.

Maria Amélia: Vocês tiveram até um seminário, técnico-administrativos, que eu fiz um seminário dos técnicos-administrativos. Fizemos também uma reavaliação do terceiro turno. Procuramos fazer tudo que estava ao nosso alcance, mas infelizmente...

William Carvalho: Na verdade, eu era presidente da Estatuinte, porque eu passei a ser uma liderança na escola por causa da ASCOPE a gente fez greve, fez um monte de coisa.

Maria Amélia: É, eu lembro.

William Carvalho: Quando aconteceu a Assembleia Estatuinte, alunos e técnicos, majoritariamente, votaram em mim para presidente, e eles ficaram irritados com isso. Imagina, uma Assembleia Estatuinte onde um técnico-administrativo era o presidente?

Maria Amélia: Pois é, mas é que todas as pessoas são iguais; você depende somente da sua capacidade de dialogar, da sua inventividade, da sua inteligência, da sua competência para gerir aquela situação, e não de que você é técnico, você é professor. Que isso? Tanto que você depois foi diretor, né?

William Carvalho: Não, eu agora sou diretor administrativo, mas entrei em 2014, quando o Bernardino foi eleito Diretor-Geral, ele me convidou para ser diretor administrativo e substituto dele. Então, hoje quem dirige o campus São Cristóvão II é ele e eu sou diretor administrativo e substituto dele.

Maria Amélia: Sim, de qualquer maneira, você hoje é diretor, William.

William Carvalho: Sim, hoje eu sou.

Maria Amélia: Então, é isso. Eu vi... eu vejo com muita alegria que os técnicos também podem ser diretores, por que não? Por que têm que ser professores? Tem professor fraquíssimo, como tem técnico ótimo. Isso existe em todo... fraquíssimo que eu digo para ser diretor, né? Que não tem, não tem muita, sei lá, não tem muita vocação, não tem muita capacidade mesmo, digamos assim. Então eu acho isso um absurdo. Conclusão: parou a COMPRI, parou no 11º documento, porque logo depois quando eles estavam fazendo isso, veio o documento de 7 de novembro.

William Carvalho: A Estatuinte que a senhora quer dizer, né?

Maria Amélia: A Estatuinte. É, a Estatuinte. Desculpe.

William Carvalho: Então vamos lá para mais uma pergunta: após 20 meses de iniciada a sua gestão, o ministro da Educação publicou a portaria, de 23 de novembro de 1994, definindo uma comissão organizadora para um processo de consulta que levaria à nomeação do novo Diretor-Geral em substituição ao seu mandato, que era *pro tempore*. Neste processo, a senhora acabou impedida de concorrer, tendo sido, inclusive, nomeada como presidente daquela comissão organizadora.

Maria Amélia: É morde e assopra, morde e assopra.

William Carvalho: A senhora foi informada pelo então ministro que aquele processo ocorreria daquela forma, antes da publicação da portaria? Se sentiu de alguma forma prejudicada por não poder concorrer e dar continuidade ao seu mandato que estava por se encerrar? Fale um pouco sobre como se sentiu ao longo daquele processo e sobre o seu alijamento de concorrer ao cargo que ocupava até aquele momento. E aí eu só queria fazer um comentário: anteriormente, os aposentados puderam ocupar cargo na escola; essa lei serviu apenas para a senhora, mas não serviu para antes.

Maria Amélia: Como diz a Helena Godoy, “lei Maria Amélia” ... a Helena Godoy sempre diz isso: “aquela lei Maria Amélia”. “Ô” William, há ministros aí aposentados, vários ministros exercendo essa altíssima função, aposentados. Que é que tem a ver a gente se aposentar? você pode sair de uma situação e entrar em outra, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu vou ler o nº 9, porque se eu falar eu vou me expandir muito, mas fui eu que escrevi, ó, eu que escrevi tudo. Foi o que você deu, eu comecei com uma letra muito bonita e acabei assim. Bom, mas vamos lá. “A portaria ministerial nº 1.570, de 7 de novembro de 1994, foi uma surpresa chocante para a maior parte da comunidade do Colégio Pedro II, solicitando que o Instituto Nacional dos Surdos, o Benjamin Constant, e o CPII organizassem listas sêxtuplas, destinadas a escolha do Diretor-Geral com nomes de professores do corpo docente ativo da instituição. Dessa forma, riscou-se o nome, facilmente, da professora Maria Amélia Palladino, de forma hábil e inaceitável. Não fui informada pelo ministro, nem por qualquer figura exponencial do Ministério”. Apenas o professor Antônio José Barbosa, secretário executivo do Ministério, me alertou em visita anterior ao ministro Murillo Hingel: “envenenaram a cabeça do ministro, Professora”. Julguem os senhores. Inclusive, uma alegação que eu soube, que o ministro comentou, foi quando ele foi ao Colégio Pedro II e foi mal recebido por vocês, William, que vocês botaram um adesivo aqui, que era.... Era colégio...

William Carvalho: A gente estava questionando uma série de coisas...

Maria Amélia: Vamos falar assim, eles não ficaram satisfeitos com a recepção que os técnico-administrativos deram a ele e por eu não ter impedido que essa tal manifestação acontecesse. Esse foi um dos motivos que eu sei que ele citou.

William Carvalho: Não, na verdade, Professora, esse governo nunca foi democrático. Ele simplesmente passou por um processo de enfrentamento da sociedade e ele precisava de um tempo para que a sociedade arrefecesse os ânimos e eles preparassem a continuidade deles. E aconteceu exatamente isso, o Itamar preparou o governo FHC, que veio a seguir, e aí uma série de acordos que eles tinham com o movimento sindical, eles não cumpriram. A greve de 1993, teve um monte de acordos que não foram cumpridos.

Maria Amélia: Sim, sei.

William Carvalho: Entendeu? Então havia muitas manifestações, a ASCOPE já não era mais uma entidade pelega, que ficava só se preocupando em atender, à época, o Diretor-Geral, o Chediak e companhia; já era uma entidade que tinha autonomia, a senhora respeitava esse diálogo da autonomia e a gente. Quando ele foi lá visitar a escola, a gente fez um papel básico de um movimento, né? Apresentar as reivindicações.

Maria Amélia: Então, mas tudo bem, mas nada disso seria motivo para impedir que eu continuasse. Bom, então eu escrevi tudo isso porque eu não sei se você quer que eu acrescente alguma coisa. Agora, como eu me senti, eu me senti pessimamente mal. Pessimamente mal. Mas as minhas filhas tinham organizado uma viagem à Cancún e conseguiram na última hora me levar para Cancún, porque eu fui para casa completamente, assim, sabe, decepcionada, revoltada, porque foi uma estratégia. Foi uma situação, assim, de uma agressão tão grande... “Olha, o único jeito de tirá-la”, deve ter dito o grupo de professores. Eu sei todos que foram, mas eu não vou dizer, mas eram todos, assim, bastante prestigiados na escola, digamos assim, pelo menos alcançaram alguns postos. E eu

fiquei, assim, decepcionada, porque eu acho que a única situação que eles conseguiriam me mandar embora era botando uma regra que não pudesse transpor, e eu não podia, eu era aposentada e foi isso ... foi a palavra-chave: “corpo docente ativo da instituição”. Eu fiquei muito revoltada porque eu tinha um longo trabalho ainda a cumprir, eu não fiz a terça parte do que eu pretendia fazer.

William Carvalho: Menos de 2 anos. Foram 20 meses.

Maria Amélia: Olha, me faltou a palavra, tão óbvia. 2 anos letivos, né? Eu consegui fazer muita coisa nesses 2 anos, foi muito triste. E depois, eu vi certas pessoas que antes me apoiavam, também não estavam nem aí, nem se preocupando com nada, já estavam seguindo outro caminho. Mas a vida é essa.... a vida é essa.

William Carvalho: Eu acho que na época, acabou que o Maurício foi o candidato, e ele, inclusive, por ser da sua gestão, inclusive ganhou a eleição tanto no segmento técnico-administrativo, como no segmento de alunos.

Maria Amélia: Foi.

William Carvalho: E no caso, como ele perdeu no segmento de docentes, e aí foi 50% do percentual de votos, ele acabou não sendo o vencedor do pleito. Aí eu queria ter um acesso a esse resultado e eu não tenho.

Maria Amélia: Mas no total ele perdeu sim.

William Carvalho: Não, no total percentual...

Maria Amélia: É, é...

William Carvalho: No percentual, mas em número de votos nos estudantes e nos técnicos ele ganhou. Ele perdeu porque o percentual dos docentes era maior.

Maria Amélia: É, exatamente. Foi isso.

William Carvalho: Mas eu queria saber os números, que é importante registrar isso, que é isso que demonstra aquele resultado eleitoral. Não houve democracia. Se houve democracia antes, com a paridade para a composição da Estatuinte, na hora que você tem a eleição - foi a primeira eleição para Diretor-Geral do Colégio Pedro II -, você tem um percentual distorcido, a representação docente acabou servindo para ganhar o processo eleitoral para o professor Wilson Choeri. Ele perdendo os votos para os técnicos, perdeu por pouco, mas ganhou nos docentes, e no segmento de alunos que o Maurício ganhou de lavada, significava muito pouco no percentual de votos, entendeu? Hoje, por exemplo, nas regras atuais, o Maurício não perderia.

Maria Amélia: Mas, “ô” William, no momento que a gente aceita essa situação do percentual você tem que aceitar o resultado.

William Carvalho: Mas eu não estou falando em não aceitar o resultado, eu estou dizendo que essa é uma discussão, inclusive que faz parte, sobre os debates de democracia; que a democracia proporcional ela não é democracia, ela acaba virando um jeito de manter o poder ou de instituir, enfim, a quem tem o voto dos estudantes não poder ganhar. Porque essa é a lógica, né?

Maria Amélia: Sei. Eu garanto a você que foi tudo feito honestamente.

William Carvalho: Eu sei, eu fazia parte da comissão também.

Maria Amélia: Você estava lá, pois é.

William Carvalho: Exato.

William Carvalho: A senhora defendeu a paridade, mas nós fomos voto vencido.

Maria Amélia: É, e fiquei direto até 6 horas da manhã. Eu não me levantei da cadeira, fiquei ali olhando...

William Carvalho: Na apuração.

Maria Amélia: Na apuração, voto por voto.

William Carvalho: Eu e Luiz Almério na mesa de apuração.

Maria Amélia: É, foi, exatamente, estava lá.

William Carvalho: Eu não aguento nem mais participar de apuração de eleição para Diretor-Geral e reitor, porque eu participo de todas, né? Aí fica difícil. O coração já não aguenta mais, não.

Maria Amélia: Pois é, mas olha aqui, eu tenho impressão que o Choeri teve 29% dos votos e o Maurício, 26.

William Carvalho: Eu não “tô” discutindo que ele não foi eleito. Ele foi eleito por aquelas regras, mas eu estou questionando as regras, entendeu?

Maria Amélia: Inclusive, ele ganhou no prédio da Direção-Geral. O Maurício.

William Carvalho: Exato. Se eu não tiver enganado, o Maurício ganhou por 7 votos no segmento técnico-administrativo, e ganhou de lavada no segmento discente. E ele perdeu foi nos docentes, que nos docentes, o Pupim dividiu voto, junto com ele e com o Choeri. O Choeri teve um pouco mais de votos, aí com um percentual de 50% para docentes, o Choeri acabou sendo eleito.

Maria Amélia: É, exatamente, foi isso.

William Carvalho: Bom, de qualquer maneira, eu queria dar oportunidade para a senhora também falar, além da COMPRI e da Assembleia Estatuinte, que outros projetos e ações que a senhora fez, que não só contribuíram para a democratização e a gestão democrática. O que a senhora oportunizou para os avanços da escola? O que a senhora quiser falar, fique à vontade.

Maria Amélia: Olha, é muita coisa, “hein”, muita coisa. Reconhecimento das associações... eu tive que anotar. Reconhecimento das associações de pais e ligação efetiva com os grêmios, trabalhando junto com a Direção-Geral em várias iniciativas. Estímulo permanente à ADCPII e à ASCOPE.

Maria Amélia: Encontro pedagógico reunindo professores do Pedro II e convidados, e nós abrimos os encontros pedagógicos para os convidados que quisessem participar, não era só para professores, não, funcionários também. Encontro de servidores técnico-administrativos, dois encontros nacionais: o de estudos sociais e o de línguas estrangeiras, primeiro encontro de informática, a reequiparação das coordenadorias setoriais às direções das Unidades do segundo grau, porque quando o professor Chediak entrou ele resolveu que o Pedrinho não era a ... que não deveria ser equiparado às direções de Unidades do ensino médio, naquela época segundo grau. E elas viraram coordenadoras setoriais. Elas me pediram que queriam voltar a ter a mesma posição que as diretoras de segundo grau. Eu achei muito justo, porque professora primária a gente tem que dar muito valor a elas, trabalham muito. Elas são as primeiras formadoras do caráter dos alunos, as primeiras a informar e a formar, então eu acho que foi muito justo o que elas pediram, então eu reequiparei as coordenadorias setoriais e as direções de Unidade do segundo grau, retornando assim a chefia de departamento do primeiro segmento do primeiro grau, porque tinha acabado a chefia de departamento do primeiro grau.

William Carvalho: Importante mencionar mesmo, Professora, muito importante.

Maria Amélia: Pois é, por quê que acabou a chefia de departamento do primeiro grau? A volta do Colégio às competições esportivas, com apoio da educação física, que eu entrei direto na educação física, tive muita sorte com José Roberto Wright e outros, e pouca sorte também com alguns outros que não queriam trabalhar, mas isso acontece em qualquer lugar, lamentavelmente. Ah! Nós incluímos o intercolegial. O intercolegial já não se fazia mais participação do Pedro II. A instalação do primeiro núcleo da rede “BITNET” e seus diversos cursos no sistema, por meio do CNPQ, a revitalização do terceiro turno em reuniões com seus representantes, a realização da feira de atividades em todas as Unidades, em todas as disciplinas, entre os membros do júri, em que figurava Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, que era um dos maiores representantes que nós tínhamos como astrólogo, e fazia questão, ele gostava muito de participar e era membro do júri, acho que ele era o presidente do júri, mas eu não citei porque não tenho certeza. As eleições em todas as Unidades Escolares, excluindo-se, enquanto eu estive lá, fiquei pouco tempo, os diretores nomeados pelo ministro Goldenberg, porque os diretores que eu encontrei lá estavam nomeados por 4 anos e isso eu não podia modificar, então eu disse sempre a eles que depois que fosse estabelecido o regimento, nós iríamos então fazer eleições, mas eles ainda não tinham cumprido o tempo que o

ministro havia dado para eles. O encontro de cultura hispânica, olha só...

William Carvalho: A senhora promoveu alguma eleição para diretor de Unidade?

Maria Amélia: De Unidade? Sim... depende que unidade? No Pedrinho, sim, no Pedrinho...

William Carvalho: São Cristóvão I.

Maria Amélia: São Cristóvão I, sim. Mas aconteceu o seguinte: a Ana de Oliveira ganhou no I, você falou ontem nela, eu me lembrei, porque a Patrícia se retirou. Então, praticamente não houve, a eleição foi só com a Ana e ela ganhou. A Marisa Raja Gabaglia, a Unidade Humaitá e a Unidade do Engenho Novo, se eu me lembro bem, que era a Diva, pediram que não houvesse eleições lá, nas duas Unidades. Por quê? Elas estavam com o trabalho a seguir e trouxeram uma declaração dos professores e funcionários e alunos das Unidades, pedindo que elas permanecessem. Então eu achei aí que numa... eu sempre...

William: Ah, então a senhora só fez eleições de quem estava sem mandato?

Maria Amélia: Não, eu fiz eleições do primeiro grau, porque eu não podia, nem devia tirar o...

William Carvalho: Ah, quando a senhora equiparou as gestões de campus 1 com 2, a senhora fez o processo eleitoral? É isso?

Maria Amélia: Fiz o processo eleitoral. Exatamente.

William Carvalho: Aí só aconteceu em São Cristóvão I, porque em Humaitá I e no Engenho Novo I eles pediram para não fazer?

Maria Amélia: É, apresentaram, assim... documentos de adesão a que continuassem, não podia interromper o trabalho. Houve eleição, São Cristóvão I, só que foi a única.

William Carvalho: Não, o que é bem importante dizer, é que a senhora deflagrou o processo eleitoral nos *campi* I.

Maria Amélia: Ah, sim!

William Carvalho: Esse ano qual foi, Professora? A senhora lembra?

Maria Amélia: Eu acho que foi 1993. Foi quando eu entrei, assim que eu entrei.

William Carvalho: Então a senhora moveu duas ações concretas nesse sentido e equiparou as diretoras dos Pedrinhos aos Pedrões, e promoveu a eleição aonde tinha mandato que precisava ser renovado?

Maria Amélia: Olha, eu tenho impressão que o Dimuro não tinha essa portaria do ministro, não, porque ele entrou depois. Porque eu acho que houve, sim, eleição no Engenho Novo II, mas ele concorreu sozinho, porque repara que naquela nossa portaria, nossa que eu digo para cá, né? Vocês, não. Nossa portaria de aposentadoria não tem o Dimuro, tem o meu nome, o do Thiers, o do Oldemiro, e...

Maria Amélia: Não, mas quando eu fui Diretora-Geral, o Dimuro fazia parte do grupo de diretores de Unidade.

William Carvalho: Ele já era diretor?

Maria Amélia: Já era.

Maria Amélia: Mas ele não foi... ele não tem, que eu me lembro, ele não tinha a portaria do ministro Goldenberg.

William Carvalho: Mas ele não foi eleito, não, Professora, ele só é eleito depois.

Maria Amélia: Depois, né? Então ele foi... ah, ele substituiu o Maranhão?

William Carvalho: É.

Maria Amélia: Porque, na Unidade Centro o Maurício ganhou a eleição e o Chediak indicou a Vera Maria. Foram o primeiro e segundo colocados.

William Carvalho: Foi em 1991, não é?

Maria Amélia: 1990 ou 1991.... acho que foi em 1991.

William Carvalho: Ah, a senhora já não estava mais, a senhora estava se apo.... estava afastada.

Maria Amélia: Foi para me substituir mesmo. Um processo de afastamento.

William Carvalho: Começa ali a trajetória da professora Vera?

Maria Amélia: Exatamente.

William Carvalho: O Maurício ganhou dela, mas não foi nomeado.

Maria Amélia: Isso é um direito que eles têm. Até os ministros, aí, eles podem indicar.

William Carvalho: Não, hoje não tem mais, Professora.

Maria Amélia: Ué?!

William Carvalho: Eu estou falando que hoje a legislação não permite mais. Nem o Presidente da República pode nomear outro reitor que não tenha sido o mais votado.

Maria Amélia: Mas o Bolsonaro indicou.

William Carvalho: Indicou e teve que voltar atrás, porque a lei dos Institutos Federais não permite mais.

Maria Amélia: Ah, então uma boa nova que você me deu, porque ele andou indicando um terceiro colocado, ...o Bolsonaro.

William Carvalho: Sim, nas Universidades ele fez isso porque a legislação permite, só que nos dois Institutos Federais que ele fez isso a justiça mandou voltar.

Maria Amélia: Ah, eu não sabia desse detalhe. Muito obrigada pela informação.

William Carvalho: É importante, porque é um avanço que a legislação trouxe. A senhora acabou de comprovar na nossa entrevista, como ex-Diretora-Geral, que na sua época a senhora respeitou o resultado, só que a seguir nós tivemos um outro diretor que não respeitou.

Maria Amélia: Pois é.

William Carvalho: Portanto, se não tem uma legislação que determine, fica ao sabor do vento. Não é mais ao sabor do vento. Depois que o Lula entra em 2003, passa a ser uma obrigatoriedade a nomeação de todos aqueles que foram mais votados em todos os processos.

Maria Amélia: Ah...tudo bem, ótimo.

William Carvalho: Isso já é depois de 2003, quando ele baixa um decreto que trata desse tema. Depois que baixa o decreto que serve para a rede federal de educação profissional, o Pedro II acaba levando, digamos assim, vai na onda e ele acaba instituindo o processo eleitoral nos mesmos moldes para o Pedro II. Depois de 2008, a rede toda tem eleições já na nova regra dos Institutos Federais, só que o Pedro II só vai ter uma nova regra para eleições em 2012, quando ele se equipara com os Institutos Federais. Enquanto isso, o que a gente teve foi o MEC bancando a eleição, pós-eleição, garantindo a nomeação do mais votado, mas não havia uma lei, uma norma que determinasse isso. Eram só portarias ministeriais que o MEC, nos governos do PT, acabou editando e obrigando a ter a eleição e a nomeação do mais votado.

William Carvalho: Bom, Professora, nós estamos chegando ao final da entrevista, pelo menos a última pergunta. Eu já de antemão, quero agradecer toda a sua disponibilidade, a sua entrevista ajuda a fundamentar bastante os fatos que não têm tanta comprovação histórica, fatos que não são narrados, nem em livros, nem em documentos. Temos toda uma dificuldade de acessar alguns documentos que comprovem, a não ser os fatos narrados pela senhora, que são fundamentais para isso. Eu queria abrir agora para a senhora, fica aberto o espaço para que a senhora possa fazer qualquer consideração sobre o período que a gente trabalhou, discuti e conversei aqui na entrevista. Fica aberto para a senhora falar o que quiser, possa ter faltado algo em alguma pergunta minha.

Maria Amélia: Falei tanto, eu esqueci de falar, ... mas é afetivo, mas é importante, a nossa luta contra a estadualização...

William Carvalho: Para sempre federal!

Maria Amélia: Para sempre federal, aquela campanha que eu fiz. Olha, aquilo foi muito importante porque era um absurdo aquilo. Queriam estadualizar o Colégio Pedro II. Aliás, o professor Tito até que eu aprecio muito - eu já falei a vocês, sempre foi muito cordato comigo e muito respeitoso e tudo -, ele também teve uma intenção de transformar a Marechal Floriano num centro de estudos e levar o Colégio Pedro II, Centro, a célula “mater”, para São Cristóvão. Ali também foi uma luta danada, eu entrei em muitas lutas. Uma foi essa que foi, realmente, eu falei para ele, o dia que ele pediu a minha opinião, eu falei: “Professor Tito, eu acho que eu sou suspeita para dar minha opinião, porque isso aqui é o meu chão, o senhor está atirando no meu chão. Quando eu vim para o Colégio Pedro II, eu vim logo para a Marechal Floriano. Eu estou aqui não sei há quantos anos, eu sou totalmente contra”, “totalmente contra o senhor transformar isso aqui numa, numa...” Ele queria tudo um centro... um centro histórico. Quer dizer, isso tudo, eu acho que com esses meus atos, aquele abraço que saiu em todos os jornais...

Maria Amélia: Sobrou gente. Sobrou gente para dar um abraço no Pedro II, e era um quarteirão enorme. Aquilo tudo eu acho que foi sedimentando a minha campanha para Diretora-Geral.

Maria Amélia: Eu não estava com essa intenção, eu estava felicíssima na Unidade Centro, assim como eu fui felicíssima na Unidade Humaitá. Bem, porque sempre há pequenos entraves, sempre há pequenos problemas, mas eu não estava... não fazia nada daquilo pensando na Direção-Geral, mas depois, quando fui candidata à Direção-Geral, e eu vi o que escreveram sobre mim, escreviam essas realizações, essas lutas que eu enfrentei, porque houve muitas lutas, ... que houve, houve. Então, realmente, eu acho que eu já falei tudo, William, mas se você quiser contar, assim, alguma coisa, eu acho que esse gesto da Direção-Geral, com aquela adesão, assim, incalculável... incalculável, foi o da Direção-Geral, não da direção da Unidade Centro, da comunidade da Unidade Centro. Foi, assim, uma recompensa enorme de todo o meu trabalho, todo o meu amor que eu tive pela Unidade Centro; e pela Unidade Humaitá também tivemos alguns problemas. Claro, todo mundo tem, mas não tão graves; a Unidade de Humaitá é mais tranquila, por ser menor, é mais tranquila. Mas eu acho que eu já falei tudo, William, se você quiser lembrar de alguma coisa, pode lembrar.

William Carvalho: Eu queria só finalizar, agradecendo muito, Professora, e dizer que enquanto servidor da escola eu quero que conste do vídeo, enquanto servidor da escola, do Pedro II, que trabalho desde 1985, eu posso dizer que eu vivenciei tudo isso que a senhora falou, a não ser a parte da sua trajetória anterior, que eu trabalhava no Engenho Novo II e não tinha muita relação com o que acontecia nas outras Unidades. Mas de 1993 em diante, eu posso atestar tudo aquilo que a senhora mencionou aqui e dizer que é com muita satisfação que eu estou fazendo essa entrevista com a senhora. Eu quero reconhecer, inclusive, que enquanto dirigente e militante do movimento sindical, eu mantive sempre a minha autonomia quando a senhora era gestora, mas eu tenho boas lembranças do convívio e da relação harmoniosa, conflituosa às vezes, mas porque fazia parte. As pessoas têm divergências, mas nunca houve qualquer desrespeito da sua parte com a entidade que eu representava, e isso para mim é fundamental, porque a gente faz movimento para reivindicar e conseguir resultados e, obviamente, nem sempre a gente consegue o que quer, mas quando a gente tem uma boa relação e bom diálogo, a gente guarda isso também na memória como algo satisfatório. Então queria fazer esse pequeno registro aqui e agradecê-la pela contribuição que a senhora está dando à minha pesquisa com essa entrevista.



ENTREVISTA COM MAURÍCIO GUIMARÃES

(EM 06 DE FEVEREIRO DE 2022)

William Carvalho: O Maurício além de um companheiro de movimento, é um amigo meu. Agradeço essa disponibilidade. Nós estamos em cidades um pouco distantes, Ouro Preto e Rio de Janeiro. Tenho certeza que você vai contribuir muito com essa entrevista, e a entrevista, em si, Maurício, eu vou começar exatamente pontuando os momentos que antecedem à posse da professora Maria Amélia, em que alguns fatos importantes acontecem dentro do Colégio Pedro II e aconteciam também no Brasil à época. A professora Maria Amélia foi nomeada Diretora-Geral em março de 1993 e, portanto, muito próximo daquele movimento do “Fora Collor”,

mas toda uma mobilização interna na comunidade escolar, também. A primeira pergunta que eu queria fazer é: até o início dos anos 1990 o Colégio Pedro II era uma instituição que poderia ser considerada democrática? Como era a gestão do CPEI que você tenha conhecimento até aquela época? Havia instâncias democráticas com representação da comunidade escolar?

Maurício Guimarães: Certamente que não. Não era. Só para dar um exemplo, eu naquela época trabalhava no Colégio Naval também - foi no mesmo ano que eu ingressei no Pedro II, em 1981. No Pedro II, quando se tinha reajuste, diziam que foi o professor Tito que conseguiu o reajuste. Quando não era verdade. Naquela época já existia a ANDES e a FASUBRA. E a FASUBRA tinha, sob seu guarda-chuva, também, os técnicos-administrativos das escolas técnicas e agrotécnicas e o Pedro II não estava incluído aí, porque não tinha movimento e nós sabíamos muito, quer dizer, nós sabíamos, a maioria do professorado, e os técnicos-administrativos achavam que era mesmo o Tito que conseguia o reajuste, quando, na verdade, já naquele momento, início dos anos 1980, era um movimento feito pelas entidades da universidade. Nós tínhamos, ... nós não, as escolas técnicas e agrotécnicas, muito mais as agrotécnicas, tinham uma representação de associação que era a FENASEFE, que na verdade não funcionava fazendo o movimento de reivindicações, até porque ela tinha um escritório dentro do MEC (Ministério da Educação) naquela época. Quando foi em 1984, meu ingresso foi em 1981, nós já estávamos muito no movimento do... vamos dizer assim, nós estávamos na ditadura acabada, só para usar o título do livro do Elio Gaspari, e entregando tudo, né? Se eu tiver falando demais, você...

William Carvalho: Fique à vontade.

Maurício Guimarães: “Tá” ok, obrigado. Quando foi em 1984, mais ou menos no início de abril, Maria Amélia já se encontrava na Unidade Centro. Estava pouco tempo lá, alguns meses na Unidade Centro. Tinha vindo do Humaitá. E começou uma conversa de que o Colégio, a Unidade Centro, ia fechar.

William Carvalho: Isso em que ano?

Maurício Guimarães: Isso foi no início do ano de 1984. Maria Amélia já diretora na Unidade Centro, quando nós tomamos conhecimento, que foi por meio da própria Maria Amélia. Eu, inclusive, não tinha nem três anos que eu estava no Colégio, na Unidade, eu fui logo para sala dos professores, quando acabou a informação, alguns professores e professoras começaram a conversar e naquele momento ficou estabelecido, numa conversa, assim, muito solta, que nós deveríamos resistir à retirada do Colégio do Centro. Afinal de contas, o Centro é a Unidade “Mater” do Colégio Pedro II. Nós então começamos, fizemos uma reunião, não lembro bem, mas estavam presentes, eu...

William Carvalho: Só uma pergunta, Maurício, desculpa te cortar, mas a professora Maria Amélia mencionou o interesse do professor Tito em tirar a sede do Centro para São Cristóvão?!

Maurício Guimarães: Isso.

William Carvalho: Então é esse movimento que você está falando?

Maurício Guimarães: É desse movimento que eu estou falando.

William Carvalho: Tá.

Maurício Guimarães: E foi logo com a chegada dela. Ele fez uma jogada muito bem feita, porque ela recente lá, era, das diretoras, a mais nova naquela época, nas Unidades dos Pedrões, porque o Pedrinho começou naquele ano.

Leonardo Brito: Consegue precisar mais ou menos o ano ... é entre 1982 e 1984? O Pedrinho começa em 1984, né?

Maurício Guimarães: É 1984, exatamente naquele ano de 1984.

Maurício Guimarães: Então, dos Pedrões ela era a mais nova. E recente na Unidade Centro. Só que a Unidade Centro naquela época, parece que tinha um clima dos caras antigões, ... que trabalharam ali, eu sei lá.... Eu sei que aí na reunião estava eu, Zé Carlos, Glades e tinha mais um... umas 4, 5 pessoas, que depois não ficaram muito, mas apoiaram, não ficaram muito à frente. Acabou que quem ficou à frente fui eu, Zé Carlos, e Glades.... Nós começamos a nos mexer, eu ainda não conhecia direito o Pedro II, para mim era um negócio ainda meio ... não sabia o que acontecia lá em São Cristóvão e na administração ... não tinha a menor ideia. No entanto, como nós soubemos disso e foi uma confirmação da Maria Amélia, nós conseguimos por meio da Glades, que tinha um amigo que trabalhava na Band, e tinha um programa do Miro Teixeira na Band daquela época, e era à noite, e ele fazia, falava lá, tinha uma... era uma variedade de assuntos, e nós conseguimos, e o Zé Carlos foi lá e deu entrevista ao Miro. Ainda lembro das palavras do Miro: “na volta do intervalo, nós vamos entrevistar o professor José Carlos...” - não lembro mais o sobrenome dele - “...tem um diretor maluco aí que quer acabar com o Colégio Pedro II”. Não era bem assim, mas foi isso que ele falou. E aí o Zé Carlos deu entrevista. Ah, no dia seguinte você imagina, né? Imagina o Pedro II daquela época, com um professor indo lá falar contra os grandões do Pedro II? Que aliás, uma vez ouvi uns advogados chamarem de “os coronéis do Pedro II”, por causa de uma ação que não saía nunca, e quem estava travando era a direção do Pedro II. Bom, aí é outra história. E com isso, chamou a atenção para a questão da saída do Colégio. Quer dizer, na verdade, ele ia acabar com o Colégio ali, e nós íamos ser distribuídos e os alunos pelas Unidades. Mas aí, com isso, a gente, chamou a atenção, apareceram outras pessoas que ficaram interessadas, inclusive os ex-alunos. Tinha ex-aluno vereador, ... de um jornal que funcionava ali, atrás do próprio Colégio Pedro II, que eu esqueci o nome, um jornal pequeno.

Leonardo Brito: *Jornal do Comércio?* Que funcionava ali perto da Central do Brasil?

Maurício Guimarães: Eu não lembro bem mais. Rapaz, isso aí, eu estou fazendo as contas, daqui a dois anos faz 40 anos que a gente fez esse movimento.

Leonardo Brito: E deixa eu te perguntar, essa iniciativa de acabar com a Unidade Centro, de formar, parece, um museu, um centro histórico... ela é uma iniciativa que veio do professor Tito Urbano ou uma iniciativa que veio do Ministério da Educação?

Maurício Guimarães: Olha do Tito Urbano. E, eu vou dizer ainda, tem uns negócios que eu preciso falar sobre isso, porque, foi dele. A questão era a seguinte...

William Carvalho: O Tito Urbano tinha uma relação muito próxima com o governo federal, negócio de genro, filho do Figueiredo, aquela história toda?

Maurício Guimarães: Ah, o Figueiredo, exato. O Figueiredo.

William Carvalho: Então o cara tinha a possibilidade de financiamentos, alguma coisa para ter um museu?

Maurício Guimarães: É possível, mas...

Maurício Guimarães: Pois é. Mas aí com a entrevista do Zé Carlos o negócio explodiu. Nós chegamos, ... aí fui eu que fui lá nesse jornal, eu pedi a eles para fotografarem e aí eu dei entrevista, dizendo o que que estava acontecendo. Aí nesse meio todo apareceu, porque a gente começou a procurar apoios, e apareceu um ex-aluno que sabia da história, da questão do museu, não era só o museu, não. Não sei o que Maria Amélia falou, se tinha algo a mais, mas era o seguinte, aquele prédio ia ser usado por um conglomerado de pessoas do ensino particular

que iam à noite usar o prédio para dar cursos. Esses cursos, na verdade, iriam ser depois revertidos, né? Aquilo que fosse faturado com as pessoas que estavam envolvidas naquela questão. Isso aí me faz lembrar o caso da escola agrotécnica de Barbacena, que só consegui, há coisa de 5 anos, se livrar da UNIPAC, que é uma universidade particular que tem aqui no estado de Minas Gerais. Eles usavam as instalações que ficavam em frente - do outro lado da sede da UNIPAC - da escola de Barbacena, por 30 anos, e o que ia acontecer no Pedro II era algo parecido, porque depois eles podiam instalar lá uma faculdade, também. Até porque o Tito era muito envolvido com a Santa Úrsula, ele era envolvido com aquela lá de Cascadura ... Souza Marques!!

Maurício Guimarães: E ele era envolvido com isso, então podia hoje estar instalado lá, usando o prédio federal, mas... Bem, o que que aconteceu? E aí muitas pessoas começaram a se mexer. Nós fomos à Maria Amélia e dissemos para ela: “olha, nós estamos empenhados em não deixar que isso aí aconteça”. Mas nós não queríamos envolvê-la diretamente; nós sabíamos que não custava nada o Tito dar uma canetada e tirar ela, e aí piorava a situação. Bom, então nós fizemos todo um movimento de encontrar, ... aí alguém lembrou: “pô, tem um ex-aluno que é vereador”, fulano de tal, não lembro mais. “Então ele disse que pode fazer uma audiência pública na Câmara dos vereadores”. Aí a gente organizou tudo para fazer essa audiência pública, e o jeito da Maria Amélia, não podia fazer sem chamar o Tito. Ela aí convidou o Tito, nós arrumamos um orador, um professor antiquíssimo, Durval, de francês ... Durval foi criticadíssimo pelos seus colegas por causa disso. Foi ele que foi lá falar, nós éramos noviços no Pedro II, eu tinha 3 anos de Pedro II. Zé Carlos tinha o mesmo tempo, porque ele entrou junto comigo, a Glades também. Foram os professores mais modernos que, na verdade, fizeram um movimento. Aí teve a audiência pública e tal, e o Tito ficou na mesa, e aquela coisa... Maria Amélia ficou na mesa, nós ficamos lá embaixo e, bom, quase terminando, o Tito foi falar e aí, lá em cima, falando no púlpito, ele disse que não ia mais tirar o Colégio da Unidade Centro. Olha, rapaz, aquilo ali foi muito, ... até hoje eu me sinto, assim ... Isso era o ano de 1984, ditadura vinha já cambaleando e já estava certo que ao final de 1984 eles iam entregar, porque iam haver as eleições. Tinha o Movimento das Diretas, né? Até eu fui com a Glades, quando foi na Candelária. Movimento das Diretas não se conseguiu as Diretas, não se conseguiu, mas o Tancredo ganha. O Tancredo ganha e no início do ano começou um movimento para fazer a passagem para o Tancredo, aí nós, que estávamos mais próximos da Maria Amélia... Ah, sim, ... antes, em dezembro, dia 14 de dezembro 1984, que aí com aquele movimento todo da saída ou não, nesse encaminhar, eu, que tinha uma matrícula, já tinha feito o concurso antes, fiquei com duas, então o meu tempo estava lá; eu me desliguei do Colégio Naval, eu ficava no Pedro II, quase que o tempo todo lá porque, com 2 matrículas, né?! E aí começou um movimento no sentido de nós criarmos uma associação para as reivindicações dos servidores. O meu movimento era no sentido de todos os servidores, mas o Zé Carlos achava que tinha que ser o de docentes, a exemplo da universidade. A universidade era um espelho para nós. Tinha a ANDES, ela fazia o movimento dos professores e a FASUBRA o dos técnicos-administrativos. Acontece que eu perdi e aí saiu a ADCPII, no dia 14 de dezembro de 1984.

William Carvalho: Um parêntese, Maurício: você perdeu e o Tito, que era “macaco velho”, criou a ASCOPE para todos os servidores da escola.

Maurício Guimarães: No dia da posse da diretoria provisória, que era Zé Carlos, eu, a Diocécia, ... tinha um tal de Fernando lá da Tijuca e a Glades, que eu acho não ficou na direção. Bem, eu sei que nós demos o início à estruturação da ADCPII e quando é o início de 1985 ... não sei se essa eleição foi antes, ou foi em 1985 mesmo, do Tancredo.

Leonardo Brito: Eleição do Tancredo é 1985 eleição indireta. Ele e o Maluf, pelo colégio eleitoral.

Maurício Guimarães: Então foi em 1985. Que aí, em 1985 ele ganha, e aí, o que que acontece? Nós sabíamos já há muito tempo, já há muitos anos e tal, que o Pedro II era indicação. E aí, com aquele movimento que nós tínhamos feito, criação da ADCPII, muitos professores que eram do SINPRO, e eram do CPII, começaram também a nos odiar, né? E fizemos várias reuniões na casa de Zé Carlos, por conta... E a Maria Amélia vai à posse de Tancredo, e aí qual era a ideia? Ela ser nomeada. Mas aí o que é que a Margarida faz? Leonardo conhece a Margarida?

Leonardo Brito: Não, não conheci Margarida. Conheci, William?

William Carvalho: Não.

Maurício Guimarães: Margarida era uma professora, formada na Souza Marques, e...

William Carvalho: Amiga do Tito Urbano.

Maurício Guimarães: Há 20 anos, naquela época.

Maurício Guimarães: Pelo menos há 20 anos. Ela liga para Maria Amélia e pede a Maria Amélia para não ser nomeada no lugar do Tito, pelo padrinho dela. Porque Tancredo era padrinho de batismo. Muita gente achava que ele era padrinho... sei lá ... mas ela disse: “ele é meu padrinho de batismo”. E o que a Maria Amélia faz? Você que conhece ela bem, William. A Maria Amélia abriu mão e disse “não”!

Fizemos muitas reuniões na casa do Zé Carlos, enquanto Maria Amélia estava em Brasília para a posse. Aí o cara adoece. Ela fica, porque ele adoece. (inaudível) Já tinha pedido lá para ele e aí ele disse para ela, eu ainda lembro, assim que ela falou, porque eu falei com ela no telefone. Estava na casa do Zé, aí ela ligou, porque sabia que nós estávamos reunidos - estava Zé Carlos, Moacir, eu, Paulo Fábio.....

Maurício Guimarães: Aí ela liga. Naquela época, telefone fixo, e sabia que a gente estava reunido e disse: “olha, ele me ofereceu um cargo no MEC”, aí eu digo: “mas é de ministro?”. Aí foi gozação, né? “Mas é de ministro?”, porque ela não era política, como é que ela ia ser ministra, né? “Não, não, é uma coordenação, do ensino médio”. “Legal! Pois é, mas o que a gente quer é que você fosse a diretora, aqui o pessoal está aqui todo já preparado”. “É, mas...”, aquilo que ela me falou, que a Margarida tinha ligado para ela, que já tinha pedido de gente lá pelo Tito.

Maurício Guimarães: Afonso Arinos, tinham outros...Tinha o presidente do Banco do Brasil, que foi o cara que conseguiu o dinheiro para aquele

Leonardo Brito: Sim, o Camilo? Ela mencionou o nome dele, acho que é Camilo.

Maurício Guimarães: É, foi aluno do Pedro II. Eu não sei como é que foi, mas alguém fez o contato dela com ele; ele foi lá no Pedro II, foi ele que deu dinheiro para poder resolver o problema do teto do salão nobre, que estava todo escorado, você não conseguia nem entrar, estava tudo escorado... O Tito conhecia, porque o Tito fazia o que o Oscar está fazendo, ainda, até hoje, aluno emérito, aluno... como é que é? Aluno Emérito! Ele fazia isso para poder, politicamente... né?

Leonardo Brito: É Aluno Emérito... Pena de Ouro.

Maurício Guimarães: E isso tudo aí, né? É para o pedido, mas se o Tancredo quisesse, ele dava para a Maria Amélia, mas ela também abriu mão. Então ele não ia, ... o Tancredo era macaco velho, desde a época do Vargas, né? Ele ia se indispor se ela também abriu mão? Muito bem, aí morre Tancredo. Mas eu conhecia uma professora na Secretaria de Educação, chamada Aparecida, que conhecia um coronel que foi ser assessor do Sarney, depois que o Sarney tomou posse, em Brasília. E esse coronel conhecia a Maria Amélia, e o Tito ainda não tinha tomado posse. Aí ele liga para ela - eu não estava perto -, mas ela me contou que ele ligou para ela e perguntou para ela se ela ia querer ou não. Ela disse “não”. Ela me contou. “Não, não vou, deixa o professor Tito”.

Numa ocasião, logo depois, eu fui a Brasília com essa professora, eu, o coordenador de Física no estado, e ela disse: “ah, vamos lá na ... esqueci o nome dele, ... lá no planalto”. Eu digo: “poxa, caramba! E a gente consegue entrar?”. Eu era bem mais ingênuo do que sou hoje.... “Consegue, claro, eu já falei com ele, disse que é só chegar lá”. Nós fomos lá, aí a gente conversa ela perguntou: “mas porque não consegui colocar a Maria Amélia lá no Pedro II?” Aí ele disse assim: “porque ela não quis”. Aí ele virou para mim: “não é verdade?” Eu digo: “é... ela falou para mim que não quis”.

William Carvalho: Mas deixa eu pegar uma questão, que eu acho que é importante. Você já falou sobre um processo anterior, né? A gente tem que entender que a década de 1980, de fato, foi uma década de muitas mobilizações. Você tem uma série de eventos que demonstram essas mobilizações populares, culminando com o processo eleitoral. Em 1989, depois de ter tido uma Constituinte, ter tido “Diretas”, ter tido a eleição indireta, mas quem ganha é o candidato da oposição, vamos dizer assim, que estava nos palanques das “Diretas” e logo depois começa a década de 1990. Eu queria que você pudesse abordar, rapidamente, Maurício, aí depois eu vou para a pergunta em relação ao movimento, o que que acontecia na escola nesse burburinho de redemocratização do país, após a eleição do Collor, depois de todo um processo de debate sobre democracia, que acabou se voltando também para as instituições de ensino da rede federal, na busca de eleições diretas? Havia algum tipo de mobilização, alguma coisa que você tenha participado, que intensificasse, que fosse nessa direção? Uma coisa eram as movimentações que ocorriam em 1984, ainda embrionárias, saindo do governo da ditadura militar, pegando aquele enfrentamento das “Diretas” e tal, mas quando foi chegando para perto da década de 1990, me diga, tinha algum tipo de manifestação, algum tipo de construção interna, seja da ADCPII, seja dos movimentos de fora, enfim, havia alguma mobilização para a construção de eleições diretas? Como é que era a relação dentro da escola? E aí eu queria que também você pudesse falar, nesse contexto, como é que era o processo decisório? A gente sabia que o diretor era indicado, sabia que não havia o processo de normatização para ter eleições para as direções das Unidades Escolares, mas como é que era esse processo de decisão? A Congregação funcionava? Tinha alguma

instância que a comunidade tinha representatividade e decidia por ela? Como é que era isso?

Maurício Guimarães: Antes de entrar nessa questão que você está pedindo para falar, é preciso deixar marcado, registrado, que ainda em 1985 foi criada a ANDEF. Leonardo talvez não saiba, a ANDEF era uma associação de docentes das escolas federais.

Leonardo Brito: Sim, já li sobre, já estudei sobre.

Maurício Guimarães: Estudou sobre, né? Ela, vamos dizer assim, tinha o objetivo de fazer o mesmo papel que a ANDES fazia naquele momento. Mas foi muito prejudicada por conta de chegar depois da FENASEFE e de não haver, embora houvesse todos esses movimentos dentro das escolas, do Colégio Pedro II, a gente, pelo menos eu não via isto acontecer nas escolas técnicas. A agrotécnica era muito mais difícil que eu que estava muito longe disso. Mas lá, mesmo no Rio de Janeiro, a gente não via movimento nenhum. O CEFET..., nós não víamos movimento nenhum em outros lugares de escolas técnicas. Nós chegamos a ter 10 escolas, talvez, na associação, na ANDEF, mas que com o tempo também foi ... tinha do Amazonas, tinha de Goiás, ... não tinha nenhuma do Sul, ... tinha do Nordeste, tinha lá do Rio Grande do Norte, tinha de Pernambuco, tinha um bom número que dava para fazer movimento e reivindicar em nome da ANDEF. Mas não era, também, sindicato, faltavam uns requisitos para poder fazer um movimento equivalente. Mas funcionava de algum modo, porque a FENASEFE não funcionava, mas tinham muitos associados. Houve um movimento, tinha congresso, mas não tinha muita força para funcionar, até chegar nos anos 1990. O que acontece quando chega os anos 1990? Já em 1988, o SINASEFE tinha sido criado e aí foi, assim, penso eu, que as escolas técnicas e agrotécnicas perceberam que era o momento de se livrar da FENASEFE; e acabou, também, terminando a ANDEF, que acabou não vingando, também, e não se transformou em sindicato; e muitas escolas foram também para o SINASEFE. E passou o SINASEFE, como sindicato, a ser o representante. A partir daí é que o movimento dentro das escolas técnicas, agrotécnicas e do ensino médio, começou a ficar mais forte. Porque antes era muito carregado por aquilo que a ANDES ainda fazia e a FASUBRA. Eu esqueci de dizer que INES e o Instituto Benjamin Constant chegaram a fazer parte da ANDEF. E a partir dos anos 1990 é que fica mais forte o movimento nessas escolas. Eu, nesse momento, estava um pouco prejudicado de participação, por conta do meu trabalho, daquilo que eu estava desenvolvendo. Muita tarefa para mim. Mas é justamente no final de 1992, que me aparece lá em casa, aí no Rio de Janeiro ... Eu satisfiz, William?

William Carvalho: Sim. Mas eu só queria que você pudesse abordar, se fosse ainda possível, antes de você entrar em 1992, se havia alguma mobilização interna?

Maurício Guimarães: Ah, interna?

William Carvalho: É.

Maurício Guimarães: Ah, agora, é...

William Carvalho: Em defesa da democratização, eleições diretas, e como é que era o comportamento da gestão à época? Se eu não estiver enganado, já era o professor Chediak, né? 1990, 1991....

Maurício Guimarães: 1990, 1991, sim. Mas o Tito Urbano ...

William Carvalho: Morreu em 1989, não é isso?

Maurício Guimarães: 1989!

William Carvalho: Então 1990, 1991. Porque a gente tá falando de Constituinte, eleições diretas para presidente e, obviamente, esses eventos ocuparam a maior parte das rodas de debate. E aí você tem 1990, 1991, já com a posse do Collor. Em decorrência de tudo o que aconteceu na década anterior, as mobilizações começaram, os sindicatos começaram a surgir, se organizar, o movimento estudantil reaparece; enfim, no Colégio Pedro II, tinha alguma mobilização pró-democratização e tal? E em relação ao Chediak, tinha algum espaço que representava a comunidade, que enfrentava o Chediak? Como é que era a Congregação, essas coisas?

Maurício Guimarães: Acho que eu vou começar pela Congregação. A Congregação não enfrentava o Chediak, não enfrentava Tito, não enfrentava ninguém. Tudo que era colocado para ser votado lá, era resolvido do jeito que eles queriam. Mas tinha, sim, a ADCPII, fazia algum movimento, não era muito forte, porque não havia uma adesão ... eu não sei se nós não sabíamos lidar com o professorado, porque a ADCPII só resolvia as questões de professores. Mas nós chegamos a fazer greve, chegamos a fazer greve nos anos 1980.

William Carvalho: Só 1993, pelo que eu me lembro.

Maurício Guimarães: Deve ter sido...

William Carvalho: Aí já era a Maria Amélia a Diretora-Geral.

Maurício Guimarães: Já era a Maria Amélia, mas teve greve antes. Eu ainda não era...

William Carvalho: Teve em 1985...

Maurício Guimarães: Então foi isso, foi em 1985. Teve greve, ... chegou a ter greve ainda nos anos 1980, eu não estou conseguindo lembrar, porque eu lembro que eu não era nada no Pedro II.

William Carvalho: Mas em relação ao movimento interno sobre democratização?

Maurício Guimarães: Sobre democratização não, ... não havia nada específico. Houve aquele movimento que eu relatei quando conversei contigo, em relação à troca de direção, mas já era com o Chediak, já era nos anos 1990; nos anos 1980 não houve nada que a gente pudesse chamar de movimento em relação à democratização da instituição. Tinha conversas, a gente tinha, mas nunca fizemos nada para valer nesse sentido.

William Carvalho: Em 1990 começam as mobilizações, a partir do final do mandato do Chediak, é isso?

Maurício Guimarães: No final do mandato, é verdade. Nós pedimos um documento, uma circular, dizendo que ele ia terminar o mandato dele, que ele não ia prosseguir, não ia renovar o mandato, não era do interesse dele. Isso aí chamou a atenção de muita gente na ADCPII, inclusive, nós fomos lá fazer uma proposta para... Antes disso teve a substituição de alguns diretores, como a Maria Amélia, o Oldemiro, o diretor lá da Unidade Tijuca, que eu não lembro o nome, uns professores mais antigos ... aí, nessa época Maria Amélia já tinha alguns anos de diretora, então ela tinha direito a uma gratificação que se ela não se aposentasse naquele momento, eu acho que era 1989, 1990, eles perderiam essa gratificação. Ela até me chamou para opinar, eu disse “eu não quero opinar porque isso aí eu acho que é muito pessoal”. E acabou que ela pediu para se aposentar. Bom, quando nós da direção soubemos disso, da direção da ADCPII, nós fomos ao Chediak e pedimos a ele que realizasse eleições. Penso que isso foi no final do ano.

William Carvalho: Você tem algum documento desses?

Maurício Guimarães: Não tenho. Eu nunca pensei que fosse ser um documento histórico que servisse

Leonardo Brito: A gente nunca pensa, né, Maurício? A gente nunca pensa que isso vai ser um documento histórico, para desespero de nós, historiadores.

Maurício Guimarães: É, mas eu tenho hoje muita coisa guardada aqui depois disso, viu? Porque eu, às vezes, eu penso “puxa vida, podia ter muita coisa aqui para escrever, baseada em documentos”. Mas não, não fiz, e ele prometeu que ia fazer eleições. Quando foi nos primeiros dias de janeiro, acho que de 1990, foi isso mesmo, 1990, ele emitiu uma circular dizendo que ia nomear os diretores das Unidades daqueles que tinham se aposentado. Centro, Tijuca, São Cristóvão ... e iria fazer também eleições no Pedrinho de São Cristóvão, porque a diretora do Pedrinho de São Cristóvão estava saindo, parece que para dirigir todos os Pedrinhos, um negócio desse assim. Era a Dalva. Aí nós resolvemos fazer, realizar eleições. Mas, eleições por conta da ADCPII. Nós fizemos isso e lá no Pedrinho não houve problema porque a diretora estava saindo mesmo e eles não tinham ninguém, parece, para colocar no lugar, e a diretora, a candidata - o William sabe o nome dela, eu não me lembro mais -, foi empossada. E nós levamos às outras Unidades para quem quisesse se candidatar para essas substituições. Na Tijuca não teve e lá na Unidade Centro o meu grupo achou que eu devia me candidatar. E a pessoa que eles queriam nomear, que eles iam nomear, e que nomearam depois, era a Vera Maria. Nós éramos colegas de mais de..., sei lá, desde 1984. Ela participou do movimento, também, para a manutenção do Colégio - não à frente, mas participou. Eu, que era o candidato, fiquei incumbido de ir lá falar para ela. Quando eu falei para ela, ela ficou uma fera, ... ela disse: “eu pensei que fosse eu”, “pois é, mas eles querem que eu seja o candidato”. Aí ela colocou, porque houve inscrição para candidatura, ela colocou o nome dela. Dizem, eu não tenho certeza, que o Choeri ligou para ela na secretaria, mandou chamá-la quando soube disso e disse: “se você participar disso aí, você nunca mais vai ter chance dentro do Colégio Pedro II”. Mas ela participou e eu ganhei pelo dobro. Mas é claro, nós éramos anticandidatos, na verdade, e eles nomearam a Vera Maria lá no Centro. Lá em São Cristóvão não teve candidato, lá na Tijuca também

não, e eles nomearam os novos diretores. Isso foi o único, talvez, movimento a favor, assim, da democratização dentro do Colégio Pedro II, naquele momento, pouco depois dos anos 1980. Aí Maria Amélia aposentada em 1991. Quando eu, no final do ano de 1992, estou em casa e me aparece Marcos Vilaça e Wilson Sombra.

Maurício Guimarães: O Marcos mora lá no prédio que eu tenho um apartamento ali no centro da cidade, na zona da Lapa. E me perguntaram: “vem cá, essa Maria Amélia não quer ser diretora do Pedro II, não?” Eu digo: “mas ela está aposentada, cara. Só pode ser diretor do Pedro II quem está na ativa”. “Ah, mas nós podemos tentar isso”. Eu digo: “olha, só conversando com ela”, porque na época que ela fez a opção de se aposentar, eu acho que foi porque ela achou que não tinha mais chance para ser diretora, porque muitas pessoas falavam: “a Maria Amélia tinha que ser diretora do Pedro II, Diretora-Geral”. Na época da nomeação, da indicação de nomeação do Chediak, houve um movimento intenso para evitar que ela fosse diretora. Ela, de novo, né? Quando morre Tito, um movimento enorme. Potsch era um articulador dentro do Pedro II e ele parece que foi um dos caras que articulou bastante para que não fosse o Choeri, parece que eles não se gostavam, Postch e Choeri, mas que fosse outra, outro, e que não houvesse, assim, alguém que não fosse recusado pela comunidade. E aí foram buscar o Chediak para ser o Diretor-Geral. Aí mais uma vez ela ficou de fora, foi descartada. Mas, voltando à conversa dos dois ex-alunos, a gente combinou e conversamos com ela, ela topou. Eu estava na ANDEF, até por acaso naquele dia que eles me encontraram, eu tinha vindo ao Rio de Janeiro, mas eu estava na ANDEF, estava dispensado pelo Pedro II para trabalhar na ANDEF, lá em Brasília. Aí fizemos uma reunião na casa da Magali, ali no Flamengo, várias pessoas, dentre eles tinha a Aparecida de Português, a Eliane de Matemática, tinha o Ricardo Leitão ... pessoal mais novo que tinha chegado do concurso que eles fizeram que não era legítimo.

Leonardo de Brito: O famoso concurso de 1992, né?

Maurício Guimarães: Exatamente. E então, com essas pessoas, tinha mais gente, não lembro mais, estou vendo a reunião, mas não consigo lembrar de todos que estavam lá. Ah, tinha a Elsa de Inglês, tinha a Maria do Socorro, que foi a primeira presidente da ADCPII depois da diretoria provisória.

Maurício Guimarães: Nessa reunião ficou determinado que cada um ia ter a sua tarefa. Eu voltava para Brasília e, junto com os dois, Wilson Sombra e Marcos Vilaça. Eles começaram a se mexer lá no Congresso, na Câmara dos Deputados - nós não chegamos ao Senado, não. Para mim sobrou o Ministério, que por acaso eu conhecia o secretário executivo. Assim, conhecia... tinha estado com ele lá em Viçosa porque ele era um coordenador de uma área lá que eles faziam um campus aberto para alunos do ensino médio e eu tinha levado por duas vezes alunos lá em Viçosa. Então, eu comecei por aí e fui, falei com ele, conversei da situação do Pedro II e, enquanto isso, os garotos mexendo lá com o Congresso. Aí eles inventaram lá um tal de dossiê, em que pegaram a assinatura dos deputados de todos os... de todas as cores possíveis e, ainda, matizes de cores. Só para ter uma ideia, desde Ciro Garcia, que era do PT, mas era da convergência, já estava saindo

William Carvalho: Jandira Feghali e Roberto Campos, que a Maria Amélia falou.

Maurício Guimarães: Exatamente. Isso aí. Passando por Medina, Arouca, Dorneles e ... muita gente.

William Carvalho: Mas isso foi no ano de?

Maurício Guimarães: Isso é no ano de noventa e...

William Carvalho: Dois, né?

Maurício Guimarães: Dois, noventa e dois.

William Carvalho: Ou seja, você avalia que tinha alguma influência do “Fora Collor” nisso? havia muita pressão popular, estava todo mundo querendo fazer média? O que você avalia para tanta gente, de tantos partidos diferentes, poderem estar apoiando, digamos, a entrada de alguém por fora do *statu quo*, ou seja, o que é que você avalia?

Maurício Guimarães: Olha, o que eu avalio é o seguinte: o Pedro II, aqueles que mandavam no Pedro II, na época, eles, apesar de ser muito conhecido [*o Pedro II*], eles faziam questão de não estarem em contato com a administração federal. O que eu avalio é isso. Naquele momento, qualquer um com o currículo que a Maria Amélia tinha de administração e professora há muitos anos na escola, ... esses deputados estavam tendo conhecimento dela.

William Carvalho: A minha pergunta, Maurício, é até para justificar, você já está falando de um Governo Itamar Franco, final de 1992?

Maurício Guimarães: É.

William Carvalho: O secretário executivo do MEC, que você se referiu, que a Maria Amélia falou na entrevista também, já era o secretário do Murílio Hingel?

Maurício Guimarães: Isso.

William Carvalho: Ou seja, não era mais o Governo Collor.

Maurício Guimarães: Não, não era mais o Governo Collor.

William Carvalho: Já havia tido um processo de mobilizações, ele foi afastado pelo Congresso, já estava entrando na fase do *impeachment*, e aí somente no final do ano é que ele faz a renúncia...

Maurício Guimarães: Isso.

William Carvalho: Pede a renúncia porque já tinha visto que já estava indo “pro saco” o mandato dele, então nesse contexto é que você está falando de estar indo a Brasília e de estar tendo de ter esse contato com os parlamentares através dos alunos, não é isso?

Maurício Guimarães: Isso aí.

William Carvalho: Havia pelo menos um pós-mobilização, era um novo governo ... a gente tem que lembrar da célebre frase, Lula e o Lindbergh entrando no Palácio do Planalto para conversar com a cúpula militar, cúpula de dirigentes da política nacional, e quando saem os dois falam: “o Itamar é um mal necessário”. Porque havia uma mobilização popular intensa nas ruas e aí uma questão... eu queria que você comentasse, porque na verdade é isso. O Itamar foi “um mal necessário”, mas havia uma mobilização por trás que fez com que as principais lideranças do *impeachment* viessem a se pronunciar, em dar sustentação para um conserto do *governo Collor, pelo* Itamar, porque havia todo um processo de enfrentamento popular, ainda, para que o Itamar não permanecesse no lugar do Collor. Então eu queria entender melhor, só para fazer um vínculo e ver se você tem essa avaliação, se essa mobilização que surgiu dos meninos e internamente no Colégio também não dizia respeito a uma consequência do que havia acontecido antes? É uma pergunta que eu queria fazer para ti.

Maurício Guimarães: Com certeza é. Inclusive os garotos eram ligados à UNE.

William Carvalho: A UNE tinha voltado e estava com muita força naquele momento.

Maurício Guimarães: Com certeza os movimentos populares e a saída do Collor antes que o *impeachment* realmente tivesse acontecido, contribuíram com isso. Porque creio que se fosse num outro governo, se não fosse o governo do Collor, talvez a gente não tivesse conseguido. Mas, aí, o Rubens Vianelo, que eu conhecia, facilitou as coisas porque ele conseguiu uma entrevista com o Murílio Hingel.

William Carvalho: E você foi como ANDEF ou como membro da comunidade?

Maurício Guimarães: Eu fui como membro da comunidade.

William Carvalho: Já num processo da comissão de mobilização, vamos dizer assim?

Maurício Guimarães: Da comissão de mobilização.

William Carvalho: Vocês tinham uma comissão interna e você foi representando esse grupo de mobilização interna? Então havia algum tipo de mobilização interna para isso, né?

Maurício Guimarães: Ah, sim..., vou contar ainda. E nesse dia a gente chega lá e, enfim, alguns deputados, Ciro Garcia estava lá, Medina estava lá, tinha outro deputado, e aí...

William Carvalho: Com o Murílio Hingel?

Maurício Guimarães: Com o Murílio Hingel. E aí o “secretário do secretário” do Vianelo disse que o Murílio não podia atender a gente. Aí perguntaram: “e agora, Maurício, que que faz?”, eu digo: “com o secretário nós já conversamos. Conversar com o ministro”. E aí fomos embora, não tivemos a audiência e marquei para voltar uma segunda vez e aí me mandaram para a professora que dirigia o ensino médio, a coordenadora do ensino médio. Enquanto isso, lá nas Unidades do Pedro II, eles fizeram um calendário de visitas da Maria Amélia para conversar com o professorado, com a comunidade, e a Maria Amélia começou, não lembro por onde ela começou, mas que encontrou algumas resistências de amigas dela. Eu sei bem de amigas, dos diretores não sei, mas sei bem de amigas dela que colocaram resistência para falar com os professores. E, inclusive, a Vera Maria, na Unidade Centro, que eu sei muito bem... , Maria Amélia ficou por uma hora esperando para falar com a Vera.

William Carvalho: Ela falou isso.

Maurício Guimarães: Porque ela ligava para São Cristóvão, depois a gente soube por outros caminhos, ela ligava para São Cristóvão e os caras diziam para não receber. E aí como ela não ia receber? E acabou que recebeu. Recebeu e a Maria Amélia falou com os professores. E lá na Unidade Centro tinha muita gente, apesar de ter um grupo de militantes, e politizados, tinha muita gente que era fã do Choeri. O Chediak disse que ia nomear os professores. A gente estava em reunião com o Conselho e aí eu não ia falar nada, estava quieto, eu era um candidato e aí a [*determinada professora*] foi lá na frente, foi dizer “ah, é porque tem uns carreiristas aí que ‘num’ sei quê..., ‘nãñãñã’”. Ah, aí eu levantei e falei: “não, eu quero falar”. Aí expliquei tudo para os professores, tal, e ela saiu fazendo um escarcéu dentro da escola. Mas ele tinha muita gente com ele... o Choeri. Bem, enquanto o pessoal fazia o movimento de Maria Amélia, dentro das Unidades, eu voltava ao Ministério e aí eu descobro que tinham dois nomes sendo indicados para assumir a Direção-Geral do Pedro II. Um nome era o do Pupin, um outro era o do ... é o nome do cara de inglês, rapaz...

William Carvalho: Rui March?

Maurício Guimarães: Rui March!

William Carvalho: Eles estavam sendo indicados por quem?

Maurício Guimarães: O Rui March foi indicado pelo Pedro II.

William Carvalho: Congregação?

Maurício Guimarães: Congregação.

William Carvalho: Mas ela se reunia na época?

Maurício Guimarães: Reunia. Se reunia, mas era só para poder legitimar aquilo que era feito na direção. O Luís Roberto, colega de Física, ele participava lá das reuniões e o Rui March, indicado. Então, o Pupin, vinha indicado pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. Nessa época a ADCPII estava apagadíssima, não se envolveu.

Maurício Guimarães: Esse pessoal, que tinha militado até à época em que a gente tinha feito a anticandidatura. Quando eu chego lá, e aí sei disso, então tinha um terceiro nome, que era o da Maria Amélia, e era da comunidade. Aí na altura dos acontecimentos, o dossiê já estava muito bom, e aí nós fizemos cópias e levamos para o Rubens Vianelo.

William Carvalho: É, esse dossiê é fundamental porque demonstra o quê que serviu como elemento de mobilização de vocês, entendeu? Ter as assinaturas dos parlamentares recebendo, essas coisas é que são muito importantes, porque aí não é só a fala, é o registro junto, né?

Maurício Guimarães: Olha, até Jarbas Passarinho assinou, lembrei agora, ele era senador; “pô”, lembrei aqui agora que eu fui agradecer a ele depois. Até Jarbas passarinho assinou! Sem eu saber, ... eu vim saber depois - a Maria Amélia deve ter contado isso para vocês -, porque como eu estava em Brasília, algumas coisas estavam acontecendo no Rio, a gente não tinha essas comunicações de hoje, eu só ia saber depois mais tarde. Sem eu saber, eles já sabiam do que estava acontecendo no Pedro II. Tanto por meio de *internet*, como por pessoa que estava sendo mandada ... era só uma pessoa enviada ao Pedro II para saber o quê que estava ocorrendo, na verdade. E aí é que aparece a figura de Antônio Barbosa. Antônio Barbosa foi ao Colégio sem nós sabermos, não procurou a Maria Amélia e foi saber o quê que estava acontecendo e o quê que podia ser feito. E aí Antônio Barbosa um dia

chama Maria Amélia em Brasília, e aí ela me chama, eu vou, eu não lembro se um dos rapazes foram, eu não lembro mais, mas tinha mais uma pessoa conosco. O Barbosa, então, coloca lá na mesa o quê que ele tinha apurado e que eu dizia sempre quando conversava com o pessoal do MEC: que a única pessoa que podia dar jeito no Pedro II e acalmar os ânimos dentro do Pedro II era a professora Maria Amélia. E isso daí parece, que não só isso, ajudou. E o Barbosa constatou isso andando lá pelo Pedro II, um pouco anônimo, bem anônimo. Ele chama, ela vai a Brasília, nós nos reunimos com ele e ele disse que tudo corria a favor dela e ele ia dar o voto para ela junto ao Ministro. Ele era um assessor especial para o Murílio Hingel, professor de História da UNB. Não sei, não lembro mais quantos dias foi ... ela recebe o telefonema, chamando-a para Brasília para dar posse. A Maria Amélia. E aí ela toma posse.

William Carvalho: Então, o quê que acontece, só para ver se eu entendi bem, Maurício, para gente poder caminhar. Havia uma mobilização iniciada assim que o Chediak anunciou que ia ser substituído e tal; vocês foram lá, reivindicaram que ocorresse o processo eleitoral para diretores, ele não fez para os diretores, quando estava terminando o mandato deles; vocês aproveitaram o processo que estava de substituição do Diretor-Geral e começaram uma mobilização, primeiro interna, e depois indo a Brasília, no Parlamento, através de estudantes, via seus instrumentos? via entidades estudantis e também através da ANDEF, que era vinculada à ADCPII, a associação que tinha alguma mobilização, mesmo que naquele momento estivesse um pouco paralisada, como você mesmo sugeriu? Era uma entidade que tinha vínculos com a ANDEF nacional, da qual você fazia parte como dirigente?

Maurício Guimarães: Isso.

William Carvalho: A partir dali você começa a participar de idas a Brasília, de conversa de articulações para nomear a Maria Amélia. Tinham dois outros candidatos, um indicado pelo *statu quo*, a Congregação, que é o Rui March, o outro indicado pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, e a outra, que seria a Maria Amélia, indicada por um dossiê construído por esse conjunto de militância, que você se referiu e que eu reproduzi agora. É isso, né?

Maurício Guimarães: É isso.

William Carvalho: A Maria Amélia é nomeada para Direção-Geral, em março de 1993, e a partir dali você passa a ser nomeado imediatamente chefe de gabinete?

Maurício Guimarães: Foi à contragosto. Quero deixar aqui registrado, viu?

William Carvalho: Tá.

Maurício Guimarães: Eu queria continuar na ANDEF.

William Carvalho: Aí você foi nomeado chefe de gabinete, obviamente começou a composição da gestão dela Então, só me conta o seguinte: no início, ela sofreu muitas resistências? Que tipo de resistência você podia mencionar aqui para gente? O mandato dela foi tranquilo?

Maurício Guimarães: Não, não foi tranquilo. Não foi. Muitas resistências ... assim, de sabotagem. Por exemplo, eu tinha ido a Brasília, não lembro, mas talvez tenha sido até para ver a questão dos professores concursados de 1992, e aí eu ligo para dar informes e recebo a notícia de que tinham estuprado uma garota lá no banheiro da... (fica mudo)

William Carvalho: Cortou o teu microfone aqui. “Tá” me ouvindo bem? Eu não “tô” te ouvindo.

Maurício Guimarães: Agora?

William Carvalho: Melhorou, melhorou.

Maurício Guimarães: Ah, tá. E foi tudo montado. Foi tudo montado. Foi feito registro na delegacia e tal, não sei o quê, e ninguém mais encontrou ela.

William Carvalho: Era só para testar a gestão.

Maurício Guimarães: A gestão. Um dia, aparece um repórter da Globo, ... ele trabalha até em Brasília, agora “tá”

mais velho e tal. Ele era bem novo. E aí foi uma amiga dela, diretora do Pedrinho lá em Humaitá, que disse: "Amélia, tem um repórter aqui da Globo e ele 'tá' procurando ver... ele 'tá' querendo ver o prédio todo." E aí eu ouvi ele falando assim: "mas aqui não tem nada quebrado. Aqui não tem nada, não sei o quê...", e parece que alguém dizia do lado de lá: "é o jeito, pô". E tinha muitas resistências lá na Congregação, né? Muitos congregados, muitos conselheiros, que não a aceitavam por uma série de razões.

William Carvalho: E a Maria Amélia botava as reuniões da Congregação para acontecer, inicialmente?

Maurício Guimarães: Botava. Tinha reunião.

William Carvalho: E isso no início do mandato?

Maurício Guimarães: No início do mandato. Então, tinha o preconceito dela ser mulher. Eles achavam que ela era muito nova para ser diretora...

Maurício Guimarães: E ela, pelo visto, tinha 53 quando foi nomeada.

Maurício Guimarães: Só aqueles "caras velhões" que tomavam posse no Pedro II, "pô". Eles queriam continuar manipulando com as coisas do Pedro II, né? Queriam continuar. E tinha, também, a ala, a outra ala, não sei se a gente pode chamar, que era da esquerda, tipo Pupin, Paulo Fábio, esses caras todos fizeram muitas marolas para poder prejudicar o mandato da Maria Amélia. E teve outros que aceitaram muito bem, que eram até lá da, vamos dizer assim, do grupo do Tito. Eu lembro de um professor, coordenador de Química, que a gente sabia que ele era do Tito, tinha sido do Tito, e a tratava muito bem. Mas agora eu "tô" lembrando de uma coisa que eu queria dizer, por quê que o Pedro II fazia questão de ficar anônimo na esfera federal, ele não queria muito contato? Que aliás eu ouvi isso do assessor do Rubens Vianelo. Porque o que aconteceu foi o seguinte: bom, essas foram as resistências, que eu estou lembrando, que ela teve que enfrentar. Ah, uma das primeiras resistências foi no início do ano e aí, você sabe que tem muitos pedidos para matrícula de alunos no Pedro II, fora dos caminhos normais, né?

Leonardo Brito: Fora dos caminhos protocolares.

William Carvalho: Os "bacurais".

Leonardo Brito: É.

Maurício Guimarães: Os "bacurais"... os "bacurais". Aliás, você conhece a piada daquela pintura que tem no Pedro II lá na Unidade Centro, naquele salão lá?

William Carvalho: Não.

Maurício Guimarães: Ele "tá" com um canudo na mão, papel enrolado, né? E aí o pessoal diz que aquilo ali é o nome dos "bacurais", aquele canudo onde se encontram os nomes dos "bacurais".

William Carvalho: Na época me mostraram até que tinha matérias do *Globo* falando dos "bacurais" do Pedro II.

Maurício Guimarães: E a Maria Amélia começou a travar, né? Começou a travar e isso daí deu problema.

Leonardo Brito: Mas ela alega, também, "ô" Maurício, só te interrompendo rapidamente, que, é... (falha no áudio) ... em que pese não ter sido ela responsável pela redação do edital do concurso para professores de 1992, ela não ter atendido vários pedidos de pessoas proeminentes na república para a entrada de professores no Pedro II, teria sido um fator de enfraquecimento político dela na comunidade

Maurício Guimarães: É possível.

Leonardo Brito: O quê que você pensa dessa... (falha no áudio)?

Maurício Guimarães: Eu posso responder depois?

William Carvalho: Sim.

Maurício Guimarães: para eu poder colocar numa ordem cronológica?

Leonardo Brito: Claro, claro.

Maurício Guimarães: Eu vou chegar aí, porque eu fui coordenador-geral desse concurso.

Leonardo Brito: Olha, só, hein.

Maurício Guimarães: Ela decidia tudo, mas eu fui coordenador-geral e eu tinha dois outros coordenadores, que eram o Luís Roberto e o Carlos Alberto. Mas aí eu queria voltar no que eu estava falando ...

William Carvalho: Dos “bacurais”.

Maurício Guimarães: Dos “bacurais”. E essa foi uma...

William Carvalho: Que ela cortou... ela cortou isso?

Maurício Guimarães: Ela cortou isso. E aí tem o concurso dos professores de 1992.

William Carvalho: Mas eu queria entender melhor, Maurício, pelo seguinte, o concurso dos professores de 1992 foi antes dela entrar?

Maurício Guimarães: É.

William Carvalho: Na Direção-Geral ela só entra em março de 1993. Se o concurso é de 1992, significa que ele foi realizado e vocês deram sequência àquilo que estava sendo realizado? É isso ou não?

Maurício Guimarães: Não. Nós não queríamos dar sequência, essa era a questão.

Maurício Guimarães: Agora, era um contingente grande, não é? E os professores desse concurso, muitos deles já estavam no Pedro II e se mobilizavam contra a Maria Amélia, porque o pessoal do Choeri, que foi quem organizou aquele concurso em 1992, dizia que a Maria Amélia não queria homologar.

Maurício Guimarães: Não era verdade. Por quê? Ela não podia homologar porque o concurso era ilegítimo. O concurso era depois de 1988, e o concurso falava em CLT, e nós não tínhamos mais CLT depois de 1988. Todos eram estatutários, com a tal lei delegada lá, que o Congresso deu para o Collor, e ele efetivou todo mundo, coisa que eu, particularmente, não estava querendo. Eu não queria ser estatutário, mas todo mundo virou estatutário. O concurso não podia falar de CLT, então falava de CLT, era uma mistura do que eles já estavam acostumados a fazer, porque eu fui descobrir que eu fiz um concurso que não foi para ser professor efetivo do quadro de magistério do Pedro II, eu só vim descobrir isso agora. Eu vim descobrir que eu fui professor provisório, “pô”. Eles já estavam acostumados a fazer isso, mas naquela época, antes de 1988.

William Carvalho: Eles faziam do jeito que eles queriam e depois transformavam em efetivo, né?

Maurício Guimarães: Em efetivo. Que foi aí que aconteceu, e eu nunca fui professor provisório...

Maurício Guimarães: Eu, chefe de gabinete, fui encarregado pela Maria Amélia de resolver essa questão lá em Brasília.

William Carvalho: Bom, para gente não ficar na questão do concurso de 1992, que não é o tema em si da pesquisa...

Maurício Guimarães: Ele não é a questão da pesquisa, mas ele também tem uma influência da resistência a ela.

William Carvalho: Sim.

Maurício Guimarães: Desses professores novos que chegaram.

William Carvalho: Sim. Mas aí, quando você fala dessas resistências, você fala da mudança de perfil da administração que passa a não tolerar mais esse nível de compadrio, né? Essas relações ...

Maurício Guimarães: Perigosas.

William Carvalho: Perigosas e nebulosas. Nas contratações, no desenrolar do dia a dia, isso deve ensejar, também, que eu imagine que você esteja falando nas relações institucionais com as direções, com as chefias dos setores, os departamentos, enfim, tudo isso enseja que possa ter tido algum tipo de conflito com quem queria mudar essa relação, é isso que você está dizendo?

Maurício Guimarães: É isso.

William Carvalho: Ou seja, havia um processo de mudança na relação, com a nova direção da Maria Amélia. Você tem mais algum elemento importante para falar que foram obstáculos e tal? Porque aí, eu entraria agora no debate das ações mais específicas rumo à questão da democratização, mas aí fica aí a teu critério. Você tem mais alguma questão que possa pontuar que seja, digamos assim, que tenha servido para esse processo de enfrentamento do antigo *statu quo* e da sua tropa contra a direção e a nova Diretora-Geral?

Maurício Guimarães: O concurso, é complicado, viu? Eu fui o coordenador-geral, Maria Amélia aprovava ou desaprovava as propostas.

William Carvalho: Quando você diz que foi coordenador-geral, foi do complemento do concurso, é isso?

Maurício Guimarães: Não, de tudo.

William Carvalho: Não. Eu “tô” falando do concurso de 1992. Ele acontece antes, você “tá” falando do novo concurso?

Maurício Guimarães: Do novo concurso.

William Carvalho: Você está falando daquele que deu a posse em 1994.

Maurício Guimarães: Exatamente.

Maurício Guimarães: E ele era para substituir, mas não podia ser para aprovar quem tinha sido aprovado naquele de 1992.

William Carvalho: Sim, tinha que ser concurso público.

Maurício Guimarães: É um concurso público, mas foi um concurso público legítimo.

William Carvalho: Sim.

Maurício Guimarães: Dentro das novas regras da Constituição de 1988.

William Carvalho: Quando você fala que foi coordenador-geral, foi do concurso legítimo e não daquela coisa.

Maurício Guimarães: Deixa eu terminar. Aí, o que que a gente fez nesse concurso, que só para dar uma ideia, quando esse concurso foi aberto, foi o problema com os professores de novo, né? Problema com eles e aí foi a resistência. Novamente, voltou tudo contra a Maria Amélia, e os caras insuflando, Choeri, lá, com o povo dele e tal, não sei o quê, né? E não é só de dentro, tem gente de fora também, né? Pedro II é uma instituição em que o pessoal é, como dizer, assim, associado, tem influência também e tinha, pelo menos naquela época. E o concurso estava com um bom edital e não aconteceu nada. Agora, até de dentro da organização teve gente que tentou driblar para colocar alguém dentro, aprovado no concurso. Um dia o [REDACTED] chega para mim e diz assim: “pô, Maurício, fulano de tal tá...”, porque foi o primeiro concurso feito com computador. Foi organizado com computador, então ia tudo para o computador. A gente conseguia, ... inclusive foi Maria Amélia que conseguiu com aquele professor, que foi da PUC, que era o presidente da CESGRANRIO ... esqueci o nome dele. Era um professor de Química, que conseguiu que os cartões fossem rodados lá na CESGRANRIO, porque o concurso teve que ter 4 etapas. É para mostrar que a Maria Amélia fez, organizou um concurso limpo, limpo. Ah, sim, nós abrimos inscrições nos Correios, não foi feita no Pedro II ... inscrições nos Correios e teve inscrição em BH, teve inscrição em Vitória, eu não lembro se teve na Bahia, mas com certeza nessas duas cidades. De 7 mil inscritos, com vagas entre Pedrinho e Ensino Médio, eu não lembro mais quantas vagas eram, eu só sei que foi em torno de

7 mil inscritos. Então, tinha prova objetiva, que era a primeira; tinha prova discursiva, tinha a prova de aula e tinha prova de título. Aqui na prova discursiva, o cara tentou um jeito de passar alguém. A prova estava em branco. Porque a gente criou o seguinte: a banca só corrigia depois, porque tinha lá... se tivesse sinal disso, sinal daquilo, não sei o que, estava eliminado. E aí, o setor lá do ensino via prova por prova para ver se tinha sinal e se tivesse em branco, riscava. Isso aí quebrou a espinha de algumas pessoas que estavam querendo passar aqueles que não tinham competência para ... e isso daí foi outro motivo de resistência. Um dia, não sei quem lá, um parente do [REDACTED] apareceu lá no gabinete me procurando porque ele tinha sido... a prova dele tinha sido eliminada. Eu digo: “ah, só foi eliminada por alguma razão. Não sei o que foi, porque eu não sou da banca, mas você faz o seguinte, você entra, faz o requerimento pedindo revisão da prova e a gente vai olhar”. Então teve alguns casos de pedido de revisão e tal, e eles não conseguiram.

William Carvalho: Perguntando agora sobre as duas questões que são apontadas naquele livro, “Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos da história da educação no Brasil”, que conta meio que de forma omissa, muitas passagens, eu considero isso, porque vivenciei algumas delas no Colégio. Mas ela, ali, aponta dois pontos fundamentais no processo de democratização da escola, que interessam ao tema em si, que foram projetos encaminhados pela professora Maria Amélia, que inclusive nós tratamos também na entrevista com ela, que é a questão da COMPRI (Comissão Pró-Regimento Interno) e a Assembleia Estatuante. E tem duas perguntas que eu gostaria de mencionar para você poder a partir daí também discorrer sobre o tema. Primeiro, esses dois projetos eram projetos da gestão da Maria Amélia ou era algum indicativo que vocês receberam do MEC como tarefa para execução? Ou seja, o MEC tinha dado alguma tarefa de implementar uma nova regra, um novo documento? E a segunda pergunta, o que levou a vocês, a gestão da Maria Amélia, a implementar algo que jamais tinha acontecido na escola, pela pesquisa que eu fiz e pelo próprio desenrolar desse livro, que era a participação de estudantes e técnicos-administrativos no fórum, de forma paritária, ou seja, eram 15 alunos, 15 professores e 15 técnicos-administrativos participando dessa instância que iria elaborar a proposta de um novo regimento interno para o Colégio? Então se você pudesse falar sobre esses dois itens, em relação ao processo de redemocratização da escola, e puder também falar sobre esses aspectos que eu levantei...

Maurício Guimarães: Não tinha nada a ver com o MEC. O projeto de democratização da escola, apesar de Maria Amélia ser uma, vamos dizer assim, uma progressista, mas isso ela queria.

William Carvalho: Estava de coração aberto.

Maurício Guimarães: Era de coração aberto. Isso ela queria fazer. E esse é um projeto dela. Não tinha nada a ver com o MEC, apenas a única coisa que ela queria era fazer eleições, realizar eleições, e o Murílio Hingel dizia “mas o Pedro II é um cipóal”, esse era um termo que ele usava, “um cipóal de leis”.

William Carvalho: Tinha o decreto 245 de 1967.

Maurício Guimarães: É.

William Carvalho: A portaria 507 de 1983, 1985, um negócio desse.

Maurício Guimarães: Eu não sei, assim, desses, com esse detalhe, porque na época eu estava envolvido com o concurso e vocês estavam trabalhando para a Estatuante, né? Mas o projeto sempre foi dela.

William Carvalho: Legal.

Maurício Guimarães: O MEC não pediu nada. Eles queriam era que ao final do mandato ela, com a proposta dela, realizasse eleições; agora, tinha que haver uma organização, para haver as eleições.

William Carvalho: Eles queriam era uma norma interna, uma norma interna nova para realizar essas eleições?

Maurício Guimarães: Mais nada. Isso era o que eles queriam. Eles não queriam estatuto. Não pediram. Se eles queriam eu não sei, mas eles não pediram. E o Pedro II precisava de um estatuto para regulamentar de vez, né?

William Carvalho: E a questão da paridade, como é que era vista por vocês? Conta um pouco sobre isso.

Maurício Guimarães: William, eu confesso a você que eu não vi muita discussão dentro da direção.

William Carvalho: A proposta foi apresentada e aceita de pronto?

Maurício Guimarães: Aceita de pronto. Não houve muita discussão sobre isso, não. Foi aceita.

William Carvalho: Então era um projeto da Maria Amélia, que defendia a paridade com a participação de estudantes, técnico-administrativos e professores? Tá. É que poderia ser um aspecto do movimento que a apoiou. Eu “tô” perguntando para saber disso, que é importante, né? Porque, geralmente, o movimento que a apoiou, constituído de alunos, de professores e de técnicos, poderia ter isso como uma reivindicação, também, por isso que eu “tô” perguntando.

Maurício Guimarães: Não, não tinha essa reivindicação por parte deles, nem de técnicos. Naquela época os técnicos não estavam muito envolvidos nessas questões. Eles começam a se envolver mais depois da criação do sindicato.

William Carvalho: E eu quero registrar que a professora Maria Amélia não tomou para si a autoria da ideia, ela disse que era um projeto da gestão, ela foi até bastante humilde nessa questão.

William Carvalho: Ela não falou nisso. Você agora “tá” confirmando algo que...

Maurício Guimarães: Você suspeitava, né?

William Carvalho: Eu suspeitava porque eu fui presidente da COMPRI e da Assembleia Estatuinte, mas eu queria ouvir de você; é importante ouvir, né? Porque uma coisa é o Maurício “tá” ali porque é um cara que milita na escola, já foi do movimento, ajudou no processo de construção da candidatura e, ela, reconhecendo isso, chama você para chefia de gabinete dela, para compor a gestão dela. Poderia ser algo do próprio movimento, que era bem natural que fosse. Então é muito importante registrar isso, que era uma proposta dela, ou seja, enquanto gestora, ela tinha isso em mente. É importante esse registro.

Maurício Guimarães: É, o movimento foi importante, e foi que colocou ela lá, na minha opinião, se não o Antônio Barbosa não teria dado o voto dele a favor ... ele se desfaz praticamente depois, entendeu? Então, fica um pessoal em volta, que eu vou me limitar aqui a não falar, mas que não é aquele pessoal que trabalhou para ...

William Carvalho: Com exceção de você, o restante era só as amigas da Maria Amélia, pessoas próximas, né?

Maurício Guimarães: Exatamente. Por exemplo, Ricardo Leitão se afastou.

William Carvalho: Os alunos se afastaram?

Maurício Guimarães: Se afastaram também e tal, e foi dissolvido, praticamente. Eu ficava muito dentro do gabinete e essas propostas que foram feitas para a regulamentação de um estatuto para o Pedro II foi mais dela mesmo.

William Carvalho: Legal.

Maurício Guimarães: Maria Amélia é mais uma legalista de bom coração, né? Ela não tem aquela militância, não teve aquela militância, progressista. Mas tinha um pessoal do SINPRO, que quando falava isso, eu digo: “é, mas vocês só têm ela. Não tem mais ninguém aqui que possa ocupar esse lugar agora, no momento”. E eles, depois que as coisas estavam praticamente... o caminho estava todo pronto, aí queriam tomar conta do Pedro II. O Pupin ser candidato para diretor do Pedro II.

William Carvalho: Bom, quanto à questão da Estatuinte, não sei se você quer falar algo mais, aprofundar algo mais, mas se não tiver, eu vou passar para próxima etapa porque aí já é um outro momento, que diz respeito ao alijamento da Maria Amélia, ao golpe, que eu considero golpe. Pelo menos, até concordo com o que foi dito por ela na entrevista: para alijá-la do processo e não poder dar continuidade ao seu mandato enquanto Diretora-Geral e aí, obviamente, eu vou tratar também da tua candidatura como consequência desse processo, já que ela não poderia, você era, digamos assim, a figura, a segunda figura com maior importância na gestão dela no que diz respeito à política da instituição. Vou tratar disso. Você tem algo a mais para falar da Estatuinte?

Maurício Guimarães: Não.

William Carvalho: Agora eu queria entrar numa outra questão que eu acho que é fundamental. Que o mandato

da professora Maria Amélia teve 20 meses e aí, pelo que ela falou ontem e pelo que você falou aqui, a quantidade de coisas que vocês produziram nesses 20 meses, e que nos levam a ver mudanças na relação institucional, é uma quantidade bastante elevada, e que precisa ter esse registro na dissertação, exatamente para demonstrar porque que eu, por exemplo, escolhi esse período para iniciar o debate sobre a democratização do Colégio. Até porque eu já era funcionário da escola desde 1985, mas eu não vi nenhum tipo de movimentação ou nenhum tipo de mudança estrutural na escola desde 1985 que me levasse a esse entendimento, a não ser a partir de 1993, efetivamente, quando várias dessas ações foram sendo implementadas e que começam a abrigar setores que antes sequer eram ouvidos, como é o caso de estudantes e dos técnicos-administrativos. Ontem mesmo eu falei com a professora Maria Amélia e tenho que falar na tua frente também: foi o período que eu aprendi muito no movimento e foi um período que as relações, mesmo mantida a autonomia da entidade que eu era dirigente, nós tínhamos uma relação de troca bastante interessante, porque chegamos a discordar algumas vezes, mas fomos respeitados o tempo inteiro, não só a gente, mesmo a ADCPII. Havia um respeito às entidades e aos movimentos dentro da escola, o que também significa o avançar da democratização da escola. Pequeno salto no processo de democratização, com técnicos-administrativos e com alunos, sabendo quem são, que eles existiam, né? Que eles podiam contribuir para alguma coisa. Até ali, nós não fazíamos parte da escola, nós éramos subalternos à política que os docentes desenhavam institucionalmente e profissionalmente. Nós éramos de fato tratados como servidores de segunda categoria.

William Carvalho: Vinte (20) meses de gestão e aí aparece uma portaria, publicada pelo Murílio Hingel - a Maria Amélia ontem mesmo já havia dito que ela não tinha tomado conhecimento anterior, não sei se eu entendi errado. Mas eu queria saber de você se havia conhecimento anterior dessa portaria? E como é que vocês sentiram ali no gabinete? Como é que foi a recepção daquilo, que a leitura que eu faço, enquanto membro da comunidade, foi um alijamento, com argumento legalista, quando em anos anteriores, em mandatos anteriores, todos eles eram aposentados e nunca houve nenhum óbice? Como é que vocês lidaram com isso, houve algum tipo de conhecimento anterior?

Leonardo Brito: É a pitada de maldade, né?

William Carvalho: A pitada de maldade, bem maldosa mesmo. Enfim, como é que vocês lidaram com isso? Mesmo sabendo, pois eu estava ali, eu queria que você falasse um pouco para contribuir com a pesquisa.

Maurício Guimarães: William, essa portaria ... eu não li essa portaria. Eu soube da portaria depois e isso aí foi um balde de água fria, em todos que estavam trabalhando com Maria Amélia, porque ainda tinha uma esperança de que ela pudesse participar do pleito. Eu nunca tive pretensões de ser diretor de escola em lugar nenhum, as coisas foram me empurrando, mas eu sempre fui um colaborador, eu fui um colaborador, até mesmo no sindicato, o William sabe disso, sempre fui colaborador. E aí, bom, a portaria, ela teve que assumir, né? Era uma ordem do ministro. Nós tentamos, ainda, conversar com algumas pessoas, mas...

William Carvalho: No Ministério?

Maurício Guimarães: No Ministério. Mas as coisas já tinham mudado. Nós não conseguíamos eco para poder manter o nome dela como candidata. Agora, muita gente trabalhou para isso acontecer, né? Amigos dela, de direção, eles trabalharam bastante e aí políticos também tiveram envolvidos com isso, para evitar que Maria Amélia continuasse lá na direção do Pedro II. Ela certamente ganharia. Eu, que não era...

William Carvalho: Você ganhou, né? Só não ganhou porque não era paridade.

Maurício Guimarães: Eu que era um professor... aquele ano era o ano de 1994,.. entrei em 1981, eu tinha 13 anos de Pedro II, e Maria Amélia tinha quantos? Sei lá, desde 1962.

Leonardo Brito: Ela tinha mais de 30 anos de Pedro II, né? Mas com um detalhe, ela se aposenta em 1990, por orientação da Direção-Geral na época, e aí volta como celetista...

William Carvalho: Aí eles vão e mandam ela embora.

Leonardo Brito: Exatamente. Na questão do retorno como celetista é que ela se fragiliza. Porque ela é celetista e o cargo de direção ficando à mercê da vontade de quem a nomeou.

Maurício Guimarães: Exatamente.

William Carvalho: Essa é uma tática bastante interessante dele. Elimina uma possível concorrente mais adiante.

Maurício Guimarães: Aquele foi um momento de muito desânimo.

William Carvalho: Mas quanto a essa questão da portaria, o desânimo, eu sei que abateu porque eu tive contato com vocês à época, a gente achou um absurdo e, na verdade, vocês avaliavam aquilo que a gente avalia agora, que houve deliberadamente essa tentativa de excluí-la do processo.

Maurício Guimarães: Foi.

William Carvalho: Mas era o que? Uma vingança? Era o que isso, já que eles não tinham nenhuma relação com o *statu quo* anterior da escola? Por que fazer isso? Eu concordo que fizeram, mas na tua avaliação, por que fizeram isso?

Maurício Guimarães: Pelos contatos que eles tinham com as pessoas que estavam na escola, e que nós não tínhamos dado abertura para fazer aquilo que era feito antes da gestão dela.

William Carvalho: Você acha que a militância do movimento, quando enfrentou o Murílio Hingel, criou uma insatisfação também?

Maurício Guimarães: Não, eu não acho que é isso, não. Eu acho que, assim, o pessoal do “Potsch”, por exemplo, um cara que fui encontrar lá na Escola Superior de Guerra, que era professor do Pedro II, e que tinha tentado fazer com que o filho entrasse e não conseguiu. Esse povo se comunica, e esse povo... “não, a mulher não pode continuar aí”.

William Carvalho: Surge uma oportunidade e empurraram ladeira abaixo.

Maurício Guimarães: Empurraram. Isso aí. Esse foi tudo.

William Carvalho: É o que eu tento pensar, Maurício. Sendo muito sincero, por ser servidor à época, até hoje eu não consigo compreender, de fato, o porquê que ele fez isso? Ele a nomeia presidente da comissão, já que ela não podia, por ser aposentada, tudo bem, mas o desrespeito que ele praticou com ela em nomeá-la presidente da comissão, foi gigante.

Maurício Guimarães: “Ô”, meu amigo, você sabe que a vantagem do diabo é porque ele é velho e esperto, né? E, isso aí, pode ter tido participação dos velhos do Pedro II, inclusive do próprio Choeri.

William Carvalho: Pode, né?

Maurício Guimarães: Pode, porque a Maria Amélia teve coragem de ir lá, porque ele não entregou o cargo dele, ela tomou posse e ele não foi lá, “professora, aqui e tal”. Marco Antônio não foi lá, a Maria Amélia teve que chamá-lo ao gabinete e dizer que queria o cargo dele. E foi muito mulher, né? Porque, “pô”, Choeri era o Choeri, e ela disse: “quero o seu cargo”, depois chamou o Marco Antônio, tirou o cargo dele também.

Leonardo Brito: Você acha que esse momento pode ter sido aquele momento de fissão, ruptura entre os dois? Porque ela solicita o cargo dele e aí, de forma contrária, ele começa a articular?

Maurício Guimarães: É.

Maurício Guimarães: Eles diziam que ela era fraca. Como o que tem hoje de *fake news*, isso era feito no Pedro II, e o William sabe.

William Carvalho: “Rádio-corredor”, o nome era “rádio-corredor”.

Maurício Guimarães: “Rádio-corredor”, e inventava-se tudo. Você sabe disso que eu estou falando.

William Carvalho: Esse negócio do concurso, Leo, sempre foi dito que o concurso de 1992 era da Maria Amélia, aí agora tem que perguntar para quem fala isso, que a gente tem o conhecimento histórico e tal, como é que ela pode ser responsável pelo concurso de 1992, se ela só entra em março de 1993? Me explica só isso?!

Leonardo Brito: O reconhecimento histórico e tem um documento, né?

William Carvalho: É por isso que eu resolvi botar esse capítulo, porque essas coisas, elas precisam ficar claras.

Maurício Guimarães: Exatamente.

Leonardo Brito: Historiadores servem para isso.

William Carvalho: O que ela fez foi ter a bomba na mão, consultar o MEC, como resolver, e a solução foi fazer novo.

Maurício Guimarães: Até porque...

William Carvalho: Foi isso que ela falou na entrevista. Ela deu sequência ao que eles fizeram para tentar resolver. Só que a solução não pôde ser vista.

Leonardo Brito: O secretário de ensino desse concurso “bichado” de 1992?

William Carvalho: Choeri.

Leonardo Brito: Era o Choeri?

William Carvalho: É.

Leonardo Brito: Sob a gestão do Antônio Chediak, né?

Maurício Guimarães: Isso.

William Carvalho: Exatamente. Então, quer dizer, esses fatos históricos não vão ficar claros nunca se eles não tiverem descritos em algum documento como esse, como é o caso da dissertação, isso vai estar lá. Entendeu?

Maurício Guimarães: E ela estava aposentada, cara.

William Carvalho: Exato. Então, é bom dizer isso.

Maurício Guimarães: Em 1992 ela não estava em ação, ela não estava trabalhando, já estava aposentada.

William Carvalho: Bom, eu agora vou falar algo que o Maurício vai ter que mencionar, porque é diretamente ligado a ele. Eu acho que é fundamental para gente entender o que aconteceu naquela eleição. Eu quero narrar aqui, você me corrija por favor, faça a tua narrativa, eu só quero lembrar como servidor da época. A gente sabe que o Maurício, e eu não vou fazer comentários do que eu sei, até porque a minha proximidade com Maurício não permite. Eu quero me afastar, vamos dizer assim, para ficar como pesquisador. O Maurício, ele só se coloca como candidato após de fato a Maria Amélia não poder ser. Gostaria que ele fizesse esse comentário e depois falasse sobre esse processo.

Eu gostaria que o Maurício aprofundasse isso.

Maurício Guimarães: Olha, eu acho que o processo, com exceção da falta de paridade, foi um processo...

William Carvalho: Limpo.

Maurício Guimarães: Limpo! E que trouxe ao Pedro II, naquele ... em vista do que já tinha acontecido desde o Império, um processo democrático, em que participaram os candidatos e que debateram.

William Carvalho: Seis (6) candidatos, né?

Maurício Guimarães: Era. Inventaram candidato lá que, sei lá de onde.

William Carvalho: Roberto Wagner, Lavos, Pupin...

Maurício Guimarães: Um meio de pulverizar alguns votos, mas mesmo assim a gente chegou perto. Mas tinha essas questões dentro do Pedro II, “pô”, você tem 42 anos, você é muito novo para ser diretor do Pedro II”. Não

votaram por conta disso. Mas foi um processo limpo, um processo que eu acho que arejou, quer dizer, toda a administração do Pedro II da Maria Amélia. A administração da Maria Amélia no Pedro II arejou bastante o que era o Pedro II desde a época que eu entrei, por exemplo, em 1981. E o processo foi ... acho que foi democrático, e eu gostei muito do debate, até porque Choeri dizia que ia dar 40 horas para os técnicos-administrativos, e eu...

William Carvalho: Dedicção Exclusiva (DE), né?

Maurício Guimarães: É, D.E. Eu andava estudando aquelas novas portarias e tal, e no momento em que o Choeri diz que vai dar 40 horas, aí eu perguntei para ele lá no debate, né? Não sei se você lembra?! E aí eu digo: “mas o professor Choeri está enganado. Ele não pode dar 40 horas porque os técnicos-administrativos já têm 40 horas, e vai dar D.E. como?”.

Maurício Guimarães: E aí ele ficou... ele pensava que era mais esperto que todo mundo, né? Inclusive quis gozar com a minha cara, não sei se você lembra, ele falou que a gente inventou a figura do Popeye, para...

William Carvalho: para campanha.

Maurício Guimarães: Para fazer a campanha. E aí ele disse: “é porque o Pedro II está num mar revolto e ele precisa é de um grande capitão e não de um marinheiro”. Aí eu deixei, quando eu voltei, ...

Maurício Guimarães: Eu disse: “pois é, professor, acontece que todo lobo do mar foi marinheiro também, né?”, aí o povo riu e tal, gostou ... Bom, mas eu gostei muito do debate e eu acho que o processo foi um processo que talvez tenha dado depois, assim, para o segmento do Pedro II, um exemplo do que podia ser feito pelo Colégio Pedro II no futuro. Eu, depois, me ausentei do Colégio Pedro II; fui para Química, e da Química eu “vim” para cá, para o CEFET Ouro Preto, e aqui eu me aposentei. Eu não sei mais o que que aconteceu no Pedro II, só sei que o Oscar é o reitor.

William Carvalho: Você confirma então, que a questão dos votos você teve mais votos...

Maurício Guimarães: Ah, sim. Tive mais votos, perdi no outro segmento, ganhei nos outros dois, e no total, me parece, eu não lembro com certeza, mas eu perdi por 0,3%. Na época foi o que eu acho que ficou constatado, não tenho certeza, mas foi por aí, foi muito próximo.

William Carvalho: Enfim, a gente abre o espaço para que você fale daquilo que desejar sobre esse processo, aquilo que você quiser contribuir, que porventura não tenha constado de nenhuma das perguntas, tá? De antemão agradecendo a tua disponibilidade, a tua contribuição e o envio dos documentos que eu vou precisar.



ENTREVISTA COM ANA DE OLIVEIRA

(EM 08 DE FEVEREIRO DE 2022)

William Carvalho: Já está gravando. Eu queria agradecer a você, Professora Ana de Oliveira, pela sua disponibilidade.

William Carvalho: Estamos aqui numa entrevista, que nós vamos iniciar para pesquisa de mestrado, cujo tema é o processo de democratização e gestão democrática do Colégio Pedro II, a partir da equiparação com os demais Institutos Federais. Estou aqui com a professora Ana de Oliveira, uma companheira do movimento da escola, já foi diretora da Unidade São Cristóvão I, e se disponibilizou estar falando do tema com a

gente. Ela foi protagonista em um determinado período institucional como diretora. Participou de uma série de ações. A gente vai estar iniciando essa entrevista, antes, contudo, eu vou só fazer o registro, que é uma entrevista devidamente autorizada por ela, as imagens e tudo aquilo que a gente tratar pode ser utilizado na pesquisa e nos complementos dos trabalhos que vão ser efetivados.

William Carvalho: Nós podemos realizar a entrevista? Desde já, apontando que você poderá terminar com a entrevista no momento que julgar necessário, que julgar que já não tenha mais nada a tratar. É só me falar que a gente suspende a entrevista na hora. Enfim, eu vou seguir aquele roteiro que eu já havia passado para você por e-mail, para que você pudesse ter lembrança. Faz tanto tempo que a gente vivenciou aquilo, que certamente as coisas precisavam ser lembradas. Quero dizer de antemão que é um prazer estar aqui com você, um prazer não só pela disponibilidade que você teve em relação a atender a pesquisa, mas um prazer de companheiro, de trabalho e de movimento, que a gente sempre foi. Já fiz entrevistas com a professora Maria Amélia também sobre o tema, e já fiz uma entrevista com o professor Maurício Guimarães, que era o chefe de gabinete à época da professora Maria Amélia. Tratamos, inclusive, daquele período em que você também foi diretora de unidade. Enfim, isso aí vai estar apresentado durante a nossa entrevista. Posso começar com as perguntas, você queria falar alguma coisa antes?

Ana de Oliveira: É agradecer e, de certo, também, as falhas que ocorrerem na memória.

Ana de Oliveira: Eu agradeço e espero realmente contribuir para o trabalho que você está desenvolvendo pela importância dele.

William Carvalho: Ana, o que que você fazia, qual é a Unidade que você trabalhava no início dos anos 1990? Eu tenho feito um início de entrevista, por mais que o período pesquisado que vai fazer parte do capítulo “Um breve histórico do Colégio Pedro II” comece em 1992. A gente tem perguntado a quem tem dado a entrevista, o que que fazia, o que estava ocorrendo no início dos anos 90, antes mesmo de chegar a 1992. O que que você fazia no Colégio? Qual era a sua função? Departamento? Onde é que você trabalhava, atuava? Você conta um pouco disso pra gente?

Ana de Oliveira: Então, eu acho que eu vou voltar um pouquinho antes de 1990. Ou seja, no tempo que eu chego à escola, eu entro no Colégio Pedro II como professora concursada do departamento dos anos iniciais, em 1984. Eu estou no conjunto de 50 professores, professoras, que foram, que se inscreveram no concurso. E essas 50 foram chamados, e eu estou nessa leva. E tem uma outra entrada no Colégio como professora, no departamento de história, em 1992. Eu estou aposentada atualmente nas duas matrículas. Na primeira, eu me aposentei, ainda nos anos de 1990, que é realmente o tempo, o espaço, o tempo que você tá tratando. E no departamento de história eu fico no Colégio até 2014. Nesse tempo que estive lá, e acho que essa é a pergunta que você faz, isso nos anos iniciais. Isso o que a gente chama de campus I, São Cristóvão I. Eu fui por algum tempo coordenadora de Estudos Sociais e fui, também, coordenadora setorial, que na verdade era o nome que se dava ao que hoje denomina-se Diretora.

William Carvalho: Mas desde que você chegou, Ana, desde que você chegou à escola ou a partir dos anos 1990? Só para fixar bem.

Ana de Oliveira: Como coordenadora, como coordenadora de Estudos Sociais, é final dos 1980, início dos 1990. Como coordenadora setorial no campus São Cristóvão I é nos 1990, tá? Eu saí, deixei o cargo em 1997, ainda. Já aposentada, mas transferei a minha lotação, da minha matrícula do campus II de São Cristóvão e terminei o mandato em São Cristóvão I. E acho que é importante dizer, essa função de coordenadora setorial, ela tem uma certa analogia com o cargo de direção de unidade de campus. Mas não havia recebimento de CD de coordenadores setoriais.

William Carvalho: Era equiparada às direções de Unidades, não é isso? O que diz respeito à função.

Ana de Oliveira: É... a função, sim, mas, por uma questão de reformas ali que aconteceram, que o número de CDs, que a escola poderia disponibilizar..., as direções dos campi I, ou das Unidades I, elas não recebiam esse CD. Não era o meu início de carreira como professora, eu já tinha trabalhado em outras instituições de ensino. Não da rede federal, mas da rede municipal do Rio de Janeiro, da rede estadual do Estado de Rio de Janeiro, da rede privada e na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que ainda existe hoje, mas não mais na educação básica. Essa escola, na época a mantenedora era o IBGE. Em 1992, o governo Collor, entendeu, o governo, que não era missão institucional do IBGE a manutenção de escolas. O que à época se chamava ensino de primeiro e de segundo grau, mas que hoje corresponderia ao ensino fundamental 2 e ao médio. Então ele, por decreto, fecha a escola, e ele oferece, então, duas possibilidades aos professores lá lotados: a primeira possibilidade serem incorporados ao quadro de servidores do IBGE, o que não interessava a um grupo porque ... enfim, porque o “barato” deles era realmente dar aula, que é o meu. E aí nós somos, então, um grupo redistribuído. Esse grupo é distribuído então para o Colégio Pedro II.

William Carvalho: Mas no início dos anos 1990, você já respondeu que estava lá como professora ..., e coordenadora de estudos sociais e depois, mais adiante que a gente vai estar tratando disso, mais diretamente, você foi eleita coordenadora setorial daquela Unidade, que era o equivalente a diretora de Unidade.

Ana de Oliveira: Sim... Já estava lá, e ao mesmo tempo. Já no início, desde o início dos anos 1990, eu já acumulava. Já tinha as duas matrículas, eu trabalhava no Pedrinho de 1993 para frente, como coordenadora setorial, e como ... não era como, porque não era permitida a esses cargos de direção acúmulo. Eles tinham que fazer tempo integral de 8 horas. Então eu tranquei no Pedrão para exercer o cargo lá de direção em São Cristóvão I.

William Carvalho: Sim. Dito isso, eu queria te fazer algumas perguntas que vão ajudar bastante. Você acabou de dizer que estava no início dos anos 1990 ocupando primeiro uma coordenação, era professora um pouco antes, chegou e foi trabalhar, já dividia dois campi, né?

Ana de Oliveira: Sim.

William Carvalho: E depois você virou coordenadora setorial que é o equivalente, só pra registrar, à direção de campus.

Ana de Oliveira: Sim.

William Carvalho: O Colégio Pedro II, naquele período, tanto antes de você virar... vou chamar “diretora da Unidade São Cristóvão I”, durante o processo da sua gestão, o Colégio Pedro II era... podia ser considerado uma escola democrática? Como é que era a gestão do Colégio até a chegada da Professora Maria Amélia, antes dela e depois dela durante os dois anos? Havia algumas instâncias? Você participou de alguma instância? Você podia falar um pouco a esse respeito?

Ana de Oliveira: Então, ... a minha chegada no Colégio, isso ali na segunda metade dos anos 1980, ela me surpreende. Aquela escola não era uma escola que se pudesse chamar democrática. Eu acho que ainda hoje. Se a gente der um salto bem grande, o fortalecimento do que a gente chama de gestão democrática ainda é uma coisa que é muito difícil. Ela é... ela é sempre...

William Carvalho: Ainda é precário?

Ana de Oliveira: Ainda é precário. Eu acho isso. Ainda tem um pouco dessa impressão em relação à escola, hoje. Naquela época era muito mais. Em 1980, e ainda nos anos 1990, também. Então, eu acho que...

William Carvalho: Nos anos 1990 já era o Professor Chediak? No início.

Ana de Oliveira: Era o Chediak.

William Carvalho: Então fala um pouco sobre...

Ana de Oliveira: Eu entro com o Tito Urbano, mas, no início dos anos 1990 era o Professor Chediak. Então, eu acho que juntar essa história ... ela é bem interessante. Porque, assim..., vê se eu não vou me perder. O quê que acontece, o cargo de coordenador setorial e mesmo das direções, sequer a gente podia dizer que aquilo era um processo de eleição. Era uma consulta que dependeria de um referendo da cúpula. Da... no caso desses diretores de Unidade e de uma aquiescência da Direção-Geral, que hoje corresponde ao cargo de reitores. Mas a gente insistia, né? A gente insistia primeiro levado pelo contexto do próprio país que vivia um processo de redemocratização, que se inicia lá nos anos 1986, e também, me parece, pelos movimentos sociais que começam a se organizar na escola. A ADCPII, a ASCOPE, depois o sindicato, algumas associações de pais... então há uma organização empurrando a escola para que ela, minimamente, fizesse o exercício de uma democracia representativa, escolhendo, elegendo, através de processos eleitorais esse segundo escalão da escola. Que são os diretores e tal. E mesmo os coordenadores pedagógicos. Então, no início dos anos 1990, dentro desse processo, nós fizemos uma consulta, como se queria que se chamasse.

William Carvalho: Foi em que ano?

Ana de Oliveira: Eu assumo em 1993... 90 e pouco.

William Carvalho: Ah, então a Maria Amélia já era a Diretora-Geral?

Ana de Oliveira: Não, antes, ainda.

William Carvalho: Ah, tá.

Ana de Oliveira: Ainda o Chediak. A Maria Amélia não tinha assumido. E a gente faz um processo e elege uma pessoa, né? Que era a Professora Maria de Fátima Souza e Silva.

William Carvalho: Só a Unidade de São Cristóvão I que fez isso ou não?

Ana de Oliveira: Eu não tenho informação do resto, mas eu posso te atestar que esse movimento era demandado já pela própria efervescência dos movimentos de organização dentro da escola. Era bandeira do sindicato, era bandeira da ADCPII... isso com certeza, isso já estava na pauta de luta dessa ...

William Carvalho: No caso era mais da ADCPII, né? Porque na verdade era a antiga ASCOPE que ainda estava em vigor, “né”?

Ana de Oliveira: É, sim.

William Carvalho: E a direção da ASCOPE era vinculada ao *statu quo* da instituição.

Ana de Oliveira: Da instituição...

William Carvalho: Até 1993 se manteve assim, né?

Ana de Oliveira: Sim. Eu não sei falar muito da ASCOPE por conta dessa...

William Carvalho: Sim, sim, sim.

Ana de Oliveira: ...mesma divisão, né? Não sei como ali ... mas...

William Carvalho: Mas havia mobilização da ADCPII e tal...?

Ana de Oliveira: Sim. Isso era bandeira. Então a gente encaminha ao Chediak votos, atas, programas e um nome. Nós queremos a Professora Maria de Fátima para substituir aquela que estava terminando o mandato. Me parece...

William Carvalho: Só para entender melhor, esse processo foi gerido na Unidade ... pela Unidade?

Ana de Oliveira: Na Unidade. É ... foi iniciativa ...

William Carvalho: Vocês constituíram uma comissão eleitoral?

Ana de Oliveira: Eleitoral... fizemos tudo “direitinho” ali, né? E encaminhamos isso. E saímos de férias porque é período de férias e a gente, ao retornar, o quê que a gente teria... aí seria feita a posse, a gente aguardava esta posse. Quando nós retornamos, para uma reunião, essas reuniões grandes que se fazem no início dos anos letivos, fomos surpreendidos por uma atitude do Chediak: ele nomeia um interventor para a Unidade.

William Carvalho: Quem era o interventor?

Ana de Oliveira: Professora Patrícia Almeida. Que já tinha sido lotada na Unidade, mas naquele momento sequer estava lotada ali. Ela exercia um cargo na então secretaria de ensino, que hoje seria a PROEN. É ela que chega. E... pode imaginar o quê que isso aconteceu, né? Ela inicia um processo de chamar pessoas para ocupar as coordenações. Eu fui chamada. Ela me chamou ao gabinete perguntando se eu não queria ocupar o cargo de coordenadora de estudos sociais. Eu disse que não, porque jamais aceitaria um cargo. Numa luta que eu estou travando pelo processo de uma gestão democrática, eu não quero, não vou aceitar. Mas ela consegue e forma lá a equipe dela. Com o Chediak a gente sabia que não ia ter conversa. Quando...

William Carvalho: Isso era em torno de 1991 e 1992 que você falou, né?

Ana de Oliveira: Isso, isso. Quando a Maria Amélia, então, assume...

William Carvalho: Março de 1993.

Ana de Oliveira: Isso. Porque eu assumo um pouquinho mais pra frente. A gente procura a Professora Maria Amélia, um grupo de professores, eu estava junto com esse grupo de professores, e colocamos para ela tudo o que tinha acontecido na Unidade, e que a gente não concordava com a intervenção. Que a gente queria realmente fazer um processo eleitoral, de consulta, que nome se desse, mas, ou então que ela respeitasse a decisão tomada anteriormente. A Maria Amélia, no gabinete lá dela, o Maurício acho que estava presente, ela faz uma pergunta, ela disse: “mas algum de vocês está interessado?” E a gente disse “não, não chegamos ainda nisso, não tem interesse”.

William Carvalho: Queremos o processo, né? Vocês queriam...

Ana de Oliveira: É, a gente quer o processo. E ela virou, tomou uma atitude que eu na hora acho que desagradou um pouco, mas hoje, olhando lá... Quando se revisita, eu acho que a atitude dela foi uma atitude correta. Ela disse: “eu vou promover um plebiscito na escola, na Unidade, para saber se este é um desejo da Unidade. Eu quero um plebiscito antes”. E aí a gente concordou, aceitamos. E organizamos o plebiscito, e o plebiscito então apontou para a questão da eleição.

William Carvalho: Fazer só um parênteses: na conversa que eu tive com a Professora Maria Amélia, na entrevista dela e na entrevista do Maurício, eles apontam uma questão que pode ser coincidente com o que você está falando. E por isso pode se justificar o porquê que ela quis o plebiscito. Ela disse que as Unidades Tijuca I, Engenho Novo I e Humaitá I mandaram cartas assinadas por todos os servidores dizendo que não queriam a eleição, e que queriam a manutenção da gestão que estava lá.

Ana de Oliveira: Isso, isso.

William Carvalho: Foi nesse mesmo período, então?

Ana de Oliveira: É, nesse mesmo período.

William Carvalho: Só para entender.

Ana de Oliveira: Eu agora “tô” lembrada dela justificando.

William Carvalho: Então por isso que ela quis consultar, né?

Ana de Oliveira: Isso.

William Carvalho: Ela queria consultar para saber se lá era igual ou diferente.

Ana de Oliveira: É isso... exato. E que era importante ali naquele momento. Mas ela chegou nessa reunião a colocar isso, que ela não tinha noção se aquilo que aquele grupo estava levando era um desejo de todos dentro da Unidade, e como ela levantou isso, porque aqui na minha mesa tem um ...

William Carvalho: Mas se a Patrícia tinha sido indicada dois anos antes, vamos botar assim... ela não tinha completado o mandato dela.

Ana de Oliveira: Não.

William Carvalho: Então ela era uma interventora porque uma outra pessoa tinha saído antes.

Ana de Oliveira: Sim, sim.

William Carvalho: No caso de Engenho Novo I e de Humaitá I, havia o término do mandato de quem estava e eles queriam que mantivesse. Eu entendi que basicamente era isso.

Ana de Oliveira: Eu acho que eles talvez deveriam ter começado... eu não vou saber... eu teria que perguntar...

William Carvalho: Tá bom. Eu só queria esse registro.

Ana de Oliveira: Mas, agora você falando eu me lembro. A questão do plebiscito vem por conta disso.

William Carvalho: A pergunta era simples: tem ou não tem consulta pra Unidade..., é isso?

Ana de Oliveira: É. Sim.

Ana de Oliveira: A pergunta era simples. Eu lembro disso. E aí a gente começou a viver o processo, né? De convencimento das pessoas, a escola era dividida em relação a isso, a Patrícia já tinha uma força ali de apoio. Ela tinha uma equipe designada por ela, é óbvio que a tensão ia surgir... e a gente começou a fazer, apresentar o programa, essas coisas todas que a gente sempre faz, né? E daí...

William Carvalho: Nessa ida que vocês foram para a Professora Maria Amélia, vocês tiveram o acompanhamento de alguma entidade ou foram só os servidores da Unidade?

Ana de Oliveira: Éramos só professores da Unidade. Mas ali também tinham pessoas que também estavam muito ligadas à ADCPII, né?

William Carvalho: Tá.

Ana de Oliveira: Que eram... que são os fundadores mais históricos da própria ADCPII, né? E aí...

William Carvalho: Que fizeram parte de gestão da ADCPII e naquele momento não estavam, mas que contribuíram para o processo.

Ana de Oliveira: É. Pode ser até que na conversa tenham feito referência às bandeiras de lutas...

William Carvalho: Por que que eu “tô” falando isso, Ana? É só para registrar que vocês gentilmente lá na ADCPII cederam que eu pesquisasse nos arquivos, olhasse lá. E eu não encontrei nada nesse sentido. Eu vou até te pedir, se você tiver algum documento que trate desse tema para mim é muito importante. Por quê? Porque é algo histórico, que precisa ficar registrado, porque, na verdade, a entrevista é muito importante, mas se tiver algum documento que também corrobore com a entrevista, é muito legal que a gente possa colocar isso na pesquisa, entendeu? Principalmente, vai demonstrar que havia uma mobilização da comunidade em favor da democratização da escola em algum nível, mesmo que fosse inicialmente só na Unidade A, B ou C. No dia 6, na entrevista que eu fiz com o Maurício, ele fala que eles fizeram uma eleição também na época do Chediak lá na Unidade Centro, e o resultado foi que ele ganhou da Vera, e a Vera foi nomeada diretora.

Ana de Oliveira: Sim, sim.

William Carvalho: Então, quer dizer, tem indícios claros que havia movimentação na comunidade para que essa democratização ocorresse. E aí quando entra a Maria Amélia, ela entra também fruto e consequência de uma situação histórica no país, que era 1992. Pós-Collor, né? Pós-*Impeachment*, né? E aí você também tem toda uma mobilização que influencia e leva com que a Maria Amélia seja alçada ao cargo de direção-geral através de manifestações e tal. Era por isso que eu estava te perguntando se tem alguma coisa pra poder ter esses documentos. Nesse sentido. Mas você depois “vê” com calma.

Ana de Oliveira: Talvez eu demore um pouquinho, mas eu conversei com o pessoal lá do colégio, lá dá ADCPII.

William Carvalho: Qualquer documento que demonstre o acesso que vocês tiveram à Maria Amélia, esse documento de vocês... de contrariedade à intervenção, o nome da interventora... isso tudo é bom constar porque é parte integrante do histórico que eu pretendo montar, para apresentar esse processo.

Ana de Oliveira: Decerto deve ter algum documento lá dessa conversa primeira que a gente foi ter com a Maria Amélia. Decerto a gente levou documentado.

William Carvalho: Tá ótimo. E aí nesse período que antecede a conversa com a Maria Amélia, só para eu aprofundar mais isso, havia Congregação, a Congregação se reunia, vocês pleiteavam alguma coisa para ela? Como é que era esse processo da transição do Chediak para Maria Amélia em que ocorreu esse processo que você está falando aí? Os dois, tanto a intervenção, quanto depois a consulta.

Ana de Oliveira: Eu acho que a questão da Congregação que a gente encontra, eu acho que ela acaba fortalecendo,

é uma evidência da minha afirmativa inicial, de que um processo democrático naquela escola, naquele momento, ele não existia, embora tivesse uma Congregação. E por quê que eu digo isso? Primeiro, a Congregação poucas vezes se reunia. Quando os membros natos iam participar desta Congregação, eu não participava naquele momento, o que que você tem? Tem as ações feitas pela Congregação, eram ações de referendar aquilo que por através de portarias, a administração central já vinha fazendo. É para formalizar alguma coisa, é tipo “tá bem, tá, pode ir”. A Congregação chancela isso. E outra coisa, ela era formada exclusivamente por docentes. A velha ideia da Congregação dos eleitos, de que só aquele grupo ali pode, participa, dirige a escola, delibera sobre a escola. E é esse movimento que já se apresenta no próprio episódio da saída da intervenção e a minha eleição, né? Minha escolha para ser a nova coordenadora setorial, ele também na prática já acontecia, já não eram só os professores que votavam, os servidores técnicos-administrativos votavam também. Escolheram a Maria de Fátima antes de mim e me escolheram, eles participavam como eleitores. Quer dizer movimentos, né? Não oficiais...

William Carvalho: Mas somente nas consultas promovidas por vocês mesmos.

Ana de Oliveira: É...

William Carvalho: Não havia nenhuma participação em nenhuma outra manifestação em outro sentido, né?

Ana de Oliveira: Nem na Congregação, eles estavam fora da Congregação. Essa também é uma bandeira que a ADCPII incorpora, ela sofre um pouco de resistência porque alguns docentes ainda hoje acham que a prerrogativa maior é de professores tentando uma hierarquização de funções. Eu acho que isso hoje ainda é um pouco presente na escola. Então ela acha: “não, mas a Congregação são os eleitos, os melhores, a egrégia e tal”. Mas de qualquer maneira era uma bandeira de ampliar essa participação. E por quê que eu “tô” dizendo isso? Porque mais a frente... e aí as datas começam a se embaralhar e a linha de tempo confunde, eu lembro numa comissão eleitoral que vai eleger o Choeri, o quê que acontece? A comissão eleitoral que se forma...

William Carvalho: A de 1994?

Ana de Oliveira: É, a de 1994.

William Carvalho: Vamos chegar lá, nós vamos chegar lá.

Ana de Oliveira: Ah, então tá.

William Carvalho: Eu só queria ficar nesse período da Maria Amélia...

Ana de Oliveira: Por conta da resistência, que acontece, né?

William Carvalho: Isso. Então havia uma mobilização de vocês, e aí, no caso, você participou de processos para ... que culminaram em processos eleitorais internos, antes da chegada da Maria Amélia.

Ana de Oliveira: Sim, sim.

William Carvalho: Havia um autoritarismo anterior, e no caso da Maria Amélia tão logo vocês reivindicaram, ela promoveu o processo que culminou na tua eleição como diretora da unidade São Cristóvão I, né?

Ana Oliveira: Sim.

William Carvalho: E aí você começou a participar dos atos institucionais, das ações institucionais. Eu não sei... ela convocava a Congregação, tinha a Congregação na época dela ou não tinha?

Ana de Oliveira: Não vou saber dizer exatamente a composição da Congregação até a criação dos conselhos... do Conselho Superior, eu acho que ela manteve ao longo do tempo a questão dos docentes só ocupando, né? Acho que a gente vai falar um pouco isso quando fala na transformação, é o Conselho Superior que vai legitimar a entrada dos outros.

William Carvalho: Eu fiz um levantamento, por exemplo, para justificar isso que você está falando. Que da Congregação, se a gente fosse seguir fielmente o que está ali, tem um monte de cargos que já não existiam mais, os titulares, os eméritos..., eu acho que eram 11 departamentos à época, eu não sei quantos departamentos que eram, ainda “tô” tentando apurar, não consegui identificar. Por exemplo, em 1994 - que ainda vou falar mais

adiante - você tinha 37 membros possíveis. Dos 37 membros possíveis, se elessem todos os docentes pelos seus pares, que eram aqueles 3 de cada letra, ... 3 da letra A, 3 da letra B, 3 da letra... nós teríamos 15. De 37, apenas 15 eram eleitos, todos os outros eram natos, eram nomeados pelo Diretor-Geral. Significa que de 37, 22, e o próprio texto da Congregação diz lá que quem convoca é ele, quem pauta é ele, e se empatar, ele dá o voto de qualidade. Tem isso tudo, né? Mas no caso, ainda falando antes da Maria Amélia dar sequência ao processo, tem uma pergunta que é importante, até por conta do que eu conversei com Maurício e com ela, que eles me falaram como foi o processo, construção para ela virar Diretora-Geral. Havia todo um *statu quo* trabalhando numa outra direção, enviando outros nomes, havia o nome de gente ligada ao SINPRO, que no caso, o Maurício até diz que o nome era o Paulo Fábio, que foi apresentado como uma possibilidade, e havia o nome dela, que partiu de um grupo de estudantes. Uma mobilização de professores e alguns técnicos, que acabou levando uma série de ações também para Brasília, através de gabinetes de parlamentares. Ou seja, começou a haver uma mobilização para garantir que a Maria Amélia, que era aposentada à época, pudesse assumir o cargo de Diretora-Geral do Colégio Pedro II. Eu queria te perguntar o seguinte: você participou disso? Tem conhecimento desse processo? Você podia contar alguma coisa sobre esse processo que levou a Maria Amélia a Diretora-Geral do Colégio?

Ana de Oliveira: Talvez eu tenha muito pouco, muito poucas informações com relação a como este processo ocorre, nesse âmbito de decisão de MEC, de interferência de políticos e tal. De cartas e tal. Eu lembro internamente.

William Carvalho: Isso teve participação lá na Unidade de vocês? Vocês chegaram a se manifestar, entrar em contato, assinar abaixo-assinados, participar de manifestações?

Ana de Oliveira: Mais do que isso. É anterior, a gente participava, eu lembro pelo menos de 3 pessoas, numa eu participei da própria feitura de um programa, de uma carta de intenção. A gente se encontrava para fazer isso.

William Carvalho: Em favor da Maria Amélia ou em favor apenas do processo de democratização?

Ana de Oliveira: Em favor da candidatura dela.

William Carvalho: Ah, que bom! Legal.

Ana de Oliveira: Levando pronto. Um grupo discutindo ali, para a escola, uma carta de intenção, um programa para que ela continuasse, para que ela fosse realmente apresentar como uma proposta para ocupar o cargo de Direção-Geral. A minha participação ela, externamente, ela é muito pequena, e a memória, né? Não participei fora, mas internamente, sim.

William Carvalho: Ela disse que foi feito até um dossiê - eu ainda "tô" buscando, já pedi ao Maurício, "tô" pedindo a todo mundo que tiver o dossiê - que mostra as manifestações em favor da candidatura dela.

Ana de Oliveira: Da candidatura, sim.

William Carvalho: No Ministério. E aí eu não sei se lá que deve constar esse documento que vocês fizeram de programa, essas coisas.

Ana de Oliveira: Era o Maurício. Estava o Celso, que hoje está lá na UERJ, não sei se aposentou, a Rita, que era uma professora coordenadora de matemática de São Cristóvão I. Acho que a própria Denise, e mais pessoas estavam ali junto com ela.

William Carvalho: Ótimo.

Ana de Oliveira: É... eu tenho também na memória de que os compromissos que ela assume ali naquele programa, um deles, ele me é, assim, claro, de como essa escola é uma escola que tende ao conservadorismo e que acha que a democracia morde, faz mal, né? Teme isso aí. Essa é uma marca dessa escola. É que é muito difícil a gente tentar numa conversa, porque tem uma outra coisa que é a marca da escola, que ela ama, acho que a Maria Amélia até também faz um pouco isso ... é a escola de excelência, vai sempre tudo muito bem, obrigado, nós somos maravilhosos e na hora do conflito, fica uma polarização nesse sentido. É apresentar qualquer coisa....

William Carvalho: É ir contra essa excelência.

Ana de Oliveira: É ir contra essa excelência, entendeu? Eu acho que essa é uma característica do Colégio. E numa certa medida, eu acho que até nesse ponto, a Maria Amélia, ela também se identifica com esse grupo. Porque esta

acusação de que ela é uma pessoa contrária à excelência da escola, é refutável pela participação dela, é uma pessoa ainda hoje extremamente apaixonada pelo Colégio. Esse lado da excelência do Colégio, eu acho..., nunca conversei com ela sobre isso, mas eu acho que é uma marca dela, da presença, neutralizando um pouco esse discurso. Não é permitido dizer que a Maria Amélia não é uma pessoa cuidadosa em relação a esse Ethos de excelência que a escola tem. Eu acho que isso também era alguma coisa que politicamente, mesmo que se façam críticas a algumas coisas, a gestão dela - e é para criticar mesmo e não vejo mal que seja feito -, mas isso é um elemento que dá uma certa estabilidade, assim, de apoio, de recepção ao que ela representa. A mim, podem me acusar que eu sou comunista, que eu não sou da escola, que eu não aprovo essa excelência, eu vivo criticando um monte de coisa. Eles podem dizer isso. Mas eu acho que da Maria Amélia, essas acusações começaram a ficar mais difíceis de serem ditas e de serem sustentadas, pelo próprio caráter liberal dela e pela paixão que ela tem, que ela tinha por isso.

William Carvalho: Uma pessoa que fazia parte do *statu quo* anteriormente. Já tinha sido diretora de unidade, participava... ou seja, digamos que eles perderam a Maria Amélia para o campo progressista da escola, né? Mesmo que a origem dela seja naquele campo mais, ... digamos, assim, conservador, ela começa a ter atitudes e ações que acabam levando as pessoas a defendê-la. Como se fosse um ato em direção à parte progressista. Me parece que é isso que você está dizendo, né? A sensação que me dá, também, quando a gente conversa com ela, ela sempre procura trazer o respeito a essa tradição, mas ao mesmo tempo falando da necessidade da inclusão dos segmentos, do respeito à democracia. Eu também percebi isso no diálogo com ela.

Ana de Oliveira: E talvez o mais emblemático dessa época em que eu era coordenadora setorial em Santo Cristóvão I, e ela ocupava o cargo de Diretora-Geral,.. eu tentei lembrar o nome, ele morava na mesma rua que eu, que era um senhor, acho que de português, que era o secretário de ensino dela.

William Carvalho: Calhau?

Ana de Oliveira: Professor Calhau. Então, uma das grandes discussões polêmicas na parte mais pedagógica da escola, era a questão da prova única. Ou seja, uma resistência muito grande aquele instrumento de avaliação, e aqueles que acham que tem que ter. As avaliações centralizadas são ótimas para medir a eficácia e eficiência do ensino, que eu não concordo com isso. Então, e aí numa sessão, o Professor Calhau leva a um colegiado que tinha, que se reunia sempre na Secretaria de Ensino com chefes de departamento e diretores de unidades, ele lançou a proposta. Ele traz um projeto, fundamentando e colocando a possibilidade de se terminar com a prova única, de se pensar outras coisas, mais de acordo com as teorias curriculares e tal, e perdeu. E aí eu digo: “bom, agora não tem mais jeito”. Então quando eu ia para o gabinete, para as minhas reuniões, tanto no Pedrinho, quanto no Pedrão, e ouvia os discursos de “ah, é um inferno esse negócio de prova única”, “tem que fazer”, “tem que” não sei... eu digo “mas a Professora Maria Amélia e o Professor Calhau colocaram isso lá para ser debatido, que havia uma possibilidade da gente substituir isso, e não foi votado. E ela tem o hábito de obedecer às decisões dos colegiados que existem na escola. A escola não quer acabar... pelo menos os representantes, vocês, lá, disseram que não”. E eu achei isso dela muito corajoso, né? Lançar e levar essa discussão, que era uma discussão tensa, para que então o conselho, que eu não lembro o nome, mas tinha um nome, dizer se queria ou não. E ela tinha esse hábito da consulta, né? Essa questão da prática democrática e tal, sem dúvida, ela representa realmente um momento eu acho que bem importante para a escola. O outro que “tá” também numa pergunta, que foi um esforço, que é a questão da Estatuinte.

William Carvalho: Eu vou fazer essa pergunta agora da Estatuinte e da COMPRI, só para identificar, já falando do mandato da Maria Amélia, e aí você já, obviamente, enquanto gestora daquela Unidade de São Cristóvão I, ... duas ações que eu considero fundamentais para serem apresentadas sobre a questão da democratização do Colégio naquele período histórico, foi exatamente o fato dela criar aquela Comissão Pró-Regimento Interno. A gente tinha uma legislação anacrônica, da época da ditadura, e ela buscou através da COMPRI, criar um processo ... eu participei dessa comissão, criar um processo de debate, para criar uma minuta que viesse a debate posteriormente. Foi o que aconteceu, a gente teve a Assembleia Estatuinte, que infelizmente não conseguiu concluir os seus trabalhos antes do golpe que eu vou falar mais adiante. Que eu considero um golpe promovido pelo Ministro. A minha pergunta é: você tomou conhecimento da COMPRI e da Assembleia Estatuinte? No caso da COMPRI eu já falei, e no caso da Estatuinte, o simples fato da inclusão de docentes, técnicos e alunos de maneira paritária, discutindo o novo regimento interno para o Colégio Pedro II. Aí fica à vontade, fala o que você desejar sobre isso.

Ana de Oliveira: Então, ... assim, eu não vou poder falar sobre esse processo, acho que eu sei mais quando ele fez água, do que exatamente ao longo do tempo, ao longo do período. Eu não participava desse grupo que você faz referência. Não me candidatei. Era uma comissão paritária, estatuinte, com os pares eleitos. Eu lembro disso,

mas não me apresentei como estatuinte, como pessoa que fosse participar da assembleia. Participava das discussões fora dela, num primeiro momento sugerindo coisas que poderiam constar de um regimento para escola, dentro daqueles princípios que norteavam a ação da associação, e da própria gestão da escola que eu fazia, ...eu lembro disso. Eu lembro do que, assim... tenho a memória dele ter sido apresentado como proposta, ter retornado, e ele ter sido finalmente aprovado, e se transformar num caderno, ... numa publicação, onde ele estava ali todo escrito. Acho que esse documento, eu acho que até bem pouco tempo eu tinha um, mas eu andei mandando umas coisas lá pra ADCPII.

William Carvalho: Eu não consegui achar esse documento, especificamente da primeira Estatuinte; eu tenho da segunda.

Ana de Oliveira: Porque a Assembleia Estatuinte, ela só finaliza o trabalho dela em 2006, não é isso?

William Carvalho: Eu não me lembro bem, mas aí é preciso apurar.

William Carvalho: Eu tenho um boletim da ADCPII que fala a esse respeito, mas eu não achei o documento propriamente dito.

Ana de Oliveira: Mas você quando esteve lá na associação, você foi só lá naquele “arquivão” que fica lá na sala de dentro, ou você viu também o que tinha na estante onde estão os livros?

William Carvalho: Não deu para ver tudo. Na verdade, esse documento, se tiver, eu vou agradecer muito que vocês possam me ceder uma cópia. Mesmo que seja para menção, mas só para guardar também como registro histórico, se tiver que acoplar à dissertação, colocar cópia, essas coisas...

Ana de Oliveira: Ele chegou a... eu acho que eu estive em Brasília também quando este caderno, já com a proposta, não era nem mais minuta, era aprovação pela Assembleia Estatuinte...

William Carvalho: É que esse de 2006 é uma outra Estatuinte, né? Não é verdade? Porque houve uma Assembleia Estatuinte que foi essa da Maria Amélia, e depois houve a Estatuinte quando houve aquela Comissão Pró-Regimento, aquela comissão que é a comissão especial, que aí já vai em 2003. Começa a surgir. Eu acho que são 2 momentos distintos.

Ana de Oliveira: É.

William Carvalho: Essa segunda Estatuinte, eu tenho aquele caderninho que foi feito, meio avermelhado, esse eu tenho.

Ana de Oliveira: É esse. Ah, então tá.

William Carvalho: Entendeu?

Ana de Oliveira: Que já é uma época que você não está cobrindo nos teus marcos temporais.

William Carvalho: Não, eu vou mencionar sim, eu vou mencionar. A grande questão é que essa Estatuinte que eu estou me referindo agora é a Estatuinte da época da Maria Amélia, quando ela implementou isso, entendeu? Porque a outra Estatuinte, eu tenho toda a documentação. Você pode falar, inclusive, sobre ela, mas eu não tenho ainda sobre essa. Porque houve tanta confusão naquele período, ... eu estou perguntando a respeito dessa primeira, depois você pode até mencionar a outra, sem problema.

William Carvalho: Essa primeira você tem informações? Acompanhou?

Ana de Oliveira: Eu lembro disso, por isso eu estava entendendo que esta finalização, essa levada ao Cristóvam Buarque, mais lá pra frente, era de...

William Carvalho: Já é o segundo momento. É uma luta contra Choeri, que não queria fazer o processo.

Ana de Oliveira: Mas é um momento na Maria Amélia, que você está dizendo que na verdade são duas, mas que eles têm início ali. A ideia de o que regulamenta essa escola é de 1967, é da época da ditadura militar.

William Carvalho: Exatamente.

Ana de Oliveira: O começo desse processo, eu acho que mesmo que se pense que ela só termina lá com Cristóvão Buarque, mais tarde ela tem uma linha que vai ligando esses documentos, porque também é esse... a primeira à segunda, que a gente vai levar mais lá na frente, quando a gente vai discutir a proposta de estatuto. Ele passa também a ser um referencial em relação a princípios.

William Carvalho: E sempre com aquela lógica de que tanto a primeira Estatuinte como a segunda, não foram respeitadas pela mesma gestão.

Ana de Oliveira: Sim, sim.

William Carvalho: Quando a Professora Maria Amélia está naquele processo, e há um processo de substituição em que ela não pode participar, e há uma eleição em que o Maurício vai e se candidata, e perde para o Choeri, uma das primeiras medidas do Choeri é suspender a Estatuinte e implementar a Congregação. Essa luta vai até 2003, quando inicia o processo eleitoral em todas as escolas da rede profissional, e depois a gente reivindica. Tem uma série de documentos das entidades, tanto da ADCPII, como do SINDSCOPE, e aí tem um farto número de documentos sobre isso. E a concretude disso, os grêmios, as associações de pais... a concretude disso é a instalação daquela comissão especial, que tinha 2 tarefas. Só para te lembrar disso. Essa documentação eu já analisei. A primeira tarefa era de realizar a eleição de uma comissão eleitoral que normatizasse o processo eleitoral nos moldes do decreto da rede profissional e a outra é inaugurar o debate sobre uma nova legislação a respeito do Colégio Pedro II, que era uma Assembleia Estatuinte.

Ana de Oliveira: Sim.

William Carvalho: A segunda é concluída, e a primeira o Choeri impediu ao máximo dela ser realizada, entendeu? Até que em 2008... aí já é uma outra discussão, que já é a criação da rede federal, dos Institutos Federais.

Ana de Oliveira: Sim, sim, sim.

William Carvalho: Basicamente isso. Mas você tem razão quando você faz um vínculo disso, e na verdade surge na Maria Amélia, certo? A primeira etapa da Estatuinte, só que na segunda etapa não surge na gestão Choeri, surge de cima para baixo, do MEC para o Colégio Pedro II. É nesse sentido que eu queria só fazer o registro. No caso da Maria Amélia, foi uma iniciativa dela; no caso já da gestão Choeri, não foi uma iniciativa dele; foi uma iniciativa do MEC, a partir das reivindicações das entidades.

Ana de Oliveira: Sim, sim, sim.

William Carvalho: Então fala um pouco sobre isso. Beleza... fica à vontade, não vou mais te interromper.

Ana de Oliveira: É essa a questão eu preciso colocar, ... na verdade, quando eu me preparei para te responder, eu estava falando muito pouco, agora eu estou me tocando dessa primeira Estatuinte. Da eleição, de como é que era feito isso. Era através da comissão especial, realmente você tem razão. Da segunda, a imagem que eu tenho é exatamente ela concluída, já nesse caderninho que você está dizendo que tem. Achei que era esse que você disse que não tinha achado e aí depois todo o processo que é esse da criação do estatuto. O novo estatuto do Colégio Pedro II, no contexto já de alteração mesmo da escola. De jogar fora o que estava escrito, o que foi pensado para a escola em 1967. Para mim, esses movimentos, eles são passos disso aí. Ou seja, a comprovação de que nos anos 1990, a escola - e eu acho que essa, do ponto de vista legal, talvez seja a evidência maior da falta de uma democracia dentro da escola - é que os próprios dispositivos legais de que ela dispunha, eram dispositivos gestados num período de ditadura militar. É isso, é mais ou menos isso. Mais global. Então eu acho que eu também vou poder te ajudar muito pouco com mais detalhes, falando mais coisa além disso, entendeu? Eu precisava lembrar quais eram os pontos, qual foi a participação, e eu lembro muito mais por ter participado mais já na direção da ADCPII, desse outro processo que está fora da gestão da Maria Amélia, que é então a transformação do Colégio Pedro II numa, ... incorporado, né? sendo regido de forma igual a todos os outros Institutos Federais.

William Carvalho: É, isso acontece efetivamente a partir de 2008. Porque nesse caso específico não vai estar contido nesse capítulo. Esse capítulo que eu estou escrevendo vai até 2008, quando surge a rede dos Institutos Federais, a gente passa a fazer parte da rede, mas ainda não está equiparado aos Institutos Federais, que essa equiparação só ocorre quatro anos depois.

Ana de Oliveira: Com o estatuto do colégio, que finalmente é publicado, aprovado etc. e tal.

William Carvalho: É, isso. Bom, então sobre a questão da COMPRI e da Estatuinte são esses elementos que você trouxe, né?

Ana de Oliveira: É.

William Carvalho: Agora eu queria falar sobre o episódio que toda a comunidade participou, você também, que foi aquele fatídico episódio - fatídico que eu digo porque houve uma exclusão da professora Maria Amélia - naquela portaria publicada pelo Murílio Hingel, quando teve a renovação do mandato, ele resolveu fazer eleições em 1994, e aí ele publica a portaria em que ele tira a Maria Amélia de cena, publicando que ela seria a presidente da comissão organizadora, e ao mesmo tempo dizendo que aposentados não poderiam participar do pleito. Quando ela mesma foi nomeada quando era aposentada, o Chediak era aposentado quando foi nomeado, eu não sei se o Tito na época era aposentado, mas enfim, não havia uma restrição a aposentados anteriormente.

Ana de Oliveira: Esse critério não existia.

William Carvalho: Você tem algo a dizer sobre isso? Você acompanhou? O que você poderia falar sobre esse momento?

Ana de Oliveira: Eu lembro de uma cerimônia no Colégio, ali embaixo, onde hoje tem aquele espaço de arte, ... era ali mesmo, eu acho.

William Carvalho: Você estava enquanto diretora ali?

Ana de Oliveira: E o Murílio Hingel foi ao Colégio. Essa deselegância dele, é demonstrada ali, na fala dele. Se você pedir para eu reproduzir a fala do Murílio, dentro do Colégio, na presença da Direção-Geral, a gente começava a perceber que, como se diz na gíria, “a batata da Maria Amélia estava assando”. Porque a forma como o Ministro naquele... talvez o Maurício... a própria Maria Amélia, ... do constrangimento que aquela cena representou para todos.... Eu não entendia. Eu digo “nossa, como pode uma pessoa ser deselegante em público? A cúpula toda do Colégio reunida ali, recebendo um Ministro de Estado...”

William Carvalho: Foi quando ele anunciou, né?

Ana de Oliveira: É, exatamente. Acho que era ali ... não sei exatamente a que fato ele estava se referindo, mas, para mim, ali a gente disse assim: “a Maria Amélia dança”, “acabou”. É ... foi na casa dela e ele disse: “deu bobola”, “deu pra você”, né? Não nesses termos, o Ministro não fala assim, mas o Ministro também é tão grosseiro quanto. E era o Murílio Hingel que estava ali, eu lembro disso, e nessa cerimônia, ali eu percebi que mesmo que se tentasse uma eleição, essas eleições ainda continuavam sendo através de listas encaminhadas ao MEC, para que o MEC que fizesse a indicação, que a possibilidade daquilo tudo que a gente estava experimentando no sentido de um processo de democratização da escola, corria risco ali. É... assim nesse ato, né?

William Carvalho: O que é lamentável, e tem um tom de maldade bastante ... é aquela maldade bem-feita. Além de não permitir que os aposentados concorressem – tem a justificativa legal - ele vai e nomeia ela como presidente da Comissão Organizadora, impedindo, inclusive, dela fazer campanha. Ela não pôde nem fazer campanha do Maurício, por exemplo, que era o candidato, chefe de gabinete dela, que depois saiu como candidato. Ou seja, ele impediu que ela pudesse agir como alguém que tinha feito mudanças na escola, e esse pra mim foi um... uma coisa é a pessoa dizer: “olha, não pode porque é aposentada”, vida que segue, mas aí você nomeia essa pessoa como presidente da Comissão Organizadora, impedindo que ela faça campanha no processo?! Isso para mim ainda foi de uma ruindade...

Ana de Oliveira: Não, ainda foi na “casa” da diretora, e em público.

William Carvalho: Dá um “esculacho” em público, né?

Ana de Oliveira: É... anuncia, entende?

William Carvalho: Foi lamentável.

Ana de Oliveira: Falta o golpe de misericórdia. Foi muito ruim aquilo ali. Eu ter assistido aquilo... eu lembro de

ter acontecido, e foi dramático mesmo nesse final.

William Carvalho: O rompimento que ele faz com aquilo que ela tinha feito em relação à paridade, quando ele publica portaria e nomeia uma comissão proporcional...

Ana de Oliveira: Sim, sim.

William Carvalho: Colocando o *statu quo* que vigia na escola, ou seja, não respeitando qualquer representatividade. Se a gente for ver, na comissão eram 20 e poucos docentes, 4 técnicos e não sei quantos alunos. Eram a minoria absoluta, né? Eu “tô” fazendo esse levantamento na pesquisa, ele garante exatamente a manutenção da Congregação. É como se a gente tivesse uma Congregação feita por portaria pelo Ministro da Educação.

Ana de Oliveira: É.

William: E aí, na hora, veio o resultado final, e deu a proporcionalidade: 50% para docente, 40% para técnicos e 10% para alunos. Mesmo assim ele quase perdeu a eleição, porque o Maurício perdeu por pouquíssimos, ... o percentual foi bem baixo. Se tivesse mantido a paridade, o Maurício teria ganho a eleição, para comprovar que havia uma satisfação em relação à gestão da Maria Amélia.

Ana de Oliveira: Sim, sim, sim.

William Carvalho: Esse levantamento eu já estou fazendo, mas enfim...

Ana de Oliveira: Mas eu lembro de pares meus ali naquele momento, ... você observando um e o outro, como havia também uma satisfação, ... não é um perigo que ameaça a Maria Amélia de fora para dentro. Há uma satisfação de ver o que está acontecendo.

William Carvalho: “Dormindo com o inimigo”, que você quer dizer, né?

Ana de Oliveira: É.

William Carvalho: É o corpo dirigente que não havia sido substituído, por exemplo.

Ana de Oliveira: Por exemplo.

William Carvalho: Você participou, passou pelo crivo, mas ninguém ali tinha passado pelo crivo de nada. Haviam mandatos em curso, né? Então quer dizer... acho que o *statu quo* estava vigiando, os departamentos estavam ali... nada tinha sido alterado, era tão pouco tempo, né? Que o *statu quo* não tinha sido alterado ainda. E ele vai e fortalece essa ideia, pelo que eu li da portaria, fazendo uma análise ali minuciosa, você verifica que não houve possibilidade de ela mudar nada antes daquilo acontecer. E aí, mesmo assim, o Maurício quase ganha a eleição. Significa que havia uma satisfação da base da comunidade, em relação à gestão dela.

Ana de Oliveira: Ela também, naquela reunião que a gente foi para pedir a saída, da intervenção e o retorno ao processo de consulta, eu acho que também ali tinha um impedimento, genes, uns diretores de outros campi...

William Carvalho: Era o mandato que tinha que ser preservado, segundo ela colocou.

Ana de Oliveira: Do ponto de vista... ela não poderia ...

William Carvalho: E o Chediak havia feito a eleição um ano antes ou dois anos antes.

Ana de Oliveira: Isso. Não poderia ter... ela tirar as pessoas do cargo.

William Carvalho: A renovação se deu exatamente em 1994, depois que o Choeri assumiu.

Ana de Oliveira: Isso.

William Carvalho: Eu estou lendo essas portarias também, “tô” vendo isso. Bom, aqui já falei do livro e tal, ... a Assembleia Estatuinte também. Falei desse episódio agora também que após 20 meses da gestão dela houve esse processo, que eu já considero um golpe. Deixa eu ver, ... além da COMPRI e da Assembleia Estatuinte, o que você

poderia apontar na gestão da Maria Amélia, por exemplo, que ia na direção do processo de democratização da instituição? Você lembra de algo mais?

Ana de Oliveira: Eu acho que, para mim, o mais emblemático, assim... o que eu tenho, foi a decisão dela de colocar um plebiscito ali, ...

William Carvalho: Pra vocês lá?

Ana de Oliveira: Lá da unidade, campus, eu acho que sim.

William Carvalho: Tá anotado, já.

Ana de Oliveira: E acho que, ... eu vou dizer um negócio que talvez não saiba explicar. Quer dizer, a Maria Amélia manteve as cobras também do lado dela.

Ana de Oliveira: Ela ali sofre uma pressão, ... as reuniões também que ela fazia no gabinete com as direções de Unidade ... havia muita resistência às coisas dela, eu lembro de diretores ... nossa, como ela teve que enfrentar esse grupo, representado pelas direções de Unidade. Que ela fez a opção de deixar todo mundo, né? Eu acho que esse pessoal foi também minando por dentro e articulando externamente todo esse movimento que, de fora para dentro, vai acabar impedindo, inclusive, ela de participar nem como eleitora. Eleitora no sentido de participar da campanha mais diretamente, ... nem como candidata, né?

Ana de Oliveira: Mas eu acho que se você, indo mais para frente, todas as vezes que nós entramos, ... e não estou me referindo aos movimentos sociais, a essa outra força, que não é uma com ... são vários tentáculos, em que a gente tem uma proposta no sentido de fazer essa escola avançar na construção, na solidificação dessa estrutura democrática, a gente perde sempre.

William Carvalho: Mas você quer ver uma coisa que é oportuna? Por que que eu estou me atendo tanto àquele período de 1992, 1993? A gente, por incrível que pareça, não tem quase registro histórico nenhum nas entidades. A ASCOPE era uma entidade dirigida por pessoas comprometidas com o *statu quo* lá da instituição, a ADCPII ela vai até 1993 administrada por um grupo de pessoas que eram progressistas, e depois quem entra é o Haroldo, e a gente sabe o que aconteceu na gestão do Haroldo. Então, na verdade, o grande problema tem exatamente relação de não ter registros históricos daquele período. As entrevistas que eu estou fazendo com você, com a Maria Amélia e com o Maurício, trazem exatamente a necessidade dessas informações, e a busca também de documentos que possam me auxiliar para fazer esse registro. Porque quando você olha aquele livro que a Vera fez, é o livro que omite tudo que aconteceu de errado, é o livro que defende a excelência do Colégio naquele ponto de vista que você apresentou ainda há pouco, ali o que tem ... sabe? É como se tudo fosse sempre às mil maravilhas, não teve nunca problema na escola, enfim. Ah, e também tem um fato que é importante, até te dizendo por quê que eu estou apurando inicialmente a partir de 1992? Porque pelo que eu vi, é o primeiro momento em que existe claros indícios de uma construção voltada para a gestão democrática da instituição. Mesmo que tenha durado apenas 2 anos.

Ana de Oliveira: Sim.

William Carvalho: Depois nós temos aquele período bastante complicado com os mandatos do Professor Choeri, que todos nós vivenciamos, né? Isso está registrado pelas entidades, eu achei documentos que comprovam isso. E aí, a gente precisa mesmo é desse período para esse resgate. Porque até hoje a Maria Amélia é acusada do concurso de 1992, quando ela sequer tinha entrado ainda na direção-geral? O concurso é de 1992, feito pela gestão anterior, pelo Wilson Choeri, enquanto secretário de ensino, e ela quando entra, ela tem que resolver um problema que é originário desse concurso, e aí ela tem que fazer o concurso de 1994, por isso até hoje ela é atacada nesse sentido, e as pessoas continuam afirmando que ela é responsável pelo concurso de 1992. E ela não é. Não aconteceu na gestão dela, é uma questão concreta. As pessoas não notam isso, elas a acusam, mas ela sequer era Diretora-Geral. Eu sabia, eu ouvia isso sempre, e eu nunca tinha me ligado quando a Maria Amélia tinha entrado. E aí quando eu fui ver o registro de quando ela entrou, eu falei: “mas peraí, como é que ela pode ser responsável pelo concurso em 1992, se ela entrou em 1993?”

Ana de Oliveira: Criado por aquele edital. É, isso.

William Carvalho: Exato. Então essas questões, elas precisam ser pontuadas, porque se não a história nunca é contada como ela deve. Por mais que eu não vá conseguir fazer igual o livro com quatrocentas e tantas páginas, esse período histórico que trata da democratização, eu tenho a pretensão, minimamente, de ajustar alguns itens ali

da história para que as pessoas tomem conhecimento de onde vem essa luta toda. Ou seja, não é só da Maria Amélia, é de quem defendeu a posse da Maria Amélia, quem deu sustentação à gestão dela, e depois todas as vezes que a gente lutou contra o autoritarismo dentro da escola. Isso tudo vai constar, entendeu?

Ana de Oliveira: Aham.

William Carvalho: É isso.

Ana de Oliveira: Agora essa falha de registros também desse período, tem que dar um desconto, pelo menos aos arquivos das entidades, porque era tudo físico, né?

William Carvalho: Datilografado...

Ana de Oliveira: O físico vai se perdendo, e na hora, por exemplo, que as entidades começam - pelo menos isso acontece... aconteceu na ADCPII -, a fazer digitalização e tentar arquivar isso em meios digitais, muito material se corrompe. Então o que tem reservado no site a tempos antes desse “boom” da digitalização na escola, nas entidades e na sociedade como um todo, a gente também acabou se perdendo, né? E contar com a memória, ela sempre traz um problema, porque a memória ela também é seletiva. Então o que fica, ... teve escolhas, ficou isto, mas perdeu muita coisa. Ainda tem o alemão, que começa a bater na porta por conta da idade, né? Que é o senhor Alzheimer. Ele começa a chegar e também baratinar um pouco. Enfim, então esse trabalho que você está se propondo a fazer eu acho que realmente tem um valor assim muito grande. Eu, vendo a minha dificuldade para responder algumas questões, ... eu dizia isso: “caramba, depois que ficar pronto isso, eu preciso ler”. Porque, decerto, todas as lacunas que ficaram para compreensão, talvez esse levantamento de fontes, outras falas de outras pessoas... é bem interessante mesmo isso.

William Carvalho: Eu não vou conseguir fazer um trabalho que tenha essa amplitude toda. Eu vou fazer registros históricos de um período, né? Que tem a ver com o assunto democratização, mas eu não podia fazer um debate sobre a equiparação com os Institutos Federais, sem mencionar o mínimo da nossa trajetória pela luta da democratização do colégio, entendeu? Pelo... mesmo que seja mínimo, eu sei que vai faltar muita coisa, vai ter muita ausência de material, é... a escolha das... das pessoas para entrevista tem a ver com quem esteve presente na candidatura dela, tem a ver com quem esteve presente na gestão dela, e, por exemplo, uma diretora de campus de unidade que foi eleita de fato. Que você, me parece, que foi a única que foi eleita naquela época, entendeu? Os outros não tivemos eleições. Depois daquilo, a gente tem conhecimento histórico já na gestão do Wilson Choeri, e aí a gente sabe bem como aconteceu, existem mais registros. Esse processo anterior o registro é muito pouco. Na verdade, o que eles fizeram foi apagar da história isso. Eles não tinham a menor pretensão. Mas eu estou tentando, e vamos ver se eu consigo. E o que eu queria fazer como pergunta final, deixar bem aberto para você falar à vontade, Ana - eu prometo não te interromper -, eu vou fazer a leitura do que eu escrevi aqui e aí você fica à vontade para colocar coisas que eu não tenha perguntado para, digamos, adentrar nas coisas que você já falou, mas que você queira acrescentar. A presente pesquisa tem por objetivo específico, nesta entrevista, apurar o processo de democratização e gestão democrática do CPII de 1992 até 2008, neste momento abrimos esse espaço para que você possa fazer suas considerações, análise e informações a respeito daquele período e do tema que abordamos. Fique à vontade para falar o que desejar.

Ana de Oliveira: Tá bem. Eu acho que para fechar essa pergunta e depois da conversa toda que a gente teve, e já falamos um pouco da importância disso, e vendo ainda mais para frente como essa escola se comporta, eu queria colocar um pouco de que lado eu estava em 2008, quando então se inicia o processo de que é só 2012 que sai a incorporação do Colégio Pedro II à rede federal de ensino.... ela é de 2012.

Ana de Oliveira: A minha questão é responder na perspectiva de que se a gente está tratando da questão da hegemonia de uma gestão democrática dentro do Colégio, e aí você vai ao marco que, eu concordo, ele é o início do rompimento dessa estrutura antidemocrática que a gente tem no Colégio, antes dessa data, e aí a gente chega com esse mesmo tema que é o que representa a equiparação do Colégio aos Institutos Federais, numa perspectiva de consolidação, de caminho para essa democracia da escola. Eu acho que a minha questão é essa, que eu queria responder. Hoje eu avalio, vendo uma série de coisas que a gente precisa resolver ainda hoje, como esta equiparação, ela tem uma importância dentro desse processo da construção da democracia no Colégio Pedro II. E por quê que eu digo isso? Pela própria resistência conservadora desta escola. Pela própria permanência de uma família - eu vou chamar de família -, de sucessão de perspectivas em relação à educação, em relação a achar que é bacana ter Congregação, que é bacana não ter uma estrutura democrática. Porque se acha, ela, a única capaz de zelar por essa pseudo-excelência da escola. E eu não estou desqualificando a escola, muito pelo contrário, pseudo é no sentido de que esta excelência ela pode ser questionada, dependendo do que eu estou querendo falar dela,

entendê-la. No momento em que isto começa a ser pensado, a posição que eu assumo, e eu não posso falar nem em nome da ADCPII, porque isso também não era unanimidade, havia controvérsias ali dentro, mas a posição que eu defendo, o que me atemorizava ali, a minha preocupação naquele momento, era de que havia uma especificidade do Colégio, que o próprio recorte-cola da estrutura dos Institutos Federais, ao ser transportado para a escola, ele acabaria trazendo alguma dificuldade para essa escola. E apareceram várias... que esse atrelamento a essa rede federal de ensino acabou trazendo, eu tenho vários exemplos. A incorporação, por exemplo, para falar só de docentes, ... de “RT por RSC”, que ela teve que transportar um modelo que estava pensado para os Institutos Federais, e não cabia ali dentro da escola, o processo de expansão que se segue, que ela teve que, açodadamente, dar conta de dar atendimento à pós-graduação ou às licenciaturas, sem uma política de pessoal capaz de não criar obstáculos para aquilo que é a missão primeira daquela escola, que é a educação básica. Essas críticas, eu acho que elas são pertinentes, ainda. Eu não mudei de ideia em relação a elas, mas em compensação, se eu vejo na linha da democratização da escola, da carreira, de uma série de outras questões, eu posso dizer que foi uma ação política interessante, positiva. Ela é carregada de uma positividade nesse sentido. Quando a gente, eu estive lá em Brasília... quando a gente vai dizer ao Ministro... já era um Ministro do governo Lula, que agora eu vou esquecer. Talvez o próprio ... não era o Cristóvão Buarque, já era outro, e agora não vou me lembrar o nome. E que a gente diz ... leva para ele a questão de resguardar a especificidade do Colégio. Eu estava nessa briga. Assim, não dá para recortar e colar o que se diz, o que se determina para os Institutos Federais, para o Colégio Pedro II. Mas a vida é feita de opções. Ou seja, o quê que se queria naquele momento? Esse caminho que você tá falando. Um Conselho Superior ia acabar com a Congregação, as eleições, a paridade na composição do conselho. Então hoje, nesse sentido, eu acho que essa equiparação ela foi proveitosa, sabe? Se você pudesse voltar lá atrás para ver a posição política que você assumiu ali naquele momento, que foi de “não, isso não vai prestar”, eu consigo hoje perceber como isto foi importante para essa escola funcionar, embora tenha tido problema, mas é assim mesmo. Não dá para ter tudo ao mesmo tempo, eu acho. Então era um pouco isso, assim...

William Carvalho: Talvez, só para pontuar, eu disse que não ia te interromper, mas eu queria contribuir ... talvez, mesmo com todos os problemas e defeitos que a equiparação representava para a gente, nós não estamos mais sós.

Ana de Oliveira: Sim.

William Carvalho: Como a gente estava antes, né? Que esse era o grande problema do Pedro II. Era esse isolamento institucional que não nos permitia sair desse discurso da excelência, como se a gente fosse excelente sozinho. Não tivesse ninguém excelente no mundo.

Ana de Oliveira: De entender como se entendia que o fato do Colégio Pedro II ter uma definição constitucional, estar sempre sujeito, individualmente, a lutar quando isto é ameaçado, né? Eu acho que essa é a percepção que eu tenho mais... Era mais difícil a sobrevivência desse Colégio no momento de ataques de articulação que a gente vem sentindo, com as forças mais conservadoras e mais à direita no macro contexto, e de tantas canetadas que se dão na Constituição, eu acho que hoje estaria correndo mais riscos por isso ... tem um bloco, tem mais gente nessa garantia. E nessa procura de uma gestão democrática, e até de instituições de ensino com mais qualidade, eu acho que eu queria terminar desse jeito. Até porque eu acho que essa criação, ela cria uma divisão dentro do movimento, ... dos movimentos organizados dentro da escola. E que depois a gente vai ter que recuperar mais lá na frente. Mas é assim mesmo, naquela hora não dava para eu entender desse jeito que eu estou entendendo. Eu acho que é isso, eu não sei se eu respondi... eu acho que eu fico por aqui.

William Carvalho: Eu achei ótima a entrevista, já são 3 horas que nós estamos juntos aqui. 3 horas, não. 2 horas...

William Carvalho: E você complementa as informações, você passa, complementa as informações que eu peguei da Maria Amélia e do Maurício. Porque, na verdade, eu não tenho a pretensão de fazer uma pesquisa aprofundada sobre esse período histórico do Colégio Pedro II de 1992 a 2008. A pretensão não é essa, a pretensão é fazer um breve histórico sobre a democratização do CPII naquele período.

William Carvalho: Bom, queria te agradecer muito, Ana, e a documentação que você puder me passar, eu vou te agradecer.

Ana de Oliveira: Tá, bom.